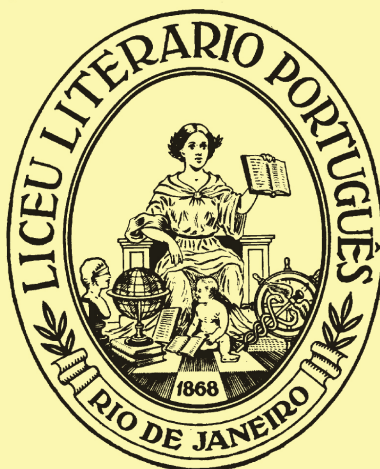


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 46 – 1.º semestre de 2014 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 46 – 1.º semestre de 2014 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia
	Ângelo Leite Horto
	Carlos Jorge Airoso Branco

Suplentes:	José Gomes da Silva
	Eduardo Artur Neves Moreira
	Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pidese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Artigos	
História da linguística	9
E. F. K. KOERNER	
O professor das primeiras letras: uma imagem em perspectiva	23
MARIA HELENA DE MOURA NEVES	
MARIA LUCIA MARCONDES CARVALHO VASCONCELOS	
A concordância e a função comunicativa da linguagem: uma visão ecolinguística	43
HILDO HONÓRIO DO COUTO	
Objeto nulo <i>versus</i> estratégias pronominais no português rural do Estado da Bahia e no de Portugal*	79
CRISTINA FIGUEIREDO	
O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX	115
OLGA FERREIRA COELHO	
STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA	
BRUNA SOARES POLACHINI	
Memória e singularidade no gesto do escritor-lexicógrafo.....	143
VANISE MEDEIROS	
Formas de tratamento no português arcaico: contribuições do teatro português quinhentista.....	157
LEONARDO LENNERTZ MARCOTULIO	
Construções concessivas intensivas.....	201
IVO DA COSTA DO ROSÁRIO	

Manchetes de jornais <i>on line</i> : grau de transitividade e emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente	221
JUSSARA ABRAÇADO	
CAROLINE SOARES DA SILVA	
O papel do revisor de textos jornalísticos opinativos e as estruturas desgarradas da língua portuguesa	251
GEISA PELISSARI SILVÉRIO	
MÁRIO F. I. VIGGIANO	
Distinções entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva no português falado: o caso do verbo <i>dever</i>	273
SANDRA DENISE GASPARINI-BASTOS	
Questões de subjetividade em enunciados lexicográficos: contrastando dicionários hispânicos	289
ANGELA MARINA CHAVES FERREIRA	
CLECI REGINA BEVILACQUA	
Análise comparada dos modelos de microestrutura de três dicionários escolares	303
SHEILA DE CARVALHO PEREIRA GONÇALVES	
Heterogeneidade e dinamismo do léxico: impactos sobre a lexicografia	323
MARIA DA GRAÇA KRIEGER	
Variação social e vitalidade de alguns regionalismos madeirenses no português falado na cidade do funchal.....	335
NAIDEA NUNES	
Resenha	
BATISTA, Ronaldo de Oliveira. <i>Introdução à historiografia da linguística</i>	371
MARIA CARLOTA ROSA	
MOURA, Heronides; GABRIEL, Rosângela. <i>Cognição na linguagem</i>	375
SUELEN MARTINS	
Colaboradores deste número.....	381

APRESENTAÇÃO

Este número de *Confluência* oferece ao leitor quinze estudos sobre temas relevantes da pesquisa linguística e duas resenhas de obras importantes recentemente trazidas a lume. Em consonância com sua política de divulgação da produção científica de excelência no campo da linguagem humana, tanto de autores consagrados, quanto de novos e talentosos pesquisadores, a revista mais uma vez apresenta em suas páginas trabalhos que certamente gozarão de merecida repercussão no meio acadêmico brasileiro e internacional.

Em especial, saliente-se a contribuição de E. F. Konrad Koerner com um precioso estudo crítico sobre a constituição da História da Linguística como atividade científica, em que o autor discorre acerca de quatro abordagens principais que se podem implementar nesse mister. A ressalva à contribuição de Konrad Koerner, sem demérito dos demais estudos presentes nesta edição de *Confluência*, justifica-se não só pela justa repercussão de que sua obra goza no cenário acadêmico mundial, como também pela ainda incipiente tradução de seus estudos para o português.

Por sinal, num elogiável esforço de divulgação das ideias linguística de Koerner na língua de Camões, o Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro acaba de lançar uma coletânea de estudos do mestre alemão, selecionados e editados por Rolf Kemmler e Cristina Altman e precedidos por um prefácio de Carlos Assunção¹. Deste modo, é com prazer que *Confluência* se alia ao meritório esforço que se vem implementando no sentido de facilitar o acesso à obra de Konrad Koerner ao público falante de língua portuguesa.

Este número, como perceberá o leitor atento, circula entre temas de natureza vária, sejam os atinentes à descrição do português falado e escrito no plano sintático, morfológico e lexical, sejam os ligados à atividade docente

1 KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, 2014, 285pp.

em língua vernácula ou os dedicados à gramaticografia da língua portuguesa no Brasil. Enfim, são páginas de rica informação e qualificada reflexão, cuja leitura se impõe aos que se dedicam às questões linguísticas e à docência da língua vernácula.

Ricardo Cavaliere

HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA¹

E. F. K. Koerner
Berlin

RESUMO:

O desenvolvimento da história da linguística como uma atividade científica séria tem uma longa história que pode ser rastreada até aos livros didáticos de meados do século XIX e meados do século XX. É, no entanto, somente desde a década de 1970 que a história da linguística / das ciências da linguagem se tornou uma subdisciplina da linguística, em geral, e um assunto ao qual um aluno iniciante da disciplina seria introduzido como parte integrante da sua educação. Neste artigo distinguem-se e discutem-se quatro abordagens principais para escrever a história da linguística: I, a história de compilação, que apresenta os resultados de procedimentos estabelecidos dentro da disciplina; II, a história revolucionária, concebida como propaganda para um novo paradigma; III, a história construtiva não-partidária, que enfatiza a continuidade e o progresso na disciplina; e IV, a historiografia da linguística, uma abordagem relativamente nova, que procura tratar a história da linguística como um esforço académico no seu próprio direito, podendo também pode informar sobre o trabalho em outras subdisciplinas linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: história vs. historiografia, história dos manuais de ensino, história para uma área especial da linguística, história proselitista, história *whig*, revolução kuhniana, operações *mopping-up*

1 A presente tradução, elaborada por Susana Fontes (Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real) com base no manuscrito fornecido pelo próprio autor, baseia-se na entrada History of linguistics (general entry) em *The encyclopedia of language and linguistics* (Koerner, 1994).

ABSTRACT:

The development of the history of linguistics as a serious scholarly activity has a long history which can be traced in textbooks from mid-19th to the mid-20th century. It is, however, only since the 1970s that the history of linguistics/language sciences has developed into a subdiscipline of linguistics in general and a subject to which the beginning student of the discipline would be introduced as part and parcel of his/her education. In this article four main approaches to writing the history of linguistics are distinguished and discussed: I, the summing-up history, which presents the results of established procedures within the discipline; II, the revolutionary history intended as propaganda for a new paradigm; III, the non-partisan constructive history, which emphasizes continuity and progress in the discipline; and IV, the historiography of linguistics, a relatively new approach that seeks to treat the history of linguistics as a scholarly endeavour in its own right which may also inform work in other linguistic subdisciplines.

KEY WORDS: history vs. historiography, textbook history, history for a special area of linguistics, proselytizing history, Whig history, Kuhnian revolution, mopping-up operations

Uma disciplina alcança a sua maioridade quando contempla seriamente o seu próprio passado. A **história da linguística** – agora também frequentemente chamada de ‘História das Ciências da Linguagem’ – constitui-se como uma tentativa para evitar uma visão redutora da ‘ciência linguística’. Enquanto disciplina *bona fide* de investigação académica (sobre a qual podem ser desenvolvidas teses de doutoramento, por exemplo), a história da linguística começou apenas a desenvolver-se durante os finais dos anos sessenta, embora este trabalho já tenha sido levado a cabo em departamentos de Estudos Germânicos, Românicos, ou Eslavos, onde, por vezes, tais pesquisas foram realizadas para delinear o caminho que uma determinada área tinha seguido ou a evolução de uma ideia específica ou de um projeto de investigação. Tem sido habitual, pelo menos desde a década de 1880, acrescentar uma introdução histórica em livros escolares sobre linguística, mas normalmente o objetivo passou por mostrar a importância de avanços recentes na área comparativamente a esforços anteriores. Durante os anos 1960, a seguir a várias reivindicações feitas por Chomsky de que as suas teorias tiveram pouco a ver com as atividades dos seus antecessores imediatos e dos seus contemporâneos, mas, em vez disso, seguiam tradições bastante diferentes, tais como as da gramática de Port Royal e de Wilhelm von Humboldt,

a maior parte das teses de doutoramento desenvolvidas no âmbito da história da linguística era dedicada somente a estas áreas de interesse, distorcendo, por vezes, seriamente a verdadeira intenção e propósito destes autores anteriores. Só a partir dos anos 1970, a seguir à criação da primeira revista desta área, em 1973, intitulada *Historiographia Linguistica*, e na sequência de várias séries de monografias compiladas sob a designação abrangente de ‘Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science’, começaram a surgir obras sérias que desafiavam este tipo *pro-domo* da escrita da história. Estas e outras atividades organizadas (veja-se abaixo) conduziram ao muito mais recente campo de estudos, agora geralmente chamado de **historiografia linguística**, uma abordagem da história da linguística que tem consciência das exigências metodológicas e epistemológicas que estão presentes numa escrita da história adequada em linguística, como acontece em qualquer outra ciência (A maioria das contribuições para a obra de dois volumes intitulada *Historiography of linguistics* [1975], editada sob a direção geral de Thomas A. Sebeok, foi constituída por pouco mais do que estudos baseados em investigações anteriores, sendo aqui a ‘historiografia’ usada no sentido tradicional do termo. O volume editado por Parret, em 1976, seguiu largamente a linha chomskiana de utilizar incorretamente a história da linguística para razões ‘políticas’).

É verdade que podíamos talvez falar de uma tradição de 200 anos de escrita da história da linguística, talvez a começar com o *Tableau des progrès de la science grammaticale* (1796, cf. Andresen 1978) de François Thurot (1768-1832), embora várias obras anteriores já tenham sido citadas, por exemplo o *Versuch einer Historie der deutschen Sprachkunst* (1747), de Elias Caspar Reichard (1714-1791) (cf. Koerner 1978c para referências a outras obras do século XVIII). Porém, como sugerem as fontes (Koerner 1978c: 1-4), é apenas a partir de finais da década de 1860 que surge um tipo de tratamento mais profundo da história da linguística, do qual a *Geschichte der Sprachwissenschaft* (1869), de Theodor Benfey (1809-1881) pode ser considerada como o exemplo mais paradigmático. Este trabalho tinha sido precedido pela obra de Heymann Steinthal (1823-1899), de 1863, que procurou substituir os três volumes de *Die Sprachphilosophie der Alten* (1838-1841) de Laurenz Lersch (1811-1849), mas que só trata das contribuições da Grécia e Roma para o pensamento linguístico. A história da linguística de Benfey foi seguida por outras obras influentes, tais como Raumer (1870), Delbrück (1882 [1880]) e Bursian (1883), que, porém, eram mais limitados no seu escopo. O mesmo poder-se-ia dizer de livros como o de Thomsen (1902; tradução alemã, 1927), Delbrück (1904), Trabalza (1908), Jellinek (1913), Pedersen (1916; tradução inglesa, 1983), Pedersen (1924;

tradução inglesa, 1931), Drăganu (1945; tradução italiana, 1970) ou Robins (1951) da primeira metade do século XX (para uma descrição mais detalhada destes livros, cf. Koerner 1978c).

Nos anos sessenta, surgiram novos esforços e, por vezes, estudos mais profundos na história da linguística, a começar talvez com a obra de Paul Diderichsen (1905-1964), sobre o seu compatriota Rask (1960, tradução alemã, 1976). Seguiram-se obras como as de Ivić (1963; tradução inglesa, 1965), Leroy (1963; tradução inglesa, 1967), Tagliavini (1963), Malmberg (1964), Lepschy (1966; tradução inglesa, 1970), Mounin (1967), Robins (1967), Coseriu (1969, 1972), Helbig (1970), Szemerényi (1971), Jankowsky (1972), e outros (veja-se Koerner 1978c para uma lista completa). No entanto, a maioria deles baseou-se, sem uma perspectiva crítica, em relatos anteriores e raramente se aventurou em questões de método historiográfico ou tocou em assuntos relacionados com a filosofia da ciência, excetuando-se talvez uma referência popular à *Structure of scientific revolutions* (1962) de Kuhn.

Ao olhar para os últimos cerca de 140 anos de escrita da história sobre a linguística, é possível distinguir três tipos distintos, cada um deles associado a motivos diferentes para se ocupar de uma atividade destas, para além de ocorrerem em períodos específicos no desenvolvimento da disciplina. Um quarto tipo (defendido por Koerner 1976, por exemplo) começou apenas a desenvolver-se nas décadas mais recentes (cf. a entrada **historiografia linguística**, para detalhes).

I Primeiro, há um tipo de história, escrito numa altura quando uma geração particular ou um indivíduo, que de forma significativa representa as ideias, convicções e compromissos da sua geração, está convencido de que uma meta desejada foi alcançada e que o trabalho subsequente na área será dedicado principalmente àquilo a que Thomas S. Kuhn (1970: 24) chamou ‘mopping-up operations’. Estes relatos pressupõem que o quadro teórico já tenha sido suficientemente delineado para que um membro ordinário da comunidade científica possa conduzir as suas investigações, para além de significar que já não há qualquer necessidade de uma revisão essencial da metodologia ou da abordagem ao tema em análise. Estas eram histórias de compilação que encaravam a evolução da área como tendo crescido de uma forma mais ou menos unilinear.

Esta ideia ou o motivo para escrever tal tipo de história parece ter a sua melhor expressão na volumosa *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie* (1869) de Benfey, que apareceu um ano depois da morte prematura de Schleicher, mas também é exemplificado pela *Geschichte der germanischen Philologie* (1870) de Raumer. Hoje em dia, torna-se difícil recriar o ambiente dos finais da década de 1860, mesmo que nos limitemos a assuntos

linguísticos, deixando fora de consideração as correntes externas, como por exemplo as sociopolíticas, as histórias disponíveis atualmente fornecem-nos muito pouca, ou nenhuma informação, acerca deste período pré-neogramático. Basta lembrar que as obras de Bopp, Rask, Grimm, e outros foram suficientemente sintetizadas e metodologicamente desenvolvidas pela geração de Georg Curtius (1820-1885) e, especialmente, August Schleicher (1821-1868), a ponto de podermos dizer que ocorreu naquele tempo uma mudança de ‘paradigma’, da qual os princípios neogramáticos da investigação linguística histórica, associados aos nomes dos seus antigos alunos, nomeadamente Karl Brugmann (1849-1919) e August Leskien (1840-1916), constituiriam, ainda que um pouco exagerado, o resultado lógico.

Uma observação semelhante, assim parece, poderia ser feita sobre a história de Pedersen, de 1924, sobre os sucessos dos indo-europeístas do século XIX, precedida por um relato semelhante e um pouco mais breve da sua primeira história, publicada em 1916 (cf. Pedersen 1931 e 1983, para as respetivas traduções inglesas), o ano da conclusão da segunda edição do *Grundriss* de Brugmann e Delbrück, como também o aparecimento do *Cours* póstumo de Saussure. A sensação da necessidade de uma tal história de compilação está expressa, mais claramente, na volumosa *Geschichte der indogermanischen Sprachwissenschaft seit ihrer Begründung durch Franz Bopp* de Wilhelm Streitberg (1864-1925). No entanto, trata-se mais de uma síntese do trabalho desenvolvido nos vários ramos da filologia indo-europeia daquele tempo do que uma verdadeira história da linguística (para mais detalhes, leia-se Koerner 1978c: 16-17). Tendo começado em 1916, este trabalho seria abandonado depois de 1936.

Após a Segunda Guerra Mundial, parece que as histórias de Malmberg (1964), Ivić (1965), Leroy (1963) e outros cumpriram uma função semelhante de resumir resultados alcançados anteriormente nas ciências da linguagem. Nesta altura, o foco da atenção situava-se no período pós-1916 da história da linguística, seguindo-se à história de sucesso do *Cours* de Saussure, com a sua ênfase numa abordagem não-histórica à língua. O quadro neogramático de investigação linguística foi proposto nas histórias de Pedersen, nos esforços organizacionais de Streitberg a partir de 1916 e noutros livros menos influentes. Pedersen, um neogramático da segunda geração, reflete a suposta ‘data-orientation’ daquela escola mais enfaticamente do que o grupo original de investigadores (note-se que nem a *Einleitung* de Delbrück nem o *Prinzipien* de Paul são mencionados no seu estudo de 300 páginas de 1924).

Foi apenas recentemente que os neogramáticos receberam um tratamento mais adequado (Jankowsky 1972, Einhauser 1990). Do mesmo modo, as histó-

rias de Malmberg, Ivić, Leroy e outros estudos semelhantes dos anos sessenta apresentam as tendências pós-saussureanas como os feitos mais significativos da disciplina até hoje, quer sejam da escola de Copenhage, Praga ou de Bloomfield. Como o que Benfey, Raumer, Pedersen, Streitberg e outros tinham feito para uma fase anterior no desenvolvimento da linguística, o seu esforço visava em larga medida a apresentação de um quadro de investigação no qual eles próprios tinham sido criados, sendo ainda, possivelmente, uma tentativa de reter a força e o impacto do modo estruturalista de pensamento.

II. O segundo tipo da atividade de escrita da história pode ser caracterizado pela intenção, por parte de um indivíduo normalmente nos seus trinta anos (não com quarenta ou mais, como geralmente acontece no primeiro tipo), novamente representando um grupo particular, com a intenção de lançar uma campanha para se opor a visões anteriormente apreciadas e a doutrinas ainda em vigor. Deste modo, em contraste com Benfey (1869), por exemplo a obra *Einleitung* (1880), de Berthold Delbrück (1842-1922), juntamente com a obra *Prinzipien*, de Paul, do mesmo ano, serviram como porta-vozes a uma nova geração de investigadores, ansiosos por demonstrarem que as suas conquistas ultrapassaram significativamente os êxitos anteriores no campo e que as suas teorias substituíram legitimamente as ensinadas pela geração anterior de linguistas. A reivindicação a favor da descontinuidade é o que caracteriza este tipo de atividade e o livro de Delbrück é o melhor exemplo deste esforço. Normalmente, Schleicher era descrito por Delbrück (1882: 55) como representando a conclusão da fase da gramática histórica-comparativa, inaugurada por Franz Bopp em 1816, e os *Junggrammatiker*, com os quais se associou nos inícios da sua carreira (logo depois de ter recebido a cadeira de Schleicher na Universidade de Jena em 1873), como marcando uma nova viragem decisiva na área.

Nenhuma história comparável da linguística foi escrita na década de 1930 ou 1940 no que respeita ao estruturalismo, mas um olhar sobre *Language* (1933) de Bloomfield ou sobre *Foundations of language* (1939) de Gray claramente sugere que os capítulos dedicados à história da linguística foram uma tentativa de corrigir o desenvolvimento da disciplina e de documentar a superioridade da abordagem estruturalista em relação a qualquer outra teoria ou método que surgiu até agora. Este esforço para provar que as abordagens anteriores seriam insuficientes e inadequadas não foi de forma alguma esquecido pelos seguidores de uma visão atual do pensamento linguístico. Pelo contrário, pode facilmente ser mostrado que os seus defensores não só estiveram ansiosos em reavivar o interesse pela história da linguística, mas também em reescrevê-la de maneira que as ideias da geração anterior à atual parecessem menos dignas de atenção.

De facto, o que C. F. Voegelin, em 1963, felizmente denominou de ‘eclipsing stance’, aspeto que a gramática generativa-transformacional já tinha iniciado, foi ilustrado de melhor forma pelo próprio Noam Chomsky, por exemplo na sua conferência plenária em 1962, no *Ninth International Congress of Linguists*, realizado em Cambridge, Massachusetts (Chomsky 1964). Pouco tempo depois, muitos dos seus seguidores empenharam-se ardentemente em escrever a sua visão particular da história (compare-se os artigos de Dingwall 1963, Bach 1965 ou Bierwisch 1966). Mais recentemente, Frederick Newmeyer publicou um livro que constitui o melhor exemplo, até à data, deste tipo “whiggish” de escrita da história *pro-domo*. A obra seleciona e reinterpreta a investigação linguística passada com o objetivo de provar a ideia do autor de que a linguística só se constituiu enquanto ciência em 1955 ou em 1957, e por Chomsky, e que o trabalho anterior era totalmente inadequado, exceto algumas abordagens menos importantes que anunciavam uma revolução na área (cf. Koerner 1983, para uma avaliação crítica deste tipo de atividade). A obra *Linguistics in America* (1980) de Newmeyer apareceu exatamente cem anos depois da *Einleitung* de Delbrück e as semelhanças entre os seus autores são surpreendentes: ambos tinham menos de 40 anos quando escreveram os seus livros, estavam principalmente interessados em sintaxe e não fonologia e nenhum deles tinha feito o seu doutoramento nos respetivos centros das escolas, cuja história de sucesso eles representaram.

Enquanto o primeiro tipo de escrita da história pode parecer mais benigno, uma vez que parece representar relatos objetivos (embora não devêssemos ter demasiada certeza quanto a isto), o segundo tipo de história da linguística poderá ser mais bem descrito pela sua natureza propagandística, sendo o melhor exemplo deste tipo a obra *Cartesian linguistics* (1966) de Chomsky. Este livro apresenta o ponto de vista do autor relativamente às origens das suas próprias teorias de forma tão brilhante que muitos jovens estudantes da linguagem foram levados por esta nova visão da história. Hoje em dia, enquanto ainda descobrimos uma quantidade considerável de informação útil nas histórias escritas com a finalidade de resumir o trabalho anterior desenvolvido na área, como por exemplo os trabalhos de Benfey, Raumer, Pedersen e outros, se bem que tenhamos bastante consciência dos seus preconceitos e das suas imperfeições (para uma avaliação destes trabalhos, cf. Hoeningwald 1986 e Koerner 1990), as histórias da segunda categoria, embora escritas muito mais recentemente, já estão ultrapassadas. Parece que, ao conseguir o propósito propagandístico de alcançar seguidores para a nova ideologia, todo o restante rapidamente perde o seu interesse inicial e o aparente valor informativo.

III. Há um terceiro tipo de história da linguística que nem pretende defender um quadro específico ou ‘paradigma’, nem tenta apresentar um argumento a favor de uma revolução científica dentro da disciplina. Este tipo pode ocorrer em qualquer momento do desenvolvimento de um campo específico de investigação, uma vez que a sua intenção final é menos partidária do que nos outros dois casos e tem frequentemente uma atitude mais holística, embora a motivação para o trabalho possa ser bastante pessoal. Na minha opinião, o melhor exemplo é a obra *Sprachwissenschaft* (1955) de Arens, na qual foi feita uma tentativa para delinear o desenvolvimento do pensamento linguístico ocidental, desde o início das discussões entre os Gregos acerca da natureza da linguagem, até ao trabalho linguístico contemporâneo, certamente para demonstrar que a nossa disciplina não só percorreu um longo caminho para consolidar os conhecimentos agora apreciados e os métodos desenvolvidos, mas também que todos nós nos baseamos, conscientemente ou não, nos resultados das gerações anteriores de linguistas, e que devemos muito mais a estes estudiosos do que ao todo talvez nos possamos aperceber.

Se esta terceira forma de apresentar a história da linguística poderia ter sido o resultado de uma escolha individual, na verdade, parece expressar o esforço de uma geração inteira de investigadores, particularmente na reconstrução de uma disciplina depois da sua destruição quase total após uma guerra mundial. Deste modo, o livro de Pedersen, de 1931, poder-se-á incluir na terceira categoria, na medida em que procurou restabelecer uma tradição linguística que, na sua opinião, deveria ter continuado a servir como uma base sólida para o trabalho subsequente neste campo.

Indubitavelmente, outros motivos, frequentemente não-linguísticos, desempenharam um papel na apresentação da história da disciplina de uma maneira ou de outra. Assim, deveria ser recordado que determinadas condições socioeconómicas, acontecimentos históricos ou situações políticas tiveram frequentemente uma influência considerável na motivação de escrever a história de uma disciplina específica ou na aceitação de um quadro teórico de investigação ou modo de pensamento aparentemente novos – e, a este nível, as histórias da linguística não conseguiram consciencializar-nos do impacto de assuntos ou acontecimentos fora da área.

As obras de Benfey e Raumer, por exemplo, foram altamente incentivadas pela ascensão do nacionalismo alemão e pela aspiração a uma unidade nacional, se não superioridade. Do mesmo modo, Malkiel (1969: 557) observou apropriadamente que o sucesso do *Cours* de Saussure

[...] cannot be properly measured without some allowance for the feelings of that time: The acceptance of the leadership of a French-Swiss genius connoted for many Westerners then opposed to Germany a strongly desired, rationalized escape from the world of Brugmann, Leskien, Osthoff, and Paul.

IV. Apesar do respeito que os investigadores podem ter por trabalhos do terceiro tipo, como exemplificado pela *Problemgeschichte* de Arens, alguns sentiram a necessidade de um quarto tipo de escrita da história (cf. Koerner 1976 e Simone 1975), que consistia na apresentação do nosso passado linguístico como uma parte integrante da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos, que pode competir, em termos de solidez do método e rigor de aplicação, com os da própria linguística. Este quarto tipo, hoje normalmente designado de ‘historiografia linguística’, reivindica que a história da linguística não deveria ser meramente subserviente à disciplina, mas deveria assumir uma função comparável à da história da ciência para o cientista das ciências naturais. Em síntese, ao reconhecer a importante distinção entre crônica e história, atribuída a Benedetto Croce, os recentes investigadores que contribuíram para a história da linguística deram um passo à frente ao distinguir história e historiografia. Esta é, em parte, uma tentativa para deixar claro o afastamento relativamente ao trabalho anterior desenvolvido na área, que muito frequentemente tendiam a ser ‘histórias partidárias’, ou aquilo que Henry Butterfield denominou de ‘Whig-histories’, e em parte porque as histórias anteriores não proporcionavam um guia útil para o tratamento adequado de acontecimentos passados na história das ciências da linguagem, não conseguindo, por isso, oferecer uma melhor percepção do rumo para onde as teorias atuais nos podem levar.

Outro sinal de que a história da linguística se tornou uma área de atividade científica mais madura é a sua profissionalização. Em 1978, o primeiro *International Conference on the History of the Language Sciences* (ICHoLS) teve lugar em Ottawa, Canadá, no mesmo ano em que a *Société d’Histoire et d’Épistémologie des Sciences du Langage* (S.H.E.S.L.) foi fundada em Paris. Em 1984, a *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas* (HSS) foi estabelecida em Oxford, desde então, surgiram várias sociedades semelhantes internacionais e regionais, como por exemplo a *North American Association for the History of the Language Sciences* (NAAHoLS), que foi criada em 1987. Entretanto, decorreram outros encontros do ICHoLS: em 1981 (Lille, França), 1984 (Princeton, NJ), 1987 (Trier, Alemanha), 1990 (Galway, Irlanda), 1993 (Washington, DC), 1996 (Oxford), 1999 (Paris), 2002 (São Paulo, Brasil), 2004

(Urbana Champaign, E.U.A.), 2008 (Potsdam, Alemanha) e 2011 (St. Petersburg, Rússia), com a 13.^a edição programada para agosto de 2014 (Vila Real, Portugal). Além da *Historiographia Linguistica*, surge em Paris, em 1979, uma revista com objetivos semelhantes, intitulada *Histoire - Épistémologie - Langage*, sendo lançada, mais recentemente, em 1991, em Münster, Alemanha, uma terceira revista designada *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. Em suma, se a profissionalização desta área se constituir como indicador, a história da linguística tornou-se um campo de investigação científica extremamente reconhecido e praticado.

Referências bibliográficas

- Allan, Keith (2009): *The Western Classical Tradition in Linguistics*. Second (expanded) edition. London; Oakville: Equinox (Equinox Textbooks and Surveys in Linguistics). [primeira edição 2007]
- Andresen, Julie T[etel] (1978): “François Thurot and the First History of Grammar”. In: *Historiographia Linguistica* 5/1-2, 45-57.
- Arens, Hans (1955): *Sprachwissenschaft: Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. Freiburg; München, Verlag Karl Alber (Orbis academicus: Geisteswissenschaftliche Abteilung; 6). [segunda edição 1969]
- Bach, Emmon (1965): “Structural Linguistics and the Philosophy of Science”. In: *Diogenes* 51, 111-28.
- Benfey, Theodor (1869): *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts, mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten*. München: Literarisch-artistische Anstalt der J. G. Cotta'schen Buchhandlung (Geschichte der Wissenschaften in Deutschland: Neuere Zeit; 9). [reedição: New York: Johnson, 1965]
- Bierwisch, Manfred (1966): “Strukturalismus: Geschichte, Probleme und Methoden”. In: *Kursbuch* 5, 77-152. [tradução inglesa 1971]
- Bierwisch, Manfred (1971): *Modern Linguistics: Its development, methods and problems*. The Hague: Mouton (Janua linguarum: Series Minor; 110).
- Bynon, Theodora / Palmer, Frank R. (eds.) (1986): *Studies in the History of Western Linguistics*. Cambridge; New York; Melbourne; Madrid; Cape Town; Singapore; São Paulo; Delhi; Dubai; Tokyo: Cambridge University Press.
- Chomsky, Noam (1964): *Current Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton (Janua Linguarum: Series Minor; 38). [quinta impressão 1970]
- Chomsky, Noam (1966): *Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalist Thought*. New York; London: Harper & Row.

- Delbrück, Berthold (1880): *Einleitung in das Sprachstudium: Ein Beitrag zur Methodik der vergleichenden Sprachforschung*. Leipzig: Druck und Verlag von Breitkopf und Härtel (Bibliothek indogermanischer Grammatiken; 4). [segunda edição 1884; terceira edição 1893]
- Delbrück, Berthold (1882): *Introduction to the Study of Language: A critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages*. Authorized translation by Eva Channing, with a preface by the author. Leipzig: Breitkopf and Härtel. [reedição com introdução de E.F.K. Koerner, Amsterdam: John Benjamins, 1974, 1989]
- Delbrück, Berthold (1974): *Introduction to the Study of Language: A critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages (Leipzig, 1982)*. With a foreword and a selected bibliography by E.F.K. Koerner. Amsterdam: John Benjamins (Amsterdam Classics in Linguistics 1800-1925; 8). [reedição: 1989]
- Dingwall, William Orr (1963): “Transformational Grammar: Form and theory. A contribution to the history of linguistics”. In: *Lingua* 12/3, 233-275.
- Einhauser, Eveline (1989): *Die Junggrammatiker: Ein Problem für die Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung*. Trier: WVT Wissenschaftlicher Verlag Trier.
- Hoenigswald, Henry M. (1986): “Nineteenth-Century Linguistics on Itself”. In: Bynon / Palmer (1986: 172-188).
- Ivić, Milka (1963): *Pravci u lingvistici*. Ljubljana: Driavna Založba Slovenije.
- Ivić, Milka (1965): *Trends in Linguistics*. Translated by Muriel Heppell. The Hague: Mouton. [original servocroata: Ivic (1963)]
- Jankowsky, Kurt R. (1972): *The Neogrammarians: A re-evaluation of their place in the development of linguistic science*. The Hague; Paris: Mouton (Janua Linguarum. Series Minor; 116).
- Koerner, E.F.K. (1971): “Ferdinand de Saussure: Origin and development of his linguistic theory in western studies of language, a critical evaluation of Saussurean principles and their relevance to contemporary linguistic theories”. Tese de doutoramento. Vancouver: Simon Fraser University, em: <http://summit.sfu.ca/item/2954> (última consulta: DATA). [versão impressa: Braunschweig: Vieweg (1973)]
- Koerner, E.F.K. (1973): *Ferdinand de Saussure: Origin and development of his linguistic thought in western studies of language, A contribution to the history and theory of linguistics*. Braunschweig: Friedr. Vieweg & Sohn Verlagsgesellschaft. [tradução espanhola: Madrid: Gredos, 1982; tradução japonesa: Tokyo: Taishukan, 1982; tradução húngara: Budapest: Tankönyvkiadó, 1982]

- Koerner, E.F.K. (1976): "Towards a Historiography of Linguistics: 19th and 20th Century Paradigms". In: Parret (1976: 685-718). [reedição revista de Koerner (1972)]
- Koerner, E.F.K. (1978a): *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Foreword by R[obert] H[enry] Robins. Amsterdam: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 19).
- Koerner, E.F.K. (1978b): "The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science". In: Koerner (1978a: 63-69).
- Koerner, E.F.K. (1978c): *Western Histories of Linguistic Thought: An annotated chronological bibliography 1822-1976*. Amsterdam: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 11).
- Koerner, E.F.K. (1983): "The Chomskyan 'Revolution' and Its Historiography: A few critical remarks". in: *Language & Communication* 3/2, 147-169. [reedição: Koerner (1989: 101-146)]
- Koerner, E.F.K. (1989): *Practicing Linguistic Historiography: Selected essays*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 50).
- Koerner, E.F.K. (1990): "Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics". In: Bahner / Schildt / Viehweger (1990, III: 2649-2656). [reedição: Koerner (1989: 1-12)]
- Koerner, E.F.K. (1994): "History of Linguistics [general entry]", in: Asher R[onald] E. /Simpson, J[ames] M. Y. (eds.): *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. III, Oxford; New York: Pergamon Press, 1581-1584.
- Koerner, E.F.K. (1995): *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 79).
- Koerner, E.F.K. (1999a): *Linguistic Historiography: Projects & prospects*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 92).
- Koerner, E.F.K. (2002): *Toward a History of American Linguistics*. London & New York: Routledge.
- Koerner, E.F.K. (2004): *Essays in the History of Linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences, 104).
- Kuhn, Thomas S. (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press [segunda edição acrescentada: 1970]
- Kuhn, Thomas S. (21970): *The Structure of Scientific Revolutions*. Second Edition, Enlarged. Chicago: University of Chicago Press (International Encyclopedia of Unified Science; 2/2). [terceira edição: 1996]

- Lepschy, Giulio C. (ed.) (1990, 1994): *Storia della linguistica*. 3 vols. Bologna: Il Mulino.
- Lepschy, Giulio (ed.) (1994-1998): *History of Linguistics*. 4 vols. London / New York: Longman.
- Leroy, Maurice (1963): *Les grands courants de la linguistique moderne*. Brussels: Presses University de Bruxelles. [segunda edição 1971]
- Malkiel, Yakov (1969b): "History and Histories of Linguistics". In: *Romance Philology* 22/4, 530-566, 573-574. [reedição: Malkiel (1983: 49-83)]
- Malmberg, Bertil (1959): *Nya vägar inom språkforskningen: En orientering i modern lingvistik*. Stockholm: Läromedelsförlagen.
- Malmberg, Bertil (1964): *New Trends in Linguistics: An orientation*. translated from the Swedish original by Edward Carney; Stockholm; Lund: Naturmetodens Språkinstitut (Bibliotheca Linguistica; 1). [tradução do original sueco de Malmberg (1959)]
- Malmberg, Bertil (1991): *Histoire de la linguistique: Sumer à Saussure*. Paris: Presses Universitaires de France (Collection Fondamental).
- Newmeyer, Frederick J. (¹1980): *Linguistic Theory in America: The First Quarter Century of Transformational Generative Grammar*. New York: Academic Press. [segunda edição revista 1986]
- Newmeyer, Frederick J. (¹1986): *The Politics of Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press. [reedição: 1988]
- Newmeyer, Frederick J. (1996): *Generative Linguistics: A historical perspective*. London; New York: Routledge (Routledge History of Linguistic Thought Series).
- Parret, Herman (ed.) (1976): *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter (Foundations of Communication).
- Paul, Hermann (¹1880): *Principien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer. [segunda edição revista e aumentada 1886, quinta edição 1920]
- Paul, Hermann (²1890): *Principles of the History of Language*. Translated from the second edition of the original by H. A. Strong. London; New York: Longmans, Green and Company; Macmillan. [reedição: College Park, Md.: McGrath, 1970]
- Paul, Hermann (³1898): *Prinzipien der Sprachgeschichte*, Halle a. S.: Max Niemeyer. [onserve-se a mudança gráfica no título (*Prinzipien* em vez de *Principien*; quarta edição 1909; quinta edição 1920)]

- Pedersen, Holger (1924): *Språkvetenskapen under nittonde århundradet, metoder och resultat: bemyndigad översättning frändanskan*. Stockholm: Kungl. Boktryckeriet P. A. Norstedt & Söner.
- Pedersen, Holger (1931): *Linguistic Science in the Nineteenth Century*. authorized translation from the Danish by John Webster Spargo. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. [reedição: 1962]
- Pedersen, Holger (³1962): *The Discovery of Language: Linguistic Science in the Nineteenth Century*. translated by John Webster Spargo. Bloomington, Ind.: Indiana University Press.
- Pedersen, Holger (1983): *A Glance at the History of Linguistics, with particular regard to the historical study of phonology*. Translated by Caroline C. Henriksen. With an introduction by E.F.K. Koerner. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 7).
- Raumer, Rudolf von (1870): *Geschichte der germanischen Philologie*. München: R. Oldenbourg (Geschichte der Wissenschaften in Deutschland: Neuere Zeit; 9). [reedição: New York: Johnson, 1965]
- Robins R[obert] H. (1967): *A Short History of Linguistics*. Bloomington, Ind.; London: Indiana University Press; Longman.
- Robins R[obert] H. (²1979a): *A Short History of Linguistics*. London: Longman. [primeira edição 1967, terceira edição 1990]
- Robins R[obert] H. (¹1979b): *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros do original inglês. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Sebeok, Thomas A. (ed.) (1975, XIII): *Current Trends in Linguistics*. Vol. XIII: *Historiography of Linguistics*. The Hague: Mouton.
- Simone, Raffaele (1975): “Theorie et histoire de la linguistique”. In: *Historiographia Linguistica*-2/3, 353-378.
- Streitberg, Wilhelm (Hrsg.) (1916-36): *Geschichte der indogermanischen Sprachwissenschaft seit ihrer Begründung durch Franz Bopp*. 6 Bände. Strassburg: Karl J. Trübner. [mais tarde Berlin: Walter de Gruyter]

Nota do editor: excepcionalmente, mantiveram-se neste texto as normas de referência bibliográfica escolhidas pelo autor.

O PROFESSOR DAS PRIMEIRAS LETRAS:
UMA IMAGEM EM PERSPECTIVA

Maria Helena de Moura Neves
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Universidade Estadual Paulista - Araraquara
mhmneves@uol.com.br

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos
Universidade Presbiteriana Mackenzie
vasconcelos.pos@mackenzie.br

RESUMO:

Discute-se o papel do professor das “primeiras letras”, destacando o envolvimento da linguagem nesse campo. Avalia-se o fato de que a inserção da criança na educação institucional molda um estado novo para ela, e a linguagem é peça fundamental. Ressalta-se a figura do professor como aquele que, com o engajamento e o compromisso que lhe dão maestria, pode definir o olhar da criança sobre a comunidade e a sociedade em geral. Nesse sentido, recolhem-se impressões de mestres da literatura sobre a escola e sobre os professores que passaram por sua vida no trato com as primeiras letras, na demonstração de que esses artífices da palavra podem revelar o embate de faces que o processo de formação escolar institui.

PALAVRAS-CHAVE: educação escolar; primeiras letras; professores.

ABSTRACT:

This article presents a discussion on the role of the teacher of the “first letters”, highlighting the place of language in this field. It is evaluated the fact that the insertion of the child in institutional education will mold her into a new state, with language being its chief stone. In this space, it is emphasized the role of

a teacher who may shape, with engagement and commitment, the child's view of the community and society in general. In this sense, it has been gathered impressions from the literature's finest on school and on teachers that have come across their lives in treating the "first letters", demonstrating that these wordsmiths can reveal the clash of faces instituted in the process of schooling.

KEY-WORDS: school education; first letters; teachers.

Se minha mãe me aparecia triste e humilde – pensava eu naquele tempo – era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva... (Lima Barreto, 1995, p. 1)

Introdução

As incursões de estudiosos do papel do professor pelo terreno das "primeiras letras" têm percorrido os caminhos mais diversos, mesmo porque nada é estranho ao mestre da sala de aula, esse condutor por excelência do processo educacional. Entretanto, nesse terreno há um campo que recobre e recobra todos os outros, já que é naturalmente constitutivo de todos, o campo da linguagem. E é com esse fundo de motivação e de interesse que as reflexões deste estudo que vai à imagem do professor – especialmente do professor da primeira escola – se desenvolvem.

Não se trata de discutir a formação específica do professor de linguagem, de língua ou de línguas, mas trata-se de, a partir de reflexões básicas sobre a imagem do que realmente se considera um "professor", tentar pôr em questão o que mais intensamente fica envolvido na inserção – e especialmente na primeira inserção – da criança no ambiente escolar.

Não se pode deixar de considerar que a entrada na escola é a entrada nas "letras", com tudo o que isso possa significar na vida das pessoas. As crianças são postas em uma escola já usuários plenos da sua língua materna, ao mesmo tempo, seres humanos já inseridos na vida em sociedade, e, com certeza, peças de presença relevante e ativa na vida em comunidade. Entretanto, essa entrada na escola necessariamente vai moldar um estado novo para a criança, vai torná-la membro efetivo de uma nova "sociedade", que existe como ambiente de condução do processo institucional de educação. A "educação" da criança, obviamente, já estará em seu curso, e já pode até haver presente um adiantado estado de letramento, mas a entrada na escola é o momento mágico em que,

ao mesmo tempo que a apresentação das letras se faz institucionalmente (e solenemente), a linguagem é erigida como peça fundamental da construção de uma educação sacralizada pela própria força das instituições sociais. É na escola que, como mostra Kleiman (2002, p. 182), a oralidade será transformada, mediante a introdução (oficial, digamos) “do código formal da escrita, tanto superimpondo marcas formais da fala letrada [...], complementares às de outros registros, em outros contextos [...], como acrescentando alguns gêneros para descrever tarefas independentes do contexto [de sala de aula]”.

Ora, o cenário dessa ação institucional tem outro ator central além do aluno, o professor, e é dele, é do lugar em que ele próprio se ponha, é do papel que ele crie para si, que fica definido o lugar da criança nessa nova sociedade, e o seu futuro, na sociedade em geral.

Em cena, pois, a figura e o papel do professor na “educação formal”, com encaminhamento para o peso que os moldes dessa figura e desse papel possam assumir, na imagem que a escola deixará nessas crianças pela vida fora. A ideia é que, com as primeiras lições sobre o decalque institucionalizado das primeiras letras, terá entrado nas crianças a imagem do condutor do processo, e, com ele, a imagem da escola como instituição.

1. “Educação”

Delimitar o conceito de educação tem sido tarefa sobre a qual importantes teóricos e filósofos das Ciências da Educação se têm debruçado. As proposições guardam semelhanças entre si, mas, naturalmente, carregam marcas distintivas de cunho cultural, ideológico e/ou temporal.

Tomemos a conceituação liminar de Gusdorf (1970, p. 86) para quem a educação é a instauração da humanidade do homem. Considere-se, dessa maneira, que o trabalho da educação de um homem se concentra e se resume na formação de sua personalidade, uma obra de autoedificação, de domínio do homem sobre si, e que só pode resultar de um encontro do homem com si mesmo, de um enfrentar-se a si próprio capaz de promover a tomada de consciência da personalidade, capaz de respaldar a verdadeira existência, afinal. É dizer que se há de promover um encontro do próprio eu, uma como aparição de si a si próprio à custa de um domínio íntimo.

Por aí vai Paulo Freire (1983, p. 27-28) quando afirma que “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”. Ou seja, a educação só é possível porque o homem, sendo inacabado e tendo consciência de seu inacabamento, sabe

que pode/deve sempre aprender, assumindo-se, então, como “o sujeito [e não o objeto] de sua própria educação”, processo incessante ao longo de toda a vida.

Foi a compreensão da importância dessa carência que caracteriza a espécie humana, e da sua especial necessidade de formação para a vida em sociedade, que levou as comunidades sociais à promoção de um aparato institucionalizado de formação dos indivíduos como seres humanos com solicitações resolvidas, e como cidadãos com prontidão para atender às solicitações da sociedade.

As reflexões deste artigo estão voltadas exatamente para essa educação, a educação formal, aquela que ocorre como fruto do processo de ensino-aprendizagem levado a efeito em instituições de ensino, e especialmente marcado pela entrada da criança no mundo da escrita. Tal processo ocorre, de modo intencional e planejado, em razão do ato de “ensinar” – tarefa do professor – e de “aprender” – tarefa do aluno –, ainda que se saiba que, no exercício diário da sala de aula, ambos aprendem.

O início da visão vai, pois, pela noção de ensino (e de alfabetização), mas apenas para ultrapassar a visão acanhada que muitas vezes se tem desse papel.

2. A figura do professor

2.1 *O professor como quem ensina*

Pelo que se resgata neste estudo, o verdadeiro ensino é, antes de tudo, uma relação humana, e a lição por excelência, como se observou na seção anterior, é a lição de humanidade. Desse modo, a escola é o espaço da educação formal em que o educando vai afirmar-se na coexistência, no respeito mútuo e no diálogo que surge do encontro de individualidades que se abrem, se oferecem, se doam e se aceitam, firmando, em pacto buscado, o crescimento individual.

Ora, é evidente que a lição de humanidade não se dá, mas obtém-se: surge de uma busca, de uma luta interior, de um reconhecimento das próprias razões de ser a que o aluno foi levado, no encontro com o mestre.

Desse encontro, o ensino é apenas um meio. É um meio que, pondo em contato professor e aluno, promove o embate de duas personalidades: elas se defrontam e se buscam, podendo marcar-se irreversivelmente. Dessa aproximação nasce o diálogo entre mestre e aluno, promotor do diálogo do aluno com si mesmo, no qual as questões que se levantem entre um e outro podem fazer nascer questões próprias, individuais, que levem àquela tomada de consciência que chega à autoedificação (GUSDORF, 1970, pp. 205 ss.). Pensemos no que isso significa naquela escola inicial em que a linguagem, a língua e a

própria materialidade da escrita assumem um estatuto particular de chave de significados e de lições de vida.

Como propõe Freire (2001, p. 79), os indivíduos transformam o mundo dizendo a palavra, e “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. Mais que isso, “não há [...] diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser *mais*, que não é privilégio de alguns [...], mas direito [...] de todos.” (FREIRE, 1983, p. 81).

Nada disso, porém, dispensa a necessidade de mobilização de um vasto repertório de conhecimentos para que o professor possa tomar uma posição segura sobre o trabalho profissional a desenvolver, e para que seja permitido “o desabrochar de um saber desse ofício sobre si mesmo” (GAUTHIER et al, 1998, p. 25). E tudo isso tem o vestido natural da linguagem, de que a criança está dotada desde pequena, mas a que, agora, o mestre faz somar o “sortilégio” da palavra escrita, ou seja, de um “outro domínio” e de um “outro poder”, forte e terrível, na sua constituição de permanência¹.

2. 2 O professor como quem “conhece”

Por isso, nenhum mestre verdadeiro considera que possui “a” verdade ou que alguém a possua, para, simplesmente, transmiti-la. Via de regra essa “verdade” se resume a conhecimentos particulares, e não é de esperar que o professor se contente apenas com eles, embora possam ser tidos como chave inicial de segurança e legitimidade da tarefa de ensinar.

A informação, se não é detalhe na educação formal, é margem. Além e acima dela está a formação, porque, além e acima da aquisição do saber está o mergulho no ser. Glorifique-se a ciência, glorifique-se a técnica, mas nenhuma situação pedagógica se limita a uma estrita situação de “fornecimento” de um saber especializado. Professor e aluno interagem, e a palavra – que revela e que entrega cada um ao outro – é a chave dessa comunhão formadora.

1 Cite-se Veríssimo, que, reportando-se à “primeira referência à prática de escrever” que se encontra na *Iliada* (canto 6), diz o seguinte: “Para o público da época, a escrita era algo remoto e misterioso, e as marcas cunhadas em pedra ou argila, como descritas na *Iliada*, um código esotérico e certamente sinistro. As marcas aprisionavam e imobilizavam as palavras, levavam-nas para outro domínio e lhes davam outro poder, diferente do poder comum, e do sortilégio compartilhado, da palavra dita.” (Luís Fernando Veríssimo, *Sinais mortíferos*. Crônica publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*. Disponível em pdf em: <http://www.scribd.com/doc/6936826/Verissimo-Luis-Fernando-Banquete-com-os-deuses>. Acesso em 06 jan. 2009).

O que está em questão no processo educativo não é, em última análise, o conteúdo de uma disciplina particular a ser transferido. O homem não estará “educado” pelo simples fato de ter sido informado – embora precisa e eficientemente – de uma soma considerável de verdades particulares. Essas muitas verdades podem lotar a memória, mas não são o que necessitava, na essência, o indivíduo em formação. Esse indivíduo, se exclusivamente bem informado em determinados e específicos domínios, estará ainda por formar, não terá sido tocado pela lição de humanidade de que fala Gusdorf (1970). Existe sempre o peso de uma autoformação e uma autoconstrução, que nascem especialmente dos questionamentos mais íntimos, sempre despertados, entretanto, na vivência do humano, em troca consentida, e muito particularmente por via do poder da linguagem.

Que haja razões interessantíssimas em foco, dados de informação altamente valiosos, determinadas regras de grande validade, não será a sua transmissão que há de cumprir a finalidade educativa. A soma de verdades particulares não é a verdade humana total. Do mesmo modo, a soma de todos os saberes particulares – mesmo que fosse possível existir em um só homem – poderia, quando muito, chegar a um saber totalizado, nunca à sabedoria que promove a plena consciência de si.

Se, modernamente, a formação profissional especializada dos professores tende a sobrepor-se, festejadamente, à formação geral (TARDIF et al., 1991, p. 224), entretanto ela não representa, em si e por si, a verdadeira sabedoria.

2.3 Afinal, o professor como quem “forma”

Mas essa busca – imprescindível – de si mesmo não pode esgotar-se em si. O conhecer-se – ato primeiro – deve ser propulsor do que Freire (1983, p. 16) chamou de “atos comprometidos”, desvelados pela curiosidade, pelo conhecimento. “É preciso que [o homem] seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele”: saber-se criticamente, assumindo responsabilidades e comprometendo-se – com si mesmo e com o outro. Segundo Freire (1983, p. 81), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Daí a importância da educação, sempre formadora. E daí a importância da tomada de consciência e da posse do valor da palavra, que liberta porque insere, realmente, cada um e todos em um lugar de significação e de visão de mundo.

Educar visando à formação de cidadãos críticos é o desafio que instiga todo aquele que se pretende um educador. Para a consecução de tal tarefa,

tem de ser o professor, ele mesmo, um profissional reflexivo, com uma prática igualmente reflexiva, que só se efetivará quando deixar de ser episódica, superficial, para transformar-se em uma “postura reflexiva” (PERRENOUD, 2002, p. 13), que, impregnando o ato de analisar a prática docente, contribua para a sua constante reformulação.

Ser professor significa entrar em parceria, compartilhar as motivações e comungar os propósitos, concertar as posturas e engajar os compromissos, negociar as ações e propiciar as reações, partilhar sempre a palavra que forma, com consciência, e, acima de tudo, com doação. É assumir, com humildade, que o sujeito do processo de ensino-aprendizagem é o aluno, a quem, ele, envidando sua competência técnica e todos os seus esforços, pretende ver pela educação transformado.

3. A missão do professor

A lição de GUSDORF (1970) e as preciosas lições do nosso educador Paulo Freire (1983; 2005) podem respaldar uma reflexão valiosa sobre a função – e, particularmente, sobre a missão – do professor, em uma sala de aula.

3.1 O mister

Ao professor cabe assumir a verdade de sua missão de mestre de humanidade (GUSDORF, 1970). Acima do programa que ele há de cumprir – porque é um profissional honesto e cioso –, acima de todo aquele conteúdo fabuloso que ele traz como cabedal e que cuidadosamente reorganizou para adequá-lo à capacidade de seus (tão diversos) alunos, acima da disciplina particular que ministra, existe uma verdade humana que há de estabelecer-se a partir de sua atuação, e é para isso que ele tem de ser preparado. Há de haver ciência na base e história no condicionamento, bem como arte e técnica na atuação docente, sempre, porém, com forte investidora na humanidade (NEVES, 2013), de que será testemunho constante a palavra.

No diálogo do professor com seus alunos, questões particulares serão propostas, de ambos os lados, mas a relação humana que se estabelece há de fazer brotar, por trás destas, outras questões mais profundas, e – o mais importante – questões que indagarão o íntimo de cada um, e promoverão a tomada de consciência, o encontro do eu, condição para o encontro com o outro. Cada lição há de ser um debate muito mais amplo do que aquele que o conteúdo particular da disciplina especialmente suscita. Alguma coisa melhor, mais fun-

damental esperam (e merecem) aqueles alunos em formação. Cada um busca a si próprio e à humanidade, e espera, do mestre, ensino, auxílio e apoio para, em interação, caminhar nessa trilha.

Saiba-se o professor incumbido desse mister, acima de tudo; saiba que cada aluno o interroga e o solicita, e aguarda dele um sopro de espírito, mais que um fluxo de noções a respeito de um determinado campo do conhecimento. Saiba, principalmente, que lhe cabe um papel no destino de cada aluno que lhe cai nas mãos. Interiorize o ensinamento socrático de que o principal do ensino é algo que não se ensina, mas que é dado em acréscimo do que se ensina.

3.2 O engajamento

Mas saiba, também, o professor, que ele não escapará à apreciação de seus alunos, o que, segundo Freire (2005), tem importância capital para o seu desempenho.

Afinal, o espaço pedagógico é um *texto* para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola. (FREIRE, 2005, p. 97)

Não há ação educativa efetiva que não seja efeito e resultado das relações interpessoais estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem (Tavares, 1996). Nessa inter-relação, o professor é autoridade em seu saber particular e experiência, mas, nela, ele debate com o aluno, ele interroga, se interroga e é interrogado. Ele ensina e também aprende. Há, com certeza, um debate, para lá do debate da inteligência, que não pode ser posto de lado, porque especialmente para isso o professor deve crer que está aí: para ajudar seus alunos a serem eles mesmos e desenvolverem – por meio de uma educação não restritiva – “o ímpeto ontológico de criar” (FREIRE, 1983, p. 32).

Técnicas transferem-se, saberes também, mas isso é “ensino”, e a realidade profunda da atividade docente é mais que isso. Por trás do saber e da competência especializada do professor, que o aluno respeita e admira, ele espera uma qualidade de ser, algo de essencial que poderá promover, dentro dessa relação que se estabelece, uma lição para a vida. “As palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou nada valem” (FREIRE, 2005, p. 34). Mas a palavra é a força do exemplo, e aquele território conferido ao professor como introdutor das “primeiras letras” lhe dá um poder que não lhe é lícito desprezar.

3.3 O compromisso

Não se pode entender que os programas de ensino, ou seja, a disciplina específica, deva ser servida. Pelo contrário, ela existe para servir. Mais que isso, as próprias lições de vida não é só o professor que oferece, entretanto ele é o mestre por excelência, já que lhe é dado o ensino como instrumento: são-lhe propiciadas ocasiões preciosas de contato mediante as quais ele, se for de fato mestre, irá possibilitar a existência ao aluno, ajudando a deslindar as contradições íntimas de cada um e do seu meio, e obtendo, assim, que cada um possa emergir, como bem afirma Freire (2005), afastando-se do pensamento ingênuo, que será superado pelo pensamento crítico, nessa comunhão com o professor formador.

Testemunha das inquietações e angústias de cada discípulo, o professor tem um compromisso que é irrecusável. Mesmo que aparentemente fuja desse testemunho, ainda assim a sua fuga será um testemunho. A essência é esta: de tudo que sabe, e conhece, e explica, e desenvolve, e pode... seja o professor não um modelo, mas vivência e prova, como mostra Gusdorf (1970, p. 253;257). Ele também mostra que não existem diante do professor apenas inteligências mais, ou menos, ávidas e memórias mais, ou menos, cumpridoras: há em jogo um sentido total da personalidade, e o fechamento de sistemas estanques e isolados é alienação e deformação, o oposto do que deve buscar a educação. Existe um conjunto pessoal implicado, e que não pode ser ignorado. Cada incidente tem seu lugar num contexto, e o que importa não é o acontecimento, mas seu significado na realização total de cada indivíduo, e na busca e conquista tanto do “eu individual”, como do “eu social”.

Envolvidos num processo que os une, professor e alunos, submersos num esforço de contínua busca, nesse correr de ações e reações, fatalmente se transformam. Não há como emergir de águas tão ricas e profundas sem que algo mude com vantagem! E no centro desse papel formador está a vivência da linguagem, com aquele sentido que a lida com a palavra, e com o que ela diz e faz, tem, no ambiente da primeira escola.

3.4 Afinal, a maestria

O professor que se contenta em ensinar “um” saber estará, sem o perceber, ensinando que os saberes, em si sós, são insuficientes. O saber profundo leva exatamente à compreensão de que não se pode saber tudo, e, daí, à compreensão das limitações do homem, o que é, afinal, a verdade humana. O professor que

não se ocupa da formação integral de seu aluno, ainda assim, dará lição, nesse campo, com sua omissão – mas será uma triste lição. Nada de um “mestre”.

Por outro lado, não pode, ainda, o professor esquecer-se de que “a educação é uma forma de intervenção no mundo. É uma intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*” (FREIRE, 2005, p. 98). A consciência de que a escola tem, paradoxalmente, esses dois papéis, de continuísmo e de inovação ou ruptura, é o que dá ao professor a correta dimensão de seu próprio papel e de seu compromisso.

Aí está a grande responsabilidade da missão de mestre, no intento do que prega Gusdorf (1970). Há um sentido e um valor na vida em que temos de crer, e ao professor cabe a grande responsabilidade de afirmar esse sentido e testemunhar esse valor. Há em sua própria vida esta verdade: o mestre é alguém, e o testemunho do sentido e do valor de sua vida preenche a expectativa dos seres em formação. Serão postos em causa os valores humanos, e a partir daí o aluno aceitará como natural a tarefa de ser alguém, um alguém diferente do mestre, com uma história diferente da do mestre, com uma verdade essencialmente sua e só sua. E, no seu verdadeiro papel, o professor terá operado essa revelação mediante o testemunho da verdade que ele ofereceu, na ultrapassagem da exposição de seu saber.

Entra aí a noção fluida e impalpável de *éthos*², que envolve todas as ações humanas, especialmente as que se dão na lida com a linguagem. Entra aí a figura do mestre, constituída pelo que ele expõe em sua conduta, na qual se inclui a sua palavra: o que ele faz e o que ele diz (especialmente o que ele diz que faz) moldam a imagem que, por si, ele cria de si, aquela imagem pela qual ele se mostra e se oferece ao ser que lhe foi entregue ainda em formação.

Ora, no trato escolar, se houve educação, o que existiu não foi uma transferência – de mente a mente – de respostas prontas, de decisões acabadas, de verdades feitas. A verdadeira lição, a que toca a condição de “humano”, não é representada, é testemunhada, com a conduta dos atos e a conduta da linguagem. E é esse testemunho que dá ao professor a possibilidade de legitimar a missão que lhe é conferida.

2 Na sua origem aristotélica, o *éthos* é entendido como o “caráter” (que envolve honestidade, *epiékheia*), mediante o qual se persuade com aquilo que é digno de fê (*Retórica*, 1356a4-5). Hoje, tem-se uma visão discursiva do *éthos*, a qual é explicada em Maingueneau (2008) por via da mudança das condições do exercício da palavra publicamente proferida, o que se evidencia pela mudança de foco de interesse dos analistas da comunicação, deslocada daquela “apresentação de si” para o “look” (p. 11).

4. Um exame de fatos

4.1 *O olhar no passado*

Até agora, as ideias e o ideal. E os fatos?

Especificamente falando de Brasil, hoje a grita é geral contra o (mau) estado da educação: falta de políticas públicas consistentes, de proposições efetivas, falta de condições operacionais, falta de sustentação pedagógica, e mais um elenco sem fim de carências e descaminhos, atestando o descontentamento geral com a baixa qualidade da educação no país.

O professor, ator central dessa dramática situação, às vezes é poupado, nas críticas, em uma primeira instância, com o argumento e a justificativa de que ele é um profissional que ganha pouco e que, conseqüentemente, “não poderia fazer melhor”. Mas engana-se quem pensa que essa “ressalva”, que aparentemente “salva” o professor das críticas, vai no sentido de tê-lo em boa conta: o que mais se percebe, no raciocínio que por aí se desenvolve, é a ideia de que, se se pagasse mais dignamente, poderiam ser recrutados professores (idealmente) melhores do que os que aí estão. Tal argumentação encobre o descaso com que tradicionalmente tem sido tratada a profissão docente, que, para alguns, é abraçada por quem não teve condição (ou competência?) para trilhar outro caminho.

É também corrente outra visão negativa dos professores de hoje, em comparação com os de “antigamente”, tão valorizados pelos alunos, pela família, tidos como figuras de grande respeito e prestígio na sociedade: verdadeiramente, “mestres”. O que essa argumentação saudosista está encobrindo é uma visão elitista de educação, discriminadora das classes populares, que hoje, finalmente, têm acesso à escola. Ser bom professor para poucos, para os filhos da elite bem nutrida e bem informada não tem parâmetro de comparação com o educador de hoje, dessa escola democrática com a qual se tem sonhado desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932³.

E, além disso, cabe perguntar se os mestres do passado teriam sido tão melhores assim.

3 O Manifesto dos Pioneiros (1932, p. 42) veio defender a educação pública, obrigatória, gratuita, laica e mista, responsabilizando o Estado – e não só a família – pela educação do povo e reconhecia “[...] a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social”.

4.2 Uma recolha dos ecos. Com a palavra, mestres da nossa literatura

Esse breve panorama que acaba de ser traçado traz o ensejo de verificar-se a existência de ecos que possam dar alguma imagem do que realmente existe como “depoimento” sobre os tão saudosos mestres de “antigamente”. Nessa empreitada, pareceu um caminho legítimo ir buscar na literatura as impressões sobre a escola e sobre os professores que passaram pela vida de escritores que escolheram incluir, em suas obras, referências de tal ordem. Pareceu, também, legítimo que se fosse, preferentemente, para um tempo já distante, no sentido de ilustrar melhor o contraste, e especialmente no sentido de orientar uma avaliação do que teria sido a imagem do “mestre” antes da grande transformação social que o século XX viveu e testemunhou.

Aqui se traz, nesse percurso escolhido, a voz de alguns de nossos mais conhecidos romancistas⁴ que puseram em cena, nas suas narrativas, personagens com algo a dizer sobre sua escola e sobre seus professores. Fiquemos, especialmente, na primeira escola, exatamente aquela que hoje é o centro das mais disseminadas e pesadas críticas e queixas. E passemos por tópicos que possam fazer chegar a alguma ideia do que haveria de tão diferente no modo de sentir e de avaliar a escola e o professor, e que possam revelar se, na verdade, a avaliação que então se fazia toca de alguma maneira o cerne daquilo que um estudioso da questão, nos dias de hoje, valorizaria.

Uma primeira questão: Por tudo o que vem dito, ia-se à escola para quê? O que se observa é que os motivos que aparecem são, em geral, dos pais ou da “gente grande”, não da criança, e é quase uma constante o utilitarismo das motivações. Para encorajar a entrada de Leonardo na escola, em *Memórias de um sargento de milícias*, dizia o padrinho que ele precisava aprender alguma coisa “para vir um dia a ser gente” (p.31), e, na mesma direção, diz o menino do *Conto da escola*, que estudava porque o pai sonhava para ele uma posição comercial: “tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro” (p.548). Parece que, até aí, nada mudou, os ideais vão sempre, mais decididamente, para o “ser alguém na vida”, para as questões práticas da profissionalização e da inserção no mundo do trabalho.

4 O pequeno conjunto que nos serve de amostra abriga, cronologicamente, obras da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, dos seguintes escritores: Manuel Antônio de Almeida (*Memórias de um sargento de milícias*, 1ª edição em 1854); Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1ª edição em 1881, e *Conto da escola*, 1ª edição em 1884); Aluísio de Azevedo (*Casa de pensão*, 1ª edição em 1884); Graciliano Ramos (*Infância*, 1ª edição em 1945).

Até hoje, a escola brasileira representa, e não só no ideário das classes populares, a porta de acesso a uma melhor condição socioeconômica. A profissionalização via certificação escolar pode, de fato, oferecer oportunidades numa sociedade que ainda se faz, e, nesses casos, a escola passa a representar a possibilidade de essa mesma sociedade – desigual e muitas vezes perversa – redimir-se de injustiças de modo algum explicáveis.

Entretanto, vista do lado das crianças que entrariam para a escola – e revelando o que elas esperavam encontrar lá – com toda a certeza os tempos são outros. Já não se imagina, para hoje, quando a educação infantil se tornou uma realidade legitimada quase universal, o que está dito em *Infância*, por exemplo, em que a escola é um castigo, pois, “segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam crianças rebeldes” (p.116). É desta maneira que o menino recebe a notícia de que seria “metido” na escola: “A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça” (p.116). E é com as seguintes palavras que, em *Casa de pensão*, vem narrada a entrada de Amâncio na escola: “Aos sete anos entrou para a escola. Que horror!” (p.26).

Uma segunda questão, fundamental nestas reflexões, é esta: O que oferecia a escola às crianças? Na escola de *Infância*, começam por ensinar ao menino as cinco letras – ABCDE –, aprendizagem feita em “cantiga fastidiosa” (p.109). Em seguida, ele tinha de gaguejar sílabas, e, depois de as gaguejar, reuni-las em palavras e, “engolindo sinais, articular um período vazio” (p.111). Ou seja, o professor era, literalmente, “das primeiras letras”, sem a mínima visão do papel da linguagem, e, especificamente, do valor da escrita. Vêm os “conceitos sisudos” que o aluno lê sem entender, como: “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.” Quanto tempo ele ficou tentando descobrir quem era o Terteão! E Graciliano exemplifica bem a ausência de uma verdadeira condução de aprendizagem nas escolas: o aluno escreve nos seus trabalhos escolares, “1899”, “1900”, e nem sabe que aquilo é data. E o diagnóstico é este: “Eu achava estupidez pretenderem obrigar-me a papaguear de oitiva. Desonestidade falar de semelhante maneira fingindo sabedoria.” (p.234).

Por aí parece que estamos quase na mesma...

Dentro daquele ambiente pedagógico que os autores literários aqui invocados deixam ver, nas obras em exame, a única qualidade escolar valorizada explicitamente é a capacidade de memorização. Em *Memórias de um sargento de milícias*, o padrinho fica contente com a “memória” do rapaz. E em *Casa de pensão* também lemos: “O Pires nunca explicava: – se o pequeno tinha a lição de memória, passava outra” (p.32).

Brás Cubas é quem dá, afinal, a grande lição, quando opta por saltar “por cima da escola, a enfadonha escola” (p.23), em suas memórias. E ele pergunta: “Que querias tu, afinal, meu mestre de primeiras letras? Lição de cor e postura na aula...” (p.24). Lamentemos: naquele tempo era só o que se pedia, e, pelo que se vê por aí, muito disso permanece!

Então, vem a terceira e mais importante questão: qual a figura do professor retratada nas obras? Deixemos completamente de fora os castigos, as punições, e, especialmente, a palmatória daqueles tempos. Não há por onde trazer à baila essa triste história, com a qual o presente nem dialoga, mas ela é importante, neste laudo, porque não é possível ignorar que aquela disciplina duramente controlada era o pano de fundo das ações e atitudes do professor, bem como dos julgamentos que o professor mereceu. De fato, ela responde pelo que se poderá dizer dos testemunhos colhidos. Em *Infância*, Graciliano diz que, com a professora “de olhos raivosos” (p.180), a munheca do menino “endureceu” e a cópia se povoou de borrões. E mais, o que o menino esperava da vida na escola era isto que lemos a seguir, era esta dolorosa “lição de humanidade” às avessas que está na sua fala: “Certamente haveria... um homem furioso a bradar-me noções esquivas.” (p.117). Ainda, em *Casa de pensão*, o que vem dito é que, como “qualquer manifestação de antipatia redundava fatalmente em castigo, as pobres crianças fingiam-se satisfeitas; riam muito quando o beberrão dizia alguma chalaça, e afinal, coitadas! iam-se habituando ao servilismo e à mentira” (p.26).

Nos trechos em que a simples rigidez do tratamento dispensado aos alunos não está posta em cena, o que sobra é displicência e alheamento dos “mestres”. *Infância* apresenta o “professor Rijo, aposentado, rábula distinto” (p.212), mas que “tomava as lições rapidamente, encoivarava algumas perguntas e dava logo as respostas, sem esperar que acertássemos ou errássemos.” (p.212). O professor do *Conto da escola* lia jornais durante o exercício dos alunos, e o professor de Brás Cubas, configurado no tom característico de Machado de Assis, não é bom nem mau, é apenas inexpressivo: o que ele faz “durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual” (p.24) é “sentar, bufar, grunhir, absorver uma pitada inicial” e chamar os alunos depois “à lição” (p.24). E mais uma vez vem o exemplar laudo de Brás Cubas sobre seu professor: Passou “sem enfadar o mundo com a sua mediocridade” (p.24). Que lição tão forte é essa, a da imagem pífia que tem o professor que não se dá e não se doa em linguagem!...

Da imagem do professor de hoje, o que dirão um dia as nossas crianças que chegarem a compor “romances”?

4.3 O olhar no presente e no sempre

O modelo da escola tradicional insistentemente persiste, aqui e ali. Por mais que, em teoria, os métodos de ensino e as teorias de aprendizagem tenham avançado, ainda hoje a escola, negligentemente, deixa de olhar para seu aluno real, e não busca transformar o ensino em uma ação voltada para as efetivas necessidades dos educandos. A educação bancária, reprodutora e alienante, persiste em muitas escolas por todo o país, sem que se abra o caminho às crianças para a descoberta crítica do mundo que as rodeia.

Felizmente já nos distanciamos, e muito, dos castigos corporais, deixados num passado ainda recente, mas sem qualquer possibilidade de reinstauração.

A sociedade de hoje impõe o consenso de que ao docente cabe conhecer os limites de sua autoridade, para que dele parta a sustentação de um legítimo ambiente educacional em sala de aula, ambiente que se define exatamente pelo respeito aos limites de poder, de lado a lado, o que, por princípio, bane o autoritarismo.

Mas, se o professor autoritário não é aquele profissional que se espera numa perspectiva de escola democrática, voltada para a formação integral de cidadãos autônomos e críticos, não o é também aquele profissional omissivo e permissivo, o professor *laissez-faire*, que larga as rédeas da ação educativa ao acaso, num silêncio e num descaso que abrem espaço a que lideranças negativas possam exercer o controle das ações.

É por onde vai Paulo Freire (1997, p. 118) quando afirma que todo educador de opção democrática se vê diante de um grande dilema: a busca do limite sem perder de vista a liberdade. Segundo o autor, quanto mais a liberdade assumir o limite como necessário, de mais autoridade ela se revestirá, pois são os limites que garantem a própria liberdade.

O que a escola, por destinação, busca, é o exercício democrático da ação docente, cuja legitimidade consiste exatamente em o professor saber ouvir o aluno, e, por essa via, reconhecê-lo como o sujeito de sua própria aprendizagem. Os alunos, ainda que complementem as ações em sala de aula, como o outro polo da ação educativa que são, certamente terão expectativas com relação ao professor, emanadas do próprio papel profissional que este desempenha, tudo a configurar continuamente uma saudável relação de respeito mútuo.

Para ser, de fato, educador, o professor há de exercer sua capacidade de, criticamente, conduzir e sistematizar o processo de ensino-aprendizagem. O caminho é o estabelecimento de uma relação dialógica com o educando para exercitá-lo “na arte do raciocínio crítico, na observação apurada dos fatos e

na organização e correção do pensamento” (VASCONCELOS; BRITO, 2009, p. 93). O educador há de estar consciente de que ensinar é muito mais do que simplesmente transmitir conhecimentos – ainda que seja imprescindível trabalhar um dado conteúdo proposto, insista-se – e procurará levar o aluno a (re)pensar reflexiva e criticamente as noções dadas e recebidas. Mas faltando a interação consentida e bem vivida, faltam as ações produtivas.

Em síntese, é preciso crer que a educação seja, apesar de todas as dificuldades que se venha a enfrentar, um caminho de intervenção no mundo, uma intervenção na qual o bom domínio da linguagem, terá papel fulcral.

Qual será, então, o professor capaz de favorecer a educação desse homem crítico e consciente de seu papel no mundo e do seu poder de intervenção? Certamente não será o professor que, em suas aulas, não abre espaço para a manifestação espontânea do alunado, para a análise individual, para a discordância em argumentos bem fundamentados e, principalmente, para a curiosidade claramente manifestada. Não será, tampouco, aquele professor burocrático, despreocupado, alheado da realidade de seus alunos, tratados como se fossem todos iguais, e avaliados segundo um molde mal sustentado de aluno e de escola.

O professor que permanecerá bem na lembrança de seus alunos certamente será o que se compromete com o ato de educar e tudo o que tal ato significa em termos de autenticidade e de seriedade profissional. É especialmente aquele que tenha estabelecido com os alunos uma permeação de conhecimentos com qualidade para marcá-lo na memória discursiva que vai guiar sua atuação para sempre. Para ser lembrado positivamente por seus antigos alunos, o professor há de assumir uma postura dialógica mediante a qual o contraditório possa ocorrer sem melindres ou revanches. Ele terá de ser aquele mestre que garante aos educandos um espaço de reflexão autêntica no qual, a partir deles mesmos e de suas relações com o mundo, possam comunicar-se sem tropeços nas trocas em comunidade, para criticamente atuar em sociedade.

Não à-toa uma das poucas passagens em que a primeira escola vem lembrada na literatura com respeito e ternura tem uma relação direta com o desejo e o prazer de uma linguagem solta e resolvida: é aquela em que, nas *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (de onde saiu nossa epígrafe), vem narrado que ele entra no curso primário completamente motivado: quer ter aquela “faculdade de explicar tudo” (p.45) que via no pai, e com isso conseguir “o superior respeito dos homens” e “a superior consideração de toda a gente.” (p.45).

Esse é o “mestre”!

5. O recolher das lições

A maior parte dos móveis de tantos descabros trazidos pelos textos literários comentados são questões superadas pelo evoluir da vida social, da cultura e dos padrões. As lembranças que aqui se trouxeram serviram apenas para mostrar que, se olharmos apenas os problemas e as queixas que hoje gritam diante de nós, julgando que tudo o que há de mau é novo, não estaremos amparados para avaliação de quais seriam as modificações desejáveis.

Este artigo começou por questões atemporais, com lições magistrais que valem para hoje como para ontem e para sempre: a educação é “uma resposta da finitude da infinitude” (Paulo Freire), a educação é “a instauração da humanidade no homem” (Georges Gusdorf). Nessa inspiração, e nessa mesma atemporalidade, o que se afirmou aqui, na essência, foi que “a escola é o espaço da educação formal em que o educando vai afirmar-se na coexistência, no respeito mútuo e no diálogo que surge do encontro de individualidades que se abrem, se oferecem, se doam e se aceitam” (seção 2.1).

Isso tem de continuar sempre afirmado e buscado, dentro de toda e qualquer “temporalidade”, por mais adversa que ela seja. Lembremos a lição de Kleiman (2002, p. 182) de que o letramento da criança depende do “contexto em que ele é desenvolvido, isto é, da agência de letramento por ele responsável”, e de que, hoje, “as instituições políticas são das mais efetivas agências de letramento, aproximando muito rapidamente a oralidade dos sujeitos não alfabetizados da oralidade letrada”, o que facilita, por exemplo, a consciência da necessidade das formas de argumentação, no sentido de o indivíduo “alcançar o que quer e influenciar os outros”. Trata-se de condições altamente positivas, mas, por outro lado, a sociedade atual apresenta novos e graves problemas e perigos para o cumprimento dos verdadeiros caminhos de um “espaço pedagógico” que garanta aquela “solidariedade” “entre educador e educandos” condicionadora da “aprendizagem democrática” que Freire (2005, p. 97) prega, e que aqui se invocou. De todo modo, exatamente aos que se pretendem “mestres”, a lição sobre o que significa, realmente, **educar** tem de continuar a mesma, não barateada nem comprometida com nada que a desvie do ensinamento socrático de que, quando se ensina, sempre algo tem de vir como acréscimo! Assim também deve ser a atenção à posse consentida e feliz da linguagem, esse apanágio do ser humano de que a lição de humanidade por excelência se faz.

Afinal, o educador tem de saber que lhe cabe conduzir-se de modo que nunca seja por sua culpa ou por sua causa que algum ex-aluno, quando der seu

depoimento sobre a escola que teve, chegou a dizer, como disse o narrador de *O Ateneu*, de Raul de Pompeia: “Era assim o colégio. Que fazer da matalotagem dos meus planos?”⁵

Referências

- ARISTÓTELES. *Réthorique*. Texte établi et traduit par M. Dufour et A. War-telle. Paris: Les Belles Lettres, 1973.
- BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995. Disponível na Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em 14 jun. 2012, às 22 h.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 30 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2001.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GAUTHIER, Clermont et al. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâ-*

5 É interessante lembrar que assim se narra a manifestação do pai de Sérgio, na entrada do menino no colégio:

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta.” Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; como se a mesma incerteza de hoje, sob outro aspecto, não nos houvesse perseguido outrora e não viesse de longe a enfiada das decepções que nos ultrajam.

Eufemismo, os felizes tempos, eufemismo apenas, igual aos outros que nos alimentam, a saudade dos dias que correram como melhores. Bem considerando, a atualidade é a mesma em todas as datas. Feita a compensação dos desejos que variam, das aspirações que se transformam, alentadas perpetuamente do mesmo ardor, sobre a mesma base fantástica de esperanças, a atualidade é uma. Sob a coloração cambiante das horas, um pouco de ouro mais pela manhã, um pouco mais de púrpura ao crepúsculo — a paisagem é a mesma de cada lado beirando a estrada da vida. Eu tinha onze anos.”

(POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. 16ª ed., São Paulo: Ática, 1996. Disponível na Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Acesso em 24 jun. 2009).

- neas sobre o saber docente. Tradução Francisco Pereira. Ijuí: UNIUI, 1998.
- GUSDORF, Georges. *Professores para quê?* Tradução de João Bénard da Costa e António Ramos Rosa. Lisboa: Moraes, 1970.
- KLEIMAN, Angela. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, Roxane (org.). 1.ª reimpr. *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2002, p. 173-203.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.
- MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. *A reconstrução educacional do Brasil*. Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A linguagem e a visão de linguagem na formação em Letras. *Revista de Filologia e Linguística*. São Paulo, v.15, n. 2, 2013, p. 595-606.
- PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, 1991.
- TAVARES, José. *Uma sociedade que aprende e se desenvolve: Relações interpessoais*. Porto: Porto Editora, 1996.
- VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires. *Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Recebido em 3 de julho de 2014.

Aceito em 24 de agosto de 2014.

A CONCORDÂNCIA E A FUNÇÃO COMUNICATIVA DA LINGUAGEM: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA¹

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília
hiho@unb.br

RESUMO:

O principal objetivo deste artigo é defender a tese de que, para a visão interacionista da linguagem, a chamada concordância só é necessária em línguas de posição livre dos constituintes da oração, como o latim. Em línguas de posição fixa, como o inglês, o francês e o português, a flexão/concordância é desnecessária para o entendimento. Tanto que em situações de crise, como contato e aquisição de línguas ou de variação, bem como de relaxamento da pressão normativa, a flexão/concordância tende a não existir, como ocorre nos dialetos rurais e populares do português brasileiro. Exemplos de outras línguas são trazidos à baila para provar essa tese.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância, variação linguística, interação comunicativa.

ABSTRACT:

The main objective of this article is to defend the thesis that, for the interactionist view of language, the so-called concord or agreement is indispensable only in languages with a fixed position of the constituents of the phrase, as is the case of Latin. In fixed-position languages – like English, French and Portuguese – inflexion/agreement is dispensable for understanding. So much so that situations of crisis – language contact/acquisition/variation as well as relaxing of normative pressure – this inflexion/agreement tends to be absent, as can be seen in rural and popular dialects of Brazilian Portuguese. Examples from other languages will be given in order to reinforce the thesis.

KEY WORDS: Agreement/concord, linguistic variation, communicative interaction.

1 Gostaria de agradecer os comentários que Marta Scherre fez a este texto. Embora discordando em alguns pontos, eles fizeram com que ele melhorasse consideravelmente. No entanto, a responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente minha.

Introdução

A concordância, sobretudo a concordância em número, sempre foi problemática no português brasileiro, bem como em muitas outras línguas que a têm. Felizmente, as investigações de Anthony Naro e Marta Scherre, entre outros, têm trazido à baila muitas questões antes ignoradas. De certa forma, eles têm feito uma espécie de psicanálise linguística, desmascarando muita crença infundada sobre o como falamos. Eu já ouvi de diversos professores de português jurando de pés juntos que fazem todas as concordâncias exigidas pela norma padrão brasileira. Certa feita pedi a uma aluna bolsista minha que gravasse uma palestra que proferi na universidade em que trabalho, uma vez que pretendia transformá-la em artigo. Qual não foi minha surpresa ao vê-la transcrita! Havia diversas ausências de concordância, entre outros fenômenos não aceitos pela norma dita culta.

Meu objetivo neste artigo é tentar dar um passo além do que esses dois pesquisadores conseguiram juntamente com colaboradores e alunos. Eles mostraram a mecânica da concordância e de sua ausência, de maneira convincente. O que eu pretendo fazer é procurar **causas** para a ausência de concordância, fato que eles não investigaram. Entre outras coisas, defendo a tese de que, nas línguas em que os constituintes da oração têm posição fixa, essa posição já indica as funções sintáticas. Com isso, a concordância passa a ser redundante. O que é mais, concordância plena costuma ocorrer só na variedade padrão da língua, por ser normatizada e monitorada.

Tudo que é redundante é, de um ponto de vista ecolinguístico-interacionista, dispensável. Assim sendo, defendo a tese de que a causa de a concordância em número tender a ocorrer só no português padrão é que as demais variedades da língua, que chamarei de coloquial e rural, não estão sujeitas à pressão normativa da variedade padrão (que chamo de **variedade estatal**). Veremos que sempre que há um afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável para o entendimento da mensagem enviada pelo falante ao ouvinte em geral será dispensado. Além dessas duas variedades da língua, esse afrouxamento se dá também em todas as situações em que a língua se vê em crise, como nos contatos de línguas, no aprendizado não monitorado de L2, na aquisição de L¹ e na variação dialetal, entre outros casos. Em todas essas situações, tudo que é muito marcado tende a dar lugar a formas menos marcadas. A concordância em número, sobretudo em línguas de posição fixa dos constituintes da oração, é um caso de formas muito marcadas.

Vejam os como o texto está estruturado. Em primeiro lugar, apresento em linhas gerais o modelo teórico da ecolinguística, para a qual a **língua** é basicamente o como se comunica tradicionalmente na comunidade (seção 1). Na seção 2, tento conceituar concordância, salientando que há outros fenômenos que não têm sido assim considerados tradicionalmente, mas que têm muita coisa em comum com ela. Na seção 3, faço um breve resumo das pesquisas sociolinguísticas realizadas no Brasil a partir da década de setenta. Na seção 4 mostro o que classifico como português estatal, português coloquial e português rural. As seções 5 e 6 discutem resumidamente a concordância nessas três variedades do português brasileiro. Para contrabalançar isso, a seção 7 mostra um pouco de concordância em outras línguas, sobretudo latim, francês e alemão. Na seção 8, tento dar algumas razões (linguísticas e extralinguísticas) para a não concordância onde ela seria de se esperar. Na seção 9, por fim, tento tirar algumas ilações teóricas de tudo que foi dito, ou seja, que onde a concordância não contribui muito para o conteúdo informacional, ela tende a desaparecer. Por fim, temos as observações finais.

1. A visão interacionista da ecolinguística

Existem basicamente duas concepções de linguagem, que chamo, respectivamente, de formalismo e interacionismo, por falta de termos melhores. O **formalismo** enfatiza o construto deduzido pelo investigador a partir da linguagem em ação, como faz a gramática gerativa. De um modo geral, ela exclui o uso. O **interacionismo**, por seu turno, vê a essência da linguagem nas interações comunicativas. A vantagem desse ponto de vista é que ele inclui o sistema, mesmo que ele entre como auxiliar da interação. Tudo isso está implícito em Wilhelm von Humboldt, quando ele diz que a língua é basicamente *enérgeia/Tätigkeit* (trabalho, ação), não *érgon/Werk* (resultado, produto) (Humboldt, 1836). É também o que defendeu veementemente Bakhtin (1981). Mas, mesmo no seio do estruturalismo europeu temos pelo menos um defensor do interacionismo, Eugenio Coseriu. Para ele, “no hay que explicar el hablar desde el punto de vista de la lengua, sino viceversa. Ello porque el lenguaje es concretamente hablar, actividad, y porque el hablar es más amplio que la lengua: mientras que la lengua se halla toda contenida en hablar, el hablar no se halla todo contenido en la lengua” (1967: 287). Em outras passagens, ele diz que o sistema linguístico, ou a gramática do gerativismo, é uma abstração feita pelo linguista a partir do falar, vale dizer da interação.

Nos anos noventa, começou a emergir o que atualmente se chama **Ecolinguística**, que passou a ser definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Como se vê pelo prefixo ‘eco-’, ela parte da ecologia a fim de erigir suas bases epistemológicas. O conceito central da Ecologia é o de **ecossistema**, que consta de uma **população** de organismos e suas **inter-relações** com o meio ou **habitat** (nicho, território, biótopo). Para os ecólogos, o importante no ecossistema não são a população nem o território tomados isoladamente. Pelo contrário, o essencial na Ecologia Biológica são as inter-relações, tanto entre os membros da população quanto entre eles e o meio. Aí temos o ponto de partida para entendermos os conceitos básicos da Ecolinguística. O primeiro tipo de inter-relação corresponde à **interação linguística** ou **comunicação**, enquanto que o segundo equivale à **referência**.

A primeira pergunta que devemos fazer é sobre quais são os equivalentes linguísticos dos quatro conceitos ecológicos, além dos dois já vistos. Melhor dizendo, quais são os conceitos centrais da Ecologia Linguística, ou Ecolinguística. Vejamos a opinião do leigo. Sempre que ele se defronta com o nome de uma língua de que nunca ouvira falar, a primeira pergunta que faz é que povo a usa. Diante da resposta, ele pode querer saber onde (território) esse povo se encontra. Ora, o **povo (P)** é igual à população biológica, enquanto que o **habitat** se equipara ao seu **território (T)**. Quanto à **língua (L)** é equiparável às inter-relações, uma vez que, para o interacionismo, ela é constituída basicamente inter-relações, por interações. O todo formado pelo povo, vivendo em seu território e usando a própria variedade linguística é o **ecossistema linguístico**, às vezes também conhecido como **comunidade** (comunidade de língua e comunidade de fala). Ele é o **ecossistema fundamental da língua**, também chamado de **ecossistema fundacional da língua**².

Na Ecologia existem ecossistemas imensos, como os biomas mais conhecidos (tundra, taiga, floresta tropical, savana etc.), bem como ecossistemas menores, como um lago e até um tanque. Na língua temos algo parecido. O ecossistema linguístico do inglês compreende Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e muitos outros países que o têm como língua oficial, como a Índia. O ecossistema linguístico de uma pequena tribo ameríndia, por exemplo, geralmente não vai além da própria aldeia. Ao

2 Na verdade, além desse ecossistema, temos ainda o **ecossistema natural**, **ecossistema mental** e o **ecossistema social da língua**. Em cada um deles ela se relaciona com o respectivo meio ambiente. Assim, o meio ambiente natural da língua é o mundo, o do mental é o cérebro/mente enquanto que o do social é a sociedade, como se pode ver em Couto (2007a: 89-108, 122-136) e em Couto (2007b).

bioma corresponderia o domínio do ecossistema linguístico dos formalistas, a língua como sistema, ou seja, a **comunidade de língua**. Aos ecossistemas menores corresponderiam os ecossistemas linguísticos locais, conhecidos como **comunidade de fala**. O ecossistema linguístico maior (comunidade de língua) lembra o sistema de Coseriu, enquanto que o menor (comunidade de fala) está mais para sua norma, uma vez que é nele que se dão os atos de interação concretos (*hablar*). Enfim, qualquer agrupamento de pessoas convivendo em um pequeno território e falando a própria língua é uma comunidade de fala. Como no ecossistema ecológico, o da comunidade de fala é delimitado pelo observador. O da comunidade de língua tem seu domínio já dado, ele abrange todo lugar em que a língua em questão se faz presente. Por isso, lembra o bioma da ecologia.

Na Ecolinguística, como vimos, o *hablar* de Coseriu é chamado de **atos de interação comunicativa**, que fazem parte de um todo denominado **ecologia da interação comunicativa**. Esta vai muito além do modelo fechado do circuito da fala de Saussure e dos engenheiros da comunicação. Ela inclui não só falante, ouvinte e mensagem, mas também todo o contexto em que a interação entre os dois primeiros se dá. Como não há espaço suficiente para desenvolver este assunto aqui, remeto o leitor a Coseriu (1967: 282-323), que apresenta os componentes dessa interação detalhadamente, bem como a Couto (2007a: 109-121), que discute tanto a estrutura da ecologia da interação comunicativa quanto um exemplo de ato de interação comunicativa concreto. Para uma visão geral da Ecolinguística, temos Fill (1993) e o meu livro recém-mencionado. Passemos à conceituação de concordância.

2. O que é concordância

De acordo com Chaves de Melo (1967: 167), “consiste a concordância, como se sabe, no ajustamento de desinências entre os termos subordinados e os termos subordinantes. É, pois, uma consequência do flexionismo”. Essa conceituação já aponta para o verdadeiro sentido da concordância como aqui entendida. Completando-a, poderíamos dizer que **concordância** é a harmonização de flexões entre palavras no interior do sintagma ou entre sintagmas, pelo menos nas línguas mais conhecidas da Europa. Nessas línguas, existe concordância porque existem flexões; ou seria o contrário? De qualquer forma, as duas estão inextricavelmente interligadas. Concordância é a repetição de determinada flexão de uma palavra em outra palavra no interior do sintagma, ou de predicado com sujeito no interior da oração. Ela lembra a coindexação, tão comum nos estudos de gramática gerativa, como se vê em (1), para mostrar

que dois termos da sentença têm o mesmo referente. O índice (.) sinaliza que “João” e “o” se referem à mesma pessoa, estão concordes.

(1) O chefe de João₁ criticou-o₁

No português, os dois tipos de concordância mais conhecidos são o de gênero e o de número. O primeiro está exemplificado em (2a-b). Aqui, como alhures, o sublinhado marca os termos que estão em concordância.

(2)

(a) o menino / a menina; o menino pequeno / a menina pequena; o mesmo menino pequeno / a mesma menina pequena

(b) a menina pequena chegou muito atrasada / o menino pequeno chegou muito atrasado

Os exemplos de (2) mostram que a concordância se dá até entre termos que se encontram relativamente distantes um do outro. Na tradição gramatical brasileira, diz-se que “atrasado(a)” é um predicativo, e deve concordar com o nome a que se refere.

Vejam os exemplos de concordância de número, de que existem dois tipos. O primeiro é a **concordância nominal**, que se dá entre o núcleo (N) e respectivos adjuntos (A) no interior do sintagma nominal, motivo pelo qual podemos chamá-la de concordância NA. O segundo é a **concordância verbal**, que se dá entre o sintagma nominal que tem a função de sujeito (S) da oração e o verbo (V) que a ele se refere. É a chamada concordância SV. A primeira está exemplificada em (3a); a segunda, em (3b).

(3)

(a) os meninos / as meninas; os meninos pequenos / as meninas pequenas; os mesmos meninos pequenos / as mesmas meninas pequenas

(b) As primeiras alunas com quem a professora conversou estavam bastante aflitas

Nos poucos exemplos apresentados até aqui, pode-se confirmar a asserção de que existe concordância porque existem flexões. E aí podemos fazer a seguinte pergunta: “Toda flexão tem a ver com concordância?” Em *eu canto, tu cantas* e *ele canta*, bem como nos respectivos plurais *nós cantamos*, *vós cantais* e *eles cantam*, há flexão/concordância de pessoa: a pronome de primeira pessoa

segue verbo na primeira pessoa; a pronome de segunda, verbo na segunda etc. Quando contrastamos as três primeiras expressões com as três últimas, nota-se que há também flexão/concordância de número: à primeira de singular corresponde primeira de plural; à segunda de singular, segunda de plural etc. No entanto, a flexão/concordância de pessoa é de natureza diferente, uma vez que não há uma flexão no pronome sujeito correspondente à do verbo; o que há são lexemas diferentes (*nós, vós*), exceto na variante de terceira pessoa em que *ele(a) canta* tem por plural *ele(a)s canta*. No equivalente brasileiro e/ou popular-coloquial de *tu cantas/vós cantais*, ou seja, *você/canta*, por *oposição a vocês* cantam, o pronome se flexiona, e há concordância.

Há outras harmonizações, no espírito, mas não na letra da definição dada logo acima. Um primeiro exemplo é o que se dá entre o tempo/modo do verbo de determinadas orações subordinadas e o da respectiva subordinante. Segundo Cunha (1969: 320), “usa-se o subjuntivo quando a oração principal exprime” vontade, sentimento ou apreciação e dúvida. Os três casos estão exemplificados em (4), nessa ordem. A existência do subjuntivo significa concordância com um pronome relativo, entre outros, na oração principal. Em (4d), temos uma concordância de tempo (futuro).

(4)

- (a) mandei que ela fechasse os olhos / Deus queira que essa briga não dure muito
- (b) eu tinha medo que ele saísse
- (c) agora não parecia que a quisesse como antigamente
- (d) estarei em casa quando você chegar

No latim, há ainda a flexão e respectiva concordância em caso no interior do sintagma nominal. Em (5) vemos exemplos de concordância no nominativo (a), no genitivo (b) e acusativo (c). Em grande parte dos verbos, o sintagma sujeito fica no nominativo e o que tem a função de objeto do verbo vai para o acusativo.

(5)

- (a) filius bonus et filia bona parentibus oboediunt ‘o bom filho e a boa filha obedecem aos pais’
- (b) flumina terrae nostrae magna sunt ‘os rios do nosso país são grandes’
- (c) Hannibal Saguntum, foederatam civitatem, vi expugnavit ‘Aníbal conquistou à força Sagunto, cidade aliada do povo romano’

Agora podemos perguntar: Qual é a função da concordância e da flexão de gênero e número (e de caso)? Em princípio sua função é indicar funções sintáticas. Tanto que *filius bonus* e *terrae nostrae*, por exemplo, poderiam perfeitamente ocorrer também como *bonus filius* e *nostrae terrae*, uma vez que as funções de núcleo e ajunto adnominal já estão dadas pelos casos nominativo e genitivo, respectivamente. O mesmo se dá na concordância SV. Uma vez que a palavra que tem função de sujeito vai para nominativo e a de objeto direto para o acusativo, as palavras de uma oração como a de (6) podem aparecer em todas as combinações possíveis, embora a primeira forma seja a preferida, como lembrou Coseriu (1967: 84). Algo parecido se dá em japonês, embora a marca de função nessa língua seja dada por uma partícula posposta ao termo em questão.

(6) Petrus Paulum amat / Paulum Petrus amat / Petrus amat Paulum / Paulum amat Petrus / Amat Petrus Paulum / Amat Paulum Petrus.

O alemão também tem flexão de caso, ao lado da de gênero e de número, como se pode ver nos dois exemplos de (7): concordância no genitivo em (7a) e de dativo em (7b).

(7)

(a) das Buch des dicken Mannes ‘o livro do homem gordo’

(b) das Buch von dem dicken Mann ‘o livro do homem gordo’

A construção (7a) é do alemão estatal (*Hochdeutsch*), como esse conceito será definido na seção 3. Quanto a (7b), é o como se diz popularmente (*Umgangssprache*). Como sabemos, no alemão as palavras têm posição fixa dentro do sintagma, com o que o adjetivo deve vir antes do substantivo. Assim sendo, a flexão do adjetivo para indicar que ele se refere ao substantivo que lhe segue é redundante. Tanto que flexão de genitivo no artigo, no adjetivo e no nome (7a) é substituída no alemão popular pela preposição *von* ‘de’ (7b). Como essa preposição exige que o sintagma que a segue vá para o dativo, a flexão de genitivo desaparece, ficando apenas a concordância em dativo entre *dem* e *dicken*. Essa mudança lembra a que se deu do latim clássico para o popular, ou seja, os casos tenderam a cair e suas funções foram paulatinamente sendo assumidas por preposições.

Aliás, o dativo tem muitas afinidades com o conceito de posse. No latim, podia-se dizer *mihi multi libri sunt* (tenho muitos livros) e *mihi nomen est*

Tullius (meu nome é Túlio). O uso do dativo para indicar posse não se restringe a exemplos como os que acabamos de ver.

Algumas línguas indicam as funções sintáticas apenas pela ordem dos termos na frase. São as línguas de posição fixa na frase. O francês tende a ser desse tipo, mas os crioulos são exemplos mais eloquentes. No crioulo português da Guiné-Bissau, por exemplo, temos construções como as de (8).

(8)

(a) *omi mata lion* ‘o homem matou o leão’

(b) *lion mata omi* ‘o leão matou o homem’

(c) *lion garandi* ‘leão grande’

Como se vê em (8b) relativamente a (8a), invertendo a ordem dos termos as funções sujeito e objeto continuam no mesmo lugar, o que muda é quem executa a ação de matar (sujeito, agente) e sobre quem ela recai (objeto, paciente). Em (8c) vemos que inclusive no interior do sintagma nominal as funções de núcleo e adjunto são igualmente indicadas pela posição, com o adjunto vindo depois do núcleo.

O português também tende a ter ordem fixa tanto no interior do sintagma nominal quanto na oração como um todo. Mesmo assim, como no alemão, também no português estatal pode haver uma pletora de flexões, às vezes resultando em uma imensa cadeia de concordâncias, como o exemplo de (9), que será retomado mais abaixo.

(9) Todas as meninas pequenas chegaram atrasadas

Como se vê, todos os lexemas de (9), menos o verbo, recebem a marca de feminino, fato indicado pelo sublinhado simples. Todos recebem a marca de plural, indicado pelo sublinhado duplo. Para provar que essa profusão de flexões é dispensável, por ser redundante, o equivalente desse enunciado no português rural e em muitas variedades do popular é o que está apresentado em (10).

(10) As meninas pequenas chegô tudo atrasado

Em (10), apenas o artigo contém a marca de plural, ficando todos os demais lexemas numa espécie de forma neutra. A marca de feminino, por seu turno, se manifesta em todas as palavras do sintagma nominal que funciona como sujeito da oração. O predicativo (*atrasado*), no entanto, fica na forma neutra,

contrariamente que vimos nos exemplos de (2) do português estatal. É uma pergunta em aberto o fato de o português estatal ter e/ou requerer a concordância de gênero, mas não a de número, nesse caso.

Além da concordância em gênero e número, há outras instâncias de harmonização entre lexemas que têm muitas afinidades com a concordância em geral. Uma delas é a anáfora, em que determinado termo (pronome, p. ex.) está coindexado com algum nome anterior. Outro é o tempo-modo nos verbos. A chamada *consecutio temporum* (combinação de tempos) é uma parte constitutiva da gramática latina. Temos também a regência, que não deixa de ser algum tipo de concordância, como a que se dá com a preposição *von* de (7b), que exige que a palavra seguinte esteja no caso dativo. Inclusive a harmonia vocálica que ocorre em línguas como o turco se assemelha à concordância. Por razões óbvias de espaço, esses assuntos não podem ser tratados aqui.

3. Alguns estudos sobre a concordância no português brasileiro

No Brasil existe uma tradição relativamente longa de estudos variacionistas, de base laboviana, sobre concordância. O mentor desses estudos é Anthony Naro, mas uma das mais ativas pesquisadoras na área é Marta Scherre. O pontapé inicial para essa investigação foi dado na monografia *Competências básicas do português*, de Miriam Lemle e Anthony Naro (Rio de Janeiro: MOBREAL, 1977). A partir daí surgiram muitas pesquisas, e não só no Rio de Janeiro³. Vejamos alguns resultados dessas pesquisas.

No início dos estudos sobre o português brasileiro, isto é, desde os estudos filológicos até começar a pesquisa sociolinguística variacionista (década de setenta), defendia-se a tese de que a flexão tenderia a ocorrer apenas no primeiro elemento do sintagma nominal, como já se pode vislumbrar em alguns dos exemplos dados acima. Chegou-se mesmo a atribuir essa tendência a uma possível influência africana, já que muitas línguas de onde vieram os escravos têm flexão no início da palavra (Guy 1989), tese refutada por Naro e Scherre (cf. Naro; Scherre, 1993). Scherre (1988), por seu turno, chegou à conclusão de que o mecanismo das marcas de plural e suas ausências é muito mais compli-

3 Além de Naro e Scherre, vários outros pesquisadores se dedicaram ao assunto, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e alhures. Entre eles, temos: a) Maria Luíza Braga (1977), *A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, diss. de mestrado; b) Gregory Guy (1981), *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*, Philadelphia, University of Pennsylvania, diss. mestrado. Em Scherre (1988) há um apanhado geral das pesquisas.

cado. Por exemplo, adjuntos à esquerda do núcleo favorecem flexão, como se vê nos exemplos de (11a), embora alguns deles possam não se flexionar (11b). A concordância se dá mais nos falantes mais escolarizados. A contraprova está na quase ausência de concordância de número no português rural vista em (10).

(11)

- (a) as boas ações / suas tias / meus filhos todos / todos esses homens / tantas outras famílias
- (b) os meu amigo / essas outra família

Em todos os exemplos vistos até aqui os adjuntos estavam à esquerda do núcleo do sintagma. Quando é o núcleo que está à esquerda, na primeira posição, há variação como nas construções de (12a); se ele está na segunda posição, ocorrem construções como as de (12b).

(12)

- (a) coisas lindas / eles todos / representante diretos
- (b) umas casinha bonitinha / suas tias / todos eles / trabalha uma, as outras fica

Uma constatação interessante é que sequências zero-marca-zero são raras (Scherre, 1988: 174), ou quase inexistentes. É muito raro, ou quase impossível, encontrar construções do tipo *essa outras família*. Uma das conclusões gerais sobre a concordância NA é a de que flexões levam a flexões, ausência de flexão leva a ausência de flexão.

Vejam agora a concordância verbal (SV). Uma das constatações é que sujeito anteposto ao verbo favorece a concordância. Como se pode ver em (13), se ele estiver próximo ao verbo, ela é de 49% (13a); se distante, 33,1% (13b). Se estiver posposto ao verbo, a concordância cai drasticamente, perfazendo apenas 23,4% dos casos (13c). A proximidade do sujeito ao verbo é o fator mais favorecedor da flexão/concordância. Parece que o falante sente o que vem após o verbo sempre como objeto.

(13)

- (a) Eles cantam / nós fomos à cidade / eles diz /
- (b) essas trocas de experiência vai crescendo / eles também não diz
- (c) Aí bateu dois senhores na porta / chegou muitas pessoas

Se há uma diferença fonológica muito grande entre a forma de singular e a de plural (saliência fônica), a flexão/concordância tende a ocorrer. É o caso, entre outros, das formas de terceira pessoa *é/são*. Tanto que até nos dados do português rural o fato pode se dar, como *os menino tudo são assim* dos meus dados. Não obstante, a regra é variável. Vejamos os exemplos de (14).

(14) *os vizinho daqui é ótimo / aqueles que são sinceros*

Essas pesquisas têm ido fundo na questão da concordância SV e AN, de modo que seria impossível fazer justiça à grande quantidade de resultados que já foram obtidos. Eu gostaria de mencionar apenas mais uma constatação, sobretudo de Anthony Naro. Quando se trata de terceira pessoa, e cujo plural seria nasal, muitas vezes a ausência de concordância se dá por razões fonológicas, fato que será pormenorizado na seção 8. Vejamos os exemplos de (15).

(15) *eles conhece / vocês conhecem; eles ganha demais / eles ganham demais*

De acordo com Naro (1998), a ausência de flexão/concordância em *conhece* e *ganha* se deve a uma tendência à desnasalização de sílaba átona final. O que é mais, essa tendência viria de Portugal, sendo que a tendência à perda de flexões/concordâncias recuaria ao indo-germânico.

4. Português estatal, português rural e português coloquial

Eu chamo de variedade ou **dialeto estatal** do português aquilo que se tem classificado tradicionalmente como “português padrão”, “português culto” e até “português *standard*”. Às vezes se fala também em “português literário”. Em alemão seria o *Hochdeutsch*, literalmente “alto alemão”. No entanto, a expressão ‘português estatal’ é quase uma tradução da alemã *Staatssprache*, que quer dizer justamente “língua do estado”. É assim que deve ser entendida a expressão ‘dialeto estatal’. Ela aponta para o fato de se tratar daquela variedade da língua intimamente associada ao estado. Na verdade, ela é um de seus componentes, ao lado de outros como forças amadas, sistema escolar, organização administrativa etc. É a variedade linguística considerada como sustentadora da unidade linguística nacional, sobretudo frente aos dialetos, fato mais conspícuo em línguas da Europa e da Ásia, tais como o alemão e o chinês. O estado tem uma grande preocupação com a manutenção da própria unidade territorial e política. Por isso o dialeto estatal contém formas consagradas tra-

dicionalmente, só que formas em geral oriundas de “bons escritores”, não de práticas linguísticas pretéritas. Dificilmente, ele aceita inovações, sobretudo as oriundas da massa de falantes, mesmo que sejam generalizadas em todo o domínio do território do estado.

Em Couto (1979: 16), eu defendi a tese de que o dialeto estatal é o máximo de formalidade a que se pode chegar, embora usando outro nome. É uma forma ideal. Como ideal, dificilmente é atingida plenamente, permanecendo como o nível a que se deveria chegar pelos ideais do estado. Pode ser até que nunca chegue a ser atingida, principalmente na linguagem oral, mas haverá sempre um acordo tácito entre os membros da comunidade de que “o certo é assim, mas a gente fala tudo errado mesmo”. Em muitos casos, pode ser até que ela só seja atingida na escrita e na sua derivada oral, a leitura, o que parece ser o caso do mandarim (*pu tong hua*) na China.

Um estudo clássico sobre a caracterização dessa variedade linguística é o de Paul Garvin. De acordo com esse autor, as duas principais propriedades do dialeto padrão (estatal) são a estabilidade flexível e a intelectualização. Há uma agência de codificação, como a Academia Brasileira de Letras e outras. Esse dialeto visa a permitir proposições precisas e rigorosas e, se possível, abstratas, o que abrange tanto o léxico quanto a gramática. Na formulação de Ammon (1973: 46), que usa as categorias de ‘código elaborado’ e ‘código restrito’ de Basil Bernstein (1972), a intelectualização permite “uma comunicação mais diferenciada, a tomada e o armazenamento de mais informações, uma percepção e conhecimento mais diversificados, soluções de problemas intelectualmente mais complexos e projetos de ação mais diferenciados”.

Garvin & Mathiot (1974) falam também das funções de um dialeto padrão (estatal). A primeira é a função unificadora. Para eles, “uma língua padrão serve como elo entre os falantes de diferentes dialetos da mesma língua, contribuindo assim para uni-los em uma única comunidade linguística”. A segunda função é a separatista, que “opõe uma língua padrão a outras línguas, antes como uma entidade separada, do que como uma subdivisão de uma entidade maior”. A terceira função é de prestígio, uma vez que o domínio do dialeto padrão confere prestígio a seu usuário. A quarta função é a de quadro de referência, a partir do qual se podem julgar as falas em geral. O dialeto padrão (estatal) dispõe de uma norma codificada que constitui uma medida de correção (p. 124-126).

O conceito de português estatal (ou dialeto estatal) é válido e interessante. Para a Ecolinguística, que valoriza a diversidade, ele é mais uma dentre as manifestações da língua. Aumenta a riqueza comunicativo-expressiva do português em geral, como sugere Ammon. Só não devemos fetichizá-lo, considerando-

-o a única variedade “correta” do português. Sequer devemos ver nele algo “melhor” do que as demais variedades (geográficas, rurais, sociais etc.). Ele é apenas mais uma entre elas, aquela que está associada ao estado. Uma vez que é normativo e prescritivo, ele se aproxima do sistema de Coseriu (1967). O problema é que os agentes do estado às vezes impõem regras absurdas como a exigência de que o “correto” é “hoje são 20 (de janeiro)”, não “hoje é 20”, regências verbais como “assistir a um filme” e muitas regras de colocação pronominal que ninguém usa na vida quotidiana.

Passemos ao **dialeto rural**⁴. Ele é um dos polos do português brasileiro como um todo, uma variedade extrema, por oposição ao dialeto estatal, o outro polo. A despeito da desconfiança dos urbanitas em relação a ele, ele é altamente estável. O que é mais, apresenta aspectos altamente conservadores, tanto no léxico quanto na morfossintaxe. Mesmo assim, ele tem sido bastante estigmatizado, talvez devido ao fato de seus falantes não serem pessoas “sofisticadas”, como pensam alguns setores da elite urbana.

Vejam os traços típicos dessa variedade do português brasileiro. Apresento apenas uns poucos, uma vez que o assunto será retomado na seção 6. Na sintaxe, poderíamos começar pelo enunciado de (10), visto acima. Poderíamos acrescentar outros como *amanhã nós vai trabaiá* ‘amanhã nós vamos trabalhar’. Como salientou Elia (1963), na fonética existem exemplos em profusão. Entre eles temos o uso de [y] em vez da lateral palatal, como é o caso de *fio* por filho, *raiá* por ralar e assim por diante. Um outro é a rotacização de [l] em posição pós-vocálica, como em *carça* por calça, *cardo* por caldo etc. A rotacização se dá também na segunda posição do grupo *muta cum liquida*. Assim, em vez de placa, clamar e Flávio, no português rural se diz *praca*, *cramá* e *Frávio*.

As variedades do português rural têm uma grande uniformidade Brasil a fora, a despeito das proporções continentais do país, como já salientava Elia (1963: 233-301). Elas representam uma adaptação do português ao meio ambiente rural brasileiro. Em Amaral (1992) há uma descrição bastante detalhada desse dialeto. Em Couto (1998) temos a discussão de uma variedade que é uma continuidade do dialeto descrito por Amaral. O mecanismo da concordância nesse dialeto será examinado na seção 6.

4 Melhor seria falarmos em “dialetos rurais”, uma vez que há diferenças de região para região. No entanto, no Brasil elas são tão pequenas que podemos simplesmente falar em “dialeto rural”, ou “dialetos rurais”, valendo para todo o país (cf. Elia, 1963). Além disso, ele pode ser falado também na periferia das cidades e nas favelas, em geral constituídas de imigrantes vindos da zona rural.

Entre o português estatal e o rural, temos o que se tem chamado de **português coloquial**. Trata-se de uma variedade de transição, um *continuum*, às vezes se aproximando de um, às vezes de outro. Equivale mais ou menos ao que os alemães chamam de *Umgangssprache*, literalmente “linguagem de uso cotidiano”. Ele apresenta muitas afinidades com o português rural, embora os traços rurais mais marcantes tendam a ser evitados. Isso se dá justamente por serem altamente estigmatizados, associados ao “atraso” da zona rural, concepção absurda, que não tem qualquer justificativa. Poderíamos dizer que é a linguagem da classe média e, às vezes, até da elite culta, uma vez que o português estatal se manifesta quase só na escrita.

Acabamos de ver que algumas das características do português coloquial são compartilhadas pelo dialeto estatal, outras pelo rural. Entre as compartilhadas com o primeiro, poderíamos citar o futuro do presente analítico, como *vamos trabalhar*. Dificilmente se diria *trabalharemos*. Pelo contrário, pode ocorrer até a queda do -r de infinitivo, dando *trabalhá*, inadmissível na variedade estatal. De um modo geral, essa variedade do português brasileiro apresenta menos flexões/concordâncias relativamente ao dialeto estatal. Assim, temos, por exemplo, substituição de alguns pronomes por outros que facilitam essa redução. É o caso de *a gente* por nós e de *você* por tu. Com ambas o verbo fica na forma não marcada de terceira pessoa, ou seja, passa-se a ter *a gente canta* (nós cantamos), *você canta* (tu cantas) ao lado de *ele canta*. Em Couto, Silva & Aragão (1990) há um começo de estudo desse tópico, mostrando que mediante substitutos dos pronomes poderíamos ter a redução de todas as desinências verbais a uma única. Em Couto (1998) o assunto é discutido parcialmente.

Gostaria de terminar esse pequeno elenco de características do português coloquial lembrando o uso do subjuntivo nos verbos. Na verdade, isso é rigidamente obedecido apenas no português estatal. No coloquial às vezes, e no rural sempre, o subjuntivo é abolido. Assim, em vez de *espero que ele venha*, temos *espero que ele vem*. Em um grande jornal brasileiro, registrei *não existem remédios ou vacinas que previnem as alergias alimentares*. Em outro encontrei *todos são iguais perante a lei, embora há quem insista que alguns são mais iguais que os outros*.

5. Concordância no português estatal

Por provir do latim, língua altamente flexional, o português apresenta muitas flexões/concordâncias, embora muitas delas tenham desaparecido, como a flexão/concordância em caso, pelo fato de ter se tornado uma língua cujos

componentes da oração tendem a ter posição fixa e por ter ampliado o uso das posições. Mesmo assim, por ser uma variante da língua monitorada e normatizada centralmente pelas instâncias estatais apropriadas, a concordância no português estatal é aquilo que está estabelecido nas gramáticas normativas, claramente conservadoras. Por isso, vou me basear em Cunha (1969), que classifica concordância em três tipos. O primeiro é a concordância adjetivo-substantivo; a segunda, concordância dos pronomes possessivos (NA). A terceira é a concordância verbal, ou seja, a que se dá entre sujeito e predicado (SV). Existem outras espécies de concordância, como do artigo, ou do determinante em geral, com o núcleo do sintagma nominal e outras. Eu todos esses casos, há concordância de gênero e de número, como já vimos em (2). Aí se incluem outras classes de palavras adjuntas, como “mesmo”, “todo” etc. Em todos esses casos, a concordância se dá em gênero e número.

Como se vê nas gramáticas normativas, como a de Cunha, o mecanismo da concordância no português estatal é bem mais complicado do que o parágrafo anterior dá a entender. Elas distinguem diversas matizações. Primeiro, aqueles casos em que o adjetivo vem antes de dois substantivos (16a), caso em que concorda com o substantivo mais próximo. Se o adjetivo vem depois de dois substantivos, se forem do mesmo gênero pode ficar no singular (16b), o mais comum, ou no plural (16b’). Se os substantivos são de gêneros diferentes e do singular, pode concordar com o mais próximo (16c) ou com o conjunto deles (16d).

(16)

(a) tranquilas montanhas e bosques / tranquilos bosques e montanhas / alto respeito e admiração / alta admiração e respeito

(b) terno e chapéu escuro / língua e literatura portuguesa; (b’) terno e chapéu escuros / língua e literatura portuguesas

(c) gravata e chapéu escuro / idioma e literatura portuguesa

(d) gravata e chapéu escuros / idioma e literatura portuguesas

Há inclusive questões extralinguísticas. Por exemplo, o movimento feminista⁵ tem se manifestado contra concordâncias como as de (17), por privilegiar o gênero masculino, mesmo estando distante do adjetivo.

5 Na contracorrente desse movimento, a presidente argentina Cristina Kirchner criou um feminino para seu cargo, exigindo ser chamada de ‘presidenta’. A presidente brasileira Dilma Rousseff imitou-a, adotando também a forma ‘presidenta’, embora o povo e grande parte dos meios de comunicação continuem usando a forma tradicional. Isso é estranho, uma vez que se trata de um dos poucos casos em que português e espanhol não fazem distinção de gênero.

(17) chapéus e gravatas escuros / homens e mulheres altos

A concordância do adjetivo com o substantivo se dá mesmo quando o segundo é predicativo, como “atrasadas” em (9). Havendo mais de um substantivo, os princípios são aproximadamente os mesmos que os vistos em (16).

Não vou falar da concordância com os possessivos, uma vez que ela segue os mesmos princípios já vistos. Mais importante é a concordância sujeito-predicado. O princípio geral é que o verbo deve concordar com o sujeito em número (18a). Se ele for um pronome, há também a concordância em pessoa (13b)⁶. O dialeto estatal do português brasileiro já admite as formas de (18c), que reduzem as flexões/concordâncias (você = tu; vocês = vós).

(18)

(a) o passarinho canta / os passarinhos cantam

(b) eu canto / tu cantas / ele canta // nós cantamos / vós cantais / eles cantam

(c) você canta / vocês cantam

Sob a rubrica “casos particulares”, Cunha identifica acima de 16 casos específicos de concordância SV, como sujeito composto de dois ou mais nomes, que leva o verbo para o plural. Há uma série de outros casos específicos, como sintagmas do tipo “um dos que”. Afinal, deve-se dizer (ou escrever) *eu sou um dos que mais trabalha* ou *um dos que mais trabalham*? Por fim, gostaria de destacar a concordância, ou sua ausência, com o verbo “haver” existencial. A norma do dialeto estatal decreta que se deve dizer *havia muitas pessoas na sala*, não *havam muitas pessoas na sala*. Mas, como veremos na seção seguinte, a segunda construção é corrente no português coloquial da classe média.

Para os normativistas, a língua não foi feita pelos membros da comunidade em que é usada, mas pelos grandes escritores do passado. Todos os exemplos de fenômenos linguísticos que apresentam para justificar as “regras” que formulam são tirados dessas fontes. Dificilmente encontramos em seus escritos exemplos tirados da língua efetivamente usada na comunidade real da língua. É a norma do “como se deve falar”, não a do “como se fala”, como disse Coseriu.

Em síntese, todos os tipos de concordância possíveis no português brasileiro em geral devem ser obedecidos no português estatal. Afinal, ele é normativo, impositivo. Quem quiser ser aceito no sistema estatal (ser aprovado em

⁶ Na prática, todos os substantivos são de terceira pessoa, uma vez que só o pronome dessa pessoa pode “substituir” os nomes.

vestibulares, em concursos, redigir textos oficiais etc.) deve obedecer tudo que está prescrito nas gramáticas normativas e nos dicionários.

6. Concordância no português rural e no coloquial

Como o dialeto rural é o extremo oposto do estatal, começo por ele. Vou me basear na variante comentada em Couto (1998). Amaral (1992) também poderia ser uma fonte, mas, como ele se atém mais ao vocabulário, é de pouca serventia no que tange à concordância, de que apresenta poucos exemplos. É claro que, devido à influência dos meios de comunicação de massa, sobretudo rádio e televisão, o dialeto rural tem mudado muito nos dias de hoje. Portanto, muita coisa que Amaral descreveu em 1920 tende a não existir atualmente. Até fenômenos que registrei na região de Patos de Minas (MG) em 1974 já tendem a desaparecer. No entanto, o português rural é bastante conservador. Ele contém muitas formas arcaicas que não se veem mais no português coloquial nem no estatal.

A forma de (18c) pode ocorrer até no português estatal. No entanto, ela é mais típica do português coloquial. No português rural, a forma *você* vira *ocê*, perdendo o /v/ inicial, sendo que no coloquial pode *você* ser substituído por *cê* na função de sujeito da oração. Enfim, como está exposto em Couto (1998: 378), as flexões verbais do dialeto rural são em número bem menor do que as do português estatal. Por exemplo, no presente do indicativo, o verbo só tem duas formas, uma para a primeira pessoa, outra para as demais: *eu amo* x *ocê/ele/nóis/ocêis ama*. O mesmo vale para o pretérito perfeito do indicativo, em que *amei* se opõe a *amô* para todas as demais pessoas/números. No pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo, só existe uma forma para todas as pessoas/números, ou seja, *amava* e *amasse*, respectivamente. Como a concordância em português é função da flexão, isso resultou nas respectivas ausências de concordância. Em (19), temos mais alguns exemplos de meu dialeto, alguns não presentes no ensaio que acaba de ser mencionado.

(19)

ees [eles] transita ali / nós passa lá / depois nós tromba aí / ocêis já vai? / nós ficava na casa dele / nós estudô foi aqui na Capelinha / meus menino é tudo ativo (inteligente)

Toda língua, e até dialeto, apresenta variação, quando não pelo crescente contato de seus falantes com os habitantes das cidades. Já Amaral (1992: 70)

dava exemplos de concordância, ou de semiconcordância, como os de (20). Elas lembram a forma de plural, mas não são exatamente como elas. Em (20a), o verbo concorda com o sujeito, embora sua pluralidade esteja só no artigo. O predicativo também não concorda (*quétu, pestiado*), nem em gênero nem em número, exatamente como o predicativo de (10), acima.

(20)

(a) as criança távum quétu ‘as crianças estavam quietas’

(b) as criação_ ficárum pestiado_ ‘os animais ficaram empesteados’

Na variedade que descrevi em 1974, praticamente não há concordância. As mais das vezes, quando o falante se encontra frente a alguém da cidade, e/ou que julgue culto, pode introduzir algum tipo de concordância que seu dialeto não tem. Trata-se de casos de interferências interdialetais. Vejamos os exemplos de (21).

(21)

(a) Atualmente os menino tudo são assim / ele e o Dero viero aqui de passeio / fomo criado junto aí junto / onde que cês estudaro? / pusemo eles aí

(b) nós vamo fazê assim / eles: vamo fazê umas prisão aí

Os poucos exemplos de (21) parecem sugerir que o início da oração favorece a flexão/concordância, embora haja outras posições, inclusive com o sujeito anteposto explícito, em que ela pode ocorrer também. Enfim, formas como *cantaro* (cantaram), *vendero* (venderam), *partiro* (partiram) e *pusero* (puseram) representam provavelmente o primeiro passo na direção da queda definitiva da flexão/concordância, ou de sua recuperação, pelo menos quando encaramos as coisas da perspectiva do português estatal. O que acontece aqui é um fenômeno fonético, a desnasalização, que vou comentar na seção 8. O fato é que podemos considerar todos esses casos de concordância como manifestações de interferência do português urbano. Quando os falantes da região conversam entre si, dificilmente há concordância, se é que há. O fenômeno precisa ser mais bem investigado neste setor. Quanto ao *vamo*, de *vamo fazê umas prisão aí*, talvez tenha se flexionado por ter uma função ligeiramente diferente, equivalente ao *let's* do inglês.

Os exemplos de concordância ou semiconcordância vistos em (20)-(21) já contêm manifestações da concordância NA, ou ausência dela. Na variedade do português rural descrita por Amaral em 1920, a não concordância entre

núcleo e adjuntos no interior do sintagma nominal era a norma, como mostram *as criança* e *as criação* de (20).

Em (22), apresento uma seleção de exemplos de não concordância no interior do sintagma nominal registrados no meu dialeto em 1974.

(22)

(a) esses caminho / Os Pato (Patos [de Minas]) / aqueles menino / os menino / uns dia / uns tempo / as causa / os trem (as coisas) / há muitos ano / otos caso / três fio / meus menino

(b) passado uns vinte ano cada um tava no seus officio

Praticamente todos eles obedecem o princípio de que só se flexiona o artigo ou outro termo que venha em seu lugar (determinante). O exemplo (22b) é curioso, uma vez que mostra que o princípio vige mesmo quando precedido de um predicativo (*passado*). Quanto ao sintagma nominal final desse exemplo, é difícil saber se o artigo de *no seus officio* tem marca de plural ou não. Por uma espécie de crase fonética, mesmo que ela existisse na intenção do falante, seria praticamente inaudível, uma vez que se funde com o s- inicial de *seus*. Só exames espectrográficos minuciosos resolveriam a questão, se é que resolveriam.

Um fato interessante no dialeto rural é que apresenta concordância de gênero, começando pelo exemplo de (10). Poderia acrescentar outros *ad libitum*, como os de (23), sendo os de (a) do meu dialeto; os de (b) e (c), do dialeto caipira de Amaral.

(23)

(a) o menino /a menina; um menino / uma menina; uma casa comprida / trajo casero /sole quente

(b) o minino, o pire (pires) / as paiz (paz) / certas hora / umas fruita / minhas ermã / suas pranta

(c) essas coisarada bonito

Em princípio, todas as construções de (2), acima, ocorrem também no dialeto rural. O seu diferendo reside no fato de preferir o adjetivo em posição predicativa, e não adjuntiva. Em vez de *a menina bonita*, ocorre mais *a menina é bonita*. As formas de (23) confirmam essa constatação, deixando-se de lado a flexão de plural que, na verdade, não afeta a de gênero. Os três últimos exemplos de (23a) são dos poucos que encontrei de adjetivo em função adnominal. O

terceiro deles é curioso por dois motivos: primeiro, o adjetivo é de dois gêneros (*quente*), portanto, teria a mesma forma ao lado de um nome masculino ou de um feminino; segundo, temos um arcaísmo para a palavra “sol” (*sole*). Enfim, nesse ponto, parece não haver muita diferença entre português estatal, rural e coloquial. A pergunta que fica no ar é: por que a concordância de gênero se mantém neste dialeto, tão parco de flexões?⁷

Passemos à variedade do português intermediária entre o estatal e o rural, o português coloquial⁸. Em suas manifestações mais informais (churrascada de fim de semana, grupos contando piadas etc.) podem ocorrer fenômenos como os de (20). No entanto, há concordâncias verbais que são inadmissíveis em qualquer circunstância, como as que são específicas do rural. Vejamos, em (24), um pouco do espectro de variação que uma oração simples pode apresentar no português brasileiro em geral. Entre (24d) e (24e) poderia ocorrer ainda *amanhã nós vamos trabalhá*.

(24)

- (a) amanhã nós trabalharemos
- (b) amanhã nós vamos trabalhar
- (c) amanhã nós vamos trabalhá
- (d) amanhã nós vamos trabalhá
- (e) amanhã nós vai trabalhá
- (f) amanhã nós vai trabalhá

Pode até haver mais formas intermediárias. De qualquer modo, a forma de (a) é exclusiva do português estatal, enquanto que a de (f) é exclusiva do rural. A primeira é tida como “cult”, ao passo que a segunda é estigmatizada no seio da classe média urbana. Tudo que vem entre as duas faz parte de um *continuum* fluido. Por exemplo, (b) é aceitável no nível estatal; talvez, até (c) o seja, sobretudo em discursos orais, mesmo assim com muitas reservas. O enunciado é mais apropriado no português coloquial, que admite ainda (d). Nas situações informais recém-mencionadas (e) também poderia ocorrer no coloquial, mas a forma já tende para o rural, ou seja, a ser estigmatizada. A construção (f) já é decididamente específica do português rural.

7 Ver Couto (1998) para mais exemplos de concordância, semiconcordância e ausência de concordância no português rural.

8 O termo “coloquial” não é muito apropriado, uma vez que também o português rural é coloquial no meio em que é usado. Uso-o por falta de termo melhor.

Em síntese, o português coloquial é uma zona de lusco-fusco entre dois polos, que, dependendo das circunstâncias, pode ir de (24b) a (24e). As únicas variedades que apresentam formas exclusivamente suas são o português estatal (a) e o rural (f).

7. Concordância em algumas outras línguas

Começando pelo latim, devo notar logo de início que ele apresenta uma grande prodigalidade no que concerne às flexões/concordâncias. A tal ponto que Schleicher (1848) o considerou uma língua altamente “desenvolvida”, por ser flexional, fato que valeria também para o alemão e a maioria das línguas românicas, entre outras. Como já visto em (6), nessa língua há concordância não apenas em gênero e número, mas também em caso. Porém, essa profusão de flexões/concordâncias se dava mais no latim clássico, literário, também conhecido como *sermo urbanus*. Na linguagem do povo, chamada de *sermo vulgaris*, muitas delas não ocorriam, como o próprio Cícero reconheceu em uma carta a um amigo. Não temos muita documentação de enunciados do *sermo vulgaris*. Mas, a julgar pela redução nas flexões que os estudiosos de linguística histórica mencionam, havia uma drástica redução na concordância nessa variedade da língua.

Outra língua rica em flexões/concordâncias é o alemão, que também apresenta concordância em gênero, número e caso, embora em menor número do que o latim. Em (7) já vimos um exemplo. Em (25), podemos ver que no interior do sintagma nominal praticamente todos os lexemas se flexionam. No caso, pus em negrito os que estão no dativo (objeto indireto) e em itálico os que se encontram no acusativo (objeto direto). Quanto ao genitivo, está sublinhado (25b). Como já visto acima (7), o genitivo tende a ser substituído pela preposição *von* (de), que seleciona o dativo.

(25)

(a) ich habe **der** **schönen** Frau *einen* *grossen* Kuchen gegeben ‘eu dei um grande bolo à mulher bonita’

(b) ich habe **der** **schönen** Frau *das* *grosse* Buch des Mannes gegeben ‘eu dei à mulher bonita o livro grande do homem’

Entre as línguas latinas, o francês é a que apresenta menos flexões/concordâncias, embora a grafia nos engane, uma vez que mantém flexões arcaicas

que não têm nenhuma correspondência na realidade fonética. Por isso, é preciso sempre incluir a representação fonético-fonológica, ao lado da ortográfica. Vejamos alguns exemplos em (26).

(26)

- (a) le livre est vert [le livr è vèr] ‘o livro é verde’
- (b) la robe est verte [la ròb è vèrt] ‘o vestido é verde’
- (c) les livres sont verts [le livr sò vèr] ‘os livros são verdes’

O exemplo de (26b) pode dar a impressão de que há concordância de feminino, uma vez que a *robe*, que é feminino, corresponde um adjetivo que apresenta [t] final, diferentemente do masculino (26a) e do plural (26c). Na verdade, as coisas não são sempre assim. Tanto que a *le livre est noir* [le livr è nwar] ‘o livro é preto’ corresponde *la robe est noire* [la ròb è nwar] ‘o vestido é preto’.

Nesse ponto, o francês se aproxima do português rural, no qual as flexões/concordâncias são drasticamente menos frequentes do que no português estatal. O assunto é bastante complexo. Seria impossível exauri-lo aqui. Por isso, gostaria de encerrar a pequena amostra da concordância em francês com a flexão do verbo *chanter* (cantar), no presente do indicativo: *je chante* [šãt] (eu canto), *tu chantes* [šãt] (tu cantas), *il chante* [šãt] (ele canta), *nous chantons* [šã'tõ] (nós cantamos), *vous chantez* [šã'te] (vós cantais), *ils chantent* [šãt] (eles cantam). As únicas formas que flexionam são a primeira e a segunda de plural, apenas uma a mais do que o português rural.

8. Algumas razões para a ausência de concordância

Como em quase tudo na língua, também no caso da concordância existem razões linguísticas e extralinguísticas para a sua ocorrência ou não. Isso nas línguas que a têm, uma vez que em grande parte delas não há flexões/concordâncias, como o conhecido caso do chinês. Por razões linguísticas entendo aquelas que têm a ver com as tendências da dinâmica estrutural e funcional da língua. Elas são internas, têm a ver com a forma e/ou estrutura do enunciado. Por razões extralinguísticas, entendo as que têm a ver com o uso da língua, com a sua função sociopsicológica na interação comunicativa. As razões de natureza psicológica envolvem o cérebro/mente. As extralinguísticas podem ser também de natureza referencial, semântica. Mas, antes de entrar nessas razões,

é importante distinguir entre línguas em que os constituintes do enunciado têm posição fixa e línguas em que há mais liberdade no que tange à posição das palavras na frase.

Começemos pelas razões que têm a ver com a organização da própria mensagem. Nas línguas em que os constituintes do enunciado têm posição livre, a flexão/concordância é necessária para indicar as funções de cada elemento na frase. Nesse caso, só ela indica o que está relacionado a quê. É o caso do latim. Como mostram os exemplos dados acima, se não houvesse a flexão de caso, não saberíamos o que é sujeito e o que é objeto direto nas diversas possibilidades de construção de (6). Afinal, as palavras podem aparecer em qualquer ordem. Tampouco, saberíamos que *foederatam* é adjunto de *civitatem*, que é aposto de *Saguntum* (5).

De certa forma, também o japonês é de posição livre, pelo menos em alguns casos. Os substantivos e adjetivos dessa língua não se declinam em casos como o latim. No entanto, a língua dispõe de partículas que se pospõem aos sintagmas, cliticamente (constituindo um grupo de força com eles). Essas partículas indicam a função sintática dos nomes. Vejamos o exemplo de (27), com as partículas sublinhadas.

(27)

Kodomo ga inu ni niku o yaru
criança AG cachorro BEN carne PAC dar
'A criança dá carne para o cachorro'

Em (27) há um terceiro argumento, ou seja, o beneficiário da ação de dar, que, sintaticamente, seria nosso objeto indireto. No caso, a partícula *ga* que vem depois de *kodomo* (criança) indica que essa palavra é o sujeito da oração. O *ni* depois de *inu* (cachorro) indica que esta última se refere ao beneficiário da ação. Por fim, o *o* que sucede *niku* (carne) mostra que essa palavra tem a função de objeto direto da oração. Por esse motivo, os sintagmas sujeito, objeto direto e indireto podem ocorrer praticamente em qualquer posição, como em (28).

(28)

- (a) Kodomo ga niku o inu ni yaru
- (b) Inu ni niku o kodomo ga yaru
- (c) Niku o kodomo ga inu ni yaru

Trocado em miúdos, nas línguas de posição livre, tem que haver alguma coisa que indique a função sintática, tanto intersintagmas quanto intrassintagmas. Grande parte, se não a maioria, das línguas da Europa (indo-europeias) desenvolveu desinências para essa finalidade. O japonês passou a usar partículas postostas aos nomes.

Vejamus pelo menos uma razão de natureza psicológica para a ausência de flexão/concordância nas línguas de posição fixa, exemplificando com o português. No que tange aos componentes da oração, sabemos que ele é uma língua SVO (sujeito-verbo-objeto). Por esse motivo, os falantes sabem que tudo que vem antes do verbo é sujeito; tudo que vem depois, objeto. A ordem das locuções na oração já indica suas funções sintáticas. Portanto, não haveria necessidade para a existência de concordância. Essa ordem só pode ser alterada em alguns contextos estilísticos, que, por serem “contextos”, permitem recuperar a função de cada constituinte da frase. Por exemplo, em vez de *o menino excluiu a menina da brincadeira*, pode-se dizer, em alguns casos, *a menina, o menino excluiu da brincadeira*. Como se vê, é necessário que se use uma vírgula na escrita, que reproduz uma pausa e uma certa entoação especial que a expressão tem na língua falada a fim de o receptor saber que a palavra inicial é o objeto, não o sujeito.

A conclusão inevitável a que chegamos é que as flexões que indicam concordância SV e NA são redundantes. Isso implica que a concordância como definida acima resulta de um excesso de flexões ou, dito de outro modo, sua existência leva a esse excesso. Isso significa que a concordância implica maior custo no processamento da mensagem. É muito mais fácil para os interlocutores processarem enunciados como os do crioulo apresentados em (8), do que os do português, os do alemão e os do espanhol, entre outras línguas da Europa. A concordância aumenta o número de fenômenos marcados, sendo que a tendência das línguas, e do mundo em geral, é dar preferência a fenômenos não marcados, que representam menor custo. Aliás, isso se justifica pelo conhecido princípio do menor esforço.

É claro que, mesmo nas línguas de posição fixa, há flexões que não são redundantes. É o caso da anáfora. Vejamos o enunciado *ontem chegou o novo embaixador_i de Portugal a Brasília. Assim que chegou, ele_i se dirigiu à embaixada de seu país, cujos membros o_i receberam entusiasticamente*. O índice (i) sinaliza que *novo embaixador*, *ele* e *o* são correferentes. E correferência não deixa de ser um tipo de concordância, no caso, concordância semântica. Esse tipo de concordância é indispensável para a coesão do texto, e para sua inteligibilidade.

O que chamei de razões estruturais talvez seja mais apropriadamente chamado de razões fonético-fonológicas. Os estudiosos da concordância em português já haviam apontado para o fato de que “a variação na concordância verbal tem um componente que parece puramente fonológico: quando o plural *comem* [‘komeyn] se reduz ao singular *come* a única diferença existente pode ser a perda da nasalização da vogal não acentuada final. Tal regra existe atualmente no português do Brasil e opera variavelmente também sobre formas não verbais do tipo *homem, ontem* etc. Por outro lado, quando *comeram* [komerawn] é substituído por *comeu* [ko‘mew] a diferença consiste na substituição de uma desinência *-eram* por outra *-eu* e o fenômeno não mais parece fonológico. Existe evidência empírica que sugere que em etapas anteriores do desenvolvimento da concordância SV o tipo *comem/come*, em que atua a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância. Daí conclui-se que a redução morfológica da concordância é um desenvolvimento mais tardio, criado a partir da generalização da redução fonológica. De fato, esta primeira etapa - a desnasalização - existe na fala de Portugal, principalmente na região de Entre-Douro-e-Minho, onde [...] a regra atua tanto em nomes (*virgem* como *birge*) como em verbos (*vertem* como *véрте*)” (Naro & Scherre 1993: 442).

Naro e Scherre perceberam o problema, embora não tenham mostrado todas as suas consequências. Realmente, na terceira pessoa, há uma causa fonético-fonológica para o enfraquecimento da flexão. O que os autores não mostraram é que o fato tem a ver com o peso da última sílaba e o padrão acentual português. Está assente entre os fonólogos que, quando a última sílaba é pesada, o acento deve recair sobre ela, como em *anão, anã, anel* e *pomar*. Se isso não ocorrer, trata-se de uma situação excepcional, marcada, como em *comem, homem, virgem* e *órfão*. Por ser excepcional, a forma deve ser decorada. Isso significa também que sempre que possível há uma tendência a recuperar a situação ideal (paroxítono com última sílaba leve) mediante a desnasalização. São pouquíssimas as palavras da língua que apresentam o padrão paroxítono com última sílaba pesada⁹.

Como faz com grande parte dos fenômenos marcados, que exigem mais esforço de processamento, também aqui a língua frequentemente tem estratégias para transformar o que é marcado em não marcado, no caso, tornando a sílaba leve, para que se tenha o padrão oxítono preferido. No português rural, formas como *virgem, homem, órfão, Cristóvão* e *Estêvão* perdem a nasalidade, com o que se tem *virge, home, órfo, Cristóvo* e *Estêvo*. Aliás, de novo como

9 Os padrões acentuais portugueses foram detalhadamente estudados em Couto (2006, 2008).

lembrado por Naro e Scherre, isso já acontecia no norte Portugal (Silva Neto, 1970: 623-624; Vasconcelos, 1970: 94).

O mesmo acontece com formas como *mataro* (mataram), *vendero* (venderam), *partiro* (partiram) e *pusero* (puseram), que Naro e Scherre não consideraram de causa fonético-fonológica. Na verdade, esses casos são exatamente iguais aos demais recém-discutidos. Como se trata de paroxítonos terminados em ditongo nasal, não estão dentro do padrão acentual preferencial do português, sobretudo no dialeto rural, e até no coloquial. Só a nasalidade já faz a sílaba pesada; sílaba nasal ditongada é susperpesada. Daí, a desnasalização.

Com respeito a outras flexões, como a do -s de plural e de terceira pessoa do singular dos verbos, Naro & Scherre (1993:443) lembraram que “o -s final dificilmente era pronunciado na língua popular de qualquer fase histórica do Latim” (Naro & Scherre 1993: 443). Ele é débil no português em geral. A tal ponto que sua presença em sílaba final não faz com que fique pesada, como o fazem as líquidas, os ditongos e as nasais (ver logo acima). Dito de outro modo, a presença de -s no final das palavras não afeta as regras de acentuação. Qualquer palavra mantém sua tonicidade com ou sem ele, como em *cása/cásas*, *fofóca/fofócas*, *câmara/câmaras*, *homem/homens* e *sótão/sótãos*.

Passemos às razões extralinguísticas para a ausência de flexão/concordância nas línguas que a têm. Pelas razões que acabei de apresentar, a concordância tende a ser um fenômeno da língua estatal, que é monitorada, normatizada. Na linguagem corrente do povo, ela pode existir até certo ponto. No entanto, sempre que a língua se vê em crise, tudo que for muito marcado e exigir alto custo de processamento mental tende a ser substituído por formas menos marcadas. Há diversos casos de crise na língua. Uma delas se dá quando há contatos de povos aloglotas. Como nenhum deles conhece a língua do outro, pegam o mínimo necessário para uma interação comunicativa precária. Isso está muito bem exemplificado nos contatos que levaram à pidginização e/ou à criouliização. Pode ser visto também nos casos de bilinguismo/multilinguismo territorial, nos quais sempre há influência de uma língua sobre a outra. Ocorre também na aprendizagem de L2, sobretudo quando não monitorada, ou seja, quando não é feita na escola. Até na aquisição de L1 há escassez de concordâncias.

O que acontece nas situações de crise, que inclui reviravoltas políticas, é um afrouxamento da pressão normativa, como mostrou (Chaudenson, 1989: 61-77). Mas, há outras situações em que isso pode acontecer. Uma delas é o distanciamento geográfico, o que justifica, pelo menos em parte, a pouca incidência de flexão/concordância nos dialetos rurais. Vimos acima que o português rural é bastante refratário à concordância de número, embora a de gênero se

mantenha na maioria dos casos. Uma terceira é o nível de escolaridade, como já salientaram Naro e Scherre. Como a concordância em português é redundante e exige muito esforço para seu processamento, é só a pressão normativa do português estatal que consegue mantê-la, embora, como esses autores já mostraram, até na escrita ela possa estar ausente.

Em suma, em situações de crise, em que há afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável na formulação dos enunciados será dispensado. Como consequência natural do fato de ser redundante nas línguas de ordem fixa, a concordância não contribui em nada para a função referencial ou semântica dos enunciados, como será discutido mais pormenorizadamente na seção seguinte.

9. Concordância e função comunicativa da linguagem

A função primordial e básica da linguagem é a interação comunicativa. Para a Ecolinguística, a língua é a própria comunicação. Tanto que ela é o homólogo das inter-relações da Ecologia. A gramática gerativa, ao contrário, tende a ver nela um fenômeno quase exclusivamente mental, que serve apenas para expressão do pensamento. No entanto, tudo na língua é derivado da função interacional-comunicativa. A expressão do pensamento e outras “funções” são tributárias dessa função fundamental. Dito de outro modo, tudo nela converge para essa função, como Eugenio Coseriu enfatizou em toda a sua obra, e como também discuti exaustivamente em Couto (2007a), ao longo de praticamente todo o livro de mais de 400 páginas. A língua existe basicamente para a interação entre os membros da comunidade de que faz parte. O dia em que deixar de fazê-lo, tenderá a desaparecer. É o caso das diversas mudanças de língua (*language shift*) ou de dialeto que se têm registrado ao longo da história. Por razões de invasão e conquista, impõe-se aos conquistados a necessidade de aprender a língua dos conquistadores, fato que aconteceu com diversos povos da África, Ásia e América. Por outro lado, com o processo de urbanização, que se insere no processo maior de globalização, diversas comunidades do interior do país têm sido pressionadas a abrirem mão de seu dialeto local em prol do estatal ou de algum outro mais próximo dele.

Retomemos o que foi dito na seção anterior. Tudo que for redundante se torna dispensável e tudo que é dispensável é dispensado em situações de crise na língua e/ou de afrouxamento da pressão normativa. Reformulando essa tese em termos de interação comunicativa, temos que tudo que tiver pouco ou nenhum valor referencial e, portanto, pouca contribuição para a finalidade última da

linguagem (a interação comunicativa), tende a desaparecer ou ser substituído por algo mais funcional. Retomemos o enunciado do português estatal de (9), reproduzido em (29) para facilidade do leitor.

(29) Todas as meninas pequenas chegaram atrasadas

Como se pode ver, a informação de que se trata de mais de uma menina (pluralidade), representada pelo sublinhado duplo, está presente em absolutamente todas as palavras, inclusive no verbo. Para um enunciado de apenas seis palavras, ela está representada cinco vezes a mais do que é necessário para o entendimento. É um alto custo de processamento para pouca informação. O que é mais, a informação de que se trata de um ser do sexo feminino, fato representado pelo sublinhado simples, está presente em todas as palavras, menos o verbo. De novo, trata-se de muita redundância, excesso de forma para pouco conteúdo que, aliás, é apenas um (feminino).

Para comprovar que essa profusão de desinências de plural e de feminino não é indispensável para a função básica da linguagem (a interação comunicativa), reproduzo o equivalente rural do enunciado (29) em (30), também para facilidade de leitura.

(30) As menina pequena chegô tudo atrasado

Vê-se em (30) que a informação de pluralidade está presente apenas no artigo, se não contarmos o quantificador *tudo*. Essa é a maneira normal de se dizer, no português rural, o que está expresso no português estatal em (29). Como seria de se esperar, não há nenhuma perda de informação. Todo mundo entende tudo quando ouve (30) na zona rural. Aliás, se alguém dissesse nessas circunstâncias algo como (29), seria tido como esnobe, metido a chique, por querer falar como os habitantes da cidade, ou melhor, como os últimos consideram “correto”. Vale dizer, os rurícolas têm alguma noção de enunciados como (29) só pelo pouco contato que esporadicamente têm com os urbícolas ou, então, pelo pouco de escrita a que tiveram acesso.

Uma contraprova que eu tenho apresentado a favor do poder informacional do enunciado (30), ou seja, de seu valor comunicativo tão grande quanto o de (29), cada um no respectiva contexto, é o equivalente dos dois em inglês. Nessa língua, ele seria algo como o que se vê em (31).

(31) All the young little girls arrived late

Essa é a única maneira de se expressar a informação em questão em inglês, se deixarmos de lado algumas possíveis paráfrases. Em todas elas haveria informação de que se trata de um ser do sexo feminino, e de mais de um, apenas no núcleo do sintagma nominal, se de novo deixarmos o quantificador *all* de lado. A única exceção se daria se o fato acontecesse no presente, não no passado. Nesse caso, seria *the little girl arrives late*. Aqui há um resquício de concordância, uma vez que o -s indica terceira pessoa de singular, para combinar com *girl*. No entanto, isso não se dá no pretérito (31).

Retornando a frase (29), é importante frisar que a profusão de flexões, que redundam em profusão de concordância, só se mantém no português estatal devido ao monitoramento, ao treinamento escolar, à fiscalização e ao controle. Tudo isso é efetivado com punições, como reprovação em provas para cargos públicos, em vestibulares etc. Onde nada disso existe, o excesso de concordância tende a inexistir ou a existir em menor proporção. Com efeito, Scherre mostrou que mesmo no registro escrito pode haver ausência de concordância, onde a norma do português estatal exige que ela seja observada. Em (32a-b) reproduzo dois exemplos que ela dá em um texto em coautoria com Naro (Scherre & Naro, 1997: 108-110). Em (32c), reproduzo outro que tirei de um conhecido jornal brasileiro.

(32)

- (a) sairá das AD's caravanas de docentes para participarem deste evento
- (b) a atuação da máfia do contrabando e o crescente interesse de comerciantes em descarregar mercadorias em bancas de camelô está inflacionando o mercado do asfalto
- (c) As inovação são baseadas em cinco ponto principais.

Em (32a) temos uma clara ausência de concordância num caso em que o português estatal exige que ela exista. Vale dizer, o sujeito está no plural (*caravanas*), mas o verbo está no singular (*sairá*). Aqui como em outros casos semelhantes, o fato se deu em parte porque o sujeito está posposto ao verbo. Em (32b), temos um sujeito composto, caso em que se deveria dar preferência ao verbo no plural, embora os normativistas afirmem que em alguns casos como esse o verbo possa também ficar no singular. Mas, note-se, pode, não deve. O fato é que abrindo qualquer jornal ou revista semanal brasileira podemos encontrar casos de ausência de concordância entre verbo e sujeito.

Em (3) podemos constatar que, pelo menos nas variedades mais basiletais do português rural, só há concordância de gênero entre o núcleo do sintagma

nominal e seus adjuntos. Quanto à concordância de número, está inteiramente ausente, uma vez que o plural só está indicado no artigo. Em suma, em termos de eficácia da interação comunicativa, (30) e (31) comunicam tanto quanto (29), em seus respectivos contextos. Assim, quando um falante da zona rural profere (30), seu ouvinte recebe todas as informações relevantes que um falante de português estatal receberia ouvindo (29). O mesmo se pode dizer de (31), que é a única maneira de se transmitir a mensagem em questão na língua inglesa. Como já foi assinalado, a língua existe para a comunicação. Tudo nela contribui mais ou menos para essa finalidade. As concordâncias SV e NA nas línguas de posição fixa são das que menos contribuem, se é que contribuem, uma vez que a própria posição dos constituintes já indica quais são suas funções.

10. Observações finais

As pesquisas sobre a concordância em português já atingiram um alto grau de refinamento, desvelando uma série de conhecimentos úteis sobre a dinâmica da língua no Brasil. No entanto, todos esses estudos têm rechaçado, consciente e deliberadamente, qualquer interpretação “funcionalista”. Pois bem, o que tentei fazer no presente ensaio foi justamente procurar por uma interpretação desse tipo para os excelentes resultados a que chegaram. Melhor dizendo, partindo da função primordial da linguagem, que é a interação comunicativa, procurei encontrar justificativas (razões, causas) para alguns desses fenômenos.

No meu modo de ver, o problema está no modelo teórico que essas pesquisas utilizam, a sociolinguística laboviana, de solidez epistemológica inquestionável. No entanto, esse modelo se atém ao sistema, no sentido de que, mesmo partindo de dados de fala efetivamente proferidos, com diversas variáveis (sociais, etárias etc.) controladas, seu objetivo é sempre o sistema. Quase se poderia dizer que ele seria uma gramática gerativa aplicada aos atos de fala, uma linguística da competência, mas sem fugir do sistema. O que ele procura é variação no interior do sistema, portanto, fica no sistema.

Um outro problema com esse modelo é o fato de, por partir do sistema, considerar os dialetos, as variedades regionais, sociais e outras como aquelas em que falta alguma coisa. Assim, nessas variedades “falta” a concordância de gênero e de número no sintagma nominal, falta a concordância de número entre verbo e sujeito e assim por diante. Ora, tudo aquilo a que falta alguma coisa é “falho”, truncado, portanto, de certo modo não perfeito. Trocado em miúdos, embora nenhum variacionista aceite a ideia, o que está por trás de tudo isso é que o dialeto estatal é de alguma forma melhor do que as variedades regionais,

sociais e outras. Porém, sabemos que o dialeto estatal é uma abstração, forjada a partir da observação dessas variedades que, elas sim, fazem parte dos atos de interação quotidianos das pessoas. Elas é que são concretas. Nesse caso, poderíamos inverter a formulação, e afirmar que é o dialeto estatal que apresenta “excrescências”, traços desnecessários à interação comunicativa, que é a finalidade última da linguagem.

O modelo interacionista da Ecolinguística, por seu turno, enfatiza precisamente o resultado dos atos de interação comunicativa, os enunciados, embora a Sociolinguística Quantitativa também o faça. A diferença está em que a última o faz a partir do sistema, e para justificar o sistema. O interacionismo, na linha de Eugenio Coseriu, se coloca no polo oposto. Para ele, a **língua** só existe no falar, ou melhor, ela é o modo tradicional de falar na comunidade. O sistema é uma abstração feita pelo linguista a partir do que observa nos atos de interação comunicativa. Ele é um construto teórico. Assim sendo, se partirmos dele, considerando a fala mera realização dele, estamos invertendo a ordem natural das coisas. Estamos hipostasiando esse construto.

Com isso não estou diminuindo o valor do sistema. Só estou sugerindo que é melhor partir do falar e, a partir dele, procurar o sistema, do que o inverso, partir do sistema e verificar como ele se realiza, procedimento que, diga-se de passagem, também é válido, só que bastante limitado. O modelo formalista não consegue explicar o porquê da existência dos próprios fenômenos que investiga. Por exemplo, não consegue explicar porque, nas línguas de posição fixa, as flexões/concordâncias deixam de existir em diversos casos em que o sistema as exigiria devido ao fato de que, para a função básica da língua (a interação comunicativa), elas são dispensáveis. É bem verdade que, segundo a teoria matemática da comunicação, sem um mínimo de redundância não haveria comunicação eficaz. No entanto, nos enunciados vistos acima em que deixou de haver concordância, havia muita redundância, inclusive de outra natureza, que seria ocioso enumerar aqui. Enfim, em situações de crise e/ou afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável para o entendimento do enunciado será dispensado. A flexão/concordância em número em português é um exemplo de fenômeno dispensável.

Referências

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 4ed. São Paulo: HUCITEC/Instituto Nacional do Livro, 1992.
- AMMON, Ulrich. *Probleme der Soziolinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1973.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BERNSTEIN, Basil. Social class, language and socialization. In: Giglioli, P. P. (org.). *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972, p. 157-178.
- CHAUDENSON, Robert. *Créoles et enseignement du français*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- CHAVES DE MELO, Gadstone. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, 1967.
- _____. *Sincronia, diacronia e história - o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.
- COUTO, Hildo Honório do (1974): *O falar capelinhense - uma visão sociolinguística*. Londrina (PR): UEL.
- _____. (1979): "Os níveis sociolinguísticos". *Semina* 1,3.15-23.
- _____. (1998): "Falar capelinhense: um dialeto conservador do interior de Minas Gerais, em Grosse, Sybille Grosse/Zimmermann, Klaus (orgs.): pp. 371-391.
- _____. (2006): "Prolegômenos ao estudo do acento em português". *Polifonia* 12,2.73-89.
- _____. (2007a): *Ecolinguística - estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora.
- _____. (2007b): "The ecology of spatial relations: The case of Kriol prepositions", em: Schrader-Kniffki, Martina/Morgenthaler García, Laura (orgs.): *La Romania en interacción: entre historia, contacto y política - Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann*. Madri/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, pp. 479-514.
- _____. (2008): "Algumas restrições aos proparoxítonos em português", em: Roncarati, Cláudia/Abraçado, Jussara (orgs.): 2008. *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói, EDUFF/FAPERJ, pp. 118-136.

- _____. Denize E. Garcia. da Silva/Martins, Denise Aragão C. (1990): “Processos de simplificação no português brasileiro e pidginização”: *Estudos lingüísticos (GEL) XIX*, pp. 316-323.
- CUNHA, Celso (1969): *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares.
- ELIA, Sílvio. Unidade e diversidade fonética do português do Brasil. In: *Ensaaios de filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963, p. 233-301.
- FILL, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- GARVIN, P. L. The standard language problem - concepts and methods. In: Hymes, D. (org.). *Language in culture and society*. New York: Harper & Row, 1964, p. 521-526.
- _____; Mathiot, M. Urbanização da língua guarani: um problema em língua e cultura. In: Fonseca, M. S. V.; Neves, M. F. (orgs.). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 119-130.
- GROSSE, Sybille/ ZIMMERMANN, Klaus (orgs.). “Substandard” e mudança no português do Brasil. Frankfurt/Main: TFM, 1998.
- GUY, G. R. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre el español de América y lingüística afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989, p. 226-244.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Berlin: Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1836).
- NARO, Anthony. O uso da concordância verbal no português substandard do Brasil: atualidade e origens. In: Grosse; Zimmermann (orgs.): 1998, p. 139-151.
- NARO, A.; Scherre, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. In: *DELTA* 9, 1993, p. 437-454 (número especial).
- SCHERRE, Marta. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1987. Dissertação (Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- _____. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- _____. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: Oliveira e Silva, G. M.; Scherre, M. (orgs.). *Parâmetros sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 85-117.
- _____. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: Grosse; Zimmermann (orgs.), 1998, p. 153-188.

- SCHERRE, M.; NARO, A. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: Hora, D. (org.): *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia Editora, 1997.
- SCHLEICHER, August. *Zur vergleichenden Sprachgeschichte*. Bonn: H. B. König, 1848.
- SILVA NETO, Serafim. *História da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- VASCONCELOS, José Leite. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centros de Estudos Filológicos, 1970.

Recebido em 4 de maio de 2014.

Aceito em 30 de maio de 2014.

OBJETO NULO *VERSUS* ESTRATÉGIAS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS RURAL DO ESTADO DA BAHIA E NO DE PORTUGAL^{1*}

Cristina Figueiredo
Universidade Federal da Bahia
macrisfig@uol.com.br

RESUMO:

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sociolinguística sobre três estratégias de retomada de um DP na posição de objeto direto: o objeto nulo (ON), o clítico acusativo (CL) e o pronome forte (PF), em duas variedades faladas do português rural, o do estado da Bahia (PRB) e o de Portugal (PRE). Realizou-se uma comparação entre o PRB e o PRE, buscando verificar se as mesmas estratégias de retomada de um DP com a função de objeto direto estão presentes na fala dos indivíduos dessas duas variedades do português. Verificou-se que: o ON, elipse de DP, está presente tanto no PRB quanto no PRE, inclusive em contexto de ilhas adverbiais; o CL ocorre apenas no PRE; e, o PF, apenas no PRB.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística, Objeto nulo, Clítico acusativo, Pronome forte, Português rural.

ABSTRACT:

This paper presents the results of a sociolinguistic research on three strategies for resuming a DP in a direct object position: the null object (NO), the accusative clitic (CL) and the strong pronoun (SP) in two spoken varieties of rural Portuguese, one from the state of Bahia (RPB) and one from Portugal (RPE). A comparison between the RPB and the RPE was carried out in order to verify if the same resuming strategies of a DP with the function of direct object are present in the speech of individuals of these two

1 *Versão ampliada do artigo “*Objeto nulo versus estratégias pronominais no português rural do estado da Bahia e no de Portugal*” publicado nos anais IV SIMELP na Universidade Federal de Goiás, 07/2013 .

varieties of Portuguese. It was found that: the NO, ellipsis of DP, is present both in the PRB and PRE, even in the context of adverbial islands; the CL occurs only in the RPE; and, the SP, only in the RPB.

KEYWORDS: Sociolinguistics, null object, clitic accusative, strong pronoun, rural Portuguese.

Introdução

No Brasil, as décadas de 80 e 90 foram marcadas por trabalhos que pretendiam demonstrar as diferenças que distinguem o PB do PE. Mais precisamente, foi Fernando Tarallo, que na perspectiva da variação paramétrica, desencadeou a realização de uma série de trabalhos que trataram de verificar as características que parametrizavam essas duas variedades do português. Analisaram-se diversos aspectos da sintaxe do português: a reorganização do sistema pronominal (TARALO, 1983, 1985), a mudança nas estratégias de relativização (TARALO, 1983, 1985), a reorganização dos padrões sentenciais (BERLINK, 1988, 1989), o enrijecimento da ordem VO, garantindo estruturalmente o caso acusativo aos DPs na função de objeto direto (RAMOS, 1989, 1991), perda do parâmetro *prodrop* no PB (DUARTE, 1993), entre outros.

Neste trabalho, a proposta também é realizar uma comparação entre o PB e o PE, mais precisamente entre suas variedades rurais, no que se refere à retomada, na posição de objeto direto, de um DP já mencionado, como no exemplo em (1). Buscou-se verificar as estratégias disponíveis para cada uma dessas variedades, bem como os contextos que favorecem a escolha da variante realizada. A retomada de um DP na posição de objeto direto pode se dar através de quatro estratégias.

1.

a. **Clítico acusativo (CL)**

Lídia trouxe deliciosos pasteizinhos_i, mas não *os*_i comi.

b. **Objeto nulo (ON)**

Lídia trouxe deliciosos pasteizinhos_i, mas não comi _____i.

c. **Repetição do mesmo DP ou DP anafórico DP (DP)**

Lídia trouxe deliciosos pasteizinhos_i, mas não comi *essas delícias*_i.

d. **Pronome forte (PF)**

Lídia trouxe deliciosos pasteizinhos_i, mas eu não comi *eles*_i.

De acordo com os trabalhos que buscaram estabelecer as diferenças entre o PB e o PE, no que diz respeito às estratégias de retomada do objeto direto, estão disponíveis para o PE, além da realização de um DP, apenas duas das estratégias acima mencionadas, o CL e o ON (cf. RAPOSO, 1986, 2004, KATO; RAPOSO, 2005, CYRINO, 2005). Segundo os autores, a diferença reside no contexto linguístico que licencia essas estratégias: no PE, ON não é possível em contexto de ilha sintática (RAPOSO, 1986), enquanto, no PB, ocorre livremente nesse contexto. Para o PB, além dessas três estratégias, o PF (*ele/a*) também está disponível para realizar a operação de retomada significativa (OMENA, 1978; DUARTE, 1986; FIGUEIREDO, 2004, 2009).

A comparação que se realiza neste trabalho busca descrever os contextos que licenciam as diversas possibilidades de retomada no português rural da Bahia (PRB) e no português rural de Portugal (PRE) a partir de uma análise quantitativa dos dados de acordo com a abordagem de Labov (1972).

O desenvolvimento deste trabalho está assim organizado: na primeira seção, são apresentadas as características do objeto direto, em seguida, na seção 2, descrevem-se as estratégias de retomada: CL, PF, ON e DP. Na seção 3, apresenta-se a metodologia utilizada na realização da pesquisa: pressupostos teóricos, *corpora* utilizado e, por fim, na seção 4, é realizada a análise dos dados: inicialmente, é apresentada a análise do PRB e, em seguida, a do PRE, estabelecendo uma comparação com os dados do PRB.

1. Caracterizando o objeto direto

Para discutir as peculiaridades das duas variedades do português quanto à retomada do objeto direto, achou-se pertinente elencar as propriedades sintáticas do objeto direto.

O objeto direto (OD) é um argumento exigido por um elemento predicator, o verbo, que, segundo Duarte (2003, p. 183), possui lugar(es) vazio(s), tendo, portanto, seu significado completado quando essa(s) lacuna(s) é/são preenchida(s) - posições argumentais. Podem ser predicadores, além dos verbos, os substantivos, os adjetivos e até os advérbios. Porém, são os verbos os predicadores por excelência². Em sua grade argumental, o predicator verbal pode selecionar argumentos internos e argumento externo.

O objeto direto é o argumento interno do verbo, com o qual mantém uma relação de adjacência, e é selecionado por um verbo que exige como argumento

2 Cf. Duarte e Brito (2002:183)

um DP que possui o papel semântico de tema/paciente. De acordo com a teoria gerativa, todos os DP devem ter caso para que possam ser interpretados. Dessa forma, o DP com função de OD deve receber caso acusativo. O caso, entre as línguas, pode ser marcado morfológicamente, quando a língua dispõe de um sistema morfológico de caso, como o latim e, ainda hoje, o alemão; ou pode ter uma marcação abstrata de caso, ou seja, não apresentar elementos morfológicos que o explicitem.

No português, não há um sistema visível de marcação de caso, exceto no paradigma pronominal. No PB, a distinção de caso no sistema pronominal é uma imposição da tradição gramatical, refletindo-se mais rigorosamente na escrita, enquanto no vernáculo, essa distinção se atenua sensivelmente.

Em línguas que perdem a marcação morfológica de caso, outro sistema deve existir para que o caso dos DP seja interpretado. Uma forma de garantir o caso dos DP é o enrijecimento da ordem VO, em que o caso é marcado estruturalmente. Esse comportamento leva a distinção casual, observada no paradigma pronominal, ser desfeita, como ocorre em algumas línguas crioulas, em que o mesmo pronome pode exercer a função de sujeito (caso nominativo) e de complemento (caso acusativo ou dativo). Em (2) a seguir, o mesmo pronome, *ou*, recebe caso nominativo na posição de sujeito e caso dativo como argumento interno de um verbo de dois lugares internos.

2.

Kan **ou** jwe ak-ti-chen, la ba **ou** pis.
 quando **2ps** brinca com-pequeno-cachorro, 3sg dar **2ps** parasita
 Quando você brinca com um cachorrinho ele lhe transmite parasita.
 (MUYSKEN E VEENSTRA, 1994:153)

Em suma, o objeto direto possui as seguintes peculiaridades: é argumento interno do verbo, que o seleciona semanticamente, tema/paciente, e categorialmente, DP. Além disso, deve checar caso acusativo morfológica ou estruturalmente.

Na seção seguinte, apresentam-se as estratégias de retomada de um DP na posição de objeto direto.

2. As estratégias de retomada do objeto direto

A variante **clítico acusativo** é pouco encontrada no vernáculo brasileiro. O estudo de Duarte (1986) sobre as estratégias de realização do objeto direto

anafórico no dialeto urbano de São Paulo comprova que os clíticos de terceira pessoa (*o/a*) resistem em contextos específicos: i) numa posição pós-verbal em orações infinitivas e gerundivas, e ii) em estruturas simples (SVO) com tempo simples, na fala de indivíduos mais escolarizados e em situação de maior formalidade. Já no dialeto rural do estado da Bahia, nem mesmo nos contextos sintáticos apontados por Duarte, essa variante ocorre, conforme Figueiredo (2004 e 2009).

Considerada padrão pela tradição gramatical, essa estratégia é comum no PE como atestam os estudos de (RAPOSO, 1986,2004).

Outra estratégia de coesão bastante comum é a retomada de antecedentes através do **uso de um DP**, como em (1-c), porém, na realização do objeto direto anafórico, a frequência dessa variante não é bastante significativa (OMENA, 1978, DUARTE 1986, FIGUEIREDO, 2004, 2009). Esse DP pode ser a repetição do DP anteriormente pronunciado, ou um DP anafórico. Segundo Duarte (1986), o uso de DP e o de pronome demonstrativo funcionam como estratégias de esquiva ao clítico, avaliado, pelos informantes, como pedante na fala, e ao pronome lexical, avaliado negativamente na escrita.

A retomada através do **objeto nulo** tem sido apresentada como um aspecto de parametrização entre o PB e o PE. Para Raposo (1986), enquanto o CL é o recurso utilizado na maioria dos contextos no PE, o ON não é licenciado livremente, devido a restrições sintáticas. Raposo (1986) defende que, em sentenças simples, como em (3), seriam possíveis tanto o CL quanto o ON, da mesma forma que no PB; enquanto, em ilhas, como em (4), o ON seria agramatical no PE, diferentemente do PB.

3.

- a. Joana viu-os na TV ontem. *ok* PE e PB
- b. Joana viu ___ na TV ontem. *ok* PE e PB

RAPOSO, 1986: 373)

4.

- a. Eu informei à polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado ___ no cofre da sala de jantar. *PE e *ok* PB
- b. O rapaz que trouxe ___ mesmo agora da pastelaria era o teu afilhado. *PE e *ok* PB
- c. Que a IBM venda ___ a particulares surpreende-me. *PE e *ok* PB

(RAPOSO, 1986: 381-2)

No PB, o ON é mais frequente tanto no português urbano (DUARTE, 1986), quanto no português rural do estado da Bahia (FIGUEIREDO 2004, 2009). Diferentemente do PE, no PB, o ON não sofre restrições a ilhas sintáticas e é favorecido, principalmente, pelo traço semântico [-animado] do antecedente, tanto em estruturas simples como em estruturas complexas. Porém, não se deve considerar qualquer lacuna na posição de objeto direto como sendo uma ocorrência de ON.

5.

Luís prometeu entregar **os documentos** a seu pai, mas não entregou ____.

6.

Luís prometeu entregar **os documentos** a seu pai, mas entregou ____ à sua mãe.

7.

Joguei fora **o presente que você me deu** sem abrir ____.

8.

Aquela atriz **recusou um papel na novela das 8**, ela mesma me disse ____.

9.

Recomendaram **chá quente** para as crianças, mas eu dei ____ morno.

Na estrutura coordenada em (5), conforme Matos (2003), a lacuna verificada é uma ocorrência de elipse de VP, visto que a lacuna observada refere-se aos dois argumentos internos do verbo, além disso, verifica-se identidade entre o verbo da primeira e da segunda oração, o que licencia essa operação. Em (6), embora os verbos das orações coordenadas sejam idênticos, como em (5), a lacuna observada corresponde apenas ao DP acusativo, evidenciando que o VP não está elidido. É esse comportamento sintático que se assume como ocorrência de ON, conforme Cyrino (1997) para o português do Brasil, McShane (1999) para o russo e Giannakidou e Merchant (1997) para o grego³. Em (7), uma estrutura de encaixamento, há uma ocorrência de ON, os verbos são distintos. Por fim, em (8) e em (9), não se observa ocorrência de ON, visto que a porção

3 Embora esses autores considerem o ON como elipse, há diferentes propostas quanto ao que é elidido: o DP ou o NP. Sobre esta questão, ver Figueiredo (2009).

não realizada em (8) corresponde a um CP e em (9) ao sujeito de uma *small clause*. As características formais do ON consideradas neste trabalho estão resumidas em (10).

10.

Características formais do ON

I. Corresponde a uma categoria DP;

II. É selecionado na posição de argumento interno do verbo;

III. Possui papel de tema/paciente;

IV. Possui caso acusativo;

V. Exerce a função de objeto direto;

VI. Não é categórico, pode variar com clítico ou pronome lexical.

Embora considerada uma estratégia não padrão pela tradição gramatical, o **pronome forte**, na posição de objeto direto, tem se caracterizado como uma marca do PB⁴. O estudo sincrônico sobre o PB urbano de Duarte (1986) indica que, inversamente ao comportamento apresentado pelo clítico, essa variante é mais frequente entre os falantes mais jovens e a sua percentagem decresce à medida que a idade do falante aumenta. Para a autora, essa estratégia é favorecida pelo traço semântico [+animado] do antecedente, além da estrutura complexa da sentença⁵, contextos exemplificados pela autora e retomados a seguir.

11.

Esse carinha_i, ele_i morava umas duas três quadras acima, sabe? E todo mundo conhecia **ele**_i lá.

De maneira semelhante, no português rural afrobrasileiro (FIGUEIREDO, 2004), essa variante é observada na fala dos jovens, porém não é possível interpretar que esteja surgindo como estratégia de substituição do clítico de terceira pessoa, visto que, conforme seção 6.1.2 a seguir, os traços semânticos e referências do PF não são idênticos aos do CL.

4 Atualmente, essa é uma estratégia bastante comum em legendas de filmes.

5 Estruturas de *small clause*: *Eu não tenho nada pra reclamar dela não. Eu acho **ela** sensacional.* (Duarte, 1986:23), ou uma oração com verbo no infinitivo: *Ontem **ele** foi ao cardiologista. Eu já deixei **ele** ir ao cardiologista sozinho há muito tempo* (Duarte, 1986:24). Nessas sentenças, o pronome lexical é considerado um “objeto direto que funcionaria como sujeito” (Duarte, 1986:25).

Pode-se então concluir que, das possibilidades de retomada de um DP com função de objeto direto, estariam disponíveis as estratégias apresentadas em (12).

12.

Português europeu – CL, DP, ON com restrições

Português brasileiro – CL⁶, DP, ON, PF

Embora se reconheça que a estratégia DP esteja disponível nas duas variedades do português investigadas, neste trabalho, serão focalizadas apenas as seguintes estratégias: ON, PF e CL.

3. Metodologia

Neste trabalho, empreendeu-se uma investigação quantitativa dos dados de acordo com a metodologia de base estatística desenvolvida pela Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972; TAGLIAMONTE, 2006). Objetivou-se identificar os aspectos linguísticos e sociais que influenciam, condicionam ou restringem o uso das estratégias de objeto direto correferencial no PRB e os contextos linguísticos favorecedores dessas estratégias no PRE.

A coleta dos dados nos *corpora* levou em consideração as características relacionadas em (9), embora se refiram apenas ao ON. Assumiu-se essa postura, tendo em vista serem essas as condições de covariação estrita entre as variantes investigadas. Foram coletadas apenas ocorrências em que o CL e o PF compartilhassem com o ON suas características, embora a escolha do falante pelo ON ou pelas estratégias pronominais se constitua uma variação estrutural e não lexical⁷. Os dados, coletados e codificados foram submetidos ao pacote de programas VARBRUL, que realiza uma análise quantitativa de dados variáveis.

Para a investigação do fenômeno, foram fixadas dez variáveis independentes: estrutura sintática em que a variável dependente ocorre; estrutura do DP – referente; traço semântico do antecedente; aspecto verbal; tipo de determinante presente no DP antecedente; função sintática do antecedente; natureza do evento - telicidade; referencialidade; tempo verbal; quantidade de categorias adjacentes ao verbo: argumentos ou adjuntos. Porém, das dessas 10 variáveis, foram consideradas significativas apenas cinco para o PRB, e quatro

6 Em textos escritos e na fala de indivíduos com escolaridade máxima e, em situação de formalidade, como Averbug (2000).

7 ON é resultante de uma operação de eclipse e PF de pronominalização.

para o PRE. Foram também fixadas, variáveis extralinguísticas, tais como: comunidade, faixa etária, estada fora da comunidade e escolaridade. Somente os dados do PRB foram submetidos à quantificação dessas variáveis sociais, considerando a natureza da constituição dos *corpora*, conforme apresentados na seção seguinte.

4. O português rural do estado da Bahia

As amostras de fala do português rural utilizadas nesta pesquisa pertencem ao acervo do projeto *Vertentes do português popular do Estado da Bahia*⁸ (UFBA), coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi e do qual faço parte como pesquisadora. Foram selecionadas amostras de fala de três comunidades rurais de dois municípios do Recôncavo Baiano, a saber: Sapé, comunidade rural formada essencialmente por indivíduos com ascendência africana; bem como a zona rural e a sede do município de Santo Antônio de Jesus. Foram analisados 12 inquéritos de cada uma das três comunidades, perfazendo um total de 36 inquéritos, distribuídos de acordo com o sexo, em 3 faixas etárias: faixa I, de 20 a 40 anos; faixa II, de 41 a 60; faixa III, mais de 60 anos, 2 níveis de escolaridade: escolarizado e não escolarizado, e de acordo com a sua permanência na comunidade. Dessas variáveis, duas foram consideradas relevantes, comunidade e faixa etária dos informantes.

A quantidade de ocorrências encontradas nos *corpora* do PRB pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das estratégias de retomada do OD no PRB

	ON	PL	Total
Ocorrências	1123	124	1247
Frequência	90	10	100

8 Site: www.vertentes.ufba.br. Seu banco de dados é constituído por amostras de fala de comunidades rurais afrodescendentes (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé), de comunidades rurais etnicamente heterogêneas (Santo Antônio de Jesus e Poções) e por amostras de comunidades urbanas do município de Salvador (Liberdade, Plataforma, Lauro de Freitas, Itapuã). Os trabalhos realizados no âmbito desse projeto visam buscar vestígios do contato entre línguas ocorrido na formação do PB demonstrando que as peculiaridades do PB são devidas ao contexto sócio-histórico em que se formou o PB.

5. O português rural europeu

Nesta pesquisa, foram utilizadas as amostras de fala do Projeto *Cordial Sin* (*Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*)⁹, *corpus* constituído pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, com objetivo de “*Estudar a sintaxe dos dialectos do português europeu no âmbito da sintaxe comparada*”, entre outros. Diferentemente, do *corpus* do PRB, elaborado de acordo com os pressupostos da Sociolinguística, o *Cordial-Sin* é de caráter dialectológico. Não se observa, portanto, a preocupação em controlar variáveis sociais, tais como, faixa etária, gênero e escolaridade, embora se registrem tais dados em alguns inquéritos. Para a pesquisa empreendida, foram selecionadas ocorrências de ON e pronome de seis comunidades, dentre as 42 disponíveis: duas do norte, Vila Praia de Âncora (VPA) e Castro Laboreiro (CTL), duas da região central, Porto de Vacas (PVC) e Vila Pouca do Campo (VPC), e duas do Sul de Portugal Porches (PAL) e Luzianes (LUZ). A seleção de comunidades pertencentes a regiões distintas objetivou apenas traçar um perfil amplo do português rural de Portugal.

Tabela 2 – Distribuição do CL e do ON no PRE

	ON	CL	Total
Ocorrências	202	221	423
Frequência	48	52	100

6. Análise dos dados

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos através da submissão dos dados ao pacote de programas VARBRUL. Serão apresentados, primeiramente, os números referentes ao PRB e, em seguida, os do PRE.

6.1 O português rural do estado da Bahia

Como dito anteriormente, na análise do PRB, foram fixadas dez variáveis linguísticas e três extralinguísticas com a finalidade de verificar se a variação observada no PRB consiste em um processo de mudança em curso no que se refere, principalmente, à retomada do objeto direto através do PF, um pronome nominativo. São apresentados, inicialmente, os resultados referentes às vari-

⁹ Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/226-corpus-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects-cordial-sin>

áveis linguísticas, a fim de construir a fotografia social do uso das estratégias de retomada no PRB.

Como sociais, foram fixadas quatro variáveis que podem fornecer informações acerca de um possível processo de mudança no PRB: faixa etária dos informantes, estada fora da comunidade, escolaridade e comunidade. A primeira variável considerada significativa pelo programa foi a variável comunidade. Esse resultado é relevante à medida que, na escolha das comunidades, foi levada em consideração a maior ou menor proximidade das comunidades com os centros urbanos: Sapé, comunidade rural afrodescendente, localizada bastante próxima ao município de Valença, por onde passam muitos turistas; SAR, comunidade rural; SAS, comunidade urbana, em que há um grande fluxo de indivíduos de diversas regiões do estado, inclusive da capital, Salvador.

A hipótese deste trabalho é a de que a variante PF esteja sendo introduzida recentemente no dialeto rural, principalmente pelo contato com comunidades urbanas, tendo visto que a hipótese de que a variante PF teria sido introduzida por um processo de transmissão linguística irregular e, por consequência, tenha se enfraquecido, conforme Figueiredo (2004). Nesse trabalho em que se investigou o fenômeno na fala de quatro comunidades rurais afrodescendentes, observou-se que a variante PF é mais frequente na fala dos mais jovens, um comportamento diferente do esperado. A distribuição das ocorrências de acordo com a comunidade pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 3 – A distribuição do ON e do PF nas comunidades PRB

Comunidades	Categoria Vazia			PF		
	Ocorr	%	P. Relativo	Ocorr	%	P. Relativo
Sapé	389	86	.38	64	14	.62
SAR	500	93	.62	37	7	.38
SAS	234	91	.46	23	9	.54
Total	1123	90	--	124	10	--

Nível de significância: .016

A retomada de um referente já mencionado no discurso pela variante PF é favorecida em Sapé, com peso relativo igual a .62, e desfavorecida em SAS, com .38. De forma inversa, o ON é favorecido em SAR e desfavorecido em Sapé, com .62 e .38 respectivamente. Os números da Tabela 3 revelam ainda um comportamento semelhante entre a sede (SAS) e Sapé, embora os pesos relativos referentes à SAS estejam muito próximos à média, o ON é desfavorecido com .46 e o PF é favorecido com .54.

O comportamento e a trajetória das variáveis nas comunidades pode ser melhor compreendido, ao olhar para a distribuição das variantes considerando a faixa etária dos informantes, uma variável selecionada como significativa pelo programa de quantificação, porém em nível distinto da seleção dos demais fatores (.016), com nível de significância igual a .033.

Tabela 4 – A distribuição do ON e do ELE segundo a faixa etária - PRB

Faixa etária	ON			PF		
	Ocorr	%	P. Relativo	Ocorr	%	P. Relativo
Faixa I	399/457	87	.42	58/457	13	.58
Faixa II	416/456	91	.53	40/456	9	.47
Faixa III	308/334	92	.58	26/334	8	.42
Total	1123/1247	90	--	124/1247	10	--

Nível de significância: .033

A leitura vertical dos pesos relativos, na Tabela 4, revela um padrão ascendente do PF da faixa III em direção a faixa I, .42, .48, 58; um dado indicador de que o uso dessa variante tem se implementado à medida que os anos avançam. A fim de evidenciar as particularidades de cada comunidade, cruzaram-se os dados desta variável (faixa etária) com os da variável comunidades, a fim de traçar um perfil de cada uma delas.

Tabela 5 – A distribuição ON /PF nas comunidades segundo a faixa etária - PRB

Comunidade		Faixa 1		Faixa 2		Faixa 3		Total	
		Ocor	%	Ocor	%	Ocor	%	Ocor	%
SAPÉ	ON	161	83	128	86	100	90	399	87
	PL	32	17	21	14	11	10	58	13
	Total	193	-	149	-	111	-	457	
SAR	ON	155	91	201	95	144	94	416	91
	ELE	16	9	11	5	10	6	40	9
	Total	171	-	212		154		456	
SAS	ON	83	89	87	92	64	93	308	92
	ELE	10	11	8	8	5	7	26	8
	Total	93	-	95	-	69	-	334	
TOTAL	ON	411	84	426	88	320	89	1123	90
	ELE	80	16	56	12	40	11	124	10
	Total	457		456		334		1247	

Os números da Tabela 4 apontam para a implementação do PF e, na Tabela 5, este comportamento é confirmado de maneira mais acentuada. Sapé apresenta um padrão ascendente de uso do ELE da faixa III para a faixa I, .10, .14, .17, respectivamente, um comportamento semelhante ao encontrado em SAS, mas não em SAR, embora, ao se considerar a faixa III e a I apenas, percebe-se um aumento nos percentuais na faixa I.

Do comportamento dos falantes em relação às variantes ON e ELE, segundo as variáveis sociais discutidas nesta seção, pode-se afirmar que:

- I. SAR e SAS comportam-se de maneira semelhante no que se refere ao condicionamento das variantes. Em ambas as comunidades, o ON é favorecido e o PF desfavorecido;
- II. Em Sapé, o ON é desfavorecido enquanto o PF é favorecido;
- III. SAS e Sapé apresentam um padrão de implementação do ELE mais evidente do que em SAR.

Na seção seguinte, são apresentados os resultados referentes às variáveis linguísticas e, sempre que necessário, são retomados os dados apresentados nesta seção.

6.1.2 As variáveis linguísticas

6.1.2.1 A função sintática do antecedente

A agramaticalidade de sequências como em (13), discutida em inúmeros trabalhos¹⁰, levou à investigação do papel da posição do antecedente na escolha que o falante faz entre a lacuna e a realização pronominal.

13. **João**_i disse que ninguém [beijou ____*_{i/j}].

(FARREL, 1987)

Em (13), como demonstram os índices de correferencialidade, a sequência é agramatical quando o ON retoma o sujeito da sentença matriz, mas é gramatical, caso o antecedente seja retomado na situação discursiva. Esse contraste de gramaticalidade não é percebido quando a retomada se dá através de uma estratégia pronominal.

10 Cf. Farrel (1987, 1990); Galves (1989, [2001]), Cyrino (1997), entre outros.

14. **João**_i disse que ninguém [beijou **ele**_{vj}].

Pesou também na fixação dessa variável, o fato de que, contrariamente ao exemplo em (13), o ON, com alguns tipos de verbos, pode ser licenciado quando antecedente se encontra na posição de sujeito como em (15).

15. **Esse prato**_i exige que o cozinheiro prepare _____i na mesa.

Muitas são as explicações para o contraste de gramaticalidade observada em (15). No que diz respeito ao licenciamento ON nos exemplos em (13) e em (15), deve-se considerar o papel temático, bem como a posição em que são gerados os antecedentes, porém, como o objetivo deste trabalho é apenas realizar uma comparação entre as comunidades de fala analisadas, não discutirei as diversas explicações para esses dados¹¹.

Foram fixadas, inicialmente, como fatores desta variável 10 posições: sujeito básico, gerado com argumento externo; sujeito de verbo inacusativo (derivado); sujeito de verbo copulativo¹²; objeto direto; objeto indireto; oblíquo; predicativo; genitivo; adjunto adverbial e tópico discursivo. A análise quantitativa dos dados revelou que alguns contextos eram categóricos, por exemplo, a retomada de um DP na posição de sujeito se dá apenas por uma estratégia fonologicamente realizada: estratégia pronominal, PF no PRB e do CL no PRE, ou repetição do DP. Comportamento semelhante foi observado quando o DP antecedente se encontra na posição de objeto indireto, de adjunto adnominal e de adjunto adverbial, como se pode ver nos exemplos a seguir.

16.

a. **Sujeito**

Aí, ela_i num queria **PRO**_i explicá, entregaro **ela**_i na secretaria.(SP-01)

11 Caso o leitor se interesse por essa discussão ver: Huang (1984), Farrel (1987, 1990); Galves (1989, [2001]), Cyrino (1997), Ferreira (2000), Bianchi e Figueiredo Silva (1994), Figueiredo (2009 e 2012), entre outros

12 Embora o sujeito de verbos copulativos seja derivado assim como o sujeito de verbos inacusativos, decidi separar as ocorrências em dois fatores distintos, considerando que a posição de onde são copiados esses sujeitos não é mesma. O sujeito de verbo inacusativo é copiado da posição de argumento interno, que é satisfeita apenas por este DP, enquanto o sujeito de verbo copulativo é copiado de dentro de uma *small clause*, que é selecionada pelo verbo como argumento interno. O DP copiado é um argumento externo do núcleo da *small clause*; sua relação com o verbo não é direta.

b. **objeto indireto**

Depois [ele já]... depois que ele (o filho) nasceu, assim uns três meses, ele_i num dava nada, depois que ele começô dá. Que eu disse a **ele_i** que **[ia botá ele_i]** na justiça. (SAR-04)

c. **Adjunto adnominal**

Rapai, eu tenho uma menina que o nome dela é Carol. A mãe **dela_i [botô ela_i]** na bolsa escola, aí fez... pá pegá o cartão dela... (SAS-03)

d. **Adjunto adverbial**

Não, na hora que a gente fô, eu vô inté ali **mais ela**, tem vez que eu **[levo ela]** inté ali onde eu desço. (SAS-07)

Dessa forma, desconsideraram-se esses fatores, visto que, no *corpus* investigado, são categóricos. Não foram encontradas ocorrências que retomassem um DP na posição de predicativo. A covariação estrita foi observada apenas nos contextos em que o antecedente do ON ou do PF foi gerado na posição de argumento interno do verbo e com papel temático de tema/paciente. O resultado da análise quantitativa pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – A distribuição das variantes segundo a posição do antecedente - PRB

Função sintática do antecedente	ON			PF		
	Ocorr	%	P.Relativo	Ocorr	%	P.Relativo
Suj v. copulativo	34/55	62	.12	21/55	38	.88
Sujeito derivado	91/120	76	.26	29	24	.74
Oblíquo	20/23	87	.43	3/23	13	.57
Tópico	66/72	92	.48	6	8	.52
Objeto direto	876/928	94	.57	52	6	.43
Total	1087/1195	91	--	111/1195	14	--

Nível de significância: .016

Como se vê na Tabela 6, considerando apenas os percentuais, o ON é a estratégia mais frequente no PRB. Quanto aos pesos relativos, observa-se que o PF é favorecido quando o antecedente se encontra nas duas posições de sujeito, com em (17), bem como na posição de complemento oblíquo, como em (18).

17.

a. **Marinaldo_i** é muntcho amigo, eu [conheço muntcho **ele_i]**, mai eu num cheguei trabaiá não. (SP-08)

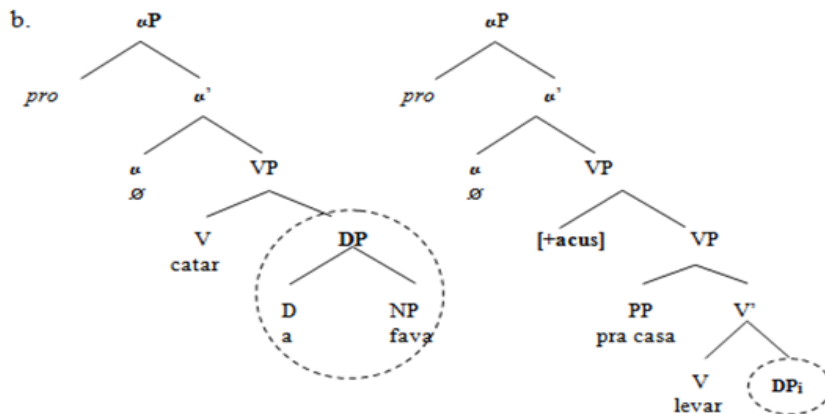
18.

Aí gostô **dela_i**, aí [dexô **ela_i**], dano oportunidade, que ela já sabia um pôco, já tinha colocado ela no corte, mas num sabia tudo, lutá com essas máquina nem nada. (SAS-08)

Chama a atenção na Tabela 6 o fato de antecedentes na posição de objeto direto, ou seja, de argumento interno do verbo, favorecerem o ON, um contexto quase categórico. A impossibilidade de retomada de um DP na posição de sujeito básico leva a propor que: i) um DP na posição de sujeito básico não está disponível como antecedente para retomada na posição de objeto direto, ii) em estruturas como em (15) não há ocorrência de ON; iii) a operação que licencia o ON é a elipse que requer identidade estrutural e temática entre o antecedente e o DP retomado, ou seja, só há ON quando seu antecedente for gerado numa posição de argumento interno, como demonstrado na representação a seguir¹³.

19.

a. [catei a fava_i], [levei _____i pra casa]



Na representação em (19b), O DP pronunciado (a fava) tem a sua estrutura interna projetada, enquanto o DP_i (*determiner phrase* identidade) é apenas uma projeção máxima, que não possui qualquer tipo de traço, apenas o índice de identidade. Sua interpretação depende da identidade que mantém com o antecedente: i) ter sido gerado em posição interna ao verbo e ii) ter papel temático tema/paciente.

13 Conforme Figueiredo, 2009 e 2012.

6.1.2.2 Traço semântico do antecedente

Diversos trabalhos sociolinguísticos e gerativistas sobre o PB (OMENA (1978), Duarte (1986), Cyrino (1997), Bianchi e Figueiredo Silva (B&FS, 1994); Ferreira (2000), Figueiredo (2004), entre outros), apontam ser o traço semântico um dos condicionamentos mais relevantes na escolha da estratégia de retomada de um DP já mencionado no discurso. De acordo com esses trabalhos, o traço [+animado] do antecedente favorece o uso da estratégia pronominal e, o traço [-animado], o ON. Exemplos como os oferecidos por Bianchi & Figueiredo Silva (1994), a seguir, reforçam a necessidade de se investigar o papel do traço de animacidade na escolha das estratégias de retomada.

20.

- a. Essa garrafa_i impede que as crianças abram _____i sozinhas.
b. *O José_i disse que a Maria gostaria de conhecer _____i.

Considerando as sequências em (20), parece que o contraste de gramaticalidade aponta para a importância do traço de animacidade no licenciamento do ON. Em (20a), o antecedente possui o traço [-animado] e a sentença é boa; já em (20b), como nos exemplos em (15b), o antecedente possui o traço [+animado] e a sequência é agramatical. Embora, em (20a), seja aplicada a operação de concordância entre o DP sujeito e o verbo, esse DP não possui o traço necessário para que possa ser o agente do evento expresso pelo verbo impedir. Esse DP não expressa volição, nem controle do processo, características necessárias para que um DP seja interpretado como agente, como ocorre em (20b)¹⁴.

Os resultados sobre o papel do traço de animacidade obtidos podem ser vistos na tabela a seguir.

Tabela 7 – O ON e o PF segundo o traço semântico do antecedente no PRB

Traço semântico	ON			PF		
	Ocorr	%	P.Relativo	Ocorr	%	P.Relativo
[+animado]	274/349	79	.30	75/349	21	.70
[-animado]	836/885	94	.58	49/885	6	.42
Total	1110/1234	90	--	124/1304	10	--

Nível de significância: .016

14 Para ler mais acerca dessa discussão, ver Figueiredo, 2009.

Como se vê na Tabela 7, estatisticamente, o ON é favorecido pelo traço [-animado] do antecedente, com peso relativo .58, e, ao contrário, o PF é favorecido pelo traço [+animado], com peso relativo .70. A tabela registra que o PF, embora seja desfavorecido, apresenta peso relativo (.42) próximo à média probabilística que é .50, em sentenças que retoma um DP com traço [-animado]. Esse comportamento revela que o PF, além do traço de nominativo, estaria perdendo, nas comunidades analisadas, traços que o identificariam como [+animado] ou até mesmo [+humano]. Os exemplos a seguir ilustram esse uso nas comunidades.

21.

- a. DOC: Você faz o que com o cacau, poda?
 INF: É **o cacau**_i, a gente poda ____, [clona **ele**]_i, é aduba ____.(SAR-03)
- b. **Tarrafa**_i é um... um negócio grande de cordão. Aí, a gente [joga **ela**_i, den'd'água], aí ve... pega o pêxe. (SAR-07)
- c. antigamente, eu, a senhora podia pegá **um pedaço de toicinho**_p, [salgava **ele**]_p, botava lá, ele levava oito dia, quinze dia. (SAS-11)

Em (21), o PF retoma antecedentes com traço [-animado]. Em (21a-b), a retomada é de um DP com traço [+genérico], um traço que, segundo Figueiredo (2004), no dialeto rural afrobrasileiro, favorece o uso do ON. Esses resultados parecem apontar para uma mudança no estatuto do PF no PRB, ou seja, esses pronomens estariam se gramaticalizando, ou seja, perdendo os traços referentes a caso, podendo ocorrer em posições que checam caso acusativo.

6.1.2.3 Referencialidade

A motivação para o estabelecimento deste fator foi oferecida pelos resultados de Cyrino (1997), que revelam a importância do traço de especificidade do antecedente para a ampliação do ON mais livremente no PB. Segundo a autora, o ON com antecedente sentencial é possível no PB desde o século XVI e se expande nos séculos seguintes, inicialmente, em contextos em que o antecedente possui traço [+específico], atingindo, posteriormente, os antecedentes com traço [-específico]. Como se vê na Tabela 8, o traço [-específico], de acordo com o peso relativo, .80, favorece o ON de maneira inversa à trajetória que os estudos diacrônicos têm demonstrado.

Tabela 8 – As variantes segundo a referencialidade do antecedente - PRB

Comunidades	ON			PF		
	Ocorr	%	P.Relativo	Ocorr	%	P. Relativo
[+def, +esp ¹⁵]	294/366	80	.40	72/366	20	.60
[+def, -esp]	103/107	96	.83	4/107	.4	.14
[-def]	192/196	97	.73	4/196	3	.27
[+gen ¹⁶]	486/529	92	.37	43/529	8	.63
Total	1075/1198	90	--	123/1198	10	--

Nível de significância: .016

Observa-se, na Tabela 8, que os dois fatores que são marcados positivamente ([+gen], [+def, +esp]) desfavorecem o uso do ON: antecedentes genéricos, (22a-c), e referenciais (22d-f) com traços [+def, +esp.], com pesos relativos .37 e .40, respectivamente.

22.

- a. Lá a gente raspa a **mandioca**, depois [rela _____i] , depois [bota _____i] na prensa. (SP-03)
- b. **O cacau**_i... a gente...tira ele_i do pé. Aí [parte ele_i]... (SP-03)
- c. DOC.:Nem **vassôra de bruxa**_i dá?
INF: Ah, dá, aquilo num sempre dá num na roça de cacau, mas tem uma... um remédio aí que [combate **ela**_i]. (SAR-03)
- d. **O negão**_i chegô ali, *pro*_i pegô o filho de João, *pro*_i bateu. Aí, os menino correu atrás _____i pa [pegá _____i]. (SP-01)
- e. todo ano, tem de se usá o Vertimec (...) **ele**_i custa trezen'tantos reais aqui (...) Mas [a gente] [tem de usá **ele**_i], é o que 'limina, tem de usá. (SAR-05)

Em (22a-b), embora os DPs sejam encabeçados pelo artigo definido, a leitura que se faz deles é genérica e, nesse contexto, a escolha entre as duas estratégias de retomada é possível. O PF retoma inclusive um nome nu¹⁷, como em (22c).

15 O traço de especificidade diz respeito à possibilidade de localizar temporal e espacialmente um referente.

16 Utiliza-se [+genérico] em oposição à [+referencial]. Um DP [+genérico] possui leitura intensional; exprime a propriedade que o define como um elemento representante de uma determinada classe, como propõe Oliveira (1996). No PB, além dos nomes nus, DPs introduzidos por artigo definido permitem tal leitura, um recurso linguístico já apontado por Lyons (1977).

17 DP sem a realização do artigo.

Antecedentes com traço [+def, -esp] favorecem o ON com peso relativo igual .73 e licenciam a retomada de apenas 4 ocorrências do PF, correspondendo a 4%. Esses dados podem vistos nos exemplos em (23).

23.

- a. (o cacau limpo) passa _____i no liquidificadô, [**moi ele**]_i, fica aquele...aquela massa... depois a gente faz o chocolate. (SP-03)
- b. Quem é que é o **dôido que vai sair hoje**_i... hoje pá sê... virá lobisome aí na estrada? Nego [**mata ele**]_i logo na hora. (SAR-11)
- c. Tinha amizade, a gente conversava com **eles**_i [os bandidos], porque eu acho assim, se a gente é... maltratar uma pessoa dessa a gente só vai esperá o que deles? INF: Entendeu? Tem que [**vim tratano eles**]_i da maneira melhor possível. (SAS-04)
- d. (os políticos) eles não prestam atenção, não dão ‘portunidade pa aquelas pessoas. Acho que todo mundo tem de ter ‘portunidade. Aí, quando chega os tempo das política, **pro**_i bate nas porta. “Ah! Vô fazê isso pra vocês, vô melhorá, por que vocês precisa... a gente somo... Ó, eu sô que nem vocês.” Depois, você [procura **eles**]_i pra vê se você acha! (SAS-02)

Quando o antecedente é [-def], o peso relativo é igual a .67, favorecendo a escolha pelo ON. Novamente o PF aparece com uma quantidade bastante reduzida, são encontradas apenas quatro ocorrências, que estão relacionadas em (24).

18.

- a. ‘nda ontem mesmo eu tava aqui, chegô **um rapaz**_i p’eu [**levá ele**]_i aqui na... no... rapaz do liceu. (SP-12)
- b. A gente não tinha o dinheiro, ah... pá podê... fazê aquele trabalho, né? Aí, acho que fez um empréstimo, né? Fez um... porque ele tem **um irmão**_i que trabalha na carta brasileira, né? De celular. Aí, ele fez... [**Covidô ele**]_i fez uma reunião com o pessoal da comunidade, a maioria. (SAS-12)
- c. Tem, porque antigamente, eu... a senhora podia pegá um pedaço de toicinho_p, [**salgava ele**]_i, botava lá, ele levava oito dia, quinze dia. (SAS-11)
- d. quando você encontra **um pé de cravo**_p, mais... mais coisa pra você [**marrar ele**]_i. (SP-06)

Foram consideradas ainda significativas pelo programa de quantificação duas variáveis: estrutura do referente e tipo de determinante que encabeça o

DP. Porém, os resultados dessas variáveis servem apenas para confirmar os números referentes à variável referencialidade, não acrescentado nada novo à análise apresentada. Dessa forma, decidiu-se não apresentar seus resultados.

Na seção seguinte, são apresentados os dados referentes à análise do PRE, considerando as quatro estratégias consideradas significativas pelo programa VARB2000.

6.2 O português rural de Portugal

Nesta seção, faz-se uma descrição da análise quantitativa dos dados do PRE e compara-se aos do PRB apresentados na seção anterior. Como se viu na Tabela 2, foram computadas 423 ocorrências distribuídas entre as duas estratégias¹⁸, o CL, mais realizado, com 52% das ocorrências, e o ON, com 48% das ocorrências, uma diferença pouco significativa. Diferentemente no PRB, verifica-se que o ON é, sem dúvida, a estratégia preferida pelos falantes, com 90% das ocorrências, enquanto os falantes do PRE preferem o clítico, embora com uma diferença percentual bastante pequena entre as duas estratégias, 52% de CL e 48% de ON. Essa distribuição equilibrada entre ON e o CL que se vê na Tabela 2 aponta para duas questões: (i) essa distribuição é homogênea nas regiões analisadas? (ii) a escolha entre as duas estratégias sofre alguma restrição?

Para responder a primeira questão, apresenta-se a Tabela 9 com a distribuição das variantes de acordo com as regiões, norte, centro e sul, embora não se tenha o objetivo de investigar as diferenças dialetais do PE, essa quantificação serve apenas para demonstrar comportamento heterogêneo dos falantes. Não há aqui a pretensão de emitir generalizações acerca do comportamento dos falantes rurais de Portugal, visto que o número de ocorrências analisadas é pequeno para tal.

18 Foram encontradas apenas três ocorrências do ELE no PE: duas em construções com verbo sensitivo, como em (i):

- i. a. E daquela ovazita pequena é que nasce o choco. Portanto, aquilo gera. E a gente **vê ele gerar dentro**. (ALV)
 - b. Aquilo era um quintal, escondeu-se e vê a travessa, ele despir-se... Chamavam-lhe uma travessa, era onde é que deitavam o lixo antigamente. E aquilo era arrumado mesmo a Alvor. E a mãe **viu ele despir-se nu**. (ALV)
- e, uma em sentença simples, como em (ii):
- ii. Já há duas vezes que apanho aquele peixe. Apanhei **ele** quando era rapazinho e apanhei no outro dia, já o ano passado. (ALV)

Essas três ocorrências foram produzidas pelo mesmo informante.

Tabela 9 – Distribuição das variantes nas regiões portuguesas

Regiões	ON			CL		
	Ocorr	%	Peso Relativo	Ocorr	%	Peso Relativo
Norte	80/148	55	.72	68/148	45	.28
Central	25/143	17	.13	118/143	83	.87
Sul	96/130	74	.73	34/130	26	.27
Total	201/421	48	--	220/421	52	--

Nível de significância: .012

A leitura vertical da tabela permite concluir que, nas duas comunidades situadas nas extremidades de Portugal, o ON é a estratégia preferida com peso relativo igual a .72 na comunidade do norte do país, e .73 na do Sul. Na região central, o CL é o mais favorecido com peso relativo igual a .87. Quanto à segunda questão proposta, é respondida nas seções seguintes, em que são apresentados os resultados obtidos após a submissão dos dados ao programa de quantificação.

6.2.1 Os condicionamentos linguísticos

Da submissão dos dados do PRE ao VARBRUL, foram selecionados quatro contextos linguísticos como significativos na escolha entre o CL e o ON. Das quatro, três variáveis linguísticas, animacidade, posição do antecedente e referencialidade, foram também consideradas relevantes na análise quantitativa do PRB. Além dessas três, foi selecionada a variável referente ao número de elementos internos ou adjacentes ao verbo. Apresento nas seções seguintes os resultados da análise quantitativa, obedecendo à ordem de seleção do programa de cálculo probabilístico.

6.2.1.1 Referencialidade

Para o PRE, esta é uma variável bastante relevante, tendo em vista o comportamento quase categórico do CL quando o antecedente é [+def, +esp], com frequência igual a 93% e peso relativo, .94.

Tabela 10 – A distribuição das estratégias segundo a referencialidade no PRE

Referência	ON			CL		
	Ocorr	%	Peso Relativo	Ocorr	%	Peso Relativo
[+def, +esp]	3/44	7	.06	41/44	93	.94
[+def, -esp]	65/131	50	.53	66/131	50	..47
[-def] J/L	40/65	62	.50	25/65	38	.50
Massivo	11/22	50	.62	11/22	50	.38
[+genérico]	75/152	49	.65	77/152	51	.35
Total	194/414	47	--	220/414	53	--

Nível de significância: .012

Como se vê na tabela, o CL é estratégia preferida pelos falantes do PRE quando o antecedente possui maior referencialidade. Ocorrem apenas três casos de ON, que estão registrados em (25).

25.

- a. INF1 Meteu-o. Escondeu o cão. Fechou **o cão**_i.
INF2 [Meteu____i na corte com o gado]. (CTL)
- b. Pegou **nos sapatinhos**_i – eles estavam dormindo – e [pôs ____i no mesmo sítio]. (LUZ)
- c. Há-de matar **o rio**_i. E se os senhores – eu não sei com quem é que estou falando – se o senhor amanhã ou o seu superior querer ir [ver ____i] eu digo onde é que é o rio... (VPC)

Comparando esse resultado com os do PRB, verifica-se que ON e PF variam nesse contexto, como os exemplos em (25) demonstram. Nas duas variedades do Português rural, a estratégia pronominal é favorecida, porém, no PRE, é quase categórica, com peso relativo igual a .94, e no PRB é favorecida com apenas .60 de peso relativo. A diferença entre o PRB e o PRE encontra-se na frequência de uso. Os números do PRB são: 80% de ON e 20% de PF, enquanto no PRE são 3% de ON e 97% CL.

Prosseguindo a leitura vertical da Tabela 10, observa-se que o ON é favorecido à medida que diminui a referencialidade dos DP, considerando o peso relativo. Os três últimos fatores, DP com leitura indefinida (26a), massiva (26b-c) e genérica (26d) favorecem o uso do ON, com peso relativo .50, .65, .62, respectivamente.

26.

- a. Outra vez lá o médico escreveu **uma cartinha**_i, [entregou _____i] lá aos urgentes, lá os da ambulância, outra vez a caminho do hospital [...] de Odemira. (LUZ)
- b. Fulano arranja **uma manchinha de sal virgem**_i, [mete _____i] ali dentro da bilha. (LUZ)
- c. Iam para dentro da lagariça, depois tinham **água quente**_i, [punham _____i] em riba da saca e o fulano lá em cima toca de patear aquilo. (LUZ)
- d. Depois andava aqui na pedreira apanhando **medronho**_i e [ia vender _____i] para o pomar. (LUZ)

No PRE, o preenchimento da posição de OD que retoma um DP já mencionado no discurso ocorre também quando o DP expressa leitura massiva, embora o clítico seja desfavorecido, com peso relativo igual a .35. No PRB, não houve uma só ocorrência do PF nesse contexto. Tanto no PRB quanto no PRE, ocorre variação quando o DP antecedente possui o traço [+genérico]; no PRE, o ON é a estratégia favorecida, com peso relativo igual a .62, já no PRB, dá-se um comportamento inverso, embora a frequência do ON seja maior, é o pronome favorecido com .63.

Da análise desse fator nas duas variedades do português, uma conclusão relevante pode ser apontada: no PRB, os fatores que só possuem traços positivos favorecem o uso do PF, enquanto no PRE, dois comportamentos são percebidos: (i) o favorecimento do CL quando correferente a um DP [+referencial]; (ii) o favorecimento do ON correferente a um DP com traço [+genérico]. Considerando esse comportamento, percebe-se que não há uma correspondência exata quanto à carga de referencialidade contida nas duas estratégias de preenchimento, o CL do PRE e o PF do PRB. O PF não parece ser a substituição do CL de terceira pessoa, que o PB só mantém na escrita, conforme propõem os trabalhos de Nunes (1993); Pagotto (1993), Cyrino (1994, 1997) entre outros. Na verdade, parece ser uma estratégia, cujos traços se assemelham ao do ON.

6.2.1.2 Animacidade

Quanto a esse traço semântico, no PRE, os resultados revelam números bastante semelhantes aos encontrados na análise do PRB. O CL, assim como o PF no PRB, é favorecido quando o traço do antecedente é [+animado], .71; e o ON é mais favorecido quando o traço do antecedente é [-animado], .56. No PRB, observando os mesmos aspectos, encontram-se os seguintes pesos relativos, .67 e .58 respectivamente.

Tabela 11 – A distribuição do ON e do CL segundo a animacidade – PRE

Traço semântico do antecedente	ON			CL		
	Ocorr	%	Peso Relativo	Ocorr	%	Peso Relativo
[+animado]	33/95	35	.29	62/95	65	.71
[-animado]	160/318	50	.57	158	50	.43
Total	193/413	47	--	220/413	53	--

Nível de significância: .012

Da comparação dos dados dessa tabela com os resultados PRB, verifica-se que, embora os pesos relativos revelem que o favorecimento das estratégias nas duas variedades do português sejam semelhantes (cf. Tabela 7¹⁹), os falantes do PRB optam pelo ON, seja para retomar um DP com traço [+animado], com 79% das ocorrências²⁰; seja com traço [-animado], com 96% das ocorrências. No PRE, há um equilíbrio na escolha das estratégias quando o DP antecedente possui o traço [-animado], 50% de ON e 50% de CL; quando o traço é [+animado], o CL é mais frequente com 65% das ocorrências contra 35% de ON.

6.2.1.3 Posição do antecedente

Para a interpretação do ON no PRB, essa variável foi a mais significativa, visto que a análise quantitativa revelou que o ON não é selecionado quando retoma um DP na posição de sujeito básico, sugerindo que a posição e o papel temático atribuído nesta posição estejam envolvidos em seu licenciamento. O mesmo comportamento foi observado no PRE, apontando para o fato de que

19 Antecedentes com traço [+animado] favorecem o uso do PF com peso relativo .70 e, com traço [-animado] favorecem o ON com .58.

20 Apesar de os pesos relativos serem mais significativos para identificar os fatores que favorecem o uso das estratégias, é difícil não atentar para a diferença que existe na distribuição das variantes segundo a frequência.

o estatuto do ON nas duas variedades do português investigadas é o mesmo, elipse do DP. Não houve ocorrência de retomada também de DPs da posição de ADN e de ADV.

Tabela 12 – A distribuição das variantes segundo a posição do antecedente - PRE

F. sintática do antecedente	ON			CL		
	Ocorr	%	P. Relativo	Ocorr	%	P. Relativo
Suj. derivado	25/51	48	.62	27/52	52	.38
Objeto direto	151/305	50	.50	154/305	50	.50
Obíquo	7/17	41	.28	10/17	59	.72
Predicativo	3/6	50	.51	3/6	50	.49
Tópico	6/12	50	.40	6/12	50	.60
Total	192/392	49	-	200/392	51	-

Nível de significância: .012

Como mostram os números da Tabela 12, a maior parte das ocorrências analisadas, 305, retoma um antecedente na posição de OD, e a distribuição das variantes é equilibrada, 50% de frequência e peso relativo igual a .50.

Quando o antecedente é um sujeito derivado, é favorecido ON, com peso relativo igual a .62, enquanto, no PRB, essa estratégia é desfavorecida com .28. Quanto aos antecedentes na posição de OBL, nas duas variedades do português rural, é favorecido o preenchimento da posição de OD, no PRE, com .72 e, no PRB, com .57. Quando o OD retomado não possui um DP próximo que sirva de antecedente e a correferência se dá a um tópico discursivo, é o ON a estratégia favorecida, com peso relativo igual a .60, de maneira semelhante ao PRB, embora, no PRB, o valor dos pesos relativos seja equilibrado .52 e .48 (PF e ON, respectivamente).

Os resultados alcançados com a quantificação deste fator no PRE reforçam a impossibilidade de um DP nas posições de SU²¹ servir de antecedente para a recuperação do conteúdo do ON.

6.2.1.4 Estrutura do VP

A motivação para fixar esta variável foi o fato de línguas tais como o espanhol de Quito (Suñer; Yopez, 1988) e o tcheco (McShane, 1999) sofrerem restrição quanto à escolha das estratégias de retomada quando o verbo seleciona outro argumento além do OD ou quando há uma categoria adjunta a ele.

21 Como Raposo (2004) já havia predito.

No PRB, essa variável não foi selecionada pelo programa quantificacional. Os resultados referentes ao PRE estão registrados na Tabela 13.

Tabela 13 - A distribuição das variáveis segundo a estrutura do VP – PRE

Estrutura de VP	ON			CL		
	Ocorr	%	P. Relativo	Ocorr	%	P. Relativo
1 argumento (OD)	127/303	42	.45	176/303	58	.55
2 arg. (OD+OI/CIRC)	10/19	53	.45	9/19	47	.55
2 arg. (OD+CIRC)	37/53	70	.75	16/53	30	.25
2 arg. (OD+ADJ)	20/40	50	.55	20/40	50	.45
Total	194/415	47	--	221/415	53	--

Nível de significância: .012

Embora no PRE este fator não tenha sido decisivo, observa-se que o ON é favorecido quando há um elemento circunstancial, selecionado como argumento pelo verbo, como em (27a), com peso relativo igual a .75; ou quando há um termo adjunto a VP, como em (27b), com .55 de peso relativo.

27.

a. INF1: *aquele vinha buscar **outro moitão**, [punha ____i além]. (LUZ)*
*eu apanhei **muita isca**, – [apanhei ____i de véspera] – e ao outro dia, lá vou eu e o meu rapaz. (VPA)*

Quando o verbo seleciona dois argumentos, um acusativo, OD, e outro dativo, OI, ou OBL, não é o ON a estratégia mais favorecida, mas o CL, como se vê na Tabela 13. O CL é favorecido com peso relativo igual a .55. O português rural afrobrasileiro apresenta um comportamento contrário, neste contexto, é o ON a estratégia favorecida, conforme Figueiredo (2004).

28.

a. INF: *Outra vez lá o médico escreveu **uma cartinha**, [entregou ____i lá aos urgentes], lá os da ambulância, outra vez a caminho do hospital [...] de Odemira. (LUZ)*

b. INF: ***Estas, aqui** são... [Comprei-**as**, a um sobrinho meu de Lisboa], é que nos as vendeu. ‘Vendeu-nos-**as**,’?! Deu-**mas**. (PVC)*

Quando apenas um argumento é requerido pelo verbo, o OD, é também o CL a estratégia mais favorecida, com .55 de peso relativo.

29.

INQ2: **Essas**_i devem ser muito bonitas...

INF: São. Muito grandes. E não há ordem de apanhá-**las**_i. Que ele é: “São muito ‘úteis’”! (ALV)

Da análise das variáveis analisadas, verifica-se que, em ambas as variedades do português, o ON é uma elipse de DP, licenciado pela da identidade sintática (argumento interno) e semântica (tema/paciente) e que as duas variantes contrastadas são condicionadas pelos mesmos grupos de fatores. A diferença consiste nos percentuais de frequência. No PRB, o ON é a variante mais requerida em qualquer contexto, enquanto no PRP, os percentuais de distribuição entre o CL e o ON é mais equilibrado.

6.2.2 *ON em ilhas*²² *no PRP*

Raposo (1986) afirma que o PE apresenta a possibilidade de ocorrência de ON cujo estatuto é uma variável por não ocorrer em ilhas sintáticas, embora em seu artigo de 2004²³, o autor reveja esta condição e aceite como marginais e não agramaticais sentenças que apresentam ON nesse contexto sintático. Mesmo considerando a mudança de postura de Raposo (2004), julgou-se interessante verificar se, no *corpus* do PRE, assim como no do PRB, o ON, elipse de DP, em contexto de ilha seria licenciado. A variável referente ao tipo de sentença em que ocorre a retomada não foi selecionada como relevante pelo programa quantificacional para nenhuma das duas variedades do português. No PRE, encontraram-se ocorrências ON em ilha adverbial e apenas 01 ocorrência em sentença completiva. No total, foram encontradas 29 ocorrências de retomada: 13 pelo ON, 12 pelo CL e 04 pelo DP.

Em *sentenças relativas*, a retomada se deu através das duas estratégias de preenchimento, seis de CL e quatro de DP²⁴. Os exemplos em (30) ilustram as realizações do CL.

22 Raposo (1986) considera ilhas para movimento as seguintes construções subordinadas: as relativas, as adverbiais e as completivas com função subjetiva e as completivas nominais.

23 Artigo intitulado: *Objectos nulos e CLLD: uma teoria unificada*.

24 Não apresento as ocorrências de retomada através do DP pelo fato de essa estratégia não ser o foco da pesquisa.

30.

- a. E depois agarravam então numas enxadas e começavam à ponta de cima, estrambalhando **aquilo**_i para esse sítio [**donde o_i tiraram**]. (LUZ)
- b. [**o linho**_i] Era um sedeiro [**a assedá-lo**_i]; e depois fiava-o; depois, ao fim de o fiar, a gente fazia na roca... (PVC)
- c. O carvão faziam-no. Sim, eu não o fazia, mas via-**o**_i em sítios [**onde o_i faziam**]. (PVC)
- d. Quem queria fazê-lo nas mãos, fazia-**o**_i nas mãos; e havia pessoas [**que os_i faziam num bocadinho de pano branco**], e apertavam, apertavam... (VPC)
- e. INF Ah, debaixo. Esses é os cogumelos.
INQ Veja lá o míscaro se se parece com mais, com algum desses? Não?
INF: Porque **ele**_i há uns mesmo que é o tipo disto, mas são... Como isso há pouca gente [**que os_i conheça**]. É que eles [...] são à cor de abóbora-menina. (VPC)
- f. Eu detesto aquelas pessoas que trabalham e não se lhe paga o valor delas. Detesto aquela pessoa que lhe fuja com **o valor**_i [**a quem o_i tem**]. (CTL)

No PRB, o ON ocorre em sentenças relativas e varia em contextos semelhantes com o PF, como ilustram os exemplos em (31-32)

31.

Convivemo quarenta e dois ano de casado. Aí, eu zelei **dele**_i até o dia [**que Deus madou buscá** _____i]. (SAS-12)

32.

DOC.:Nem **vassôra de bruxa**_i dá?

INF: Ah, dá, **aquilo**_i num sempre dá num na roça de cacau, mas tem uma... um remédio aí [**que combate ela**_i]. (SAR-03)

Em *sentenças subjetivas*, no *corpus* do PRE, foram encontradas apenas duas ocorrências realizadas por um CL, como em (33).

33.

- a. (sobre o Meixão, um tipo de fruto do mar)
[**Quem o_i compra muito**] é o espanhol²⁵. (VPA)

25 Contexto de pseudo-clivagem.

b. (sobre como fazer queijos)

Aquilo ficava assim de coiso, depois nós fazíamos-lhe o queijo... [**Quem queria fazê-lo, nas mãos**], fazia-o nas mãos; e havia pessoas que os faziam num bocadinho de pano branco, e apertavam, apertavam... (VPC)

No PRB, em contextos semelhantes aos do PRE, foi mais frequente o uso do ON, como em (34), embora em duas das seis ocorrências, ocorra o preenchimento pelo PF, como em (35).

34.

a. DOC: E **Fábio**_i é registrado?

INF: É resistrado. [**Quem resistrô** _____i] fui eu.²⁶ (SP-01)

b. (sobre as mudas) mas também [**quem vai comprá** ____ vai tê uma garantia peque já vai levá uma muda de qualidade. (SP-05)

35.

a. (sobre Clemilda) Aí. .. ela_i é de lá do São Benedito, [quem criou ela_i] foi irmã dessa vó minha aí ó ... veio junto. (SAR-01)b. INF: **Manaíba**_i é de mandioca.

INF: Que a gente ... é preciso [**cortá ela**]_i, cortá manaíba ... ‘corta e dêxá enxugá o leite pá podê prantá. (SAR-11)

No PRE, foram encontradas apenas três ocorrências de retomada em orações *completivas nominais*. Nelas, observa-se apenas 1 ocorrência de ON, como em (36a) e 2 de CL, como em (36b-c).

36.

a. Se a **madeixa sedela**_i vem do estrangeiro por cento e cinquenta mil réis, qual é a razão [**de vender** _____i **a trezentos e trinta**]? (ALV)

26 Contexto de pseudo-clivagem.

- b. (sobre as garças-reais) INQ2 **Essas**²⁷_i devem ser muito bonitas...
INF São. Muito grandes. E não há ordem [**de apanhá-las**]_i. (ALV)
- c. E tinha um cão e o cão ia com **ele**_i. E depois a mãe não queria que fosse porque tinha medo [**a que o, comesse o lobo**]_i. (CTL)

A única ocorrência de ON dentro de um NP complexo distingue-se das demais pelo traço [-definido], um contexto em que a variação é licenciada como se vê Tabela 10. Em (36b), o CL retoma um antecedente [+genérico] e, em (36c), [+referencial, +definido]. São poucas as ocorrências nesse contexto, o que não permite estabelecer qualquer generalização. No PB, também são poucas as ocorrências de retomada nesse contexto sintático, apenas seis, quatro através do ON, o que impossibilita estabelecer uma comparação mais geral entre as duas variantes do português investigadas. Exemplos do PRB são apresentados em (37).

37.

- a. DOC: Tava reparano assim... várias... nas cidades, nas casas, nas roças assim já tem televisão, né?
INF: eu mesmo num tive [**condição de comprá** ____]_i. (SAR-02)
- b. Ói... em... em... por'quanto, inté agora qu'eu... que alguma coisa... pelo qu'eu ouvi falá e vejo, e acredito muito em **Lula**_i! Apesá que... eu num tive [**condições de conhecê ele**]_i, num fui no estado dele... (SAS-03)

Em *sentenças adverbiais*, no PRE, a variação é observada, ocorre tanto ON, como em (38), quanto CL, como em (39).

38.

- a. Há-de matar **o rio**_i. E se os senhores – eu não sei com quem é que estou falando – [**se o senhor amanhã ou o seu superior querer ir ver** ____]_i eu digo onde é que é o rio...(ALV)

27 Embora esse pronome possa ter leitura dêitica, na fala do informante possui apenas o papel de organizador textual, retoma o último tipo de ave mencionada no discurso, como se pode ver no trecho destacado do inquérito.

E há um passarinho, também no rio, que chama-se o ganso. O ganso é preto e branco. E há as garças-reais que vêm dessas ribeiras grandes, vêm fazer o período do tempo cá ao nosso rio a mariscar. Cinco, seis. É do tamanho de perus ou maiores. Não sei se já tem visto? É a garça-real que vem aí dessas ribeiras aí da monda do arroz, vem aqui... Tem a sua época, vêm a Alvor - este é o rio de Alvor - a apanhar marisco e comerem os caranguejos e outras várias coisas. (Alvor-N)

- b. Tirando isso, para ir a pesca, iscamos **as nossas artes**, [para ir lançar _____i **ao mar**], para ir à pesca, para apanhar peixe. (ALV)
- c. DOC: E os rapazes não costumavam oferecer à rapariga umas rocas todas enramadas?
INF1: Sim. E [...] o homem que era e o rapaz é que fazia **o fuso**, [para lhe dar _____i]. (CTL)
- d. E eu arranjei-lhe, então, **umas febras**, e disse-lhe: “Pronto, filhinha, vai. E olha, [enquanto eu tiver _____i], vem, que eu te arranjo. (E come) do que puderes”. (CTL)
- e. faziam um roleiro Pois. Quer dizer, “Vai além” – dou-lhe um bocado de terra [para ele fazer _____i], pois – “olha, lavra e faz e de sete molhos pagas-me um”! Já era assim. (LUZ)
- f. pois, também era uma burra –, ali assim para restolhar **os paus**, em cima [para a gente cortar _____i e tirar _____i à falca]. Tirávamos à falca. (LUZ)
- g. A sogra é que me dava... Uma vez prantou-me ele lá **uma teia**, [para mim urdir _____i], e nem sequer era para mim tecer, era lá para umas outras empregadas. E foi-se embora, quando ele voltou, eu tinha-a urdida. (LUZ)
- h. Apanha lavagantes como é o tamanho de camarões. Trazem _____i para a terra. Faz de conta, [se eu deito _____i **ao mar**], digo assim: “Oh, eu deito ao mar, outro não deita, também o vou levar. Aquele não deita, eu também o não deito”. (VPA)

39.

- a. Todas as árvores do campo eu gostava de pintar para prantar **o meu livro**, [quando eu o, publicar].(LUZ)
- b. Arrancavam as torgas e faziam ali assim uma poça grande na terra – uma poça muito grande –, e depois queimavam ali as torgas, e depois ao fim de se **elas**, apagamem... Botavam-lhe água [para **as**, apagar]. (PVC)
- c. O pai andava lá e a mãe, ali foi fino: agarrou **o menino**, para ele, [quando **o**, agarrou] já estava morto. (PVC)
- d. Ia, com licença de vossemecês, lá comprar **os porcos**, [para mor de **os**, matar], quando vinham cá os ‘manadeiros’. (PVC)

Como se pode observar, o ON no PRE não sofre restrições em sentenças adverbiais, um contexto considerado ilha para movimento. Sendo assim, não se pode dizer que o ON seja uma variável. No mesmo contexto, no PRB observa-se variação e a maior frequência é de ON da mesma forma que no PRE. Exemplos do PRB estão registrados em (40).

40.

- a. Sempre tem como transporte, né? Que nem **os menino que estuda**_i, né, já tem o transporte [**pra pegá** _____i], [**pra levá** _____i] na escola]? (SAR-02)
- b. **Cobra**_i, eu tenho medo. [**Se eu** [**vê** _____i], eu num mato, corro dela, dêxo ela lá. (SAR-04)

41.

- a. Aí **ele**_i ficou preso bastante tempo, [**quando sortaram ele**_i] depois dessa morte aí ele deu pa robá... JFN4
- b. Aí ele vai...**ele**_i cresce o dentinho...e a gente [**quondo vai cata ele**_i] a gente quebra um cachinho... JFN4

Nesta seção, objetivou-se verificar a possibilidade de ocorrência de ON em contextos de ilha para movimento no PRE. Observaram-se apenas 9 ocorrências de ON em contexto de ilha: 1 em sentença completiva nominal e 8 em sentença adverbial. Visto que o número de ocorrências não permite generalizações, pode-se considerar que os dados encontrados sejam um indício de que a revisão proposta por Raposo (2004) é bastante pertinente. Pode-se concluir ainda que, pelo menos no contexto de ilha adverbial, o ON não pode ser considerado uma variável.

Conclusão

Da comparação entre o PRE e o PRB, pode-se constatar, inicialmente, que as estratégias disponíveis para uma variedade não estão disponíveis para outra, o CL ocorre apenas no PRE e o PF, apenas no PRB. Verifica-se que, considerando a quantificação dos dados quanto à variável referencialidade e ao traço de animacidade do antecedente, CL e PF não possuem os mesmos traços e que, no PRB, o PF não é uma substituição de clítico em desuso. Verificou-se ainda que o ON está disponível para retomada tanto para o PRE quanto para o PRB, as diferenças observadas são percentuais, 48% e 90%, respectivamente, considerando o contexto linguísticos em que ocorrem.

Os resultados referentes ao fator referencialidade demonstram que, quando o antecedente é [+definido, +específico], no PRE, a variação não é bastante produtiva, 7% de ON e 93% de CL; já no PRB, o comportamento é inverso, ON é mais produtivo que a forma pronominal, PF, 80% e 20%, respectivamente. Chama a atenção também o fato de que antecedentes com o traço [+genérico]

favorecerem quase categoricamente o ON no PRB, e, no PRE, verifica-se um equilíbrio entre as duas variantes investigadas.

Quanto à restrição do ON em contextos de ilha, que, ao longo dos estudos sobre o estatuto do ON tanto foi utilizado para distinguir o PE do PB, não foi considerado um contexto relevante no licenciamento das variantes, devido à existência de contextos categóricos e à baixa ocorrência de retomada nesses contextos. No PRE, como se viu na seção anterior, só há uma ocorrência de ON em uma sentença completiva, o que pode não ser significativo, e oito em sentenças adverbiais. No PRB, embora nenhum contexto tenha se mostrado categórico, encontrou-se um número baixo de ocorrências, uma situação desfavorável à generalização. Considerando os resultados das Tabelas 06 e 12, em que se verifica impossibilidade de um DP na posição de sujeito básico ser antecedente do ON, verifica-se que, nas duas variedades, o ON possui o mesmo *status* sintático: elipse de DP, licenciada pela identidade sintática (argumento interno) e semântica (tema/paciente) que mantém com o antecedente.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, V. E; FIGUEIREDO SILVA, M. C. On some properties of agreement-object in italian and brazilian portuguese. In: MAZZOLA, M. *Issues and theory in romance languages XXIII*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.
- DUARTE, M. E. L. *Varição e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1986.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.
- FIGUEIREDO, C. Objeto Nulo: Uma restrição temática. In: *Anais do XXIV Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste-GELNE*. Natal: UFRN, 2012.
- FIGUEIREDO, C. O Objeto direto anafórico: a categoria vazia e o pronome lexical. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I.. *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

- FIGUEIREDO, C. *O objeto nulo no português rural baiano*. Teoria temática e eclipse de DP. Tese de Douramento. Salvador: UFBA, 2009.
- FIGUEIREDO, C. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2004.
- GALVES, C. O objeto nulo e as estruturas da sentença em português brasileiro. In: _____. *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: UNICAMP. 2001. p. 73-92.
- _____. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v.7. 1984. p. 107-136.
- GIANNAKIDOU, A; MERCHANT, J. On the interpretation of null indefinite objects in greek. In: *Studies in Greek Linguistics* 17. Tessaloniki: Aristotle University, 1997. p. 141-155.
- HUANG, C.T. J. On the determination and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, v. 15: 1984. p. 531-574.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. *Principles of linguistics change: internal factors*. v. 1. Cambridge: Blacwel, 1994.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003. p. 272-284.
- MATOS, G. Construções elípticas. In: MIRAMATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p.869-916.
- MATOS, G.; CYRINO, S. M. L. Eclipse de VP no português europeu e no português brasileiro. *Boletim da Associação Brasileiro de Linguística*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2001. v. 26. p. 386-390.
- MCSHANE, M. J. The ellipsis of accusative direct objects in russian, polish and czech. In: *Journal of Slavic linguistics* 7(1). Philadelphia: 1999. p.45-88.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal da terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1978.
- RAPOSO, E. On the null object in european portuguese. In: JAEGGLI, O; SILVA-CORVALAN, C. *Studies in romance linguistics*. Dordrecht-Holland/Riverton: Foris publications, 1986.
- RAPOSO, E. Objectos nulos e CLLD: uma teoria unificada. *Revista da Abralín*. v. III. Maceió. 2004, p. 41-73.

SUÑER, M.; YEPEZ, M. Null definite objects in quiteño. *Linguistic Inquiry* 19, 1988. p. 511-519.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Recebido em 15 de julho de 2014.

Aceito em 27 de agosto de 2014.

O PORTUGUÊS DO BRASIL EM GRAMÁTICAS
BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

Olga Ferreira Coelho
Universidade de São Paulo
olgafc@usp.br

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna
Universidade de São Paulo
smdanna@hotmail.com

Bruna Soares Polachini
Universidade de São Paulo
bpolachini@gmail.com

RESUMO:

Analisamos um conjunto de dez textos gramaticais que contribuíram para a formação de uma ‘escola’ brasileira de descrição do Português ao longo do século XIX, com o objetivo de identificar como essa gramaticografia emergente lidou com o Português do Brasil. A análise permitiu observar a que fontes foram atribuídas as especificidades brasileiras; quais foram as formas linguísticas preferencialmente analisadas e que pressupostos e técnicas animaram o tratamento das peculiaridades locais. Esboçamos, a partir dos dados obtidos, um perfil do pensamento gramatical brasileiro naquele período de formação e apontamos alguns de seus traços de maior durabilidade histórica, quando pensamos na gramática ou, de uma forma mais ampla, nos estudos acerca do Português do Brasil desenvolvidos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, gramática, português do Brasil, século XIX.

ABSTRACT:

We have analyzed a set of ten grammatical texts that contributed to the formation of a Brazilian ‘school’ of description of the Portuguese language throughout the nineteenth century, aiming at identifying how this emerging grammaticography dealt with Brazilian

Portuguese. The analysis allowed us to observe to which sources Brazilian linguistic specificities were assigned; which linguistic forms were preferentially analyzed and which assumptions and techniques encouraged the treatment of local linguistic peculiarities. We have outlined, from the data obtained, a profile of Brazilian grammatical thought on that period. We also pointed out some of its traits of greater historical durability, regarding with grammar or, more broadly, with studies on Brazilian Portuguese developed in the country.

KEYWORDS: Linguistic Historiography, grammar, Brazilian Portuguese, 19th Century.

Introdução

O século XIX foi profícuo em textos que trataram da língua portuguesa falada no Brasil. Pinto (1978) apresenta boa parte dessa produção e discute suas características, consideradas bastante heterogêneas. Tal heterogeneidade, comprova-o a autora, liga-se à natureza dos textos (já que o tema interessou a uma diversificada parcela da intelectualidade de então), a fatores relacionados a atmosferas de época, e a afiliações – sobretudo quando se aproxima o último quartel do século – a correntes do pensamento (linguístico ou não) distintos. Coelho (2003; 2008; 2012) explora os materiais voltados para o exame do léxico ‘brasileiro’, que, junto das questões fonéticas, conforme já assinalara Pinto, foi um dos principais focos dos interessados em discutir a variedade da língua portuguesa que aqui se falava nos anos 1800. Gurgel (2008), Vidal Neto (2010) e Polachini (2013), em dissertações dirigidas a temas mais específicos, examinaram parte dos textos gramaticais daquele século que versou sobre o tema.

Neste artigo, utilizamos dados de uma investigação interessada na reconstrução do processo de formação de uma ‘escola’ brasileira de descrição gramatical do Português a partir do século XIX. O objetivo mais específico desse projeto coletivo, inserido na área da Historiografia Linguística, é chegar a um feixe de características estruturantes do pensamento gramatical brasileiro nesse período de formação, e, de algum modo, contribuir para a identificação de seus traços de maior durabilidade histórica, quando pensamos na gramática ou, de uma forma mais ampla, nos estudos da língua portuguesa desenvolvidos no Brasil. Para tanto, têm sido considerados trabalhos gramaticais publicados

nos anos 1800¹, bem como aspectos que dizem respeito aos contextos de produção e circulação dessas obras. A seleção do *corpus* foi feita com a intenção de percorrer todo o século, e levou-nos a textos aparentemente representativos de diferentes fases da história linguística, intelectual e social do país.

O século XIX é, ao que parece, um dos momentos cruciais do percurso de formação histórica do Português do Brasil (doravante PB). Há estudos² apontando usos linguísticos que parecem, se não surgiram, ao menos se difundiram mais, ou se tornaram mais consistentes nesse período. Complementarmente, do ponto de vista contextual (ou da história social da língua), tais processos linguísticos emergiram em um século perpassado, em diferentes graus, por ‘nacionalismo’, ‘cientificismo’, esforços por uma ‘fundação cultural’ do Brasil, por revoluções como a Independência, Abolição da Escravatura, a adoção de um regime republicano de governo, pelos fluxos migratórios de estrangeiros, pelo início de processos de urbanização, entre outros acontecimentos de enorme impacto social. O contexto (linguístico e sócio-histórico) do século XIX no Brasil parece, assim, apresentar-se como elemento favorável ao florescimento de uma gramaticografia nacional do Português, se levarmos em conta aquilo que a Historiografia da Gramática tende a destacar como um aspecto bastante importante para que esse tipo de produção tenha se desenvolvido em diferentes civilizações. Swiggers (2014), por exemplo, ressalta

-
- 1 Trata-se de trabalhos portugueses e brasileiros que teriam, por um lado, integrado o conjunto de referências da gramaticografia brasileira que se organiza a partir do século XIX, ou, por outro lado, integrado essa gramaticografia. São eles: OLIVEIRA, 1536; BARROS, 1540; LOBATO, 1770; BACELAR, 1783; MORAES SILVA, 1806; COUTO E MELO, 1818; SOARES BARBOSA, 1822; CONSTÂNCIO, 1831; FREIRE, 1842; OLIVEIRA, 1862; CALDAS AULETE, 1864; SOTERO DOS REIS, 1866; FREIRE DA SILVA, 1875; BRAGA, 1876; CARNEIRO RIBEIRO 1877; ALMEIDA NOGUEIRA, 1881; RIBEIRO, 1881; GRIVET, 1881[1876]; LAGE, 1882; MACIEL 1887; RIBEIRO 1889[1887]; GOMES, 1887; CARNEIRO RIBEIRO, 1890; COELHO, 1891; MAIA, 1899; BOSCOLI, 1899; SAID ALI, 1919 [1987, 1888, 1894, 1895, 1908].
 - 2 Vejam-se, por exemplo, os dados de fenômenos sintáticos acerca de especificidades do português falado no Brasil, descritas em estudos de Linguística Paramétrica, como a ausência do clítico ‘o’ proposicional, o objeto nulo que se torna frequente, a substituição da ênclise pela próclise (cf. CYRINO, 1993), o sujeito preenchido bastante encontrado (cf. DUARTE, 1993), as relativas ‘cortadoras’ e ‘copiadoras’ (cf. TARALLO, 1983), os usos do ‘se’ apassivador e indeterminador (cf. NUNES, 1991), o enfraquecimento da concordância (cf. GALVES, 1993), entre outros.

el hecho de que la emergencia de una reflexión (o actividad) gramatical parece estar ligada a la presencia de una dualidad percibida: sea la dualidad entre lengua oral y escritura, sea la dualidad entre una lengua arcaica y la lengua del presente, sea la dualidad entre lengua materna y lengua(s) extranjera(s). El “reflejo gramatical”, pues, parece tener su origen en una experiencia “diferencial (página não enumerada).

Tanto do ponto de vista linguístico quanto do ponto de vista sócio-histórico, a experiência diferencial em relação a Portugal se robusteceria ao longo do século XIX, apoiando o desenvolvimento da mencionada consciência de uma *dualidade*. Estamos, pois, diante de um momento-chave para a emergência e o desenvolvimento de uma ‘escola’ local de produção de textos gramaticais e de produção de reflexões específicas sobre o PB.

Considerando a história da língua, os responsáveis por essa produção gramatical puderam testemunhar ‘mudanças em progresso’ ou ao menos usos em franco favorecimento em sua época. Assim, suas gramáticas permitiriam, por hipótese, observar formas ‘especializadas’ (as dos estudiosos da linguagem) de lidar com (‘novos’) fatos linguísticos.

Em vista disso, procuramos apresentar um mapeamento preliminar das formas como essa gramaticografia emergente lidou com o PB. Tal mapeamento estruturou-se com base nos seguintes questionamentos: a) a que fontes foram atribuídas as especificidades brasileiras (literatura, imprensa, fala popular, fala regional, arcaica)? b) que formas linguísticas receberam mais atenção (fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas) e como foram categorizadas (variantes, erros, usos determinados pelo estilo)? e c) que pressupostos e técnicas foram adotados para tratar dessas peculiaridades?

Para lidar com essas questões, nos limites de um artigo, elegemos, do *corpus* total, os seguintes textos-exemplos:

MORAIS SILVA, A de. *Epítome da Grammatica Portuguesa*, 1806.

CORUJA, A. A. P. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*, 1835.

SOTERO DOS REIS, F. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*, 1866.

CARNEIRO RIBEIRO, E. *Grammatica portugueza philosophica*, 1877.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguesa*, 1881.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza: 3º anno*, 1889[1887].

- PACHECO DA SILVA JR., M. da & LAMEIRA DE ANDRADE. *Noções de grammatica portugueza*, 1887.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. *Serões Grammaticaes*. Nova Grammatica Portugueza, 1890.
- MACIEL, M. A. *Grammatica Descritiva baseada nas doutrinas modernas*, 1902[1894].
- SAID ALI, M. *Difficuldades da Lingua Portugueza*, 1919[1908; 1895-1884].

Nesse conjunto, composto preponderantemente de obras intituladas ‘gramáticas’ e conformadas às características gerais desse gênero textual³, estão também incluídos artigos publicados, ainda no século XIX (em 1894 e 1895), por Manuel Said Ali Ida (1861 – 1953). Os temas desses artigos eram a colocação pronominal, fenômenos de entoação e verbos sem sujeito; poderiam, como se intui, ensejar considerações acerca do PB. Por essa razão, e pelo grande prestígio de seu autor, também foram analisados como textos gramaticais de relevância nesta investigação, recuperados em suas revisões publicadas, sob a forma de capítulos, na segunda edição do clássico *Difficuldades da Lingua Portugueza* (1919).

1. Presença vs. ausência de menções ao PB

Uma primeira aproximação dessas obras permitiu observar que, conforme se desenrola o século, os gramáticos parecem se tornar cada vez mais conscientes da existência de algum nível de divergência entre o PB e o Português Europeu (doravante PE). Pareceu-nos sintomático de uma consciência ainda difusa que, entre os textos publicados no início de século, Morais 1806 apresentasse uma única menção explícita a uso não lusitano (*das Colonias*)⁴, na mesma medida em que Coruja (1835), autor de um artigo dirigido ao estudo

3 Uma gramática, como gênero textual, conteria: (i) unidades categorizadas, (ii) exemplos, e (iii) regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados em uma dada língua (AUROUX, 2009[1992], p. 66).

4 “Quando o verbo tem um termo da sua acção, e é a primeira pessoa, ou segunda, usamos de *me, te*; e sendo terceira pessoa usamos de *lhe (b)* [...] (*b*) O caso *lhe, e lhes* é termo, e não paciente: v. g. “*tomou-lhe a noite* com historias velhas; *tomou-o* a noite ali: » i. é, sobreveyo *lhe* naquelle lugar. [...] *Eu lhe amo, lhe adoro; são erros das Colonias; quero-lhe como á minha vida; sc. quero-lhe bem, como &c. é correcto.*”

do léxico de uma região do jovem país⁵, e Sotero dos Reis (1866), que em obra sobre literatura apresenta dados fonéticos do PB⁶, não mencionassem usos locais em suas gramáticas.

Com efeito, a identificação explícita de usos brasileiros começa a aparecer em maior volume, embora sempre discreto em relação ao volume de dados apresentados como ‘da língua portuguesa’, nos textos publicados mais proximamente ao final do século. Há, assim, em todas as obras do *corpus* publicadas a partir de 1877 (neste caso, a partir da gramática de Carneiro Ribeiro), menção a peculiaridades do PB na pronúncia, no léxico, na morfologia e na sintaxe. Também são feitas, ainda que esparsamente, menções a propriedades gerais do PB, sem o apontamento de dados ou de níveis de análise específicos.

Por fim, quando chegamos ao outro extremo temporal estabelecido nesta investigação, isto é, aos textos de autoria de Said Ali, notamos que: 1) ao discorrer sobre os *Verbos sem sujeito* do português, o autor não menciona diferenças entre o PB e o PE; sobre este tema, as comparações que faz são entre o português e outras línguas, tais como o francês e o alemão; 2) no estudo denominado *Phenomenos de intonação*, na edição de 1919, encontramos uma breve consideração – inexistente no artigo original de 1895 – sobre o falar ‘brasileiro’, que funcionaria tal como o falar ‘português’ quanto ao uso de expressões interrogativas para enfatizar termos da oração; 3) nos capítulos da edição de 1919 sobre a colocação pronominal, originados do desmembramento e do desenvolvimento de partes do artigo de 1895, Said Ali evidencia diferenças entre o PE e o PB na questão da colocação pronominal. A reorganização da redação – percebida quando comparamos os textos de 1895 e 1919 – não produziu acréscimos à discussão iniciada ainda no final do século XIX. Em linhas gerais, Said Ali propunha uma explicação baseada em questões ‘fonéticas’ para compreender e legitimar tanto as variantes lusitanas quanto as brasileiras

5 CORUJA, Antonio A. P. Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGB*, 1852, Tomo XV, p. 205-238. Comparamos a primeira edição da gramática, de 1835, com a de 1873, a qual é posterior à publicação do artigo mencionado, e observamos que não há dados de PB em ambas as edições; logo, parece-nos, a ausência desse tipo de dado em gramática deu-se por própria escolha do gramático e não por falta de (re)conhecimento ou de acesso a dados.

6 No prefácio ao primeiro volume de seu *Curso de Litteratura Portugueza e Brasileira*, de 1866, Sotero dos Reis compara o falar do sul do país, São Paulo, com o do norte, Maranhão, dizendo que aquele seria um português alterado enquanto este estaria mais próximo do lusitano.

da colocação dos pronomes⁷. O autor, assim, identifica e descreve alguma variação, mas tende a propor explicações suficientemente generalizantes para abarcar ambas as variedades linguísticas, revelando, dessa forma, e tal como os gramáticos anteriores, a percepção de língua portuguesa como um todo unificado, naturalmente sujeito a distinções nos usos.

2. Os textos que mencionam o PB

Observação mais atenta à natureza das descrições e dos comentários que colocam o PB em evidência permite-nos assinalar que, diferentemente da preponderância de dados fonéticos e lexicais, apontada por Pinto (1978) e Coelho (2003) – que consideraram textos de natureza variada e de diversificada procedência –, predominam, nos textos gramaticais aqui analisados, os dados sintáticos. Uma tabela-síntese da quantidade e da distribuição, por níveis, dos fenômenos linguísticos que permitiram aos autores de textos gramaticais discurrir sobre o PB é apresentada adiante.

Os dados foram contabilizados levando em consideração os ‘fenômenos’ (por exemplo, a colocação pronominal, a presença de um segmento fônico ‘arcaico’ no PB falado no interior de São Paulo, a construção de orações relativas sem preposição antecedente ao pronome *que*, as incorporações americanas/africanas ao léxico, as distinções semânticas de itens lexicais compartilhados por portugueses e brasileiros etc.) e não as ‘ocorrências’ (quantos dados ou exemplos se mencionam de um mesmo ‘fenômeno’ ao longo da argumentação desenvolvida). Com isso, evitamos a distorção de, por exemplo, considerar que uma obra que apresente uma longa lista de vocábulos e expressões usados apenas no Brasil (casos de PACHECO & LAMEIRA, 1887; e CARNEIRO RIBEIRO, 1877 e 1890, por exemplo) pudesse figurar como mais atenta às distinções entre o PB e o PE que outra que registrasse um leque maior de fatos linguísticos (casos de RIBEIRO, 1881; PACHECO & LAMEIRA, 1887; e MACIEL, 1902[1894]).

OBRAS / FENÔMENOS	Fonéticos	Morfológicos	Lexicais	Sintáticos	Gerais	Total
Morais Silva (1806)	0	0	0	1	0	1
Coruja (1835)	0	0	0	0	0	0
Sotero dos Reis (1866)	0	0	0	0	0	0

7 Para uma análise mais aprofundada do tratamento dado ao autor a esse tema, consulte-se Danna (2014).

OBRAS FENÔMENOS	Fonéticos	Morfológicos	Lexicais	Sintáticos	Gerais	Total
Carneiro Ribeiro (1877)	3	0	4	2	0	9
Ribeiro (1881)	4	1	0	13	0	18
Pacheco & Lameira (1887)	3	3	6	3	3	18
Ribeiro 1889[1887]	1	0	3	1	2	7
Carneiro Ribeiro 1890	3	0	4	2	0	9
Maciel 1902 [1894]	2	2	4	5	0	13
Said Ali 1919[1908; 1895]	1	0	0	1	1	3

Tabela 1: Quantificação e distribuição de dados do PB presentes em textos gramaticais brasileiros do século XIX

Notam-se claramente na tabela dois fatos:

1) São poucos (78 ao todo) os fenômenos apontados (sobretudo levando-se em conta que as obras tratam de centenas de temas e subtemas gramaticais e que, aquelas que mencionam o PB, o fazem apenas marginalmente, incluindo tais menções algumas vezes em seções específicas (vícios, brasileirismos, provincianismos), outras vezes em meio a detalhamentos em relação a observações mais gerais sobre ‘a língua portuguesa’;

2) há aumento considerável no número e na variedade de fenômenos registrados a partir do texto de Júlio Ribeiro (1881), considerado o fundador da chamada ‘gramática científica’ no país. Tendência que se opunha à orientação racionalista (filosófica) dos trabalhos anteriormente publicados, a ‘gramática científica’ parece ter conferido mais atenção à descrição, ou, ao menos, à apresentação de (mais) dados específicos (cf. VIDAL NETO, 2010) para análise e exemplificação. Ainda assim, é possível notar, no *corpus* selecionado, um movimento ambíguo em Ernesto Carneiro Ribeiro (1839 – 1920): autor de duas obras, uma primeira ‘filosófica’ e uma segunda ‘científica’, ele parece ter reduzido a citação efetiva de textos de ‘bons autores’ no último trabalho, embora nele tenha ampliado a incorporação de dados da diacronia da língua. Voltaremos a esta questão da relação entre orientação teórica e formas de lidar com os dados nas conclusões; por ora, cabe assinalar que foram principalmente as gramáticas mais afinadas com a gramática histórico-comparativa (as chamadas ‘científicas’) as que concederam maior atenção aos dados do PB.

A distribuição dos fenômenos por nível de articulação, como dissemos, revela que os autores privilegiam os fatos sintáticos (28), vindo em seguida os de ordem lexical (21), os fonéticos (17) e os morfológicos (6). Além desses fenômenos específicos, há, no *corpus*, 6 referências gerais (sem especificação de dados ou de nível de articulação) ao PB.

Apontamentos mais qualitativos sobre as formas de tratamento do PB nessas obras são feitos a seguir.

2.1 Fenômenos sintáticos

Vejam, inicialmente, alguns exemplos:

- a. “Nas sentenças interrogativas *pospõe-se* o pronome sujeito ao verbo, ex. : << *Queres TU vir almoçar comigo?* >>. Cumpre notar que, principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta cargo sómente da inflexão da voz, ex. : << *TU queres vir almoçar comigo?* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 221)
- b. “Toda a palavra que serve de objecto a um verbo *põe-se* em relação objectiva. Como em Portuguez não se declinam os substantivos, a applicação desta regra só se torna patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex. : << *Eu o vejo—Queres-ME muito* >>. Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brasil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas << *Eu vi elle—Espere eu* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 230)
- c. “E so assim explica-se a existencia de tal uso no fallar da gente rude brasileira: é um legado dos colonisadores.). Substituem tambem *ter* a *haver*, e dizem : << *TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque* >>. Este uso vai-se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas”. (RIBEIRO, 1881, p. 257)
- d. “*Não* é a palavra de negação perfeita, ex.: << *NÃO posso —NÃO dou—NÃO* >>. Em algumas provincias do Brazil, como Bahia, Minas, *não* duplica-se, ex. : << *NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 260)
- e. “A preposição *a* liga-se por vezes ao nome que rege, de modo que fôrma com elle um todo susceptivel de ser regido por outra preposição, ex. : << *Vou de a pé—Andamos de a cavallo* >>. Estas locuções usadissimas entre nós pelos *caipiras* constituem um romanicismo extreme, que tambem se encontra no Hespanhol [...]” (RIBEIRO, 1881, p. 263)
- f. “Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (*me parece, te disse, lhe falei*). O povo (no Brazil) conserva-se, porrem aferrado ás normas proclíticas [...]” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 493)

- g. “Diferenças syntaxicas importantes [entre o PB e o PE] são raras, e apenas na linguagem vulgar: fui na casa, estava na janella; o emprego do pronome sujeito pelo objecto: -- *vi elle* e também *vi-lhe*, isto é *para mim* ler”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 511)
- h. “A expressão *o que é a vida?* como a anteposição do pronome *o* é provavelmente um “brasileirismo”. O uso clássico não admite anteposição de *o*. Os bons escriptores confirmam tal uso: Mulher, *que me pedes tu* (Al. Herculano, *Arrhas*, VII).” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 238).
- i. “Os brasileirismos syntacticos consistem em construcções divergentes do cunho vernaculo. Taes são: 1. O emprego do pronome *lhe*, como objectivo: Amo-*lhe* (Norte) = Amo-*o* 2. O emprego do pronome *elle*, como objectivo: Vi *elle*. = Vi-*o* 3. A anteposição indebita dos pronomes-complementos: *Me* disse (disse-me). *Te* chamou (chamou-me). 4. A regencia *para mim*, *para ti*, antes do infinito: Para *mim* ver (Sul). = Para eu vêr. 5. A preferência por construcções: *Estou com fome*. *Estou com sede*. *Estou com febre*. Em vez de outras, de melhor uso vernáculo: *Tenho* fome. *Tenho* sede. *Tenho* febre. 6. O emprego da preposição *em* por *a*: Chegou *na* janella. = Chegou à janella. *Vá na* loja. = *Vá à* loja. [...]” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308-310)
- j. “Na syntaxe, notam-se também brasileirismos, entre os quaes predominam as construcções em que são dispostos os pronomes complemento de modo contrario á ordem que sempre *lhe* deram os bons escriptores. Assim não é difficil encontrar as phrases seguintes: *o homem cuja casa incendiou-se* [...] *Nunca vi-o tão alegre, em vez de Nunca o vi tão alegre.*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 353-354).
- k. “O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construcção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: estar *na* janela, isto é *para para mim* ver, *vi elle* entrar, a pessoa *que* eu falei *com ella*, *tem* missa hoje.”. (MACIEL 1902[1894], p. 325)
- l. “Neste, como no capitulo seguinte, detenho-me algum tanto em analysar a collocação dos pronomes segundo tem sido praticada em Portugal; mas creio que, fazendo-a comprehender devidamente, melhor se entenderá a razão da diversidade do falar brasileiro, de que me occupo na parte final deste estudo.” (SAID ALI, 1919[1908;1895], p. 29).

- m. “A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral.” (SAIDALI, 1919[1908;1895], p. 82).

Entre os fenômenos sintáticos merecedores de atenção nas obras selecionadas, estiveram: ordem dos termos (incluindo colocação pronominal), concordância, regência (aí incluído o emprego dos pronomes retos e oblíquos), construções relativas (como no exemplo *a pessoa que eu falei com ella*, em Maciel), generalização do uso de *ter* com valor existencial em lugar de *haver*, negação e empregos do artigo.

De todas as especificidades levantadas do PB, duas foram mencionadas por mais de um autor: (i) Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889[1887]) e Carneiro Ribeiro (1890) citam empregos dos pronomes na posição de complementos; (ii) Ribeiro (1889[1887]), Pacheco & Lameira 1887, Carneiro Ribeiro (1890) e Said Ali (1919[1908; 1895]) expõem preferências brasileiras na colocação pronominal.

Nos textos analisados, vemos indícios de que a questão dos pronomes ganhou algum destaque no tratamento dado aos fenômenos do PB. Também é nítida a preponderância de julgamentos negativos dos usos locais, na maioria dos casos identificados como ‘erros’, usos ‘indevidos’, formulações contrárias aos usos dos bons autores etc. No entanto, há também, como por vezes a historiografia tem negado, particularidades do PB comentadas e contrastadas com usos lusitanos sem juízos de valor diretos.

Os dados do PB são, preferencialmente, de língua idealizada (providos pelos próprios autores). Em alguns casos, são contrastados com dados do PE retirados de textos literários do cânone lusitano.

Alguns dos autores demonstram preocupação em demarcar regiões ou grupos sociais em que seriam mais comuns certos usos – o que se alinha a ideias acerca de influência climático-geográficas, étnicas que circulam entre intelectuais dessa época. Um discurso de naturalidade e inevitabilidade da mudança e da variação por vezes convive com a atitude de corrigir os ‘maus’ e difundir os ‘bons’ usos, paradoxo mais ou menos recorrente na história da gramática, talvez vinculado ao caráter instrutivo-pedagógico assumido historicamente por esses textos.

2.2 Fenômenos lexicais

Expomos, abaixo, alguns trechos:

- a. “O português fallado no Brazil diverge do falado em Portugal, não só, e mui principalmente, na pronuncia, mas também em algumas transferencias de significação [...].
O vocabulario é o mesmo, mais opulentado com o elemento tupy-guarani, e mais alguns termos africanos. Devemos, porem, attender ás inevitaveis idiossyncrasias mentaes”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 510)
- b. “[...] Estas mudanças constituem os brazileirismos, americanismos, provincialismos... Ex. *Babado* em Portugal = cheio de baba, no Brazil – id., e folhos de vestido; *capoeira* em Port. = gaiola para guardar aves, no Brazil = id., e matagal de arvoredos tenues, aves, individuos que atacam com a cabeça e os pés, etc.; *muqueca*, em Port. é termo de agricultura, e no Brazil – guizado de peixe e camarão; *calunga* (voz africana) na Bahia significa ratinho, em Pernambuco, boneco de páo, no Rio de Janeiro – companheiro, parceiro (só em linguagem plebéa, dial. Brazil. afr.)” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 71-72)
- c. “[...] em alguns brazileirismos o suffixo eira ou era representa o vocabulo tupi-guarani cuér, cuéra, guê, e denota o tempo passado. Taes são os dous exemplos: Tap-era (aldeia, taba, que existiu) Capoeira – (matto caá, que existiu)” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 72)
- d. “Quando porém, todos os elementos do composto são de origem estrangeira, nenhuma consciencia existe dos sentidos elementares do vocabulo. É o que succede com os termos: Redingote – Do inglez: *riding coat*; vestido para montaria. Charcuteria – Do francez: *chaircuitte*. Carne cozida. Biscoito – Do latim: *bis-coctus*. Duas vezes cozido. [...] Xará – Do tupi-guarani: *Xe hera* (absol, *terá*) meu nome. É um brazileirismo.” (RIBEIRO, (1889[1887], p. 74-75)
- e. “Os escritores brazileiros tambem têm contribuido para a riqueza da lingua. Odorico Mendes aportuguezou varias fôrmas como *olhicerulea* Deusa (de olhos azuis), etc. José de Alencar formou varios vocabulos: *garrular*; *inhale* (adjectivo) *afflar* o leque; *elançar* (do francez) etc.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 179)
- f. BRAZILEIRISMOS são vocabulos ou locuções da lingua portugueza fallada pelos brasileiros, ou modos de dizer especiaes do idioma luso-brazileiro.

Os brasileirismos ou são lexicos ou são syntacticos: os primeiros respeitam ás palavras, [...] os segundos dizem respeito á frase ou ao tecido mesmo do discurso.

Dentre os brasileirismos léxicos notam-se certos vocábulo tomados ás lingoas e aos dialectos americanos e africanos. Taes são os vocábulo: tapera, caipora, cacique, quilombo, quiabo [...] lundú, e os vocábulo de tratamento infantil – nhonhô, nhanhan.” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 533)

- g. “Na Bahia, alem de muitos americanismos limitados a essa circumscripção do paiz, e que se estendem ás vezes ao estado do Sergipe, referentes pela maior parte a producções animaes ou vegetaes peculiares aos dois estados, a utensilios e termos da arte culinaria, notam-se alguns outros provincianismos. [...]” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 354)
- h. “Entre vocábulo indígenas, introduzidos no léxico brasileiro, ex.: *bicuiva e bicuiba, inhambu e nhambú, juruty e jurity, piassoava, piassava e piassaba.*” (MACIEL, 1902[1894], p. 193)
- i. “Esses elementos [secundários], salvo o indígena na dialectação brasileira “mal se devem mencionar”, diz o erudito Dr. Alfredo Gomes, pois raros são os especimens, mas oferecemos os seguintes: [...] *i*) Indigenas: jaty, mandioca, caipira, caroba, pagé, pacova, trahira, sabiá (nota 1: O elemento africano se estendeu por todo o norte do Brazil e o indígena por toda a parte, por orça a perto de 6.000. Este indigenismo léxico predomina nos termos locativos e nos atinentes ao reino vegetal e ao animal, abacate, caroba, cajú, goiaba, sabiá, onça, cotia, mico, saguim, etc.)” (MACIEL, 1902[1894], p. 218)
- j. “Muitas palavras têm significado diferente da que se dá em Portugal, taes como: puxado (a uma casa), a obrigação (familia), babado (orla de saia) quitanda (venda de hortalice) azular (fugir), gereré (rede de pescar). (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

Os fragmentos exemplificam as quatro questões centrais que envolveram o tratamento do léxico no período: (i) a contribuição indígena americana e africana para o vocabulário do PB, especialmente o relativo ao mundo natural; (ii) as diferenças semânticas de itens lexicais presentes no PB e no PE; (iii) o papel da literatura no estabelecimento e na difusão desse léxico; (iv) os empréstimos de línguas estrangeiras.

Os dados são, majoritariamente, assim como observamos nos trechos sobre fenômenos sintáticos, provenientes de uma língua idealizada. Ribeiro

(1889[1887]), no entanto, refere-se positivamente a itens lexicais do PB propostos por literatos brasileiros em suas obras.

As especificidades lexicais, diferentemente das sintáticas, são legitimadas por todos os autores, com exceção de alguns dos empréstimos (‘estrangeirismos’), percebidos como desnecessários (tanto no PB quanto no PE). Assim, em vez de serem vistas como vícios, erros – mesmo quando situadas como regionalismos (provincianismos), ou como mais populares – são preferencialmente encaradas como especificidades que enriquecem e ampliam o léxico herdado de Portugal.

Algumas obras, como a de Pacheco & Lameira, apresentam listagens relativamente longas de palavras brasileiras – o que poderia apontar, por um lado, para a situação ainda instável desses itens no léxico (que, por isso, precisariam ser identificados e difundidos), e, por outro lado, para o intuito, relacionado à tentativa de adesão a avanços da filologia e da glotologia da época, de investigar com maior rigor as questões históricas e etimológicas da língua.

O léxico, dada sua menor opacidade quanto à origem, converteu-se em objeto privilegiado para considerações sobre a formação histórica do português, em geral, e sobre a reconfiguração de usos linguísticos no Brasil. O reconhecimento de divergências significativas no vocabulário não significou, entretanto, anuência a teses, já em circulação (cf. PINTO, 1978; COELHO, 2003), de autonomia do PB em relação ao PE.

2.3 Fenômenos fonéticos

Alguns fragmentos:

- a. Estes vícios dizem respeito não só á pronuncia das consoantes, dando-se-lhes sons que não tem, senão, principalmente, em relação ás vozes, desprezando-se-lhes os verdadeiros sons, fazendo-se abertas e claras vogaes, que, na genuina pronunciação portugueza, são fechadas e surdas ou mudas, e vice versa [...]” (CARNEIRO RIBEIRO, 1877, p. 57)
- b. “[...] para não fallarmos daquelles vícios mais triviaes, communs a rudes Brasileiros, Alemtejanos, Algarvios, Minhotos e Beirões, e que consistem no addicionamento de letras, em sua diminuição, na mutilação de syllabas, na transposição de caracteres, na completa corrupção dos sons dos vocabulos em parte ou na totalidade, em fim, em diversas outras alterações e adulterações nos vocabulos da lingua [...]”(CARNEIRO RIBEIRO, 1877, p. 57-58)
- c. “Principiando pela vogal *a*, diremos que é muito notavel a tendência que temos, os Brasileiros, para alongar sobre modo a prolação desta

voz. Assim é que os vocabulos *fazer, abrir, aqui, trazer, caber, casaco, cacaco, passar, para* (preposição), *saveiro, haver, camisa, caneco, rapaz* e muitos outros, que na genuína pronuncia portugueza, são pronunciados com o primeiro *a*, pequeno, ou surdo, ou com o som da vogal neutra, de que atraz fallamos, são geralmente pronunciados como se assim fossem escriptos: *fázer, ábrir, áqui, trázer, cáber, cása-co, cácano, pássar, pára, sáveiro, lávar, cámissa, cáneco, rápaz*. [...]” (CARNEIRO RIBEIRO, 1877, p. 58)

- d. “A voz commum *i* representa-se [...] por *e* na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjuncção *e*, ex. : << *cidade—mosarabe—montes e valles* >>, que se lêem << *cidadi—mosarabi—montis i vallis* >>. A maioria dos Brasileiros assim pronuncia : em Portugal diz-se << *cidádê—mosárabê—montês é vallês* >> dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i*.” (RIBEIRO, 1881, p. 26)
- e. “O diphthongo nasal ãe representa-se sempre por ãe, ex. : << *capitães—mãe* >>. Os portuguezes pronunciam *em* final como o diphthongo ãe : vem dahi a rima tão extranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe* com *ninguem, tambem*, etc., ex. : << Triste de quem der um ai / << Sem achar ekho em *ninguem!* / << Felizes os que têm pae, / << Mimosos os que tem *mãe!* >> (1: THOMAZ RIBEIRO, *D. Jayme*, Canto IV)” (RIBEIRO, 1881, p. 48)
- f. “Representa o abrandamento do *dj*, cujo som ainda persiste em alguns angulos de Portugal e em S. Paulo (no linguajar caipira): -- *djá, djogo, djente* e ainda no galleziano, provençal e italiano.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 33)
- g. “Os romanos desconheciam o nosso *ch* com o som de *x*, e que os nossos maiores pronunciavam *tsche*, como ainda hoje os da Beira, Minho, S. Paulo, os Provençaes, Gallegos, Italianos, etc. É som romano, genuino, que passou para a Inglaterra por influencia franceza (*Charles, cherry*).” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 36)
- h. “Na pronuncia a differença consiste principalmente em mais fazermos soar as vogaes, no accentuarmos syllabas subordinadas, e ainda não estarmos tão sob a lei da menor acção. Influencia climaterica. Pronunciamos *pápel, bórdó, impéradór, coróá, pelotão*,... o Portuguez *pâpel, bôrdó, impe’radór, cr’áo, p’lotão*, etc. É também muito commum a troca do *e* pelo *i*: - *mi deixi, mínimo*, que em Port. pron. sempre *menino*, etc.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 510-511)

- i. “No Brazil são mais de notar os provincialismos do Ceará, Rio Grande do Sul, Goyaz e S. Paulo.
Nesta última provincia, as syllabas soam todas ellas largas, abertas; a falla é descansada e como que cadenciada, a molhada *lh* não sôa na pronuncia – *teiado, miiio, fio p. telhado, milho, filho.*” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 511)
- j. “Também são de notar as mudanças phonicas; assim é que no Pará diz-se *Labisonhos* p. *lobis-homem*: geralmente, em todo Brasil a gente illetrada diz *Vosmecê* p. *Vossa merçê [...]*” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 520)
- k. “Assim é que não se ouve bem distinctamente o *l* molhado (*lh*) na pronuncia das palavras mulher, bilhete, alheio, dando-se a estes vocabulos a prolação do *l* simples.” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 355)
- l. “No Pará é habitual o trocar o som do *ô* ou *ou* por *u* e vice-versa, dizendo-se: *canúa* por *canôa*; *cuco* por *côco*; *pupa*, *prua* por *pôpa*, *prôa*; *Jouca* por *Juca*.
Do Rio de Janeiro para o sul os sons das vozes *e*, *o* vão se tornando de mais a mais agudos. Assim no Rio se pronunciam as locuções adverbizadas – *de tarde, de noite, de manhã, apparecer, desaparecer*, como se fossem escriptas *dê noite, dê tarde, dê manhã, apparêcer, desaparêcer*.
Essa acuidade dos sons, já sensível na capital dos Estados Unidos do Brasil, torna-se muito mais notável em S.Paulo e no Rio Grande do Sul, onde se ouvem as expressões – *dé noite, dé tarde, dé manhã, feche, cóllegio, depressa, copinho, um conto dé reis, etc.*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 355)
- m. “De accordo com a lei do menor esforço se explicam as *transformações* por abrandamento e as *quedas* dos fonemas, já no período histórico da formação da lingua, ex.: *digito = dedo, monstrarre = mostrar, multo = muito*, já na prosódia popular, ex.: *aua = agua, bataia = batalha, qua = qual, ama = amare*, fenômeno peculiar aos Brasileiros indoutos”. (MACIEL, 1902[1894], p. 46)
- n. “Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é facto muito commum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em summa, a phonetica brasileira é em geral diversa da phonetica lusitana.” (SAID ALI, 1919[1908;1895], p. 79)

Os fenômenos fonéticos mencionados, em muitos casos, são peculiares a determinados locais do Brasil. Por vezes repetitivos, podemos resumi-los aos seguintes: (i) Ribeiro, Carneiro Ribeiro e Pacheco & Lameira apontam que, no PB, ocorreriam alterações na duração de vogais, isto é, no PE certas vogais seriam breves enquanto, no Brasil, passariam a ter uma duração longa; (ii) Carneiro Ribeiro e Pacheco & Lameira mencionam pronúncias diferentes de certos sons consonantais em determinadas regiões brasileiras e portuguesas – caso de *dj*, *ch* e *lh*; (iii) Júlio Ribeiro destaca a neutralização entre ditongos nasais no PE, inexistente no PB; (iv) Carneiro Ribeiro indica, ainda, a alteração no grau de abertura de algumas vogais, que, no PE, seriam fechadas, ao passo que, no Brasil, a tendência seria optar por uma pronúncia mais aberta; e (v) Said Ali identifica a diferença de ritmo de fala, caracterizando o PE como ‘rápido’ e o PB como mais ‘pausado’.

Quando se consideram usos espalhados por todo o país, a tendência é de abordá-los mais descritivamente, cabendo principalmente aos usos regionais ou de determinados grupos as eventuais censuras. Novamente predominam os dados idealizados, o que, para este nível de articulação, naquele período, configura-se como a alternativa possível.

2.4 Fenômenos morfológicos

Citamos alguns fragmentos:

- a. “*Observação n. 2.)* Sobre o uso de *homem* como pronome diz o sr. Thophilo Braga : << No Portuguez do seculo XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. El-rei D. Duarte, traduzindo o Tratado *De modo Confidenti* de S. Thomaz de Aquino, traz : *Porém nom pôde* HOMEM *têr-se que alguma cousa não diga...* >> [...]. Sobretudo nos anexins populares é bastante frequente este facto: << *Anda* HOMEM *a trote para ganhar capote* >> por << *Anda-se* >>, etc. << *Deita-se* HOMEM *pelo chão para ganhar gabão* >>. O substantivo *gente* também se emprega neste sentido, sobre tudo no dialecto brasileiro : << *Quando a* GENTE *está com* GENTE... *GENTE me deixe...* >> (1: *Obra citada*, pag. 64).” (RIBEIRO, 1881, p. 61)
- b. “A palavra *voce* desterrou quasi que completamente da linguagem popular o pronome *vós*, conservando todavia suas prerrogativas de reverencia, ceremonial (3^a. pessoa), e é hoje um verdadeiro pronome.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 92-93)

[Em nota de rodapé da página 92]: *Vós* ainda é empregado em alguns pontos de Portugal e Brazil na linguagem familiar.

- c. “9. - Os diminutivos da linguagem familiar e vulgar formam-se pela reduplicação ou pelo atrophamento da palavra: -- *mamãe, papae, titio, vovô, dindinho (padrinho); sôr, sô, seu (!)* = senhor; *sóra, sinhá, siá, sá* (Minas Gerais, Rio de Janeiro), *nhô, nhã* (S. Paulo), *nhonhô, nghanhã*, (R. J. etc.) [...]”
- 11.- Aqui cumpre lembrar uma fôrma diminutiva, que, por pouco frequente, nao deixa de ser graciosa.
É o emprego dos gerundios em diminutivo (*dormindinho*), que o nosso escriptor José de Alencar escreveu – *era um brazileirismo, muito particular á provincia do Ceará.*” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 186)
- d. “[...] Esse uso ainda é vulgar em Portugal (*Anda homem a trote para ganhar capote*); no Brazil dá-se preferencia á palavra *gente* (*a gente não sabe que hade fazer*).” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 373)
- e. “[...] em alguns brazileirismos o suffixo eira ou era representa o vocabulo tupi-guarani *cuér, cuéra, guê*, e denota o tempo passado. Taes são os dous exemplos: *Tap-era* (aldeia, taba, que existiu) *Capo-eira* – (matto caá, que existiu). ” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 72)
- f. “Assim como no organismo do vocábulo os fonemas se assimilam e se dissimilam, assim vocábulos há cujos fonemas se modificam por influencia dos de outros, de sorte que aquellas fôrmas irregulares e menos geraes se vão adaptando á prosódia de outras, mais conhecidas e mais geraes. Este fenômeno se dis *interferência* ou *analogia morfológica*, que ás vezes se exerce sobre um vocábulo inteiro ou expressão, transfigurando-os organicamente, por efeito de outro vocabulo. [...] A interferencia pode ás vezes resultar da coexistência de diversos processos para a expressão de uma mesma relação gramatical. Assim se explica por que o condicional, criação orgânica da línguas romanas, pode ainda ser eliminado pela interferencia do imperfeito do indicativo, ex.: eu *estudava*, si podesse, por eu *estudaria*... Este fenômeno querem que seja *brazileirismo*, mas já o temos achado em escriptores portugueses, maximé nos modernos; é uma tendência irresistível da lingua, por isso torna se commum tanto a *Brazileiros* quanto a *Portuguezes.*” (MACIEL, 1902[1894], p. 47-48)
- g. “Nalgumas palavras o sufixo *inha* ou *inho* aglutina-se ao positivo, mediante a vogal *a*, ex.: *campainha*, phenomeno este mais frequente

em Portugal do que no Brasil, ex.: *pintainho, fontainha*.” (MACIEL, 1902[1894], p. 147)

Novamente, os dados de análise aqui reunidos são idealizados; exceto um ou outro que é retirado de textos da literatura brasileira, como observamos no fragmento *c*, de Pacheco & Lameira.

Entre os fenômenos morfológicos mais comentados, estiveram peculiaridades na construção de formas do diminutivo, a incorporação de sufixos tupi-guarani, o uso arcaizante de *homem* como pronome indefinido e a emergência de *você* como pronome pessoal, além da “tendência irresistível da língua” de uso do imperfeito do indicativo no lugar do condicional.

A forma *gente, a gente*, é reconhecida como pronome indefinido (= as pessoas, se). Quanto a *você*, forma resultante de *Vossa Mercê*, Pacheco & Lameira são categóricos em afirmar que já se estabeleceu como pronome pessoal, em detrimento de *vós*, sendo ainda usada também como forma de tratamento. Autor contemporâneo, que revê sua gramática filosófica para adequá-la aos ditames da ‘orientação histórica’, Carneiro Ribeiro, em 1890, não registra a forma *você* e mantém *tu* e *vós* nos paradigmas verbais que constrói. Deve-se considerar que as gramáticas de Pacheco & Lameira e de Carneiro Ribeiro foram elaboradas no Sudeste e no Nordeste, respectivamente; nesse caso, é admissível a hipótese de que a observação de Pacheco & Lameira sobre o uso generalizado de *você* e a restrição do uso de *vós* apenas à linguagem familiar de alguns pontos do Brasil e de Portugal seja imprecisa. Por outro lado, considerando a hipótese de Pacheco & Lameira terem feito uma boa descrição, teria faltado a Carneiro Ribeiro ou observação do que predominava na língua (ainda que o uso não fosse o mesmo na Bahia), ou disposição para dar aval a algo tomado como inovação linguística. A Linguística histórica certamente dispõe de maiores recursos para arbitrar sobre a divergência entre os autores quanto ao lugar de *você* no sistema pronominal da língua entre os anos 1880 e 1890 no Sudeste e no Nordeste. O discurso de Pacheco & Lameira, na gramática como um todo, no entanto, soa menos conservador e normativo que o de Carneiro Ribeiro.

2.5 Processos gerais

Além da atenção a particulares níveis de articulação, como aponta a tabela, alguns dos autores teceram considerações de caráter mais geral, sobre a natureza da língua falada no Brasil, em geral incluídas em seções destinadas ao exame de processos de dialeção da língua portuguesa. Dentre os textos selecionados para este artigo, destacamos a gramática de João Ribeiro (1860

– 1934) para exemplificação, ainda que outros estudiosos (como Pacheco & Lameira) também tenham reflexões semelhantes. Alguns fragmentos:

- a. “O dialecto brasileiro – o impropriamente dialecto é constituido pela linguagem portugueza falada no Brazil. Distingue-se por diferenças notaveis de prosodia e de syntaxe, por um vocabulario novo de termos tupis-guaranis e africanos. A reacção litteraria de dous seculos nunca pôde obstar nem diminuir a dialectação do portuguez do Brazil.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 306).
- b. “A dialectação que soffreu a lingua portugueza no Brazil foi devida a um grande numero de factores elementares. As novas necessidades da vida colonial, as condições climatericas e topographicas, as relações constantes com os povos originarios indios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no paiz, deram em resultado uma alteração muito notavel na língua. A estes factores juntem-se outros esporadicos, como o povoamento das fronteiras por povos castelhanos, a disseminação dos ciganos expulsos de Portugal, e ter-se-ha o esboço bem claro de todas as influencias que poderia soffrer qualquer língua.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 310).

O status conferido ao “dialecto brasileiro” (v. *a*) e a argumentação que o justifica (v. *b*) são frequentemente encontrados no período (cf. PINTO, 1978; COELHO, 2003) e coadunam-se com as formas preferenciais de exploração dos diferentes dados do PB, que vimos apontando, em textos gramaticais do período. Essa geração do final do século XIX reconheceu diferenças, relacionou-as a questões da história social, a clima, a formação étnica e – a partir de distintos pressupostos, ideologias e técnicas – construiu textos gramaticais mais normativos ou mais descritivos ao lidar com especificidades do PB.

Embora algumas das obras (cf. títulos e subtítulos nas Referências bibliográficas) tenham destinação explícita para alunos em estágios específicos da instrução escolar brasileira e as obras posteriores a 1887 em geral se remetam ao programa de ensino de Fausto Barreto⁸, um leitor mais especializado, conhecedor de outras obras gramaticais, de outros estudos linguísticos, volta-e-meia é desenhado no discurso ambíguo, entre o didático-normativo e o

8 Para este artigo, consultado em RIBEIRO, Julio. A Procellaria: 17 de Abril de 1887. In: *Cartas Sertanejas; Procellarias* (Edição Fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAÇÃO, 2007, p. 85-94.

científico-descritivo, desses estudiosos. São copiosas as referências e citações de estudiosos europeus e americanos que se destacavam em cada um dos dois subperíodos aqui delineados (começo e final do século). As tarefas em relação à instrução escolar, por um lado, e, por outro lado, a formação, ainda que incipiente, de um grupo (cf. MURRAY, 1994) de especialistas em questões linguísticas configura-se, assim, como mais um fator a favorecer flutuações e ambiguidades nos modos de lidar com o PB das gramáticas do século XIX. Ambiguidade que consideramos ainda persistente em parte de nossa produção gramatical, que tenta, simultaneamente, inserir-se num ambiente escolar prescritivo e num ambiente enformado por discursos autorizados pelas ‘ciências’ linguísticas.

Conclusões

As gramáticas de língua portuguesa produzidas no Brasil ao longo do século XIX acompanharam, como sabemos, duas tendências teórico-metodológicas principais: a da chamada ‘escola’ racionalista, ou ‘filosófica’, em voga nos três primeiros quartéis do século, e a dos estudos histórico-comparativos, identificados pela nossa Historiografia Linguística como ‘científicos’, dominante no último quartel. Notamos que as primeiras obras brasileiras, mais afeitas à orientação racionalista, tendem a não incorporar menções a peculiaridades locais, embora os autores, como vimos ao apresentar os trabalhos de Coruja e Sotero dos Reis, não as desconhecessem. É provável que não considerassem textos do gênero ‘gramática’ como apropriados ao tratamento de fenômenos atribuíveis a processos (particulares) de dialeção. A associação entre (bom) pensamento e (boa) linguagem reclamaria, do ponto de vista do método, quando os dados se mostrassem relevantes, a remissão aos textos ‘clássicos’ da língua e à literatura, e não à linguagem “*vulgar*”. Por outro lado, a orientação histórico-comparativa pressupunha a manipulação de dados e construía-se a partir da ideia de que as línguas estão em constante processo de mudança. Esses pressupostos favoreceram a maior presença de dados relativos aos usos brasileiros (generalizados, regionalizados, literários, de letrados e iletrados, bons ou ruins) nas obras publicadas a partir do trabalho inaugural de Julio Ribeiro, que foi, aliás, um dos autores mais atentos ao que se passava com a língua no país. No tratamento desses usos, os autores reportavam-se a outros estágios da história da língua, amparando-se nas mesmas fontes da gramática racionalista (os textos antigos e os literários), e a fenômenos da língua de sua própria época, que, na maioria dos casos vêm sem fonte de dados explicitada, parecendo ter sido elaborados pelos próprios autores. Essas diferenças teórico-

-metodológicas entre a primeira e segunda fases da gramaticografia brasileira explicariam, ao menos parcialmente, o fato de referências ao PB aparecerem tardiamente nessa tradição.

Essa primeira consideração, válida para identificarmos tendências gerais, deve ser, porém, relativizada. Vimos, por exemplo, que a gramática filosófica de Ernesto Carneiro Ribeiro apresenta exemplos de usos brasileiros. É fato que, nessa gramática, eles são concebidos como desvios (*vícios*) a serem corrigidos; mas esse então racionalista reconhece e registra uma série de dados particulares, sobretudo os situados nos domínios da pronúncia e do vocabulário. Na mesma medida, não é possível desconsiderar que as obras publicadas posteriormente ao Programa de Fausto Barreto (1887) estruturam-se em conformidade com um certo padrão, rigidamente seguido, por exemplo, no texto de Pacheco & Lameira, que organiza as ‘lições’ de acordo com os temas propostos por Barreto. Esse padrão, como se sabe, previa a presença de uma seção destinada ao tratamento, dentre outras peculiaridades, de dialetos e brasileirismos. Assim, uma questão contextual, relacionada ao processo de institucionalização do ensino de língua materna no país, parece ter interferido diretamente no fazer metalinguístico.

Quanto à natureza dos fenômenos, a maior atenção ao domínio sintático veio acompanhada de valorização mais negativa dos usos. O mesmo se dá quando estão em jogo os fenômenos fonéticos. O domínio da palavra, seja na dimensão mais propriamente lexical, seja na dimensão morfológica, mostrou-se o menos propenso a censuras dos descritores. Os fenômenos morfológicos, do ponto de vista quantitativo, são pouco expressivos, de forma que não permitem dizer se a tendência mais descritiva que normativa aqui observada é representativa da produção gramatical do período ao tratar desse nível da língua. Opostamente, os dados lexicais são abundantes e denotam, sim, visão positiva sobre as distinções vocabulares identificadas.

O registro de fenômenos como o estabelecimento da forma *você* como pronome pessoal (Pacheco & Lameira), a ocorrência de relativas copadoras (Maciel), a divergência em relação à colocação pronominal, a falta de clareza dos falantes em relação aos valores ‘tradicionais’ dos clíticos ou em relação às chamadas orações sem sujeito, reanálises em construções como *para mim ler*, uso espreado de *ter* em lugar de *haver* nas construções existenciais (estes, fenômenos apontados em todas as obras ‘científicas’, com exceção da de Carneiro Ribeiro) mostram habilidade de identificação de fatos relevantes. Ademais, importantes fenômenos explorados, como vimos, quase sempre estão relacionados a subgrupos linguísticos específicos (de determinadas regiões,

das classes menos instruídas) e às situações de uso menos tensas (linguagem familiar). Caso o mapeamento ‘sociolinguístico’ feito pelos gramáticos esteja correto, é de fato possível que eles tenham conseguido identificar processos já produtivos entre os grupos tradicionalmente associados, pela Linguística moderna, à implementação de mudanças nas línguas.

A quantidade de observações sobre o PB tem, considerados os textos em sua completude, uma posição marginal. Estas observações nos parecem, contudo, em relação às presentes em outros materiais produzidos à época e bem estudados em Pinto (1978), mais acuradas, de um ponto de vista técnico, e, por isso, merecedoras de revisitação por historiógrafos da linguística e da língua.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA NOGUEIRA, Batista Caetano de. *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. de Antonio dos Santos, 1881.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009[1992].
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*. Lisboa: S.T. Ferreira, 1783.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Olyssiponne. Apud Ludouicum Totorigiu Typographum, 1540.
- BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portugueza. (corrigida e aumetada)*. [s.l.], 1899.
- BRAGA, Théophilo. *Gramática portugueza elementar*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva, 1876.
- CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Grammatica nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Gramática portugueza philosophica*. Bahia: Catilina, 1877.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina. 1890.
- COELHO, Francisco Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos, 1891.
- COELHO, Olga F. *A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX*. 2003. 215f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- COELHO, Olga F. Os nomes da língua: configuração e desdobramento do debate sobre a língua brasileira no século XIX. In: *Revista do IEB*. nº 47 – setembro de 2008, p. 140-160.
- COELHO, Olga (coord.). *Documenta grammaticae et historiae: (Português): a formação de uma tradição gramatical brasileira*. São Paulo, CEDOCH-DL-USP, 2010.
- COELHO, Olga. O Português do Brasil em Macedo Soares (1938-1905). *Límite*. Revista de estudos portugueses y de lusofonia, v. 6, 2012 p. 199-215.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Grammatica analytica da língua portugueza, offerecida a mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Officina Typographica de Casimiro, 1831.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade, 1835.
- CORUJA, Antonio A. P. Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. In: *Revista do IHGB*, 1852, Tomo XV, p. 205-238.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense. Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*. Rio de Janeiro: Esperança, 1873.
- COUTO E MELO, João Crisóstomo do. *Grammatica Philosophica da linguaagem portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.
- CYRINO, Sonia M.L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-184.
- DANNA, Stela M. D. G. *Metalinguagem e 'escolha de retórica' em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul*. 2014. 218f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio de Grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo Lyceu e das aulas de primeiras letras da provincia*. Maranhão: Typographia de J-C marques da Cunha Torres, 1829.
- FREIRE, Francisco José (Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

- FREIRE DA SILVA, Augusto. *Grammatica portugueza*. São Paulo; Maranhão: Typ. do Frias, 1875.
- GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 185-206.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- GRIVET, Charles Adrien Olivier. *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881 [1876].
- GURGEL, Silvana. *O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. 2008. 139f, mais anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LAGE, José Gonçalves. *Novíssima grammatica portugueza*. Coimbra: Manoel de Almeida Cabral, 1882.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia rollandiana, 1770.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Typ. De Pazo & C., 1894.
- MACIEL, Maximino de Araújo. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3a edição augmentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902[1894].
- MAIA, Zillah do Paço Mattoso. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro, 1899.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Epítome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Grammatica portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, e Comp., 1824.
- MURRAY, S. O. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- NUNES, Jairo M. *O Famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. 1990. 176f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- OLIVEIRA, Fernão d'. *Grammatica da Lingoagem Portugueza*. Lisboa: Casa de Germão Galharde, 1536.

- OLIVEIRA, Bento José de. *Nova grammatica portugueza. Compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso nas escholas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.
- PACHECO DA SILVA JÚNIOR, Manuel e LAMEIRA DE ANDRADE. *Grammatica da Lingua Portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro: J. G. De Azevedo, 1887.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978.
- POLACHINI, Bruna. S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico*. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Júlio César. 1881. *Grammatica Portugueza. São Paulo: Typographia de Jorge Secler. Roboredo, Amaro de. 1619. Método gramatical para todas as línguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1881.
- RIBEIRO, Julio. A Procellaria: 17 de Abril de 1887. In: *Cartas Sertanejas; Procellarias* (Edição Fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP., 2007, p. 85-94.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno. 3ª edição*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887].
- RODRIGUES, J. Barbosa. 1890. *Poranduba amazonense ou Kochiyima-Uara Porandub (1ª edição)*. Rio de Janeiro: pela tipografia de G. Leuzinger & filhos, 1890.
- SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da Língua Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[1908; 2ª edição - revista pelo autor].
- SOARES BARBOSA, Jerónimo. *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typ. Da Acad. Real das Sciencias. S. L., 1822.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Curso de Litteratura Brasileira – Tomo Primeiro*. Maranhão, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1871.

- SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la gramática: técnica, modelización, estrategias, y condicionamiento. Actas Congreso de la Sociedade Espanhola de Historiografía Linguística. Córdoba, 2013 [Manuscrito inédito, cedido aos pesquisadores do CEDOCH], 2014, 10p.
- TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia University of Pennsylvania. (Doctoral dissertation), 1983.
- VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia de língua portuguesa no Brasil*. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 15 de julho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.

MEMÓRIA E SINGULARIDADE NO GESTO DO ESCRITOR-LEXICÓGRAFO

Vanise Medeiros

Universidade Federal Fluminense

vanisegm@yahoo.com.br

RESUMO:

Com este artigo promovemos uma reflexão sobre glossários para livros de literatura elaborados pelo escritor. Analisaremos um certo glossário, aquele feito pelo escritor João Antonio no século XX, e traremos um outro, do século XIX, de José de Alencar, para pensar o gesto do escritor que se desdobra em lexicógrafo.

PALAVRAS-CHAVE: glossário, memória, escritor, História das Ideias Linguísticas

ABSTRACT:

With this article we promote a reflection on glossaries elaborated by the writer in books of literature. We analyse one particular glossary, that created by the writer João Antonio in the 20th century, and we reflect on another, from the 19th century, by José de Alencar, to think about the act of the writer who also becomes a lexicographer.

KEY-WORDS: glossary, memory, writer, History of Linguistic Ideas

Nenhum escritor tem a seu dispor uma língua já feita.
(Mia Couto, 2011, p. 23)

Introdução

Uma das marcas dos glossários feitos para livros de literatura consiste em não fazer referência a outros glossários, não remeter a outros, tampouco retomar definições de outros. Isto, no entanto, não significa que não haja uma memória se fazendo presente. Com este artigo, pretendemos capturar um pouco desta memória que se inscreve na prática de dizer da língua. Glossários dizem dela, trabalham-na, agem, enfim, sobre ela. É o que veremos ao nos debruçarmos

sobre o glossário de João Antonio, escritor do século XX e, por conta dele, retomarmos outro glossário, do século XIX, qual seja, aquele de José de Alencar no pós-escrito ao romance *Diva*.

Antes de prosseguir, é necessário registrar que se trata de uma análise feita sob o escopo da História das Ideias Linguísticas na articulação com a Análise de Discurso. Com tal suporte, algumas noções, como a de sujeito, por exemplo, serão importantes no decorrer da leitura que se procederá dos glossários e serão expostas à medida que se fizerem presentes.

1. Glossários para literatura

Glossários para livros de literatura advêm, em geral, do texto literário e a eles servem. Neste sentido, eles se inscrevem em uma memória dos primeiros glossários que nascem de textos e servem à compreensão de textos (cf Auroux, 2008). Lendo Nunes (2006), podemos observar que não é esta, entretanto, a historicidade dos primeiros glossários brasileiros. De acordo este autor, “enquanto a lexicografia européia¹ se desenvolve a partir dos textos antigos, de onde surgem os glossários e mais tarde os dicionários bilíngues latim-vernáculos, no Brasil essa prática não se realiza.” (*idem*, p. 52). É com o relato dos viajantes que são produzidas as primeiras descrições, definições e comentários que vão resultar em vocabulários e dicionários. É, ainda, com a produção literária no século XIX que se tem “a confecção de pequenos glossários apensos aos romances, que descreviam e justificavam o uso de alguns vocábulos ou de neologismos. Esses pequenos léxicos são lugares onde se contestam as omissões dos dicionários portugueses” (*ibidem*, p. 218). Nunes traz como exemplo a produção de José de Alencar, escritor do século XIX, que compôs glossários para seus romances, para mostrar o trabalho do escritor no processo de legitimação do português do Brasil. E esta é uma das motivações para recuperarmos tal glossário. Duas observações são importantes a partir da leitura de Nunes: glossários de literatura não têm uma longa história no Brasil; eles nascem de uma tensão com língua portuguesa de Portugal.

No caso da pesquisa que estamos efetuando com glossários dos séculos XX e XXI, já foi possível observar que nestes dois séculos eles têm se mostrado como um espaço de tensão em relação à língua nacional de diferentes maneiras – e aqui se insere o glossário por João Antonio – e também de tensão ao que se propõe como unidade linguística lusófona – como é o caso das publicações

1 Foi mantida a ortografia conforme se encontra no texto.

no Brasil e em Portugal da literatura moçambicana ou angolana, por exemplo. Podemos então dizer que para além de servir à compreensão do texto, como nos fala Auroux, glossários brasileiros têm outras funções – como veremos em João Antonio – e, sobretudo, revelam um trabalho sobre a língua marcado por tensões que nela se inscrevem. Tensões que dizem do sujeito na relação com a língua e que dizem da língua que vai sendo construída como língua imaginária de uma nação.

Neste artigo, que faz parte de uma pesquisa sobre glossários, a distinção, já conhecida entre língua imaginária e língua fluida, proposta por Orlandi, é deveras importante. Com ela, se separa aquilo que vai sendo trabalhado nos instrumentos linguísticos como língua nacional, da língua que não se deixa apreender e que os glossários, também instrumentos linguísticos, tentam marcar para compor a língua nacional. Uma observação antes de prosseguir: não está se dizendo aqui que a língua que adentra o glossário é necessariamente a língua fluida, mas sim que, na língua imaginária que se apresenta e se constrói como nacional, há sempre algo de fora – por vezes proscrito, por vezes não inscrito. O glossário feito pelo escritor – e aqui estamos falando de glossários elaborados pelo escritor e não daqueles feitos pelo lexicógrafo ou pelo editor dos livros – promove a inclusão deste fora de diferentes maneiras: mantendo-o como um fora da língua nacional, retirando-o do lugar de interdição na língua, trabalhando-o como um vir a ser da língua, reivindicando um espaço específico, entre outras possibilidades. Neste sentido, o glossário para o livro de literatura elaborado pelo escritor se faz na relação com o dicionário: se não existe, é preciso, então, criar, ou indicar sua existência, ou ainda dar à palavra outros sentidos...

Dissemos, então, que glossários podem ter outras funções que a da compreensão do texto. No caso de José de Alencar, o glossário para a segunda edição de *Diva* se apresenta como uma resposta aos críticos: espaço de querela sobre a língua; espaço de disputa pela língua em solo brasileiro num momento em que vai se impondo a noção do que seria nacional num jogo entre próximo a Portugal e, ao mesmo tempo, singular, em relação a ele. No caso de João Antonio, como veremos, o glossário serve para a produção literária do escritor, que aí persegue um certo lugar de fala.

Antes de procedermos à análise, uma observação sobre glossários ainda é necessária. Glossários, em geral, vêm apensos aos textos, seja em notas de pé de página, seja ao final do livro. Deles fazem parte como algo que se acrescenta. Neste sentido, pode-se dizer deles o mesmo que Orlandi (2007) observa acerca das notas de pé de página: que são “signes de l’incomplétude, fonctionnant

comme un ajout”², isto é, as notas “sont des indices de la fuite des sens”³ (*idem*, p. 75) que julga poder controlar com a nota, acréscimo que completaria o texto. Com o glossário, temos um movimento similar: persegue-se também o sentido da palavra neste outro objeto que se elabora. O glossário pelo escritor coloca, pois, em jogo a ilusão de completude, a partir da qual o sujeito escritor se desdobra em sujeito lexicógrafo na ilusão de tudo dizer... sobre a palavra. Não mais na glosa que se faz no texto, mas neste outro lugar que é o glossário. Gesto sobre a palavra que a faz signo autônomo⁴. Podemos continuar dizendo que os glossários funcionam como marcas da ruptura no dizer que afetam o dizer – na medida em que faz das palavras verbetes a constar em um glossário – na ilusão de saturá-las; de, dizendo a mais, tudo dizer.

2. Do vocabulário das ruas

Escritor e jornalista, João Antonio é (re)conhecido, nos anos 60 e 70, como uma referência da literatura de São Paulo. De sua literatura, apontada como urbana, se dizia que dava voz à marginalidade. Em suas cartas, lê-se seu interesse pelos regionalistas dos anos 30 bem como seu desejo por descolar da linguagem nordestina para compor o que seria a linguagem paulistana. Perseguiu uma fala urbana do “homem paulistano de determinado grupo”⁵. Seu glossário faz parte, portanto, de um projeto de trazer o que seria próprio do urbano paulistano intervindo assim, diríamos, na língua posta como nacional de modo a traçar nela um contorno ainda não delimitado.

João Antonio registrava o que ouvia nos papéis que encontrava pela mão e ia compondo assim seu vocabulário, cujo fac-símile foi editado em 2013. Uma caderneta, publicada sob o nome de “Vocabulário das ruas”⁶, com mais de 500 verbetes organizados de A a Z. Internamente, no entanto, não há ordem alfabética; por exemplo, na letra M, *mifo* comparece antes de *macete*.

O glossário, feita a mão e a partir de um léxico recolhido nas ruas, denuncia um trabalho cuidadoso e exaustivo na dupla posição escritor-lexicógrafo no

2 Signos de incompletude funcionando como acréscimo (tradução nossa).

3 Índices da fuga de sentidos (tradução nossa)

4 Cabe lembrar com Authier (1998, p. 137) que a “existência da autonomia (...) – essa possibilidade de usar os signos para remeter a eles próprios – é capital para o exercício da “função metalinguística”: é isso que permite sustentar o discurso sobre a língua que as gramáticas, os dicionários contêm – cujas “entradas” são signos autônomos”.

5 Cf. carta de João Antonio na apresentação do livro, 2013.

6 Apenas o título foi dado pela editora.

incessante jogo de mais dizer sobre a língua na ilusão de tudo poder dizer. Do glossário elaborado pelo escritor, diremos que duas posições se entrelaçam: a do escritor e a do lexicógrafo. Esta segunda se faz sobre a primeira. Talvez possamos ir adiante dizendo que o glossário pelo escritor denuncia o sujeito cindido, descentrado: sujeito que é posição discursiva. Para explicar, é necessário trazer brevemente o campo teórico para em seguida retomar o caso do glossário em foco.

A Análise de Discurso que sustenta este trabalho (Pêcheux, 1988) opõe-se, bem como o campo teórico da História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992), a qualquer visão positivista da linguagem. Tal posição resulta, no caso da Análise de Discurso, na articulação de noções fundamentais na teoria, como a de sentido – entendido como decorrente de condições de produção e constituído na formação discursiva, matriz de sentido⁷ –; de discurso, como conjugação necessária da língua com a história (Orlandi, 1996), e daí efeito de sentido tendo a língua como materialidade –; e, a que nos importa neste momento, de sujeito, como descentrado – pela ideologia e pelo inconsciente –, daí posição discursiva.

Na caderneta de João Antonio, encontramos de forma recorrente sinonímias, definições, explicações, bem também indicações de como usar tal léxico, da proveniência do léxico recolhido e de estrangeirismos.

Podemos dizer que, com as sinonímias, está em jogo a ilusão de relação e equivalência entre dois dizeres; não é este, no entanto, o caso da definição ou da explicação: com elas entra em cena a impossibilidade de equivalência entre significantes distintos. No lugar da ilusão de coincidência entre as palavras (Authier-Revuz, 1998), se inscreve a impossibilidade da tradução por outra palavra: explicar é, então, preciso; definir é preciso. Vejamos o que mostram as sinonímias neste glossário:

- (1) Giz = cigarro
- (2) Garoto = pederasta
- (3) Gafifa = gafeira
- (4) Justa = polícia
- (5) Mandioca = pênis (chulo)

7 “A formação discursiva é, enfim, o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeito) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade.” (Orlandi, 1988:58, que neste trecho também faz referência a Pêcheux, 1988).

Mostram deslizamentos de sentidos: *giz* para *cigarro*; diz-se *garoto* para dizer *pederesta*. Mostram a produtividade da língua, que abrevia itens lexicais: *gafifa* para *gafieira*. Abreviação que pode se dar também por deslizamento, caso de *justa* para *polícia*, em que está em jogo a palavra justiça. Mostram o julgamento sobre o dizer: *mandioca* como palavra chula. Mas também mostram que a sinonímia não dá conta.. É necessário acrescentar explicação ou definição, como se vê no exemplo (6) a seguir, em que além de *pagar* ajunta-se *arcar com a responsabilidade*, algo a mais no gesto que controla e precisa sentidos:

(6) dizer = pagar; arcar com a responsabilidade.

Os glossários, assim como os dicionários⁸, são lugares de memória na língua. Memória que se entende, discursivamente, como atravessada por repetições, interditos, esquecimentos, deslocamentos e contradições. Memória em que se tece a historicidade do glossário, em que se inscreve gesto de captura da palavra e na metalinguagem que a categoriza. São vários os enunciados-fórmula do definir no dicionário que neste vocabulário encontramos. Uma observação, estamos considerando como enunciado-fórmula aquele fixo que serve a uma escrita definitória no dicionário e que, deste modo, trabalha uma impessoalidade e cientificidade deste instrumento linguístico, conferindo positividade àquilo que será predicado após o verbete. Alguns dos que se inscrevem na prática nesta caderneta de escritor são: *diz-se (em)(de , o mesmo que, aquele que, indivíduo que, expressão que significa*. Observemos o caso de *diz-se*:

(7) castigo = diz-se, na sinuca, quando a bola branca cai na caçapa; derrota, o mesmo que suicídio

Diz-se é neste glossário um recurso recorrente seguido de lugar: “diz-se, em...”. Verbo dizer na passiva indeterminando sujeito; e com ele se tem o interdiscurso atestando sentidos de lugares de fala, sinuca ou prostíbulos (em tais lugares), e indicando a língua que aí está em jogo: da marginalidade, língua dos seus personagens, marcada na sua diferença. Em suma, com ele marca-se o lugar onde se diz.

Diz-se também serve para dizer de alguém. Neste caso, funcionam em paráfrase com *aquela que* e *indivíduo que*. Observem-se os exemplos abaixo:

8 E remeto aqui para o trabalho seminal sobre dicionário de Horta (2006) e para artigo Petri e Medeiros (2013).

- (8) atirador = diz-se na sinuca do bom embocador de bolas.
 (9) cobra = diz-se, na malandragem, do indivíduo exímio.
 (10) chupadeira = diz-se, no baixo meretrício, da prostituta que faz sucção do pênis, pratica o curiculinguismo
 (11) forte = aquele que é atilado
 (12) abonado = indivíduo que possui dinheiro ou boa situação financeira

Com os verbetes definidos a partir do enunciado-fórmula tem-se a nomeação – *atirador, cobra, forte, abonado, chupadeira* – que se dá pelo jogo entre substantivação e adjetivação, algo recorrente neste vocabulário, bem como em outros glossários, o que aponta para a nomeação e qualificação como dois lugares recorrentes de inscrição na língua daquilo que dela não faria parte. Nome e adjetivo servem como acréscimos a ela, mas não, como é o caso do conectivo, de mudança na sintaxe.

Já a fórmula *mesmo que* trabalha, por vezes, a remissão interna a outros termos. Observem-se os exemplos a seguir:

- (13) queimar = castigo; **o mesmo que ripada** (negrito nosso)
 (14) ripada = castigo; **o mesmo que chá** (negrito nosso)
 (15) chá = castigo, **o mesmo que ripada** (negrito nosso)

Como se pode observar com os exemplos (13), (14) e (15), e mesmo o exemplo (7), esta expressão *mesmo que* reenvia a palavras do próprio vocabulário e não a um vocabulário exterior. Promove assim um movimento circular no glossário e produz o efeito de autonomia linguística: palavras remetem a outras naquele universo indicando produtividade linguística.

Nem sempre é este o funcionamento de *o mesmo que* em qualquer glossário. Em outro trabalho (Medeiros, 2012), em que foi analisado o funcionamento do glossário do escritor Buzzo para seu livro *Favela toma conta*, observamos que lá a palavra marcada era arena de luta. Cabe recuperar um exemplo:

- (16) (homi) Mesmo que homem ou homens. (Buzzo, 2008)

Neste exemplo (16) retirado de Buzzo, está em jogo uma ortografia, entre outros fatos de linguagem presentes no glossário de Buzzo, que se opõe aquela oficial. Aí a fórmula *mesmo que* trabalha o efeito de equivalência entre dois lugares sociais distintos de fala: língua oficial e língua da periferia. Buzzo e João

Antonio perfazem dois movimentos distintos: naquele lutava-se no corpo da palavra e a fórmula *mesmo que* também trabalhava tal disputa no dizer; neste, o gesto é de outro lugar, do lexicógrafo que está fora do lugar de onde a palavra provém e que busca capturá-la na pretensão/ ilusão de por meio dela mergulhar em outro espaço de dizer. Melhor expondo, em João Antonio, ele serve de introdutor à paráfrase e à explicação sem entrar no jogo de promover uma equivalência entre os dois universos discursivos distintos, como se verificava em Buzzo. Com João Antonio, é como se dissesse: a língua destes lugares é esta e não há equivalência; o que também se observou com a fórmula “diz-se + lugar”, em se marca o lugar onde se diz.

Se não há equivalência, diremos que, todavia, os dois lugares estão lá: o que é da marginalidade e o que não é (posto em silêncio). Uma divisão interna da língua em solo brasileiro; indo adiante, da língua posta como nacional, como atesta o estrangeirismo.

(17). aponto = encontro – de apontamento (inglês)

Acerca do estrangeirismo, importa recuperar que ele

“bem como o neologismo, pensados discursivamente, trabalham o efeito de língua já estabilizada: o neologismo, na medida em que é posto como aquilo que é novo em relação a uma língua em que se apresenta e ao mesmo tempo aquilo que a partir dela se articula; já o estrangeirismo, na medida em que é tratado como aquilo que advém de fora, de nação outra, e adentra uma língua outra. Ambos funcionam como elementos que servem para atestar a língua uma vez que repousam num imaginário de língua já construída [e fazem tal imaginário funcionar]. Tanto o neologismo quanto o estrangeirismo trabalham uma memória discursiva da língua” (Medeiros, 2010)

ou, como diz Orlandi (1999), o saber discursivo que torna possível todo dizer. Apoiam-se, pois, em uma língua que ‘todo mundo sabe’ e, ao mesmo tempo, afirmam-na como já lá sendo uma língua. Se o neologismo expõe a falta interna à língua, ele também indica a potência da língua: capaz de criar sempre outras palavras. Já o estrangeirismo indica a presença pelo outro daquilo que não há na língua. As línguas se completam é seu jogo. O estrangeirismo, à diferença do neologismo, indica por um lado a capacidade de absorção da alteridade – na medida em que o que vem de fora se acomoda à língua – e, por

outro, a resistência da língua na língua, quando a palavra permanece em sua escrita estranha à língua que adentra.

O estrangeirismo tem condições de produção do qual faz parte, por exemplo, o lugar de onde provém. Com João Antonio, estamos na segunda metade do século XX, em que o francês foi saindo dos currículos escolares e o inglês, como língua estrangeira, foi entrando e se fazendo disciplina regular. Com José de Alencar, o estrangeirismo, no caso, galicismo, é motivo de querela na língua que vai se fazendo no século XIX. Conforme este autor, a crítica ao galicismo é o que o leva a elaborar um glossário para *Diva*, para justificar a origem das palavras que usa, não como providas do francês, mas como advindas do latim ou a partir dele alteradas.

Voltando à caderneta de João Antonio, não pretendemos aqui uma análise exaustiva, mas há algumas observações ainda a serem feitas acerca deste glossário. Em primeiro lugar, sobre a ilusão do sujeito do domínio no querer/fazer dizer. Se, como afirmou em cartas, o escritor pretendia capturar o que era próprio de um lugar como São Paulo, por que um verbete como o seguinte?

(18) massa = o mundo policial, em Belo Horizonte, é a torcida de futebol mais popular da cidade, a atleticana.

Por que marca uma diferença em relação ao que ocorre na região paulistana? Ou será porque a divisão social na língua em solo brasileiro ultrapassa fronteiras geográficas?

A segunda observação diz respeito à singularidade de sua escrita, talvez a marca radical deste glossário. Nele, lacunas se pospõem a palavras e indicam a espera de algo que confira sentidos ou modos de usar aos significantes lá postos como verbetes; alguns presentes em dicionários, outros novos. Observem-se os exemplos a seguir:

(19) refresco⁹ =

(20) distinto =

(21) dégas =

(22) arrebite = pancada, surra; tira (planto-lhe um)

9 Os exemplos (19), (20) e (21) se encontram em vermelho na caderneta do escritor.

Os dois primeiros, *refresco* e *distinto*, constam de dicionários à época; já o terceiro, *dégas*, não. Os três estão lá à espera de sentidos que a definição teceria. Os três atestam a movência na língua. O quarto, *arrebite*, indica a gesto de apreensão que desliza: de *pancada* para *surra*, em que se intensifica e ao mesmo tempo se indica a impossibilidade de precisão; e de *surra* para *tira*, outra palavra não presente em dicionários neste campo semântico. Agora, ela vem com comentário indicando como usar (*planto-lhe um*), o que retira, para o leitor, a possibilidade de pensar no verbo *tirar* ou no substantivo *polícia* (tira pode significar polícia, como lemos em alguns dicionários).

Entre as colunas da direita e a da esquerda, tem-se o sinal de igual; um sinal que trabalha o efeito de igualdade daquilo que é diferente; afinal, só se marca como igual o que não é o mesmo. X não é Y, daí a necessidade de dizer X = Y. Um funcionamento que já faz parte do dicionário: a ilusão de coincidência de sentidos entre diferentes significantes...

Neste glossário, como já mostrado, duas escritas se alternam em tintas diferentes (cor vermelha, caso dos exemplos 19, 20 e 21, e preta, nos demais exemplos indicados). Denunciam, com os espaços em branco, o gesto contínuo de recolha de um léxico (não há nenhuma palavra ou definição riscada; não há rascunho neste glossário). Esta é a marca que consideramos singular deste glossário: espaços em branco à espera; espaço de escuta... do outro. Eles dizem do gesto lexicográfico no fazer glossarístico. Os espaços em branco indicam a posição discursiva exterior, a posição do lexicógrafo que recolhe e acolhe outra língua, sem necessidade de compará-la, como se dissesse: é assim que se fala nestes lugares e é tudo.

Dissemos que o glossário elaborado pela posição do escritor funciona como um dizer a mais sobre a língua; julgamos que aqui, com este glossário que antecede à escrita, um movimento outro se inscreve: da captura do significante que circula nas ruas seguido de sua contenção que se inscreve na predicação do verbete. No entanto, aí mesmo, no lugar de contenção, o espaço se abre marcando a impossibilidade de tudo capturar, de tudo dizer...

3. Memória e singularidade

Com João Antonio, como vimos, o gesto do escritor não se faz sem o gesto do lexicógrafo, o que o inscreve numa prática que se tem desde o século XIX com José de Alencar quando este produz glossários para seus livros. No caso de Alencar, está em jogo, conforme Nunes (2006), por um lado a “legitimidade do artista em relação à sua língua”, por outro lado, uma tensão em relação ao

português de Portugal: Alencar apontava falta de vocábulos nos dicionários portugueses, o que implicava uma “legitimação do português do Brasil” (*idem*).

Aqui nos interessa o gesto singular em Alencar daquele que cria a palavra como contraponto ao outro gesto singular em João Antonio. Alencar compôs seu glossário como pós-escrito à segunda edição de *Diva*; dele constam dezesseis verbetes que não seguem ordem alfabética. Nos verbetes, diferentemente do gesto que vimos no século XX com João Antonio com o que chamamos de enunciado-fórmula, temos por vezes uma escrita em primeira pessoa. Os verbetes são seguidos de comentários por vezes longos em que o autor explica sobre a proveniência das palavras e dos afixos; e, assim, vai justificando a sua criação. Não se pode deixar de registrar que seu glossário se apresenta como uma defesa aos ataques que sofreu com *Lucíola* e que se repetiram com *Diva*.

Ao dar à estampa esta segunda edição de *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique outro volume. Não basta acoimarem sua frase de galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamento da censura. (Alencar, 1964, p. 102)

É no latim que ele irá, sobremaneira, buscar apoio para sustentar o léxico que usa. É a língua latina que vai apontar como estando na origem da palavra ou da derivação – um recurso muito usado e que revela o lugar de criação do escritor. Observem-se dois verbetes:

(23) Exale – Hesitei quando a pena escreveu este adjetivo na língua portuguesa. Lembrava-me sim das mui judiciosas observações do bom Filinto Elísio a respeito do uso de adjetivos passivos (...)

Assim como os bons clássicos latinos, fizeram de *infestatus*, *proecipitatus*, *exanimatus*, *occultatus*, etc. os passivos irregulares *infestus*, *poeceps*, *exanimis*, *occultus*, podiam muito bem ter feito de *exhalatus*, *exhalis*. Esqueceram-se; nem sempre era possível que de tudo se lembrassem. Convinha suprir a lacuna (...) Esses, espero, serão indulgentes para o meu adjetivo. (...) (Alencar, 1964, p. 105)

(25) Elance – É bem possível que algum leitor enxergasse nessa palavra uma tradução ridícula e extravagante do vocábulo francês élan, e se horrorizasse do galicismo.

Mas espero que repare tal injustiça cometida contra o inocente autor.

A língua latina tem a palavra *lancea*, lança, da qual deriva as seguintes: *lanceo*, meter a lança, *lancisco*, ferir com a lança.(...) (Alencar, 1964, p. 107)

Neles se mostra o gesto da criação da palavra que o inscreve numa filiação dos clássicos, como é o caso em *exale*, quando lembra que “os bons clássicos” também poderiam ter criado *exale*, como fizeram outros passivos irregulares. Se não o fizeram, ele preenche uma lacuna aí deixada para o escritor. Movimento duplo: de legitimação da palavra que se cria pelo escritor brasileiro e de inscrição do escritor brasileiro na filiação dos clássicos. Em *elance*, sua argumentação também se constrói a partir do latim em *elance*, bem como em outros verbetes, como é o caso de *palejar* abaixo. Mas há algo no verbete *palejar* que não comparece nos demais e que faz Joao Antonio dele se aproximar. Observe-se o verbete:

(26) Palejar – Escrevi este verbo persuadido que andava ele inserido nos dicionários, e fiquei surpreso de não o encontrar aí, porque nenhum é mais do que ele necessário e genuíno na língua.

(...)

Palejar portanto é o verbo que servia ao meu pensamento (...)

Quanto à sua genealogia, talvez haja quem o preferisse derivado do adjetivo *pálido*, como *empalidecer*; entendi eu que o extraía bem do verbo *palleo* donde saiu o adjetivo *pallidus*, e o verbo *pallenses*, E por que havia eu de fazer o meu verbo neto do verbo radical quando o podia fazer filho? (Alencar, 1964, p. 105)

Aparece aqui algo julgamos não ocorrer em outros verbetes. Em *palejar*, é a escuta do escritor que está em jogo: julga tal verbo já existir e fica surpreso por não encontrá-lo em dicionário. E indica-o como filho direto do latim, não seu neto. O que queremos sublinhar é que o verbo que lhe soa comum à língua, um já-là na língua, cujos dicionários não registraram. Tal como João Antonio, diremos que em Alencar há o gesto de captura da palavra que a faz valer na força da sua escrita.

Do glossário de José Alencar podemos dizer que os verbetes funcionam como signos autônimos cuja predicação indica o lugar de criação da palavra. Criação esta que se ancora no latim; ou ainda, o latim atesta sua criação e legitima a posição-lexicógrafo que aponta a ausência na língua portuguesa (como a nomeia) e a completa (tal como já observado por Nunes).

Com Alencar, tem-se a língua em se fazendo, daí afixos latinos lhe servindo de anteparos. Dito de outro modo, observamos a urgência do fazer língua e dizê-la. Em João Antonio, a urgência é outra – em descobrir e registrar um certo lugar na língua, aquele em que se encontra a marginalidade – e o movimento é o da escuta. Na escuta, os dois se encontram denunciando o movimento contínuo da língua em solo brasileiro.

Bibliografia

- ALENCAR, José. *Diva*, Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964,
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPURS, 2004..
- _____. *Palavras Incertas*. (1998) Campinas, SP: Unicamp.
- AUROUX, S. “Língua e Hiperlíngua. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n.1, São Paulo: Pontes; Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: Orlandi, E. (org.) *Gestos de leitura*, Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: Auroux, S. (org.) *Histoire des idées linguistiques*, tome 2, Liège: Pierre Mardaga, 1992.
- _____. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos lingüísticos. *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, no. 20, Campinas: Pontes, 2008.
- BUZZO, A. *Favela toma conta*, Rio de Janeiro: Aeroplano 2008.
- COUTO, M. *E se Obama fosse africano*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- JOÃO ANTONIO. *Contos reunidos*, Rio de Janeiro: Cosacnaify, 2013.
- MEDEIROS, V. Jornal, arquivo e instrumento lingüístico. In: MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG e RJ: FAPERJ, 2010.
- _____. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. Campinas: *Revista Rua*, no. 18, 2012.
- MEDEIROS, V. e MATTOS, T. *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. *Confluência*, n. 42. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/>, 2012.

- NUNES, J. H. Os Dicionários portugueses e a descolonização lingüística, In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 20, São Paulo: Pontes, 2008.
- _____. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- _____. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. (org.) *Política linguística no Brasil*, Campinas, SP: Pontes, 2001.
- NUNES, J. H. e PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: USP/FFLCH/Humanitas; Campinas: Pontes Editores, 2002.
- ORLANDI, E. “Un pont c’est tout. Interdiscours, incompletude, textualisation”. Authier-Revuz, J. et Lala, M.-C. *Figures d’ajout: phrase, texte, écriture*. Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.
- _____. *Interpretação*. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. SP. Campinas: Pontes, 1999..
- Pêcheux, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio* Campinas: ed. da UNICAMP, 1998.
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Revista Letras*. Santa Maria: v. 23, n. 46, jan./jun 2013.

Recebido em 21 de julho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.

FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS ARCAICO: CONTRIBUIÇÕES DO TEATRO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

Leonardo Lennertz Marcotulio
Universidade Federal do Rio de Janeiro
leonardo.marcotulio@gmail.com

RESUMO:

A partir da análise da obra teatral *Farsa de Inês Pereira*, escrita por Gil Vicente no início do século XVI, o objetivo deste trabalho é levantar elementos que permitam compreender o sistema de formas de tratamento em vigor no português arcaico. Para tanto, a partir de pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística laboviana aliados a uma abordagem pragmática, discutimos como se configura a variação entre as formas de 2ª pessoa do singular *Tu* e *Vós*, de modo a investigar se a forma de cortesia *Vós* ainda apresentava carga de polidez ou se já se manifestava como uma variante de *Tu*, com ou sem motivação pragmática para o seu uso.

PALAVRAS-CHAVE:

Formas de tratamento; Português Arcaico; Variação; Mudança.

ABSTRACT:

From the analysis of the theatrical work *Farsa de Inês Pereira*, written by Gil Vicente in the early sixteenth century, the aim of this work is to seek for evidences that allow us to understand the addressing system in Old Portuguese. Considering the theoretical and methodological assumptions of Labovian sociolinguistics combined with a pragmatic approach, we discuss the variation between forms of second person singular *Tu* and *Vós*, in order to investigate whether the pronoun *Vós* was still polite or if it was already a variant of *Tu*, with or without pragmatic motivation for its use.

KEYWORDS:

Forms of address; Old Portuguese; Variation; Change.

Introdução

A língua latina conhecia apenas um pronome para tratar a 2.^a pessoa do singular: *Tu*. Independentemente da posição hierárquica ocupada na sociedade, todos os membros utilizavam e recebiam a mesma forma. Para o plural, estava reservado o pronome *Vos*.

De acordo com Brown e Gilman (1960), esse sistema se mantém estável até meados do século III d.C. Com a fragmentação do Império Romano do Ocidente, houve a necessidade, de modo a zelar pela uniformidade em decadência, da presença de dois imperadores romanos. A primeira hipótese para a criação de uma forma de cortesia está relacionada ao discurso dos imperadores. Com o intuito de incluir o outro imperador no discurso, para que não houvesse divergência de ordens, um imperador se tratava por *Nos* e, em resposta a essa forma, o povo começa a utilizar a forma *Vos*, ainda que para somente um interlocutor, na tentativa de não deixar de fora a figura do outro imperador. A segunda hipótese é a mão inversa dessa história. A iniciativa teria vinda do povo, que começa a tratar o imperador por *Vos*, e este, em resposta, se trata por *Nos*. Estava criada, assim, uma forma de tratamento cortês. A nova forma, com paradigma verbal e pronominal da segunda pessoa do plural, era utilizada para somente um interlocutor, com conteúdo semântico de cortesia e distanciamento, associado à figura de maior prestígio na sociedade romana.

A forma de cortesia *Vos*, no entanto, começou a ser utilizada para outros estratos sociais próximos à figura do imperador, como membros do clero e da alta nobreza¹. Com o tempo, outras camadas menos nobres passam a recebê-la também. Como consequência, a forma cortês *Vos* perde traços semânticos de cortesia, sendo usada, cada vez mais, para camadas inferiores da sociedade.

A partir dessa motivação externa, no século XV, observamos a introdução, no sistema de tratamentos, da primeira estratégia nominal: *Vossa Mercê*². O mesmo processo de *desbotamento semântico* também acontece com a nova fórmula, até a obtenção da forma *Você*³. Outras estratégias nominais surgem, também, no sistema, de modo a integrar a complexidade do quadro de tratamentos⁴.

1 “O novo plural de cortesia teve um sucesso enorme. Nos meados do século VI, já não eram só imperadores (...) que o recebiam dos seus súditos, mas também bispos, altos funcionários e outras personalidades importantes” (LUZ, 1958, p. 27).

2 Para uma perspectiva formal sobre a gênese da forma de tratamento *Vossa Mercê* na gramática do português arcaico, ver Marcotulio (2012).

3 Luz (1958) aponta para o ano de 1666 o primeiro registro dessa forma.

4 Para Cintra (1972), Luz (1958) e Faraco (1996), entram as formas *Vossa Senhoria*, *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza* e *Vossa Excelência*, sendo, pela primeira vez, registradas em 1434, 1442, 1450 e 1455, respectivamente.

Em relação ao período arcaico do português, objeto de nossa investigação, Cintra (1972), Luz (1958) e Domingos (2000), a partir de crônicas, novelas de cavalaria, atas das cortes dos séculos XIV e XV e peças de Gil Vicente datadas do século XVI, afirmam que, nesse período, em relação às formas pronominais de tratamento, a forma *Tu* é utilizada no campo da intimidade e a forma *Vós* no campo do tratamento distante e de cortesia⁵.

Quanto à utilização das formas em função da relação entre diferentes papéis sociais, os autores concordam em dizer que a forma *Tu* era usada em relações pai / mãe – filho, entre amigos de idade e condição social próxima ou idêntica e, por fim, em relações de superior para inferior, como a relação nobre – súdito, por exemplo. Entretanto, esse último emprego não é de intimidade como os demais, mas um tratamento depreciativo em virtude da subordinação hierárquica do interlocutor. A forma *Vós*, por sua vez, era encontrada nas relações entre marido – mulher, filho – pai / mãe e entre irmãos.

Em relação ao valor que a forma *Tu* aportava, parece não haver dúvidas, reservando-se para o campo da intimidade ou subordinação social. O mesmo não pode ser dito em relação à forma *Vós*. Como estava em pleno processo de declínio social, os autores em questão não sabem precisar seu verdadeiro conteúdo, já que, de acordo com Cintra (1972, pp. 29-30), a forma *Vós* “não manteve durante [toda a Idade Média] o mesmo significado e valor”.

Por um lado, a forma *Vós* já não era a preferida para os membros das altas classes. Segundo Luz (1958), já no fim do século XV, as formas nominais alternativas eram mais utilizadas no tratamento ao rei do que o tradicional *Vós*. Sobre essa questão, Faraco (1996, p. 66) parece concordar, ao dizer que “é provável que durante o século XVI, com o uso generalizado dessas novas formas [nominiais], *Vós* perdeu sua posição até se tornar completamente arcaico no século XVIII”. Por outro, no âmbito privado e no plano da intimidade, a forma *Vós* coexistia com o *Tu* íntimo. Para Cintra (1972), chama a atenção o fato de a forma *Tu* ser utilizada entre amigos próximos em contraste com o *Vós* utilizado entre marido e mulher. Qual seria, então, o valor da forma *Vós* no português arcaico? O quão cortês ainda era essa forma no século XVI? Como mensurar seu desgaste e precisar seus “indícios de fraqueza” (LUZ, 1958, pp. 29-30)?

5 “O sistema de tratamento no português da época de Gil Vicente aparece-nos, assim, à primeira vista mais próximo de um sistema com o que, herdado do latim, persistiu até hoje na língua francesa – com o seu *Tu* de intimidade e o seu *Vous*, quase universal, de cortesia” (CINTRA, 1972, p. 45).

Tendo em vista o panorama exposto para o século XVI, apresentamos alguns problemas que esse estudo tentará responder: (i) Como se configura a distribuição entre as formas *Tu* e *Vós* no português quinhentista?; (ii) Que valor assume a forma *Vós* para um único interlocutor? Seu uso se restringe, no século XVI, a relações assimétricas, entremostrando paralelismo ao uso original para os imperadores romanos?; (iii) Houve desgaste no uso de *Vós* para um único interlocutor? Seu uso já estava estendido, no começo do século XVI, às classes mais baixas e às relações mais íntimas?

Com o intuito de contribuir para essa discussão, o objetivo central deste trabalho é fornecer subsídios que permitam compreender as regras do tratamento em vigor no português arcaico, mais especificamente no século XVI, a partir da análise das formas de tratamento empregadas na obra teatral *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente. Como estamos lidando com o conceito de formas em variação, justifica-se a realização de um estudo sociolinguístico de natureza variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 1994). Com o intuito de apreender a motivação pragmática que subjaz o uso das formas de tratamento utilizadas, aliaremos, à primeira abordagem teórico-metodológica, uma análise qualitativa de natureza pragmática, através da utilização da Teoria da Polidez (BROWN e LEVINSON, 1987), na tentativa de capturar tais usos.

De modo a encaminhar as questões levantadas, apresentamos a nossa hipótese central de trabalho. Para tanto, fazemos uso do princípio do *Uniformitarismo*, postulado por Labov (1994), a partir do qual podemos utilizar o presente para entender o passado.

De uma forma geral, no português, as formas *Tu* e *Você* coexistem desde o século XVII. Trabalhos sobre o tema nos mostram que, nos séculos XVIII e XIX, ainda que disputassem espaço em alguns contextos, a forma gramaticalizada *Você* ainda aportava resquícios de formalidade da forma original *Vossa Mercê* e, quando utilizada, tinha um uso motivado pragmaticamente (RUMEU, 2004, 2013; BARCIA, 2006; MARCOTULIO, 2010; dentre outros). No final do século XIX e durante o século XX, já podemos ver um comportamento da forma *Você* como variante de *Tu* (LOPES e MACHADO, 2005; MACHADO, 2006; RUMEU, 2013; LOPES e CAVALCANTE, 2011; dentre outros). De igual forma, como o pronome *Vós* foi perdendo seu prestígio em detrimento das novas estratégias nominiais gramaticalizadas, sendo utilizado para membros menos nobres na hierarquia social, é possível que tenha coexistido nos mesmos domínios funcionais de *Tu*. Como acontece com a forma *Você*, pensamos que a forma *Vós* pode ter sido, em algumas relações específicas, variante de *Tu*.

A coexistência, nas mesmas relações sociais, pode ser dividida em dois momentos: (i) num primeiro estágio, a forma inovadora *Vós*, ocupando os domínios outrora ocupados apenas pelo *Tu*, apresenta um uso mais marcado, com algum tipo de motivação pragmática⁶; e (ii) num segundo momento, a forma *Vós* já não mais apresenta um uso motivado, podendo ser considerada como ‘variante perfeita’ de *Tu*. Essa sistematização pode ser visualizada no quadro abaixo:

Relações sociais	Formas de tratamento		
Assimétrica ascendente	<i>Vós</i>	Deferência / Superioridade social	
Assimétrica descendente	<i>Tu</i>	Depreciação / Inferioridade social	
	<i>Vós</i>	Depreciação / Inferioridade social	Estágio 1: com motivação pragmática - resquícios de cortesia
			Estágio 2: sem motivação pragmática - ‘variante perfeita’ de <i>Tu</i>
Simétricas	<i>Tu</i>	Intimidade	
	<i>Vós</i>	Intimidade	Estágio 1: com motivação pragmática - resquícios de cortesia
			Estágio 2: sem motivação pragmática - ‘variante perfeita’ de <i>Tu</i>
		Distanciamento	

Quadro 1. Uso das formas de tratamento em função das relações sociais.

A partir do quadro acima, a forma *Vós* seria a única estratégia possível nas relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior), como sinal de deferência / superioridade social. A mesma forma poderia, também, ser encontrada em relações simétricas (entre membros de um mesmo grupo social) de

6 Ainda que não tenha sistematizado dessa forma, esse tipo de uso já chamava a atenção de Cintra (1972, p. 64), em relação à obra vicentina: “a escolha de um ou de outro [*Tu* ou *Vós*] nas alocações dirigidas a um personagem depende, muitas vezes, da intenção de Gil Vicente no passo em questão e não de normas fixadas na linguagem da época”.

maior distanciamento. A forma *Tu*, por sua vez, seria reservada para as relações assimétricas descendentes (de superior para inferior), como marca de depreciação / inferioridade social, e para as relações simétricas de maior intimidade.

Assim como acontece com a forma *Você* nos séculos XVIII – XX, é provável que a forma *Vós* tenha começado a disputar espaço, ainda que timidamente, com a forma *Tu* nos domínios desta última forma, mais especificamente nas relações assimétricas descendentes e nas relações simétricas mais íntimas. Os primeiros usos seriam, portanto, mais marcados, motivados por algum fator de natureza pragmática (estágio 1), e dariam, conseqüentemente, lugar a usos não-marcados, o que evidencia o mesmo valor de verdade nas formas em competição (estágio 2).

No entanto, argumentamos, aqui, que o panorama evolutivo da forma *Vós* não cumpriu esse caminho (valor original > estágio 1 > estágio 2), apresentando um desvio de percurso com a introdução das formas nominais de tratamento, a partir do século XV.

Com o ‘esvaziamento’ semântico de respeito e cortesia da forma *Vós*, seria necessário, em algum momento, que uma nova forma cortês entrasse no sistema de tratamentos do português. O que, talvez, impediu esse processo foi o fato de a forma *Vós* ainda aportar algum tipo de deferência e distanciamento.

O que sabemos é que, nos séculos seguintes, a forma *Vós*, com resquícios de formalidade, continua a ser usada em Portugal e no Brasil, ainda que com menor frequência do que as formas nominais (LUZ, 1958; CINTRA, 1972; RUMEU, 2004 e MARCOTULIO, 2010). Tendo se tornado um traço arcaizante no século XVIII, a forma *Vós* resiste em alguns tipos de textos, como os religiosos, como exemplos de Tradições discursivas (KABATEK, 2006).

Ora, o que acontece com a forma *Vós* para esta ter iniciado um processo de perda de traços de cortesia, chegando a coexistir com *Tu* em algumas relações, e ter seu uso praticamente ‘congelado’ após o século XVI como uma estratégia de cerimônia, chegando a um traço arcaizante nos séculos XVIII e XIX?

Voltando à via esperada, o ‘desgaste’ de *Vós* teria começado a abrir um espaço no sistema. Quando estivesse ‘vazio’ de conteúdo de cortesia, esse espaço estaria pronto para receber outra forma. Uma necessidade social faria com que, no plano linguístico, a cortesia continuasse a ser marcada. A resposta talvez possa parecer simples: o desgaste de *Vós* recrutou a entrada da forma *Vossa Mercê* para o sistema. No entanto, a história não parece ser simples assim.

Como mencionado anteriormente, a forma *Vós* já não mais apresentava o prestígio original e, assim, entra no sistema uma forma nominal para a figura de maior prestígio na sociedade: o rei. Uma motivação social, em função das

evidências linguísticas, viabilizou esse processo. Tudo isso seria claro e aceitável se essa motivação tivesse advindo da sociedade que utilizava a língua portuguesa como língua de cultura. Entretanto, Cintra (1972) e Faraco (1996) convergem ao dizer que a origem da forma *Vossa Mercê* está relacionada com a criação da forma *Vuestra Merced* do espanhol. Como havia muitas trocas políticas e culturais na Península Ibérica, a nova forma da língua espanhola facilita seu aparecimento na língua portuguesa⁷.

Essa hipótese parece convencer. Um dos argumentos que se tem utilizado para tal é o fato de, segundo Cintra (1972), as leis de cortesia terem sido estabelecidas por Felipe II para fixar o uso das formas de tratamento inicialmente na Espanha, em 1586, sendo quinze anos depois instauradas por Felipe I, em Portugal. Cintra ainda afirma que, nos séculos XV e XVI, a forma nominal *Vossa Mercê* aparece em obras portuguesas principalmente na boca de personagens castelhanos.

A grande questão é: a língua espanhola, que também herdou o sistema dual de tratamentos do latim, registra ocorrências da forma *Vos* com total desgaste já no início do século XVI. Essa forma, em acentuado desprestígio social, já era usada em relações mais íntimas ou de superior para inferior, marcando inferioridade do interlocutor, contextos em que antes a forma *Tú* era categórica⁸. A forma *Vos* sofre, assim, um completo processo de dessemantização, passando de forma de maior prestígio à forma íntima, solidária e depreciativa.

O que pode ser visto é que o sistema do espanhol sentiu a necessidade de uma nova forma de tratamento, para carregar o conteúdo de cortesia que a forma *Vos* já não podia suportar. Abre-se uma lacuna e esta é preenchida pela forma *Vuestra Merced*. No português, temos indícios de que vivenciaríamos o mesmo processo. Entretanto, com a entrada da forma *Vossa Mercê*, via língua espanhola, o percurso toma um rumo diferente.

A estratégia nominal entra na língua portuguesa sem que tenha sido recrutada pelo sistema de tratamentos. Seu espaço começava a se abrir, mas ainda não era uma necessidade. Com isso, a forma *Vós* ‘cristaliza’ seu valor de uso, já que não está à altura da forma cerimoniosa *Vossa Mercê* e ainda não conseguiu chegar a ser uma variante perfeita de *Tu*. A entrada da forma nominal *Vossa*

7 Para Cintra (1972), a forma *Vossa Senhoria* e *Vossa Alteza* teriam, por sua vez, origem italiana.

8 “Menos resistente foi o *Vos* espanhol. No princípio do século XVI, “*vosear* a una persona implicaba, cuando no un insulto, una íntima familiaridad, o superior categoría social por parte del que habla” (PLA CÁRCELES, 1923, p. 215). Assim inferiorizado, foi acolhido pelo espanhol da América, onde ganhou profundas raízes, por se ver livre, em território americano, das pressões sociais a que estava sujeito na Península” (LUZ, 1958, p. 29).

Mercê freia o processo de dessemantização da forma *Vós*. Como resultado disso, é possível que a forma *Tu* tenha reafirmado seu caráter de intimidade e reconquistado os espaços que estavam em variação com *Vós*. Nos séculos seguintes, os autores convergem ao dizer que seu uso fica cada vez mais restrito, até se tornar um traço arcaizante no século XVIII. A figura a seguir mostra uma comparação entre o *Vós* português e o *Vos* espanhol no século XVI:

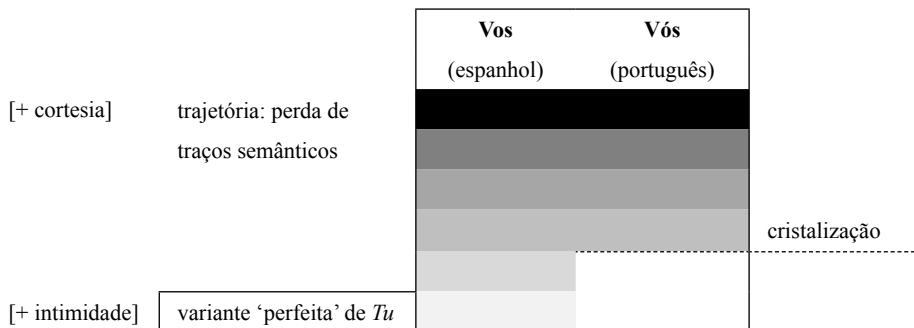


Figura 1. Processo de dessemantização do *Vós*, no português, e do *Vos*, no espanhol.

De acordo com a questão apresentada, postulamos que a nossa hipótese central de trabalho é a de que a forma *Vós*, no século XVI, tinha seu uso estendido a relações mais solidárias e de superior para inferior, entremostrando um estágio de dessemantização. Acreditamos, no entanto, que, em virtude do freio causado pela entrada das formas nominais no sistema, a forma *Vós* não chega a ser uma 'variante perfeita' de *Tu*, tendo seu uso, nas relações de domínios do *Tu*, motivados pragmaticamente.

Estamos conscientes de que um trabalho com apenas uma peça como *corpus* não seria suficiente para defender esta tese. Esse não é nosso objetivo. Trabalhar com formas de tratamento, relações sociais e usos motivados pragmaticamente exige uma abordagem detalhada que permita investigar a razão pela qual as formas de tratamento são atribuídas a determinados papéis sociais. Uma visão mais completa sobre o assunto somente será possível a partir de uma seleção de *corpora* diferenciados que retratem o período em questão. Assim, em função dos limites desse trabalho, nosso objetivo é obter elementos que nos auxiliem a refletir a validade da hipótese aventada.

Na próxima seção, apresentamos o nosso referencial teórico, em que discutimos a viabilidade da compatibilização teórica entre a Sociolinguística e a Pragmática. A seção 2 traz o enfoque metodológico utilizado nesta investi-

gação, com a apresentação do *corpus* e dos procedimentos adotados. Na seção 3, apresentamos a discussão dos nossos resultados. A essa seção seguem a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas.

1. Referencial teórico

Como mencionado anteriormente, utilizaremos, neste trabalho, duas abordagens teóricas. Cabe-nos dizer que nosso objetivo não é criar uma terceira teoria, mas aproveitar o que cada uma fornece para o entendimento do fenômeno do tratamento.

A compatibilização de teorias, desde que começou a ser posta em prática, tem despertado muito interesse e críticas. Duas correntes teóricas podem ser submetidas a esse processo desde que apresentem pontos de interseção e diálogo. É provável que o fato de concebermos, muitas vezes, a terminologia ‘Sociolinguística’ como única e exclusivamente relacionada ao direcionamento laboviano, dificulte um pouco a questão. Entretanto, se abrirmos o campo de visão e entendermos que a Sociolinguística variacionista quantitativa, termo pelo qual é tradicionalmente conhecida, é apenas uma das formas de se fazer Sociolinguística, nossa visão começa a ficar mais clara. *Grosso modo*, sociolinguística é a parte da linguística preocupada em estudar os fatos linguísticos em relação aos fatos sociais, o que é necessário para englobar as duas teorias aqui utilizadas, ainda que apresentem direcionamentos distintos, porém interrelacionáveis. Assim, se considerarmos um rótulo mais abrangente para a sociolinguística, observaremos, como aponta Labov (1972), que sob esse rótulo repousam três correntes: a Sociologia da linguagem; a Etnografia da fala; e a Sociolinguística variacionista. A pragmática estaria inserida na interseção entre os dois primeiros campos.

De uma forma sucinta, para a sociolinguística (linguística *no* uso), a variação, e conseqüente heterogeneidade, é apresentada como uma realidade; no entanto, não constitui um “caos” linguístico, uma vez que é condicionada por fatores internos e externos. A pragmática (linguística *do* uso), por sua vez, leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem. Nesse sentido, são exatamente os fatores de natureza social que possibilitam a complementação de uma teoria a outra.

A sociolinguística estuda a variação e a mudança em relação às formas de tratamento, mas não tem por objetivo estudar as motivações e intenções comunicativas para o uso dessas formas. A Pragmática, por sua vez, não tem como

objetivo estudar a variação / mudança das formas de tratamento, mas a intenção de uso e o efeito que esse uso pode ter para o interlocutor. Propomos, assim, uma junção de teorias, desde que não se rompam as fronteiras e nem se desprezem as identidades individuais, mas que se preencham as lacunas existentes.

1.1 A sociolinguística variacionista

Os estudos sociolinguísticos, instaurados por Weinreich, Labov e Herzog (WLH) (1968), apresentam uma característica particular em relação aos estudos linguísticos anteriores: um novo conceito de língua, objeto de estudo da linguística. O pensamento imanentista vigente até então, de base estruturalista, concebia a língua como um sistema autônomo. A sociolinguística, por sua vez, apresenta uma concepção de língua como sistema heterogêneo, sujeito à variação e à mudança, além da implementação do componente social aos estudos linguísticos.

Dessa forma, podemos definir a sociolinguística como uma ciência que investiga a língua em uma determinada comunidade linguística, levando em consideração tanto aspectos linguísticos quanto sociais. O foco dos estudos dessa natureza está nos fenômenos variáveis, inerentes a qualquer sistema linguístico, podendo configurar, em um momento posterior, um caso de mudança. A variação, no entanto, não é aleatória; está condicionada por fatores internos (linguísticos / estruturais) e/ou externos (extralinguísticos / sociais). Essa heterogeneidade ordenada dá forma à concepção de língua para a sociolinguística. Cabe, assim, à sociolinguística investigar os fatores que condicionam o uso das formas, isto é, buscar entender a regularidade e a sistematicidade na variação.

A base desses estudos está no conceito de regra variável, isto é, quando duas ou mais formas linguísticas - formas variantes - podem ser utilizadas para transmitir o mesmo valor referencial⁹, em um mesmo contexto linguístico. Em

9 A teoria inaugurada por WLH (1968) utiliza dados da fonologia para comprovar empiricamente o modelo. Aplica-se, assim, a noção de variantes com o mesmo valor de verdade. Entretanto, como discute Lavandeira (1984), em outros níveis da língua (morfológico ou sintático, por exemplo), a noção de valor de verdade não seria a mais pertinente. De modo a compatibilizar o conceito clássico de regra variável com estudos que não sejam de natureza fonético-fonológica, as formas linguísticas são consideradas em variação desde que apresentem o mesmo valor básico referencial, nos mesmos contextos de realização. Em relação às formas de tratamento, objeto de estudo deste trabalho, não podemos assumir totalmente que apresentam o mesmo valor de verdade, mas sim o mesmo valor básico referencial, isto é, fazem referência à segunda pessoa do discurso, podendo, assim, ser aplicado a elas um estudo variacionista.

outras palavras, as variantes que constituem o fenômeno em variação (variável dependente) são possibilidades formais diferentes para a mesma função comunicativa e devem apresentar, em um nível da língua específico (lexical, morfológico, sintático, morfossintático, fonético, fonológico, fonético-fonológico, discursivo-pragmático) uma equivalência de significado.

Sendo o objeto de estudo da sociolinguística um sistema de regras variáveis, apresenta valor fundamental a noção de comunidade linguística em que esse sistema se instala (LABOV, 1972). É na comunidade de fala que se localiza o sistema variável, que coloca à disposição dos falantes as formas em variação. A comunidade de fala pode, assim, ser definida como um conjunto de falantes que compartilham os mesmos valores com relação à língua e reconhecem o significado social das formas variantes. No nosso caso, como estamos lidando com uma peça teatral do século XVI, sabemos que não estamos diante de uma comunidade linguística ‘verdadeira’, mas da tentativa do autor de caracterizar, o mais fielmente possível, a fala de um grupo social.

Quanto à natureza do material estudado, a Teoria da Variação e Mudança prioriza dados advindos da modalidade oral da língua, já que estes reproduzem (ou, ao menos, tentam se aproximar) a realidade da comunidade linguística, isto é, o vernáculo. De modo a sistematizar o funcionamento da variação nas línguas, Labov (1972) ressalta que é pela observação do vernáculo, estilo em que o mínimo de atenção é prestada à monitoração da fala, que se consegue a maioria dos dados sistemáticos para a análise da estrutura linguística. Novamente nos cabe, aqui, fazer uma ressalva em função das limitações / adaptações que temos de realizar nesta investigação. Sabemos que não estamos trabalhando com o vernáculo, mas sim com uma tentativa, por parte do autor, de sua representação.

Nesta investigação, como trabalhamos com uma sincronia pretérita (início do século XVI), utilizamos, obviamente, dados de textos escritos. Ainda que tais dados, como salienta Labov (1994), não reproduzem diretamente a realidade da língua, não sendo, portanto, ‘confiáveis’, constituem o único material disponível que nos resta, graças a acidentes históricos¹⁰. Com o intuito de minimizar esse problema, Labov (1994) adverte que podemos usar o presente para explicar o passado. Através da observação de fenômenos variáveis que estão,

¹⁰ A essa discussão, de se trabalhar com dados escritos de sincronias passadas e de se fazer ‘um bom uso dos maus dados’, Labov (1994) chama de ‘Paradoxo da Linguística Histórica’.

nesse momento, em operação, podemos inferir características dos processos que operaram no passado¹¹.

No tocante ao tratamento dos dados, utilizam-se modelos matemáticos que permitem um tratamento estatístico dos dados linguísticos¹², de modo a verificar os fatores mais importantes na análise da variação (GUY e ZILLES, 2007).

Este trabalho busca estudar diretamente a variação das formas de tratamento no início do século XVI e indiretamente a mudança linguística. Como optamos, em função dos limites deste trabalho, por um *corpus* bastante reduzido, estamos conscientes de que nossos resultados não nos permitirão generalizações, mas nos ajudarão a levantar perguntas que auxiliam na compreensão da mudança linguística que operou no sistema de tratamentos do latim ao português, mais particularmente no final do período arcaico da língua.

1.2 A abordagem pragmática

Segundo Levinson (1989), a pragmática é uma subárea da linguística e seu objeto de estudo é o significado da linguagem em uso. Aos pragmaticistas, interessam, assim, os princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado por parte de um falante em uma situação comunicativa, como sua interpretação por parte do destinatário. A pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem. Por trás da mensagem linguística existe uma mensagem subjacente que garante a intencionalidade e o propósito comunicativo de sua emissão.

Dentre as teorias pragmáticas, utilizaremos, neste estudo, a Teoria da Polidez, idealizada por Brown e Levinson (1987). De modo a construir sua teoria, os autores partem dos estudos sobre a *face* realizados por Goffman (1980) e caracterizam o ser humano como dotado de duas características principais: *racionalidade* e *face*. A primeira está ligada à capacidade que todo indivíduo tem de pensar sobre a melhor estratégia para um determinado fim, e a segunda subdivide-se em *face positiva* e *face negativa*, conceitos rebatizados dos originais *face* e *território* (GOFFMAN, 1980), respectivamente. A *face negativa* é

11 Essa ferramenta, que recebe o nome de ‘Princípio do Uniformitarismo’, deve ser vista com ressalvas, já que somente conseguimos obter algumas ‘pistas’, uma vez que há diferenças sociais entre os diferentes momentos em foco, o que, para o estudo das formas de tratamento, por exemplo, muito significam, visto que estas refletem diretamente as relações sociais.

12 Como será demonstrado na seção de metodologia, neste trabalho, utilizamos o pacote computacional Varbrul, em sua versão para Windows (Goldvarb X).

o conjunto dos territórios do ‘eu’ (território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos); e a *face positiva*, o conjunto das imagens valorizadas de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação.

Todos os atos que somos levados a produzir em uma determinada interação são, de certa forma, ameaçadores a uma das faces. Como temos a necessidade de produzi-los para que a interação aconteça, optamos por realizá-los mediante *estratégias de polidez*. De acordo com a face em perigo, teremos uma estratégia de polidez positiva, polidez negativa ou indiretividade, para os casos de perigo máximo. O objetivo sempre é manter intactas as faces dos participantes, para que a harmonia do processo interativo não seja desestruturada.

Segundo Brown e Levinson (1987), todo indivíduo mede o risco que um determinado ato de ameaça à face poderia provocar e escolhe, assim, a estratégia que melhor pode mitigar a imposição de tal ato. Nesse sentido, as formas de tratamento podem ser vistas como estratégias de atenuação da polidez linguística, servindo como verdadeiros freios ou aceleradores sociais, mitigando a imposição dos atos de fala e garantindo a harmonia da interação (MARCOTULIO, 2010).

1.3 As vantagens da compatibilização teórica: a sócio-pragmática

O aporte teórico variacionista, no tocante ao estudo do tratamento, fornece valiosas contribuições que nos possibilitam entender as regras gerais de uso em função dos papéis sociais desenvolvidos pelos participantes da interação. Definir o perfil sociolinguístico dos personagens e saber *por quem e para quem* uma determinada forma de tratamento é utilizada são de fundamental importância para o conhecimento do sistema de tratamentos em operação em um dado momento. Entretanto, interessa-nos complementar essas informações, no intuito de pormenorizar a questão. Justifica-se, assim, a necessidade de aliar a perspectiva sociolinguística à teoria pragmática, adotando uma abordagem sócio-pragmática. Tal postura nos dá elementos para explicar não só *para quem e por quem* as formas de tratamento são utilizadas, mas *o porquê* do seu emprego.

Ao abordar a diferenciação entre os estudos de natureza sociolinguística e pragmática, Levinson (1989) discute as fronteiras e os limites escopados por esses dois referenciais teóricos. Para o autor, a sociolinguística se preocupa com o valor que a forma de tratamento carrega, tendo em vista as características do falante (sua idade, sexo, escolaridade, grupo social etc.) na sua relação com o destinatário, observando os fatores linguísticos e extralinguísticos que determinam os usos variáveis. A pragmática, por sua vez, se interessa pela

justificativa de tal forma ter sido empregada e que efeito essa escolha pode ter para o destinatário da interação. Dessa forma, de acordo com Levinson (1989), os estudos pragmáticos e sociolinguísticos são exclusivos, mas podem ser complementares.

Segundo o autor, com o intuito de explicar a mensagem embutida na forma linguística, a teoria pragmática aproveita-se dos estudos sociolinguísticos. Estes descrevem em que relações as formas de tratamento são utilizadas, o que configuram os usos esperados em uma determinada sociedade. Para os usos alternantes, justifica-se uma abordagem pragmática para melhor compreendê-los. Assim, para que haja um melhor entendimento do emprego das formas de tratamento, a pragmática necessitará, ao menos, das generalizações descritivas das análises sociolinguísticas.

Essa mesma posição, de capturar o sentido do uso e sua intencionalidade / propósito comunicativo, também é advogada por Preti (2000). Para o autor, a linguagem é um componente essencial no desempenho do *papel social* do indivíduo. As escolhas linguísticas dos participantes da interação precisam ser minimamente calculadas tendo em vista o cargo social ocupado e a imagem através da qual desejam ser vistos e reconhecidos pelos outros. Nesse sentido, as formas de tratamento retratam “a maneira pela qual os interlocutores se tratam e o que pode significar na interação a escolha de uma forma em lugar de outras disponíveis no repertório linguístico”¹³.

2. Enfoque metodológico

2.1 O corpus

Para o estudo do tratamento, é necessário que o material de análise contenha a presença de interlocutores, mesmo que estes estejam ausentes fisicamente. O mais apropriado, tendo em vista as “recomendações” de um estudo sociolinguístico variacionista para a apreensão do vernáculo, seria trabalhar com textos orais. Como estamos lidando com sincronias passadas, o que temos disponível como amostra mais representativa para esse estudo são textos teatrais. Tais textos, ainda que sejam escritos, tentam, dentro dos limites possíveis, representar a língua falada. Vale dizer que, à época de Gil Vicente, os textos teatrais não eram produzidos para a leitura. O objetivo principal era a encenação. Essa era a forma pela qual o povo conhecia o trabalho dos teatrólogos.

13 Preti (2000, p. 91).

Sabemos que não estamos trabalhando com o melhor material. No entanto, estamos utilizando o material existente para o período em análise. Sobre essa questão, alguns autores defendem a utilização de obras teatrais. Para Lopes (2006),

As obras literárias, particularmente as peças teatrais, apesar de não reproduzirem a oralidade informal, são uma tentativa de reconstrução do real. O escritor, a partir da criação de diálogos (...), procura representar de forma estilizada as relações sociais de sua época. Sabe-se que não é um retrato fiel de um determinado contexto sócio-histórico, mas uma representação de uma realidade com a qual o público se identificava (LOPES, 2006, p. 191).

Prete (2000) parece corroborar com as ideias acima, e defende a utilização de peças teatrais para o estudo do tratamento:

O escritor realiza um verdadeiro processo de documentação histórica da língua, por meio de sua capacidade de criação de diálogos inspirados na realidade falada de seu tempo ou em uma época de que tem conhecimento. (...) Como as formas de tratamento constituem uma convenção estabelecida no sistema de comunicação social, a reprodução na literatura corresponde quase sempre a um dos momentos de maior integração entre a ficção e a realidade. Um escritor dificilmente imaginaria criar um diálogo em que as personagens se tratassem diferentemente da realidade da época em que vivem. (...). Seria um insuportável índice de inverossimilhança (PRETE, 2000, pp. 96-97).

Também encontramos convergência de opinião em Cintra (1972):

Nenhuma espécie de textos é preferível, para nos informar sobre este assunto [formas de tratamento], às comédias e farsas da época. São elas que, mais claramente do que qualquer outra fonte, nos provam como a preocupação com a forma de tratamento adequada não era exclusiva de Felipe II ou de João V¹⁴ e das suas cortes, mas constitui, durante séculos, uma espécie de “preocupação nacional” (CINTRA, 1972, p. 30).

14 Referência feita às legislações régias elaboradas por esses reis, nos séculos XVI e XVIII, respectivamente, que surgiram com o intuito de regulamentar o uso das formas de tratamento.

Mais particularmente em relação à obra de Gil Vicente, Cintra (1972), Faraco (1996) e Domingos (2000) argumentam em favor de sua utilização para os estudos sociolinguísticos. Para eles, as peças de Gil Vicente são consideradas o melhor retrato da sociedade portuguesa da época¹⁵.

A Farsa de Inês Pereira, utilizada como *corpus* neste trabalho, apresentada pela primeira vez em 1523, para o rei D. João III, tem como pano de fundo o ditado popular “mais vale um asno que me carregue do que um cavalo que me derrube”. Inês Pereira, personagem principal, era uma jovem sonhadora que não estava satisfeita com a vida de solteira que levava, já que tinha de ficar em casa costurando todo o dia. Uma vizinha e amiga de sua mãe, que era alcoviteira, propõe-lhe um casamento com Pero Marquez, jovem rico e dono de terras, ao qual rechaça por ser o pretendente inculto e ignorante. A pedido dos judeus casamenteiros, Inês conhece Brás da Mata, o Escudeiro, que presume ser rico, poderoso e inteligente. Após o casamento com este, Inês descobre que seu marido inventara uma farsa para conquistá-la. Além disso, é obrigada a ficar trancada em casa e sofre constantes ameaças. O casamento, no entanto, não durou muito tempo, uma vez que o Escudeiro foi morto em uma de suas viagens de guerra. Ao ver-se livre, Inês resolve aceitar o convite de Pero Marquez, que se torna seu segundo marido. Pouco tempo depois, reencontra um clérigo, por quem se engraçara em sua infância, que se torna seu amante. Estava feito, assim, o dito popular: mas valia ter na mão um “asno” tolo (Pero Marquez), capaz de suportar até mesmo a traição da mulher, que um “cavalo” grosseiro (Escudeiro).

Por fim, cabe dizer que, para a realização deste trabalho, utilizamos a edição de António José Saraiva publicada pela editora Portugalia em 1963¹⁶.

15 “O estudo do comediógrafo de D. Manuel e de João III constitui sem dúvida o documento lingüístico mais rico e mais variado que nos tenha deixado o Portugal da primeira metade do século XVI. Documento precioso, porque, precisamente por se tratar de teatro, reflete a linguagem falada da época, e a linguagem falada pelas várias camadas que constituíam a sociedade contemporânea do autor” (CINTRA, 1972, p. 43); “Documento lingüístico capaz de nos informar sobre um aspecto da estrutura do português nas primeiras décadas do século XVI” (CINTRA, 1972, p. 44).

16 VICENTE, Gil. *Teatro de Gil Vicente*. Apresentação e leitura de António José Saraiva. Lisboa: Portugalia, 1963.

2.2 Metodologia

A metodologia aplicada nesta investigação contempla dois momentos distintos. Em primeiro lugar, procederemos à análise sociolinguística variacionista, de modo a obtermos os usos mais representativos de uma determinada relação social (usos predominantes). Posteriormente, recorreremos ao auxílio da teoria pragmática, com o intuito de entender os usos alternantes das formas de tratamento.

2.2.1 As etapas da pesquisa sociolinguística e a variável dependente

No que se refere à metodologia de uma pesquisa sociolinguística, sabe-se que esta deve cumprir uma série de etapas. A primeira delas é a definição da variável dependente, ou seja, do nosso objeto de estudo.

Objetivamos, assim, estudar, na amostra selecionada, as ocorrências das formas de tratamento a somente um interlocutor. Através da breve exposição na revisão da literatura, constatamos que as formas mais produtivas, para o período em questão, são as formas *Tu* e *Vós*. Pelos limites deste trabalho, optamos por estudar somente as formas em posição de sujeito, podendo se apresentar como pronome reto (01), verbo imperativo (02) e verbo não-imperativo (03), como mostram os exemplos abaixo:

- (01) Já vós vos arrependeis? (Inês – Escudeiro)
- (02) Deitae as peas no chão. (Pero Marquez – Inês)
- (03) Judeu, queres-me leixar? (Vidal – Latão)

Sabemos que toda investigação de natureza sociolinguística somente pode ser levada a cabo se estivermos diante de um fenômeno variável. A vasta bibliografia nos mostra que tais formas de tratamento apresentam usos específicos em função do destinatário da cena comunicativa. A pergunta que se coloca é: as formas *Tu* e *Vós* poderiam ser consideradas como variáveis dependentes de um fenômeno variável? Assim, partiremos de uma comparação pelo valor referencial / função comunicativa que possuem: fazer referência à segunda pessoa do singular. Além disso, se considerarmos que a forma *Vós*, no século XVI, se apresenta em processo de dessemantização iniciado, é possível que em algumas relações sociais possa ter coexistido com a forma *Tu*.

Uma vez definida a variável dependente, procedemos à coleta dos dados na peça. O passo seguinte foi a determinação dos possíveis fatores condicionantes – variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas. Tendo em

mãos o grupo de fatores a ser testado, demos início à codificação dos dados e consequente tratamento pelo programa estatístico computacional *Goldvarb X*. Através desse programa, foi possível obter, em um primeiro momento, as frequências brutas (valores percentuais). Os dados categóricos (*Knockout*) foram retirados da análise para que somente os dados variáveis pudessem fornecer, posteriormente, a análise de regra variável (peso relativo).

Diante dos resultados oferecidos pelo programa, passamos à análise dos dados e interpretação dos resultados, o que será mostrado na seção 3 deste trabalho.

2.2.2 A delimitação das variáveis independentes

Na investigação de natureza sociolinguística, testamos, de modo a observar o que poderia condicionar o fenômeno do tratamento, tanto fatores linguísticos quanto extralinguísticos, perfazendo um total de 10 fatores testados. Quanto às variáveis independentes internas, foram considerados: (i) Modo verbal; (ii) Tempo verbal; e, por fim, (iii) Tipo de frase. Em relação às variáveis independentes externas, consideramos: (i) Relação social; (ii) Natureza da relação; (iii) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores; (iv) Gênero do emissor; (v) Gênero do destinatário; (vi) Faixa etária do emissor; e (vii) Faixa etária do destinatário.

2.2.2.1 Variáveis independentes linguísticas

Modo verbal

Quanto ao modo verbal, analisamos se as formas verbais relativas às estratégias de tratamento se encontravam no modo Indicativo (04), Subjuntivo (05) ou Imperativo (06). Observemos os exemplos abaixo:

- (04) Pois que dizeis vós, mulher? (Pero Marquez – Inês)
- (05) Por que faças o que eu mando! (Escudeiro – Moço)
- (06) Casade-vos, filha minha. (Lianor Vaz – Inês)

A hipótese testada é a de que as formas verbais em Imperativo favoreceriam a utilização de estratégias mais formais (*Vós*), de modo a marcar distanciamento e hierarquização de poder, funcionando, nesses enunciados, como estratégias de atenuação a favor da polidez linguística (BROWN e LEVINSON, 1987).

Tempo verbal

Busca-se, com a seleção desse fator, verificar a força do tempo verbal para o uso das formas *Tu* e *Vós*. Interessava-nos, assim, saber se estavam conjugados em tempos do passado (07) ou do não-passado (08). Nossa hipótese é que o tratamento mais solidário (*Tu*) seja favorecido pelo traço [+ passado] (MOTA, 2008). O referido fator é ilustrado nos exemplos abaixo:

- (07) Vós buscastes discrição. (Escudeiro – Inês)
- (08) Escudeiro queres tu? (Mãe – Inês)

Tipo de frase

No que se refere ao tipo de frase, observamos se os enunciados que continham as formas de tratamento eram do tipo: Declarativo (9); Interrogativo (10); Exclamativo (11); ou Imperativo (12), como mostram os exemplos que seguem:

- (09) Se ficaste prenhe basta. (Lianor Vaz – Inês)
- (10) E quando queres partir? (Escudeiro – Moço)
- (11) Toda tu estás aquela! (Mãe – Inês)
- (12) Dai-me vós cá essa chave. (Inês – Moço)

Para este fator, testamos a hipótese formulada por Lucca (2005), na qual as frases interrogativas e exclamativas favorecem a ocorrência das estratégias mais íntimas, por terem um caráter mais emotivo. Assim, esperamos que tais tipos de frases favoreçam o emprego da forma *Tu*.

2.2.2.2 *Variáveis independentes extralinguísticas*

Relação social

O primeiro fator extralinguístico diz respeito às relações sociais estabelecidas entre os personagens da peça, podendo ser uma (i) relação assimétrica descendente (superior – inferior), (ii) relação assimétrica ascendente (inferior – superior) ou (iii) relação simétrica (entre membros de um mesmo grupo social).

A hipótese testada é a de que a forma *Tu* predomine nas relações assimétricas descendentes, como uma forma depreciativa capaz de marcar subordinação social; a forma *Vós*, por sua vez, será mais facilmente encontrada nas relações assimétricas ascendentes, como sinal de cortesia. Por fim, nas relações simétricas serão encontradas tanto formas *Tu* quanto *Vós*, a depender da natureza [+ íntima] ou [- íntima] da relação (LUZ, 1958; BROWN e GILMAN, 1960; CINTRA, 1972; FARACO, 1996; DOMINGOS, 2000).

Vale comentar a dificuldade que encontramos em classificar algumas relações de acordo com os eixos sociais¹⁷. A título de exemplificação, a relação que mais nos causou indecisão foi a relação estabelecida entre marido e mulher. Hoje em dia, nos grandes centros urbanos, não teríamos problema algum em classificá-la como simétrica. Entretanto, como estamos lidando com a sociedade portuguesa do início do século XVI, as dúvidas e questionamentos nos fazem refletir sobre a natureza dessas relações. Desse modo, optamos, neste trabalho, pelas seguintes classificações:

Relações sociais	Interação
Assimétrica descendente	Mãe - Inês
	Escudeiro - Moço
	Inês - Moço
	Lianor Vaz - Inês
Assimétrica ascendente	Inês - Mãe
	Latão - Inês
	Vidal - Inês
	Moço - Escudeiro
	Latão - Escudeiro
	Moço - Inês
	Inês - Lianor Vaz
Simétrica	Lianor Vaz - Mãe / Mãe - Lianor Vaz
	Latão - Vidal / Vidal - Latão
	Luzia - Inês / Inês - Luzia
	Fernando - Luzia
	Irmão de Inês - Inês
	Lianor Vaz - Pero Marquez / Pero Marquez - Lianor Vaz
	Pero Marquez - Inês / Inês - Pero Marquez
	Mãe - Pero Marquez
	Escudeiro - Inês / Inês - Escudeiro
	Mãe - Escudeiro
	Inês - Ermitão

Quadro 2. Relações sociais entre os personagens da peça.

17 Brown e Gilman (1960), ao dividir a sociedade em eixos sociais, chegam a quatro possibilidades de relações: a) assimétricas ascendentes; b) assimétricas descendentes; c) simétricas mais próximas; e d) simétricas mais distantes. Em virtude da dificuldade encontrada, preferimos não decidir se uma relação marido – mulher seria considerada como uma relação “c” ou “d”. Por esse motivo, decidimos unificar todas as relações simétricas pelo critério de não estar presente nenhum tipo de hierarquia de poder e acrescentar, à análise, outros fatores, que serão descritos a seguir, com o intuito de pormenorizar a questão.

Natureza da relação

Quanto à natureza da relação, esta pode se apresentar como (i) mais solidária ou (ii) menos solidária, de acordo com o grau de intimidade estabelecido entre os participantes da interação. A hipótese norteadora desse fator é a de que forma *Tu* seria mais utilizada no campo da intimidade [- distanciamento, + solidariedade], ao passo que a forma *Vós* estaria relacionada ao campo da cortesia [+ distanciamento, - solidariedade] (LUZ, 1958; BROWN e GILMAN, 1960; CINTRA, 1972; FARACO, 1996; DOMINGOS, 2000).

Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores

Com o objetivo de detalhar a questão das relações sociais e não fazer afirmações sem conhecimentos específicos, optamos por introduzir o fator referente à relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores, podendo ser entre: (i) mãe – filha; (ii) filha – mãe; (iii) entre amigos; (iv) sobrinha – tia; (v) tia – sobrinha; (vi) mulher – marido; (vii) marido – mulher; (viii) nora – genro; (ix) irmão – irmã; (x) entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]; (xi) entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]; (xii) futura nora – futuro genro; (xiii) súdito – nobre; (xiv) nobre – súdito; (xv) casamenteira – cliente; (xvi) cliente – casamenteira; e, por fim, (xvii) entre amantes.

Por falta de melhor rótulo, decidimos, aqui, chamar a relação entre Lianor Vaz e Inês de uma relação tia – sobrinha / sobrinha – tia, uma vez que Lianor Vaz era vizinha e amiga da mãe de Inês, e estabelecia com esta uma relação de irmandade. Optamos, também, por separar as relações estabelecidas antes dos casamentos de Inês e após estes, de modo a verificar se havia mudança nas escolhas treatmentais. Por último, chamamos de relações entre nobres e súditos as que envolviam as interações com os personagens menos favorecidos socialmente: os judeus casamenteiros (Latão e Vidal) e o Moço, criado do Escudeiro. Observemos, assim, como ficam divididas essas relações:

Relação Interpessoal estabelecida	Interação
mãe – filha	Mãe - Inês
filha – mãe	Inês - Mãe
irmão – irmã	Irmão de Inês - Inês
sobrinha – tia	Inês - Lianor Vaz
tia – sobrinha	Lianor Vaz - Inês
nora – genro	Mãe - Pero Marquez
	Mãe - Escudeiro
futura nora – futuro genro	Mãe - Pero Marquez
	Mãe - Escudeiro
mulher – marido	Inês - Pero Marquez
	Inês - Escudeiro
marido – mulher	Pero Marquez - Inês
	Escudeiro - Inês
entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]	Pero Marquez - Inês
	Escudeiro - Inês
entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]	Inês - Pero Marquez
	Inês - Escudeiro
entre amantes	Inês - Ermitão
entre amigos	Lianor Vaz - Mãe / Mãe - Lianor Vaz
	Latão - Vidal / Vidal - Latão
	Luzia - Inês / Inês - Luzia
	Fernando - Luzia
súdito – nobre	Latão - Inês
	Vidal - Inês
	Moço - Escudeiro
	Latão - Escudeiro
	Moço - Inês
nobre – súdito	Escudeiro - Moço
	Inês - Moço
casamenteira – cliente	Lianor Vaz - Pero Marquez
cliente – casamenteira	Pero Marquez - Lianor Vaz

Quadro 3. Relações interpessoais estabelecidas entre os personagens da peça.

Nossas hipóteses, para esse fator, advêm de Luz (1958) e Domingos (2000), que declaram, através de um estudo detalhado sobre as formas de tratamento no português arcaico, que a forma *Tu* é mais facilmente encontrada nas relações entre pai/mãe – filho, nobre – súdito, amigos íntimos, e em outras relações familiares que sigam o esquema pai – filho; e a forma *Vós* em relações entre filho

– pai/mãe, marido – mulher, irmãos, súdito – nobre, outras relações familiares que sigam o esquema filho – pai, amigos distantes e relações profissionais.

Gênero do emissor e do destinatário

O gênero¹⁸ do emissor e do destinatário foi também controlado, podendo este ser (i) Masculino ou (ii) Feminino. A hipótese testada para este fator é a de que a seleção de variantes que têm mais prestígio social tem forte relação com falantes do gênero feminino (ROMAINE, 1994). A mulher tenderia a usar formas de maior prestígio, nesse caso, *Vós*, ao passo que os homens dariam preferência para as formas de *Tu*. De igual maneira, esperamos que a forma *Vós* seja mais endereçada às mulheres e a forma de menor prestígio, *Tu*, aos homens.

Faixa etária do emissor e do destinatário

Por fim, os últimos fatores sociais controlados se referem à faixa etária do emissor e do destinatário: (i) Adulto e (ii) Jovem. É importante deixar claro que chegamos à classificação das faixas etárias através da descrição dos personagens feita ao longo da peça, assim como da maneira como se comportavam perante personagens que não nos deixavam dúvidas, como a Mãe (adulta) e Inês (jovem). Assim, excetuando-se a Mãe, Lianor Vaz e o Ermitão, considerados adultos, todos os demais personagens foram considerados como jovens.

Nossa hipótese é que encontraremos, no caso dos emissores, as duas formas de tratamento a depender do interlocutor. Sendo este mais jovem, a forma *Tu* será mais frequente, ao passo que a forma *Vós* ficaria reservada para a classe adulta.

3. Análise dos resultados

3.1 Distribuição geral dos dados

Foram encontrados, na peça analisada, 223 dados no total, como mostra a tabela abaixo:

Tu	Vós	Total
60 – 27%	163 – 73%	223 – 100%

Tabela 1. Dados gerais.

18 Optamos por usar a terminologia ‘gênero’, que é determinada por características socioculturais, em detrimento da terminologia mais comum dentro da sociolinguística, *sexo*, por esta definir os participantes da interação por características biológicas (MOLLICA e BRAGA, 2003).

Do total dos dados, 73% constituem exemplos de *Vós* (13), totalizando 163 ocorrências. As formas de *Tu* (14), por sua vez, totalizaram 60 ocorrências, o que corresponde a 27% dos dados. De uma forma geral, constatamos uma maior utilização da estratégia de tratamento mais cortês. Observemos os exemplos que seguem:

- (13) *Vós*, amor, quereis marido mui discreto, e de viola? (Vidal – Inês)
 (14) Como queres tu casar com fama de preguiçosa? (Mãe – Inês)

Os dados gerais em si não nos trazem muitas informações a respeito da utilização das estratégias de tratamento. Os próprios exemplos evidenciam que uma mesma personagem, Inês, recebe ora um tratamento, ora outro, de acordo com a relação estabelecida com o interlocutor.

Também foram encontrados 4 dados referentes à estratégia nominal de tratamento *Vossa Mercê*. Vejamos o exemplo abaixo:

- (15) Que manda Vossa Mercê? (Moço – Escudeiro)

É interessante notar que essa forma, como mostrado anteriormente, surge no século XV para a figura do rei e já pode ser encontrada como referência a personagens menos nobres no século XVI. Talvez seu uso ainda estivesse restrito aos membros das classes mais altas da sociedade, o que justificaria sua baixa produtividade na peça. Em virtude do número escasso de dados, decidimos, aqui, retirar tais ocorrências da análise quantitativa e analisá-las à parte qualitativamente em outra seção¹⁹.

Como um dos nossos objetivos é analisar o valor que carrega a forma *Vós*, de modo a verificar se seu processo de dessemantização já evidencia formas variantes de *Tu*, vale a pena, nesse momento, visualizar a distribuição das formas em função da natureza da relação²⁰:

19 A retirada dos dados de *Vossa Mercê* também se deu em função de querermos proceder a uma análise de regra variável. Cabe, aqui, justificar a importância de mantê-los e tratá-los à luz de uma abordagem qualitativa em virtude do objetivo maior de nosso trabalho, que é contribuir para a descrição do quadro tratamental do português do século XVI.

20 Uma vez que o fator ‘Natureza da relação’ não apresentou relevância estatística, decidimos apresentá-lo aqui, juntamente aos dados gerais, para um melhor encaminhamento da discussão.

Natureza da relação	Tu	Vós
mais solidária	38 - 55%	31 - 45%
menos solidária	22 - 14%	132 - 86%

Tabela 2. Formas de tratamento em função da natureza da relação.

Os resultados obtidos para as relações mais solidárias nos oferecem um primeiro sinal de que estamos no caminho certo. Pode-se observar, na tabela acima, que, nessas relações, em que a forma esperada seria o *Tu* íntimo, já se evidenciam 45% de ocorrências de *Vós*. Em uma primeira análise, podemos dizer que esses números nos revelam que a forma *Vós*, em pleno processo de perda de traços semânticos de cortesia, passa a ocupar, também, os terrenos de [+ intimidade, + solidariedade, - distanciamento]. Em que situações essa forma é utilizada? Em que estágio se encontra: estágio 1 (com motivação pragmática) ou estágio 2 (sem motivação pragmática, como variante de *Tu*)?

3.2 Análise da regra variável: fatores selecionados

Na análise de regra variável²¹ com todos os dados de *Tu* e *Vós* levantados, foram selecionados dois fatores extralinguísticos, a saber: (i) Gênero do Emissor e (ii) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores²².

Cabe-nos, neste momento, fazer uma pausa para refletir um pouco mais sobre o fenômeno em análise. O fato de apenas fatores externos terem sido selecionados, na análise de regra variável, sinaliza o quão forte é a influência de fatores sociais na seleção das formas tratamentais. Esse resultado, no entanto, não nos causa espanto.

Segundo Bertolotti e Masello (2002, p. 73), as formas de tratamento merecem um tratamento diferenciado, pois, “diante de outros fenômenos linguísticos, revelam usos, costumes, valores e hierarquias sociais de uma comunidade”²³. As autoras, baseando-se em Karl Bühler, em “Teoria da linguagem”, acrescentam:

21 A rodada selecionada pelo programa computacional *Goldvarb X* oferece as seguintes informações estatísticas: *Input* = 0,829; *Log likelihood* = -33.234; e, por fim, *Significance* = 0.000.

22 A ordem de seleção dos fatores foi: (1) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores e (2) Gênero do Emissor. Entretanto, de modo a organizar as ideias tendo em vista a discussão proposta, não os apresentaremos nesta ordem.

23 Do original, em espanhol: “Frente a otros fenómenos lingüísticos, las formas de tratamiento revelan usos, costumbres, valores y jerarquías sociales de una comunidad”. Tradução nossa.

(...) nem todas as partes da oração têm a obrigação de denominar; algumas indicam, mostram, têm capacidade dêitica e não necessitam do simbólico para significar. Entre esses signos encontramos os pronomes, que se inscrevem no chamado *campo mostrativo* da linguagem. Esse campo se distingue do *campo simbólico*, no qual se inscrevem signos linguísticos que têm uma função basicamente representativa e, em consequência, são usados para denominar. Os pronomes (...) se inscrevem, assim, no campo dêitico, setor particular da língua composto por signos cujo significado está constituído pela possibilidade de indicar (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 75)²⁴.

Para as autoras, as formas de tratamento pronominais são “formas linguísticas com capacidade dêitica em direção às pessoas do discurso”²⁵. Mais do que isso, “são dêiticos, sem dúvida, mas são, além disso, dêiticos sociais”²⁶. Consideramos, assim, que a principal diferença entre o tratamento e ou outros fenômenos linguísticos é que, antes da produção, há de se considerar o entorno e, principalmente, o destinatário da mensagem.

As formas de tratamento parecem ser, assim, um dos fenômenos linguísticos que apresenta relações mais diretas com o social. Não é à toa que Fasold (1990:IX), em seu livro “Sociolinguistics of Language”, dedica o primeiro capítulo ao seu estudo, por considerar que, para demonstrar as influências sociais na linguagem, vale a pena observar as formas de tratamento já que “as formas linguísticas envolvidas são simples, limitadas em número e sua distribuição é quase totalmente condicionada por fatores sociais”. Nesse sentido, “as

24 Do original, em espanhol: “(...) no todas las partes de la oración tienen la obligación de denominar; algunas indican, señalan, tienen capacidad deíctica y no necesitan de lo simbólico para significar. Entre estos signos encontramos los pronombres, que se inscriben en el así llamado *campo mostrativo* del lenguaje. Este campo se distingue del *campo simbólico*, en el que se inscriben signos lingüísticos que tienen una función básicamente representativa y en consecuencia se los usa para denominar. Los pronombres (...) se inscriben pues, en el campo deíctico, sector particular de la lengua conformado por signos cuyo significado está constituido por la posibilidad de indicar”. Tradução nossa.

25 Do original, em espanhol: “formas lingüísticas con capacidad deíctica hacia las personas del discurso” (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 75). Tradução nossa.

26 Do original, em espanhol: “son deícticos, sin duda, pero son además, deícticos sociales” (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 76). Tradução nossa.

formas de tratamento representam o ponto fundamental, mais claramente, da sociolinguística: o contexto social é uma influência importante na linguagem e em seu uso²⁷.

As subseções a seguir apresentam os resultados. O valor de aplicação é *Tu*.

3.2.1 Gênero do emissor

Um dos fatores extralinguísticos selecionados foi o gênero do emissor. A hipótese testada é a de que a seleção de variantes que têm mais prestígio social tem forte relação com falantes do gênero feminino (ROMAINE, 1994). A mulher tenderia a usar formas de maior prestígio, nesse caso, *Vós*, ao passo que os homens dariam preferência para as formas de *Tu*. Vejamos a tabela que segue:

Gênero do emissor	Tu	Vós	P.R.
Masculino	35 – 28%	91 – 72%	.72
Feminino	25 – 26%	72 – 74%	.22

Tabela 3. Formas de tratamento em função do gênero do emissor.

Através da análise dos valores percentuais, constatamos que tanto os homens (16) quanto as mulheres (17) utilizam mais frequentemente a forma *Vós*, com 72% e 74% das ocorrências, respectivamente, como mostram os seguintes exemplos:

- (16) Que quereis, minha mulher? (Pero Marquez – Inês Pereira)
(17) Como estais, Inês Pereira? (Lianor Vaz – Inês Pereira)

No entanto, os valores referentes aos pesos relativos corroboram com a nossa hipótese. Constatamos, assim, que quando o emissor é um homem, a forma *Tu* é favorecida (.72); o gênero feminino, por sua vez, favorece a utilização da forma *Vós*.

Consoante Lopes e Machado (2005, p. 55), “o comportamento diferenciado quanto ao gênero parece estar correlacionado ao papel social da mulher na sociedade da época”. No começo do século XVI, o comportamento social feminino aponta para um desejo de ascensão social (SARAIVA, 1993), fato

27 Do original, em inglês: “the linguistic forms involved are simple, limited in number and their distribution is almost totally directed by social factors. Address forms make the fundamental point in sociolinguistics clearly: social context is an important influence on language and language use”. Tradução nossa.

que pode ser evidenciado pela preferência por estratégias de maior prestígio, marcadas pelo conteúdo de formalidade, o que marca ativamente uma diferenciação em relação à forma preferida pelos homens, que tende mais para o plano da intimidade, como um marcador de solidariedade de grupo.

Como estamos lidando com um fenômeno linguístico que reflete diretamente a figura do interlocutor, vale a pena, de modo a obtermos mais informações a respeito do fator acima analisado, visualizarmos a utilização das formas de tratamento em função tanto do gênero do emissor quanto do destinatário²⁸. Vejamos o que nos diz a tabela abaixo:

Gênero do emissor	Gênero do destinatário			
	Feminino		Masculino	
	Tu	Vós	Tu	Vós
Feminino	24 - 47%	27 - 53%	1 - 2%	45 - 98%
Masculino	1 - 1%	77 - 99%	34 - 71%	14 - 29%

Tabela 4. Formas de tratamento em função dos gêneros do emissor e do destinatário.

Através da tabela acima apresentada, observamos que quando uma mulher se dirige tanto a homens (98%) quanto a mulheres (53%), a forma predominante é *Vós*. Por outro lado, tal comportamento não se verifica com personagens do gênero masculino. Estes, ao se dirigirem a uma mulher, utilizam mais a forma *Vós* (99%), ao passo que, quando se dirigem a outros homens, predomina o *Tu* (71%).

Esses resultados nos ajudam a entender melhor essa questão. Como demonstrado, a forma *Vós* parece ser favorecida pela figura da mulher (emissor). Ademais, parece ser também a forma preferida para se tratar a uma mulher. Nesse momento, podemos pensar que, além de utilizarem as formas de mais prestígio dentre a série de tratamentos disponível para a classe social em questão, a figura feminina também é vista com um certo distanciamento, o que confirma a questão colocada por Luz (1958) sobre o tratamento cortês dado à mulher durante a Idade Média.

²⁸ O fator 'Gênero do destinatário' não apresentou significância estatística. Optamos, assim, por realizar um cruzamento de dados, possibilitado pela ferramenta "Cross Tabulation" do programa computacional, entre os gêneros do emissor e destinatário.

3.2.2 Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores

Uma vez que estamos abordando relações sociais entre os personagens da peça, antes de introduzir o fator selecionado, vale a pena observarmos como as formas de tratamento se distribuem em função dos eixos hierárquicos sociais:

Relação social	Tu	Vós
Assimétrica ascendente	-	36 - 100%
Assimétrica descendente	44 - 66%	23 - 34%
Simétrica	16 - 13%	104 - 87%

Tabela 5. Formas de tratamento em função das relações hierárquicas sociais.

Podemos constatar, pela leitura da tabela acima, que os resultados obtidos nas relações assimétricas ascendentes (inferior – superior) e assimétricas descendentes (superior – inferior) atuam conforme o previsto, com predomínio das formas *Vós* (100%) e *Tu* (66%), respectivamente. Chama a atenção, no entanto, uma taxa significativa (34%) dos dados de utilização da forma de cortesia nas relações dirigidas a postos inferiores na hierarquia social. Reservaremos a análise desses dados para um momento posterior, em que detectaremos em que tipo de relação interpessoal estabelecida esses dados ocorrem. Por ora, concentremos nossa atenção apenas nos resultados gerais.

Quanto às relações simétricas (entre membros de um mesmo grupo social), também, conforme esperado, encontramos a presença das duas formas de tratamento: *Tu* (13%) e *Vós* (87%). Como descrito por Brown e Gilman (1960), esse tipo de relação social apresenta duas subdivisões: a) [+ íntima, + solidária, - distante] e b) [- íntima, - solidária, + distante]. Através de um cruzamento de dados com o fator ‘Natureza da relação’, obtivemos os resultados a seguir:

Relação simétrica	Tu	Vós
mais solidária	16 - 76%	5 - 24%
menos solidária	-	99 - 100%

Tabela 6. Formas de tratamento em função da natureza das relações simétricas.

Os resultados acima também confirmam nossas hipóteses, de que a forma mais cortês *Vós* seria mais facilmente encontrada em relações menos solidárias (100%), ao passo que a forma *Tu* estaria reservada para as relações de maior intimidade (76%).

Em poucas palavras, retomemos o questionamento acima feito e coloquemos uma pergunta a ser respondida posteriormente: Como explicar os 34% de *Vós* nas relações assimétricas descendentes e os 24% nas relações simétricas mais solidárias? Como sabemos, tais relações tendem para o campo da subordinação social e intimidade, respectivamente. Estaríamos diante de variantes de *Tu*? Em busca dessas respostas, procederemos, agora, à análise do fator selecionado pela regra variável, na tentativa de elucidar essas questões.

No tocante às relações interpessoais estabelecidas entre os interlocutores, temos os seguintes resultados:

Relação interpessoal estabelecida	Tu	Vós	P.R.
mãe – filha	17 - 85%	3 - 15%	.80
filha – mãe	-	6 - 100%	-
irmão – irmã	-	4 - 100%	-
sobrinha – tia	-	2 - 100%	-
tia – sobrinha	5 - 25%	15 - 75%	.19
nora – genro	-	2 - 100%	-
futura nora – futuro genro	-	2 - 100%	-
mulher – marido	-	23 - 100%	-
marido – mulher	-	32 - 100%	-
entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]	-	24 - 100%	-
entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]	-	5 - 100%	-
entre amantes	-	6 - 100%	-
entre amigos	16 - 94%	1 - 6%	.73
súdito – nobre	-	28 - 100%	-
nobre – súdito	22 - 82%	5 - 18%	.36
casamenteira – cliente	-	4 - 100%	-
cliente – casamenteira	-	1 - 100%	-

Tabela 7. Formas de tratamento em função das relações interpessoais estabelecidas entre os interlocutores.

A tabela acima começa a esclarecer algumas questões. Podemos observar, a partir de sua leitura, que o uso da forma mais cortês de tratamento, nas relações assimétricas descendentes, localiza-se nas trocas interativas entre mãe – filha,

tia – sobrinha e nobre – súdito. Nas relações simétricas mais solidárias, esse uso se restringe às relações entre amigos.

Para a análise desses tipos de relações entre os personagens, partimos da hipótese elaborada a partir de Domingos (2000) e Luz (1958), de que relações entre pai/mãe – filho, nobre – súdito, amigos íntimos e outras relações familiares que sigam o esquema pai – filho favoreceriam o emprego da forma *Tu*. Por outro lado, a forma *Vós* seria mais facilmente evidenciada em relações entre filho – pai/mãe, marido – mulher, irmãos, súdito – nobre, outras relações familiares que sigam o esquema filho – pai, amigos distantes e relações profissionais.

Através da leitura da tabela, podemos ver que nossa hipótese se confirma em grande parte dos casos. As relações entre mãe – filha (18), nobre – súdito (19) e entre amigos (20) apresentam maior predomínio da forma *Tu*, com 85%, 82% e 94% das ocorrências, respectivamente, como mostram os exemplos abaixo:

- (18) Não te apresses tu, Inês. (Mãe – Inês: mãe – filha)
- (19) Tu hás-de ficar aqui. (Escudeiro – Moço: nobre – súdito)
- (20) Leixa-me falar. Ou falas tu? (Latão – Vidal: entre amigos)

As duas primeiras relações exemplificadas, por constituírem uma relação assimétrica descendente (superior – inferior) apresentam um uso tratamental distinto da terceira relação que se configura como simétrica mais solidária. O primeiro uso revela o que Cintra (1972) descreve como *Tu* depreciativo, em relações em que a hierarquia de poder está envolvida, como uma marca de inferioridade. Já o segundo retrata, para o mesmo autor, o campo da intimidade, demonstrando um trato mais solidário.

Nas relações entre irmão – irmã (21), sobrinha – tia (22), marido / pretendente – mulher / pretendente (23), entre amantes (24), súdito – nobre (25), e relações profissionais (casamenteira – cliente) (26), nossa hipótese também foi confirmada, sendo a forma *Vós* categórica em todas essas relações. Vejamos os exemplos a seguir:

- (21) Esforçai o coração. (Irmão de Inês – Inês: entre irmãos)
- (22) Isso me haveis de dizer? (Inês – Lianor Vaz: sobrinha – tia)
- (23) Contai uma história, marido. (Inês – Pero Marquez: entre marido e mulher)
- (24) Que bem sabeis vós pedir! (Inês – Ermitão: entre amantes)
- (25) Vós sempre zombais assi. (Moço – Escudeiro: súdito – nobre)
- (26) Abraçai Inês Pereira. (Lianor Vaz – Pero Marquez: casamenteira – cliente)

No entanto, em algumas relações, nossa hipótese não pôde ser confirmada. Ao observarmos os valores percentuais, apenas três relações diferem do esperado, a saber: (i) tia – sobrinha (27), (ii) nora – genro (28) e (iii) futura nora – futuro genro. Em princípio, por serem relações que envolvem uma hierarquia etária, esperávamos encontrar uma maior ocorrência da forma *Tu*. O que se observa, no entanto, é que a forma *Vós* se apresenta como a estratégia mais produtiva, com 75% dos dados na primeira relação e 100% nas demais. Observemos os exemplos:

(27) Dai isso por esquecido. (Lianor Vaz – Inês: tia – sobrinha)

(28) Que amado sejais no céu. (Mãe – Escudeiro: nora – genro)

Se adotarmos a leitura de que a forma *Vós* opera no campo da cortesia em relações mais distantes, talvez não resultasse difícil compreender o porquê do tratamento mais cortês nas relações entre a nora / futura nora e o genro / futuro genro. Como os personagens de Inês e os maridos – Escudeiro e Pero Marquez – se conhecem e se casam em seguida, é provável que a relação estabelecida entre os esposos e a mãe de sua mulher seja realmente marcada pelo distanciamento. É interessante observar que não há variação se considerarmos os diálogos antes e após o casamento, o que nos leva a crer que essa é realmente a estratégia preferida para esse tipo de relação.

O mesmo não acontece entre Lianor Vaz e Inês. Se a forma *Vós* fosse categórica, como nas relações anteriormente descritas, não teríamos dúvida de que o distanciamento reclamaria uma forma mais cortês. Ainda que essa seja a preferida (75%), podemos encontrar 25%, que correspondem a 5 dados, de ocorrências da forma *Tu*. Que tipo de relação há entre essas personagens? O que prevalece nessa interação: a intimidade ou o distanciamento?

Essa dúvida também é reforçada pela análise da regra variável. Como dito na seção da metodologia, os dados categóricos foram retirados da análise. Assim, temos os valores de peso relativo: (i) mãe – filha (.80), (ii) entre amigos (.73), (iii) tia – sobrinha (.19) e, por fim, (iv) nobre – súdito (.36). Os valores do peso relativo confirmam os resultados percentuais nas relações (i), (ii) e (iii). Nas duas primeiras relações, a forma *Tu* é favorecida, como já se esperava, levando-se em consideração nossas hipóteses de trabalho. Na relação entre tia – sobrinha, a forma *Vós* é, “misteriosamente”, favorecida. Entretanto, na relação entre nobre – súdito, o valor do peso relativo difere do valor bruto. Observamos, assim, que esse tipo de relação favorece a forma mais cortês *Vós*. O que explicariam esses resultados?

Se observarmos o cruzamento de dados feito a partir dessas relações e o gênero do emissor, algumas pistas para o entendimento do sistema de tratamentos começam a aparecer:

Gênero do emissor	Relação: nobre - súdito	
	Tu	Vós
Masculino	21 - 91%	2 - 9%
Feminino	1 - 25%	3 - 75%

Tabela 8. Formas de tratamento em função do gênero do emissor nas relações entre nobre – súdito.

Constatamos, assim, que o uso mais significativo da forma *Vós* nesse tipo de relação advém do gênero feminino, com 75% das ocorrências. O que levaria uma mulher a tratar alguém hierarquicamente inferior por uma forma cortês? Haveria algum tipo de motivação para esse uso?

Como visto, a análise sociolinguística nos mostra que a forma *Vós* passa a ocupar domínios em que a forma *Tu* era categórica. Verifica-se, assim, um caso de variação de formas. Cabe-nos, no entanto, a pergunta: qual é a natureza da variação? Poderíamos atribuir o mesmo valor de verdade às formas *Tu* e *Vós*? Como explicar esses usos?

Na busca dessas respostas, é hora de partir para uma análise de cunho pragmático. Em síntese, procuraremos responder às seguintes questões:

- (i) Como explicar o uso de *Vós* nas relações entre mãe – filha e entre amigos?
- (ii) O que nos dizem os dados de *Vós* nas relações entre nobre – súdito?
- (iii) Por que haveria predomínio da forma *Vós* na relação tia – sobrinha?

3.3 Pormenorizando a questão: a abordagem pragmática

Faz-se necessário deixar claro que, ao adotarmos uma perspectiva pragmática para a análise dos dados, estamos ressaltando a importância de entender a *língua em uso* e o *efeito* que o uso de determinadas formas linguísticas pode ter em uma determinada situação comunicativa.

Partimos, assim, de uma nova leitura para as formas de tratamento (BROWN e LEVINSON, 1987; MARCOTULIO, 2010) e passamos a vê-las não somente como formas que são utilizadas para fazer referência ao interlocutor; funcionam, também, como estratégias de atenuação da imposição dos atos de

linguagem, trabalhando a favor da preservação das faces e, conseqüentemente, da harmonia do processo interativo. Em outras palavras, são recursos da polidez linguística.

3.3.1 *Uso de Vós nas relações assimétricas descendentes*

3.3.1.1 *A relação <mãe – filha>*

Na peça analisada, podemos observar que a relação estabelecida entre a Mãe e Inês é bastante próxima. Prova disso é a maior utilização de formas *Tu*, que além de sinalizar diferença hierárquica, também atua como uma estratégia do campo da intimidade:

(29) Casa, filha, muit' embora.

No decorrer da peça, a Mãe, vendo que Inês estava insatisfeita de ficar em casa todo o dia costurando, incentiva-a a conseguir um casamento. Na sociedade portuguesa do século XVI, conforme aponta Saraiva (1993), o casamento era visto como um negócio, capaz de render bons frutos para as famílias dos pretendentes. Nessa negociação, os requisitos analisados eram, entre outros, a condição social do pretendente, sua origem e suas riquezas em dinheiro e em terras.

Como Inês estava interessada em mudar sua condição de vida, decide escolher o Escudeiro como primeiro marido, pois, além de considerá-lo educado e inteligente, também era detentor de um pequeno lote de terra²⁹. Depois de realizado o casamento, a Mãe dirige-se para Inês e diz:

(30) Ficai com Deus, filha minha. Não virei cá tão asinha. A minha bênção hajais. Esta casa em que ficais vos dou, e vou-me à casinha.

A mudança no tratamento, que passa a ser mais cortês, pode ser explicada levando-se em consideração a mudança de papel social pela qual passa Inês. Antes, era sua filha em busca de um marido que pudesse dar-lhe mais alegrias; agora, esposa de um Escudeiro rico, detentor de posses que poderia, até mesmo, ajudá-la financeiramente. Através dessa reorganização estrutural, o par <Mãe – Inês> deixa de constituir uma relação assimétrica descendente.

²⁹ Na verdade, o Escudeiro não detinha posses, mas presumia tê-las. A situação estabelecida era de tentar enganar Inês para que pudesse conseguir o casamento.

Não podemos precisar ao certo se a conversão se direciona para uma relação oposta (assimétrica ascendente), mas, no mínimo, podemos cogitar a hipótese, mais segura a nosso ver, de que estaríamos diante de uma relação simétrica. Ainda que existisse intimidade entre os interlocutores, com a mudança do papel social, mudam também as expectativas em relação ao novo posto na sociedade.

O exemplo acima apresentado com a utilização de formas *Vós* constitui um ato de linguagem com valor ilocucionário³⁰ de desejo / oferecimento. Quando proferimos um desejo ou oferecimento a alguém, não sabemos, ao certo, se o nosso interlocutor os aceita. Se realizarmos o ato sem nenhum tipo de mitigação, talvez haja um ataque às faces dos participantes e a interação não será considerada exitosa. Tais atos de linguagem são caracterizados por adentrar o território do outro, afetando sua liberdade de ação, ameaçando, assim, a face negativa do interlocutor. De modo a suavizar a imposição desse ato e garantir que o processo interativo aconteça em harmonia, utiliza-se uma estratégia de tratamento mais cortês (*Vós*) como uma estratégia de polidez negativa.

3.3.1.2 *A relação <tia – sobrinha>*

Os diálogos entre as personagens de Lianor Vaz e Inês acontecem em dois momentos da peça. Como aquela era alcoviteira, traz, num primeiro momento, a notícia de que havia um homem interessado em Inês, mas esse casamento não acontece. Já no final da peça, após Inês ter conseguido se livrar do primeiro marido (Escudeiro), Lianor Vaz novamente tenta fazer o enlace amoroso, conseguindo êxito na segunda tentativa.

Na ocasião da chegada da carta do pretendente, no começo da peça, podemos ler:

(31) E sabedes vós ler? Lede a carta sem dó.

Observamos a utilização da estratégia cortês de tratamento. Como dito na seção de metodologia, optamos por chamar a relação entre Lianor Vaz e Inês de uma relação <tia – sobrinha>. Por falta de melhor classificação, entendemos, através da caracterização dos personagens, que a relação que Lianor Vaz tinha com a mãe de Inês era de longa data. Além de vizinhas, eram também amigas.

30 Para a noção de ato de linguagem, partimos da concepção de que os atos podem ser divididos em três categorias: a) *locucionários* (atos de “dizer qualquer coisa”); b) *ilocucionários* (atos efetuados ao “dizer qualquer coisa”); e c) *perlocucionários* (atos efetuados “pelo fato de dizer qualquer coisa”) (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004).

Uma vez que a faixa etária de Lianor Vaz parecia igualar-se com a da Mãe, decidimos classificar essa relação como assimétrica descendente. Nesse sentido, a forma de tratamento esperada seria a estratégia *Tu*.

Não sabemos dizer se essa decisão foi acertada, já que a forma de tratamento, em virtude dos valores percentuais e de peso relativo, que parece ser a estratégia predominante é realmente o *Vós*. Talvez esse seja um caso particular demais para encontrarmos explicação; ou até mesmo que, ainda que fosse amiga da mãe de Inês, a relação com a filha de sua amiga se desse através do maior distanciamento.

Com base nos resultados obtidos, somos levados a acreditar que a forma *Vós* configura-se como o uso esperado para essa relação (75%). Por que haveria, então, a utilização da estratégia de intimidade (25%)? Se entendermos o emprego de *Tu* como estratégia alternante, podemos buscar motivações pragmáticas que justifiquem seu uso. Vejamos a passagem a seguir, que retrata um pedido de Lianor Vaz a Inês para que esta se renda aos braços de Pero Marquez:

(32) Casa, filha, que te preste, Não percas a ocasião. Queres casar a prazer no tempo d'agora, Inês? Antes casa, em que te pês, Que não é tempo d'escolher.

Essa passagem nos serve para observarmos o porquê da utilização de *Tu*. A alcoviteira faz um pedido para Inês; no entanto, esse pedido é feito na forma de um ato de linguagem com valor ilocucionário de conselho, para que Inês não perca a oportunidade.

Todo ser humano constrói uma imagem de si e é esta a maneira pela qual quer ser visto pela sociedade. Todos os sentimentos, valores, costumes e atitudes que sustentamos compõem a nossa face positiva. Quando um interlocutor recebe um conselho de alguém, de certa forma, o conselho seria uma estratégia de mostrar que a linha de conduta adotada pode ser outra e que, talvez, outras atitudes podem oferecer melhores resultados. Assim, um ato de linguagem com valor de conselho funciona como um ato ameaçador à face positiva do interlocutor. De modo a mitigar essa imposição, segundo Brown e Levinson (1987), pode-se optar, desde que o objetivo seja resguardar as faces envolvidas na interação, por uma estratégia mais íntima, como marca de solidariedade, mostrando pertencimento ao mesmo grupo social. Justifica-se, pois, a utilização da forma *Tu* como uma estratégia de polidez positiva.

3.3.1.3 A relação <nobre – súdito>

Nas ocasiões em que os nobres se dirigem aos súditos, há claramente uma hierarquia de poder, o que faz com que classifiquemos essa relação como assimétrica descendente. Como uso esperado para essas relações, temos a forma *Tu*. Cabe-nos, aqui, tentar entender os contextos em que a estratégia mais cortês foi utilizada.

Como observado na tabela 8, o uso configurado como forma alternante (*Vós*) parece ser mais produtivo quando produzido por mulheres. Todos esses dados advêm da relação Inês – Moço. O personagem masculino era criado do Escudeiro, primeiro marido de Inês. Após casar com a moça, o Escudeiro revela toda a verdade, e se mostra como um homem falido e extremamente arrogante, obrigando Inês a viver presa em casa, como em um verdadeiro cativo. Em uma de suas viagens de batalhas, o Escudeiro ordena que o Moço tome conta de Inês. Passados três meses, chega uma carta para Inês, enviada por seu irmão, na qual Inês é informada sobre a morte de seu marido. Ao chegar com a correspondência em casa, Inês diz ao Moço:

(33) Mostrai cá, meu guarda-mor.

A forma de tratamento, que antes do casamento era *Tu* passa a ser *Vós*. Parece-nos que, igualmente ao caso da relação entre Inês e sua mãe, aqui também há modificações nos papéis sociais dos personagens. O Moço, como criado de seu marido, conseqüentemente passava a ser criado de Inês também, numa relação de servidão e obediência. Entretanto, na situação descrita, é ele quem detém o poder, ou seja, as chaves da casa em que está encarcerada:

(34) Dai-me vós cá essa chave (Inês – Moço).

Como os papéis se invertem, agora é Inês quem se encontra em uma posição de subordinação ao Moço, devendo-lhe respeito. Os dois atos de linguagem apresentados nos exemplos (33) e (34) constituem exemplos de pedidos/ordens. Tais atos ameaçam a face negativa do interlocutor, uma vez que seu território e liberdade de ação estão em jogo. Dessa forma, a utilização de uma estratégia mais cortês contribui para a mitigação da imposição do ato ameaçador à face, configurando-se um exemplo de polidez negativa, como sinal de respeito e deferência.

Os dados com a forma cortês produzidos por um emissor do gênero masculino são da relação Escudeiro – Moço. Antes de conhecer Inês, a pedido dos judeus casamenteiros, o Escudeiro combina com seu súdito uma determinada cena para parecer que possui dinheiro e terras. Na cena acordada, o principal objetivo era fazer com que o Escudeiro parecesse ser o homem mais interessante da região. Ao entrar na casa de Inês, o Escudeiro começa a enumerar suas qualidades e em um determinado momento, temos:

- (35) Escudeiro: Moço, que estais lá olhando?
 Moço: Que manda Vossa Mercê?
 Escudeiro: Que venhais cá.
 Moço: Pera quê?
 Escudeiro: Por que faças o que eu mando!
 Moço: Logo vou.

Em toda a peça, é clara a relação de subordinação do Moço ao Escudeiro, o que garante que aquele seja tratado por *Tu*. No diálogo acima apresentado, vemos que, por fazer parte da encenação previamente combinada, o Moço recebe uma forma de tratamento mais cortês (*Vós*). Talvez, naquele momento, fosse interessante mostrar a Inês que o tratamento entre seu pretendente e seu criado era mais respeitoso do que o habitual. Em resposta ao *Vós*, o Moço utiliza uma estratégia ainda mais formal, a forma nominal de tratamento *Vossa Mercê*³¹.

Entretanto, os dois personagens não conseguem sustentar a cena armada e ao ser questionado sobre uma ordem, que nesse contexto assume uma roupagem de “pedido”, o Escudeiro muda bruscamente o tom e volta ao tratamento original *Tu*, deixando entremostar quem realmente tem poder.

Diante das máscaras adotadas, entendemos que a utilização da forma *Vós* na relação Escudeiro – Moço remarca o papel social do súdito, como um membro digno de respeito e cortesia. A forma de tratamento cortês, aqui considerada como estratégia alternante, funciona, assim, como uma estratégia de polidez por parte do nobre para incluir o criado em seu mesmo grupo social, sendo merecedor de um tratamento igual.

31 Ainda que as estratégias nominais que levam o verbo à terceira pessoa não sejam o foco do trabalho, nesse momento, sentimos a necessidade de introduzi-la na explicação de modo a esclarecer a cena comunicativa em questão. Segundo Cintra (1972, p. 56), “quanto a *Vossa Mercê*, encontramos-la, em Gil Vicente, alternando com *Vós*, (...), mas usado com certa parcimônia, sempre que um personagem deseja mostrar-se particularmente cortês para com outro pertencente àquilo que poderemos considerar a pequena burguesia das grandes cidades”.

3.3.2 *Uso de Vós nas relações simétricas solidárias <entre amigos>*

Dentre os usos de *Vós* em relações simétricas mais solidárias, teríamos de explicar cinco ocorrências. No entanto, quatro delas pertencem à relação entre o irmão de Inês e Inês. Como descrito por Luz (1958), esse era realmente o tratamento esperado nesse tipo de relação; assim, resta-nos observar uma ocorrência que acontece entre as amigas Lianor Vaz – Mãe.

As relações mais solidárias são marcadas pelo emprego da estratégia de mais intimidade, *Tu*. É exatamente esse uso que predomina na relação das amigas. No entanto, no início da peça, ao adentrar a casa de Inês, Lianor Vaz chega esbaforida, contando o que acabara de suceder: no caminho, fora abordada sexualmente por um clérigo. O diálogo entre as amigas deixa-nos entender que, ainda que estivesse correndo risco, Lianor Vaz não estava descontente pela situação, uma vez que era solteira e não conseguia nenhum pretendente.

Em determinado momento da conversa, preocupada com a amiga, a Mãe diz:

(36) Vistes vós tamanho mal?

O ato de linguagem proferido pela Mãe apresenta uma força ilocucionária de repreensão, como se estivesse chamando sua atenção por não ter fugido imediatamente do religioso. A forma mais cortês de tratamento funciona, assim, como uma estratégia a favor da polidez positiva, já que o que está em foco, aqui, são os atributos morais e as atitudes do interlocutor. Além disso, quando queremos chamar a atenção de alguém, geralmente elevamos a pessoa a uma categoria social superior, de modo a atribuir-lhe mais responsabilidade por seus atos.

3.4 **Sistematizando os resultados**

Procuramos demonstrar, através da análise de base laboviana, a variação existente entre as formas *Tu* e *Vós*. Ao identificarmos as variáveis favorecedoras da variação, ficou evidente que esta é altamente dependente de fatores sociais.

No tocante à análise de regra variável, os fatores (i) gênero do emissor e (ii) relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores foram selecionados como estatisticamente relevantes. No primeiro grupo, personagens masculinos favorecem a forma *Tu*, ao passo que a forma *Vós* é favorecida pelas mulheres. Já no que se refere às relações interpessoais, constatamos que a forma *Tu* é

favorecida pelas relações entre amigos e mãe – filha; a forma *Vós*, por sua vez, é favorecida pelas relações nobre – súdito e tia – sobrinha.

A análise qualitativa de cunho pragmático nos mostrou que os usos não esperados para as relações que apresentavam variação, que chamamos de formas alternantes, estavam condicionados por fatores de natureza pragmática, de modo a manter intacta a face dos participantes da interação.

De uma forma geral, confirmamos os resultados encontrados por Luz (1958), Cintra (1972), Faraco (1996) e Domingos (2000), que assim podem ser sistematizados, em função das relações hierárquicas sociais:

Relação social	Forma de tratamento
Assimétrica ascendente	Vós
Assimétrica descendente	Tu
Simétrica mais solidária	Tu
Simétrica menos solidária	Vós

Quadro 4. Sistematização dos resultados.

A forma *Vós* carregava ainda uma carga semântica de cortesia e distanciamento, original do latim, evidenciado nas relações assimétricas ascendentes e simétricas menos solidárias. Já se encontrava também em outros tipos de relação – assimétricas descendentes e simétricas solidárias – ao lado da forma *Tu*, mas com um uso motivado pragmaticamente, não sendo, ainda, uma ‘variante perfeita’ de *Tu*. Esse resultado só nos foi possível graças ao arcabouço teórico da pragmática.

Em suma, a análise sociolinguística nos mostra que a forma *Vós* coexiste, em algumas relações, com a forma *Tu*, o que evidencia seu processo de dessemantização. Porém, somente a abordagem pragmática é capaz de mostrar que esse *Vós* ainda se encontra em um primeiro estágio, não podendo, portanto, ser considerada ‘variante perfeita’ de *Tu*.

Conclusão

A peça de Gil Vicente ‘Farsa de Inês Pereira’ se mostrou de grande valia para o estudo em questão. Através da interação e da produção linguística dos personagens, acreditamos que conseguimos capturar não a realidade, mas uma leitura do que pode ter sido a sociedade portuguesa do início dos Quinhentos.

Em função dos limites do nosso *corpus*, não podemos fazer generalizações. A partir dos nossos dados, podemos dizer que os resultados encontrados nos

fornecem elementos que apontam para a viabilidade de nossa hipótese central. De uma forma geral, a forma *Vós*, sendo usada preferencialmente nas relações simétricas menos solidárias e nas relações assimétricas ascendentes, permite entremostrear um caráter de respeito e cortesia herdado da forma original latina *Vos*. Ainda que haja concorrentes, como as estratégias nominais de 3ª pessoa, ao menos nas classes sociais intermediárias e mais baixas, o *Vós* parece ser a forma preferida para expressar cortesia. Por outro lado, a forma *Tu* fica reservada para o campo da intimidade, em relações assimétricas descendentes e simétricas mais solidárias.

Como dito, qualquer tipo de generalização seria infundada em função do pequeno número de dados. Entretanto, podemos pensar que a forma *Vós*, ao percorrer o trajeto de perda de conteúdo semântico de distanciamento, respeito e cortesia, vai se tornando, aos poucos, variante de *Tu*, ainda que haja diferenças pragmáticas em relação ao uso das formas. A forma *Tu*, assim, fica relegada para algumas relações da intimidade e para as relações assimétricas descendentes.

Com a entrada das formas de tratamento nominais no sistema, consideradas as mais cortesias, a forma *Vós* se encontra ‘deslocada’, já que não consegue mais sustentar uma alta carga de deferência e nem ser uma variante de *Tu* no plano da intimidade. Talvez por isso, nos séculos seguintes, seu uso tenha sido cada vez menor, tornando-se um traço arcaizante no século XVIII.

Referências bibliográficas

- BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERTOLOTI, V.; MASELLO, L. Estudios contrastivos: fórmulas y formas de tratamiento en español y en portugués. In.: MASELLO, L. (org.). *Español como lengua extranjera. Aspectos descriptivos y metodológicos*. Montevideo: Facultad de Humanidades, 2002, p. 73-94.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In.: SEBOK, T.A. (ed.). *Style in Language*. Massachusetts: Ed. MIT Press, 1960, p. 253-276.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

- CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre <<Formas de Tratamento>> na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. *Pronomes de tratamento do português do século XVI – uma gramática de uso*. São Paulo: Annablume; Rondônia: Unir, 2000.
- ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2002.
- FARACO, C. A. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 13, 1996, p. 51-82.
- FASOLD, Ralph. *Sociolinguistics of language*. Cambridge: Blackwell, 1990.
- GOFFMAN, Erving. A Elaboração da face - Uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In.: LOBO, T. et al (orgs.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, volume VI, 2006, p. 505-530.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LAVANDERA, Beatriz. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- LOPES, Célia R. dos S. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In.: LOPES, C.; CIAPUSCIO, G.; KAISER, D.; JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert / Biblioteca Ibero-americana, 2006, p. 187-214.
- LOPES, Célia R. dos S.; CAVALCANTE, Silvia. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Lingüística*. Madrid, v. 25, 2011, pp.30-65.
- LOPES, Célia R. dos S.; MACHADO, Ana Carolina M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas das avós. In.: LOPES, C. (org.). *Norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005, p. 45-66.

- LUCCA, N. N. G. *A variação tu/você na fala brasiliense*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- LUZ, Marilina. Fórmulas de tratamento no português arcaico – subsídios para o seu estudo. *Separata da Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Ed. Casa do Castelo, vols. VII, VIII e IX. 1958.
- MACHADO, A. C. M. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARCOTULIO, Leonardo L. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.
- MARCOTULIO, L. L. *Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. 2012. 252f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOTA, Maria Alice. *A variação dos pronomes TU e VOCÊ no português oral de São João da Ponte (MG)*. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PRETI, Dino. Papéis sociais e formas de tratamento em A Ilustre Casa de Ramires, de Eça de Queiroz. In.: BERRINI, B. (org.). *A Ilustre Casa de Ramires – Cem anos*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 85-109.
- ROMAINE, Suzanne. *Language in society*. An introduction to sociolinguistics. New York: Oxford University Press, 1994.
- RUMEU, M. C. de B. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 250f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RUMEU, Márcia C. de B. *Língua e Sociedade: a história do pronome “Você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.
- SARAIVA, José Herculano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1993.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. Austin-London: University of Texas Press, 1968.

Recebido em 2 de julho de 2014.

Aceito em 21 de agosto de 2014.

CONSTRUÇÕES CONCESSIVAS INTENSIVAS

Ivo da Costa do Rosário
Universidade Federal Fluminense
rosario.ivo2@gmail.com

RESUMO:

Este artigo apresenta uma investigação científica acerca das construções concessivas intensivas na atual sincronia da língua portuguesa. Essas construções não são ainda devidamente registradas e analisadas pelas gramáticas do português mais utilizadas no Brasil, apesar de demonstrarem expressiva produtividade. A base teórica que sustenta este estudo é a Linguística Funcional Centrada no Uso. Os dados são coletados de discursos políticos proferidos por deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no ano de 2009. Os resultados atestam a emergência de construções especiais para novas funções comunicativas na língua.

PALAVRAS-CHAVE: gramática; construções; concessividade; intensidade

ABSTRACT:

This article presents a scientific investigation about the intensive concessive constructions in the current Portuguese synchrony. These constructions are not yet properly recorded and analyzed by the most used Portuguese grammars in Brazil, despite its significant productivity. The theoretical basis that supports this study is the Functional Use-Centered Linguistics. The data are collected from political speeches uttered by members of the Legislative Assembly of Rio de Janeiro in 2009. The results show the emergence of special constructions for new communicative functions in language.

KEYWORDS: grammar; constructions; concessivity; intensity

Introdução

A noção de concessividade apresenta-se como um assunto ainda muito latente, principalmente no bojo das pesquisas que lidam com as teorias discursivas. Aliás, para sermos mais precisos, de acordo com Salgado (2006, p. 1), “a concessão vem sendo estudada desde a Antiguidade”. Em consequência desse esforço, muitos trabalhos têm sido produzidos sobre esse assunto.

Por outro lado, suspeitamos que esse tema ainda careça de um estudo em profundidade em língua portuguesa, afinal esse é um processo argumentativo por excelência, utilizado por todos (cf. GOUVÊA, 2002, p. 10), especialmente em contextos de maior formalidade. Ademais, construções concessivas apresentam-se na língua de maneira bastante diversificada, com vários matizes distintos.

Assumimos a hipótese de que as construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico. Essa instabilidade, por sua vez, faz com que as suas propriedades semântico-pragmáticas e funcionais ainda estejam se delineando na língua portuguesa.

Sem dúvida, a concessividade é uma noção complexa e exhibe propriedades bastante singulares. Assim, focalizamos o estudo da concessividade dentro do âmbito das relações sintáticas, pragmáticas, funcionais e discursivas, e não só no espectro semântico, como tem sido feito por grande parte dos autores de gramáticas do português.

Dentro desse grande universo da concessividade, apresentamos neste artigo algumas considerações acerca das chamadas *construções concessivas intensivas*, especialmente pelo fato de não receberem ainda um tratamento mais pormenorizado nas gramáticas da língua portuguesa. Para fins ilustrativos, vejamos uma ocorrência dessa construção:

(01) [**Por mais que eu canse** aqui, de defender a família– acho o fator mais importante em uma sociedade – e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável para que o ciclo da nova vida chegada ao lar tenha um bom início], certamente, sob a visão realista de um empregador, serão preteridas as mulheres em favor dos homens. – 31/03/2009

“*Por mais que eu canse...*” é uma instanciamento da construção concessiva intensiva, objeto de investigação deste artigo. Nessa ocorrência, constatamos o uso de uma estratégia de concessividade pouco abonada pelas obras de referência do português. Essa construção traz como especificidade maior a ideia

de intensidade amalgamada à de concessividade. Uma paráfrase aproximada do termo em destaque seria “*Embora eu me canse muito...*” ou “*Ainda que eu muito me canse...*”.

Na seção 1, discutiremos o que significa o termo *concessão*, a partir da contribuição de diversos autores. O objetivo é chegarmos a uma definição possível para o conceito. Na seção 2, faremos uma exposição um pouco mais geral sobre as construções concessivas justapostas. Na seção 3, apresentaremos os procedimentos metodológicos e a análise de dados propriamente dita, com especial foco para a questão da ordem – anteposição e posposição (subseção 3.1). Por fim, chegaremos às considerações finais, que antecederão as referências bibliográficas deste estudo.

1. O que é concessão?

Os estudiosos afirmam que *concessão* é um termo difícil de ser delimitado (cf. JIMÉNEZ, 1989, p. 107). A farta literatura linguística acerca desse tema, de fato, corrobora esse ponto de vista.

Luft (2000), Torres (1973), Almeida (2004) e Cunha e Cintra (2001) restringem-se a definir orações concessivas como aquelas que exprimem concessão ou possuem conjunção subordinativa concessiva. Essas definições são circulares e, portanto, não fornecem subsídios teóricos suficientes para a caracterização dessas construções.

Rocha Lima (1999), Bechara (1999), Kury (2003), Lima (1937), Freitas (1960) e Said Ali (1966) afinam-se substancialmente e traçam uma caracterização de viés pragmático-semântico, que define a concessão como um obstáculo ou fato, de caráter real ou suposto, que não impede ou modifica a declaração da chamada oração principal.

Ribeiro ([1890]), que representa uma linha mais antiga de estudos descritivos, no século XIX, diverge dos autores citados e associa o conceito de *concessão* ao de adversatividade. Segundo o autor, nas proposições concessivas, haveria a presença clara ou subentendida de uma declaração adversativa. Devemos asseverar que essa observação do autor é bastante pertinente, haja vista a forte ligação existente entre construções adversativas e construções concessivas.

Mateus et al. (2003) e Neves (2000), por fim, apresentam dados inovadores para a caracterização das construções concessivas. São propostas mais atualizadas do nosso idioma, representantes respectivamente da variedade lusitana e brasileira da língua portuguesa. Para Mateus et al. (2003), as construções concessivas são definidas tendo em vista o conhecimento de mundo dos falan-

tes. Para Neves (2000), concessivas e adversativas devem ser analisadas sob um mesmo bojo, o das relações contrastivas. Além disso, para o estudo das concessivas, é necessária a análise da relação falante-ouvinte e do processo comunicativo, o que nos qualifica a encontrar fortes semelhanças entre sua definição e a de Mateus et al. (2003), como já apontamos.

Diversos outros autores fortemente influentes em nossos estudos do vernáculo optaram por não definir as orações concessivas, como Henriques (2003, p. 123), Ribeiro (2004, p. 318) e Melo (1978, p. 151). Esses autores restringem-se a oferecer apenas alguns exemplos que ilustram o uso de conjunções concessivas mais prototípicas como *embora* e *ainda que*.

Assim, no âmbito da literatura linguística de língua portuguesa, podemos afirmar que há diferentes definições para *concessão*, e todas elas estão atreladas ao âmbito da chamada *oração subordinada adverbial concessiva*. Vale ressaltar, contudo, que, apesar de haver muitas divergências entre os autores, não há forte contradição entre eles. De certa forma, podemos asseverar que os teóricos buscam diferentes vieses para o mesmo tópico: alguns privilegiam aspectos sintáticos, outros preferem abordar aspectos semânticos e pragmáticos.

Neste artigo, consideramos uma construção concessiva como uma *estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal*. Assim, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mas inoperante.

Trata-se, portanto, de uma ideia contrastiva em que há um jogo opositivo entre um argumento mais forte, prototipicamente veiculado pelo segmento base, e um argumento mais fraco, prototipicamente veiculado pelo segmento concessivo. Ressaltamos que essa definição não se aplica somente aos casos de subordinação adverbial, mas também a outros níveis da gramática.

2. Construções concessivas justapostas

Primeiramente, faz-se necessário definir o conceito de *construção* que estamos adotando neste artigo, visto que há uma grande polissemia que caracteriza o termo. Tomamos o termo *construção* em acepção similar a Goldberg (2003), Goldberg e Casenhiser (2010) e Schönefeld (2010), para quem *construções* são pareamentos de forma-significado, que funcionam como unidades básicas da língua, e que operam em diferentes níveis da gramática. Para sermos mais precisos, reportamos a definição de Goldberg (2003, p. 219) para o termo

construção: “Construções são pareamentos de forma e significado, incluindo morfemas, palavras, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos e também totalmente preenchidos lexicalmente”.

Com base em Hopper e Traugott (1997, p. 172), consideramos a *justaposição* como um processo de articulação de cláusulas ou segmentos em que há uma relação inferencial entre núcleos distintos. Em outras palavras, nesse tipo de articulação sintática, não há propriamente um conectivo *stricto sensu*.

Diversos estudiosos abordaram a existência de concessivas justapostas, tanto em língua estrangeira (cf. HARRIS, 1985, p. 80; THOMPSON; LONGACRE, 1985, p. 174) quanto em língua portuguesa (DECAT, 2001, p. 130). Entre eles, podemos citar Ribeiro (2004, p. 319), para quem “certas expressões fixas (*venha de onde vier, haja o que houver, custe o que custar, diga o que quiserem, dê onde der...*) são, na realidade, adjuntos adverbiais de concessão, *não constituindo orações*.” Parece que essa asserção é, no mínimo, polêmica, visto que negar o estatuto oracional a tais expressões causa uma contradição sensível na teoria adotada pelo autor, visto que se há presença de verbo, inevitavelmente, para conferir coerência à sua descrição, deveríamos reconhecer a existência de estruturas oracionais.

Bechara (1954, p. 25) refere-se a “casos em que a concessão apenas se depreende pelo contexto sem que a circunstância seja expressa por conectivos”. Ele acrescenta que a entoação pode “desempenhar papel importantíssimo permitindo o emprego escasso da conjunção”. Thompson e Longacre (1985, p. 239), por sua vez, postulam que “a ausência de conjunção nas sentenças que empregam justaposição exige uma unidade mais forte – que é assinalada por meios fonológicos e lexicais”.

A análise de tais construções, como já vemos inicialmente, não é uníssona. Kury (2003, p. 83) opta por descrever essas construções segundo uma perspectiva de caráter mais sintático. Assim, o autor defende que “[...] o conjunto formado por uma oração no subjuntivo seguida de uma adjetiva no mesmo modo exprime objeção indefinida e é sentido como uma verdadeira [oração complexa] adverbial concessiva”.

Quirk et al. (1985, p. 1100) definem as concessivas justapostas como *condicionais-concessivas alternativas*. Nessas construções, segundo os autores estrangeiros, constatamos o amálgama de três matizes: concessão, condição e disjunção. Essa observação de Quirk et al. (1985) é fundamental para a descrição das concessivas intensivas, uma vez que sustenta a hipótese de amálgama de matizes semânticos. Com relação ao fenômeno analisado nesse artigo, teríamos o amálgama de concessividade com intensidade.

Com relação ao aspecto sintático, constatamos, no bojo das justapostas, uma notável ambiguidade estrutural, o que, nos termos de Traugott (2008a, p. 21), é pré-requisito para a reanálise e, portanto, para a gramaticalização. Essa ambiguidade estrutural resulta da cristalização de rotinas linguísticas que intentam resolver problemas interacionais na comunicação cotidiana. É nesse sentido que os cognitivistas e alguns funcionalistas consideram a gramática como um conhecimento procedimental, afinal, é na interação *on-line* que as soluções para a comunicação são encontradas (cf. THOMPSON; COUPER-KUHLER, 2005, p. 483-484).

Esse processo de reanálise, entendido como mudança na estrutura da expressão, especialmente na estrutura morfossintática, na verdade, segundo Traugott (2007, p. 3), só poderá ocorrer plenamente na medida em que a repetição do padrão levar à automatização da sequência de unidades. Isso fará também com que esses padrões provavelmente sofram algum tipo de compressão ou redução em sua forma. Em outras palavras, haverá perda crescente de autonomia dos itens para uma crescente cristalização.

A reanálise utiliza materiais já existentes na língua, reorganizando-os em novos padrões morfossintáticos, no eixo sintagmático ou linear do discurso. Trata-se também de um fenômeno psicológico, pois os falantes alteram sua percepção acerca da ordenação dos constituintes no eixo sintagmático por meio de processos inferenciais.

Segundo o nível de esquematicidade, de acordo com Traugott (2008a, p. 5-6; 2009, p. 94), Fried (2008, p. 4-5), entre outros autores, as construções podem ser consideradas como macroconstruções (grandes esquemas), mesoconstruções (grupos de microconstruções com comportamentos similares), microconstruções (construções individuais) e construtos (exemplos empiricamente testados de microconstruções).

A construção concessiva intensiva, que se analisa neste artigo, é considerada como parcialmente esquemática, no sentido de que pode ser alterada em determinados pontos. Não é nem totalmente aberta, como a relação sujeito e predicado, nem totalmente especificada, como provérbios populares e frases feitas que, via de regra, não aceitam alterações.

Trata-se de uma mesoconstrução que pode ser assim esquematizada:

Por mais [N] que [N/pron] V_{subj.}

A notação estabelecida para caracterizar essa construção segue as seguintes convenções adotadas para este estudo:

- N – nome (normalmente, substantivo)
- Pron – pronome (normalmente, do caso reto)
- V_{subj.} – verbo no modo subjuntivo
- [] – indica que o termo é opcional
- [/] – indica que o termo é opcional e pode apresentar variação

Cada mesoconstrução constitui uma *família de construções* (cf. GOLDBERG; JACKENDOFF, 2004, p. 532), em que se constata variação semântica e sintática, o que terá diferentes efeitos, entre eles, a taxa de produtividade. Essa perspectiva coaduna-se perfeitamente com a teoria dos protótipos, que não considera as categorias linguísticas como estanques ou totalmente autônomas.

Na perspectiva de Goldberg (2003, p. 3), essa família de construções é denominada como uma teia interconectada, para expressar com mais clareza que as relações estabelecidas entre as construções se dão sempre de forma inter-relacionada.

O princípio da iconicidade, em sua versão abrandada, postula uma relação não isomórfica, mas motivada entre forma e função. Segundo o subprincípio da quantidade, “quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma” (cf. FURTADO DA CUNHA, 1999, p. 26-27). Nos padrões mesoconstrucionais concessivos, atua com grande vigor esse princípio, visto que a diferença entre um conectivo concessivo simples e uma justaposição concessiva está justamente na maior carga de informação desta última que tende a amalgamar a noção de concessividade com outras noções semânticas.

A relevância e a quantidade de informações veiculadas por essas construções fazem com que, pelo menos em estágios iniciais de gramaticalização, elas sejam mais “pesadas” ou maiores do ponto de vista formal. Afinal, estamos tratando de construções com grande quantidade de carga informacional.

Segundo Givón (1990, p. 969), a base cognitiva do princípio da quantidade está na atenção e esforço mental demandados para o processamento de construções complexas. Certamente há uma permanente tensão entre ser muito informativo e ser muito econômico. São duas forças antagônicas em permanente busca de equilíbrio na língua, ou seja, é o “combate” entre tradição e inovação. Contudo, o desejo do falante de ser mais expressivo e específico faz com que a codificação gramatical incorpore outros elementos e crie novos arranjos que se manifestam no nível do discurso.

Como vemos, as concessivas justapostas são construções especiais na língua. Apresentam configuração morfossintática distinta e, em consequência disso, também cumprem funções comunicativas distintas no discurso. Na pró-

xima seção, teremos a oportunidade de investigar essas construções em maior profundidade, a partir de dados reais de uso.

3. Procedimentos metodológicos e análise de dados

Nesta seção, analisaremos alguns dados extraídos do *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, mais especificamente do ícone *Discursos e Votações*, que apresenta os discursos políticos dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, desde 2007 aos dias atuais.

Para esse artigo, foram selecionados 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. A amostra recortada para a análise representa, assim, um conjunto de textos de base sincrônica, que espelha os usos contemporâneos da língua portuguesa, no interior do gênero textual selecionado.

O padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}* foi encontrado em 19 ocorrências do *corpus*, tendo sido o padrão mesoconstrucional justaposto mais recorrente. Em todos os casos, representa a ideia de uma posição escalar extrema, ou seja, veicula a ideia de uma intensificação. Vejamos alguns dados:

(01⁷) [**Por mais que eu canse** aqui, de defender a família– acho o fator mais importante em uma sociedade – e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável para que o ciclo da nova vida chegada ao lar tenha um bom início], certamente, sob a visão realista de um empregador, serão preteridas as mulheres em favor dos homens. – 31/03/2009

(02) Eu tenho certeza de que a opinião pública vai ser contra essa homenagem, [**por mais que** partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento], [**por mais que** alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento]. Tenho certeza de que a maioria do Plenário não defende e vota contra essa homenagem. – 18/03/2009

(03) Municípios como Itaperuna, Cardoso Moreira e Italva ficaram isolados. [**Por mais que** existisse estrutura], não havia como socorrer as pessoas, porque o acesso era somente por via aérea, somente por meio de helicópteros. – 05/02/2009

(04) Começamos o ano letivo, deputados, acho que melhor do que os anteriores, [**por mais** críticas **que** venho fazendo desta tribuna], sempre construtivas, alertando a Casa de que a educação pública tem que descer do palanque de todos nós. – 04/02/2009

A presença do item adverbial *mais* caracteriza esse padrão mesoconstrucional. Essa partícula contribui fortemente para o sentido escalar extremo que se observa nessa construção. No exemplo (01'), o orador fala: “Por mais que eu canse aqui, de defender a família... e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável... serão preteridas as mulheres em favor dos homens”. Esse discurso foi proferido em meio a uma grande discussão quanto à extensão do tempo de licença para gestantes ou não.

Houve debates acalorados, dentre os quais foi produzido esse discurso. O fato de o deputado “cansar-se de defender a família” marca o extremo de sua atuação, ou seja, muitas ações foram tomadas para defender seu ponto de vista, mas o “cansar-se de defender a família” é certamente o ponto extremo. É nesse sentido que esses segmentos concessivos indicam sentido escalar extremo.

No exemplo (02), também constatamos uma construção concessiva pertencente ao padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}*. Nesse dado específico, a expressão “por mais que...” é utilizada duas vezes, com sentido certamente persuasivo, contundente, enfático. Aliás, a repetição dessa expressão foi uma estratégia constatada em 5 das 19 ocorrências desse padrão. A natureza do discurso político, além da própria constituição linguística dos elementos que constituem esse padrão, contribui para que isso ocorra com certa regularidade. Nesse dado específico, o orador contrapõe a opinião pública à posição política dos partidos de esquerda e à de alguns outros parlamentares. O choque de ideias, a contraposição ou contraste é flagrante, em um discurso eivado de extremos e ênfases. O contraste atrelado à intensidade são justamente os ingredientes fundamentais para a emergência de construções concessivas intensivas.

O exemplo (03) traz o verbo *existir* no pretérito imperfeito do subjuntivo. Trata-se da única ocorrência de verbo fora do subsistema do presente em todas as 19 ocorrências desse padrão mesoconstrucional. O discurso político tem apelo maior para fatos do cotidiano, o que certamente explica a pouca frequência de verbos nos subsistemas do pretérito e do futuro. Aliás, no contexto discursivo, esse verbo foi utilizado no passado como estratégia para criação de uma estrutura de fundo para o discurso político do deputado orador, cujas propostas de atuação ocupam lugar de figura, ou seja, de maior proeminência discursiva.

O exemplo (04), por fim, marca uma variação do padrão mesoconstrucional, visto que é a única ocorrência que preenche o primeiro [N] do esquema. Provavelmente é uma estrutura mais rara do ponto de vista discursivo, também porque o argumento do verbo da construção (*venho fazendo*) está deslocado à esquerda, ocupando justamente o lugar desse [N]. Outro fator de variação é o uso do presente do indicativo pelo presente do subjuntivo (*venho fazendo*, em vez de *venha fazendo*) que é mais assertivo e característico dos textos com maior carga de subjetividade.

Acrescentamos que o uso do presente do indicativo aponta para uma flagrante plasticidade da construção. Como já é previsto na Linguística Funcional Centrada no Uso, as construções apresentam frequentes extensões de uso, que as levam para além de seu padrão mais prototípico de ocorrência que, no caso, é instanciado pelo uso do subjuntivo.

Ainda com relação à carga informacional dessas construções, cabe lembrar que, para Neves (2006, p. 260), elas são chamadas de *condicionais-concessivas*. Para Quirk et al. (1985, p. 1100), são denominadas *condicionais-concessivas universais*. De fato, quando lemos, por exemplo, “por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento”, ao mesmo tempo em que estamos veiculando uma noção de concessividade, baseada no contraste ou na contra-expectativa, estamos também expressando condicionalidade, em sentido semelhante ao mais prototípico *mesmo se*, que também carrega a ideia de hipótese. A diferença básica seria que a expressão “por mais que...” traz justamente o caráter de excepcionalidade ou escalaridade extrema.

Uma análise mais apurada desse padrão mesoconstrucional revela que o segmento concessivo expressa uma “falsa causa” para o que está descrito no segmento nuclear. Assim, tomando-se o exemplo (03) para ilustrar nossa asserção, verificamos que o fato de haver estrutura para atendimento à população deveria ser uma causa eficiente para o socorro às pessoas afetadas pelas chuvas. Por outro lado, isso não se dá porque o arranjo sintático, construído de acordo com as necessidades comunicativas do falante, faz com que essa pretensa causa eficiente torne-se, na verdade, uma “falsa causa”, visto que é inoperante. Esse caráter generalizador da mesoconstrução reforça ainda mais a relação de contraposição existente entre as informações (haver estrutura para atendimento à população *versus* socorro às pessoas afetadas pelas chuvas).

O rótulo “universal” dado por Quirk et al. (1985, p. 1100) está em contraposição ao rótulo “alternativa”. Essas construções são universais no sentido de não estabelecerem opções, escolhas ou possibilidades. Como dissemos, são

generalizantes e levam a informação veiculada pelo falante a um nível máximo de escalaridade.

Tomando as perquirições de Hopper (1991) como base, quanto à ideia de gramática emergente, reiteramos que o uso de padrões mesoconstrucionais a serviço da expressão da concessividade justifica-se pela necessidade premente de se codificar a atitude do falante em uma forma gramatical nova, ou seja, mais expressiva e informativa. Afinal, ao se utilizar uma expressão do tipo “*Por mais que...*”, não se quer simplesmente veicular a ideia de concessividade ou de intensidade, mas ambas.

3.1 Ordem das concessivas intensivas

A posição dos elementos na sintaxe também é um ponto importante nas investigações de língua em uso. Com relação ao padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}*, detectamos 15 casos de anteposição e 4 casos de posposição. O número maior de anteposições reflete a mesma tendência de uso dos conectivos (Cf. ROSÁRIO, 2012). Afinal, em ambas as situações, a anteposição revela-se como a estratégia mais recorrente, seguida da posposição. A intercalação, que também é uma posição possível nos usos concessivos, não se confirmou com esse padrão mesoconstrucional.

A anteposição é uma forma de o locutor já “prevenir-se” contra as fortes objeções do interlocutor. Em outros termos, a anteposição tem a função precípua de poupar a face do outro (cf. MARGARIDO, 2010, p. 109). Trata-se, portanto, de uma espécie de proteção defensiva, que está justamente no cerne da concessividade.

Na anteposição, traz-se para o discurso outro ponto de vista que não o da audiência, “com o objetivo de antecipar-se a uma possível contra-argumentação” (GOUVÊA, 2002, p. 37). Com isso, intenta-se, muitas vezes, desestabilizar o interlocutor, desprestigiando seus argumentos, antes que ele argumente.

De uma forma geral, as concessivas antepostas preparam o ouvinte/leitor para a informação que as sucede. Funcionam, dessa forma, como uma espécie de guia ou fio condutor pelo qual a argumentação será empregada, com a função de preparar caminho para a informação mais central que virá em seguida. Vejamos a ocorrência (05), por exemplo:

(05) O que nós não podemos deixar é o afronto à democracia, é a falta de respeito com a imprensa, a imprensa que cumpre um papel importantíssimo no nosso País, aliás, deve-se à imprensa muita coisa neste País, **[por mais que]**, uma vez ou outra, injustiças possam

acontecer], mas de uma forma global o papel da imprensa é sempre importante. – 12/03/2009

Na ocorrência acima, a construção concessiva intensiva está anteposta e veicula uma informação de caráter mais secundário em termos de importância (“injustiças possam acontecer”). O argumento mais forte (“o papel da imprensa é sempre importante”) é resguardado em um primeiro momento, para ser enunciado pelo orador no final do seu discurso. A ideia de que “injustiças possam acontecer” compõe o pretense argumento dos que defendem posição contrária à do orador naquele momento do discurso. Fica claro, portanto, que a ordem não é uma questão gratuita ou de menor importância. Ao contrário, é um dos elementos mais prementes na arquitetura do discurso.

Sublinhamos o fato de a concessiva anteposta normalmente denotar uma informação velha, como é o caso de (05). Essa declaração realça que o fato denotado já é do conhecimento de todos, ou seja, é informação dada.

Agora, analisemos a posposição. Segundo Neves (2000, p. 878), a ordem das construções concessivas obedece a propósitos comunicativos diversos. Os casos de posposição “têm muito de um adendo, porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando *a posteriori* objeções à sua proposição”. (NEVES, 2000, p. 879).

De uma forma geral, as concessivas pospostas ativam um mecanismo de *focalização*. Via de regra, um elemento é eleito como mais importante ou saliente e é retomado ou focalizado na concessiva posposta. Verificamos, portanto, o caráter não-tópico dessas construções, que completam o argumento antes proferido, concluindo-o de fato. Vejamos a ocorrência seguinte:

(02’) Eu tenho certeza de que a opinião pública vai ser contra essa homenagem, [**por mais que** partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento], [**por mais que** alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento]. Tenho certeza de que a maioria do Plenário não defende e vota contra essa homenagem. – 18/03/2009

Na ocorrência (02’), a construção justaposta concessiva (“por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento”) e sua replicação (“por mais que alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento”) funcionam como adendos, focalizando os partidos de esquerda e os parlamentares. O elemento eleito como mais saliente é a homenagem contra a qual o orador discursa. A posposição, nesse caso, atuou a serviço desse especial arranjo discursivo.

Para finalizar essa seção, é importante abordarmos outro tópico bastante relevante, ou seja, se haveria a possibilidade de alterarmos a ordem das concessivas sem prejuízo de sentido. Para responder a essa questão, García (2004a, p. 3817) utiliza o conceito de *simetria*, que pode ser definido como a possibilidade de alterar a ordem dos membros de uma construção sem que isso aponte perda de aceitabilidade ou mudança de sentido/interpretação.

Izutsu (2008, p. 664) também abordou essa questão e comprovou teórica e empiricamente que a ordem *embora p, q* nem sempre pode ser equivalente a *q, embora p*. Vejamos:

Muitos linguistas têm considerado que as construções *embora p, q* e *q, embora p* são apenas variantes formais de uma mesma estrutura subjacente, analisando a primeira construção como sendo derivada da última. [...] Eles assumem que as duas construções são semanticamente idênticas, e podem ser analisadas com uma única descrição semântica. [...] König (1988, p. 148), por exemplo, argumenta que qualquer relação que se estabeleça com o termo ‘concessivo’ pode ser descrita em termos da assunção ‘se p, então normalmente não q’.

Contudo, Izutsu (2008, p. 664) assevera que o fenômeno da simetria nem sempre se aplica aos dados da língua, já que essa pretensa equivalência não costuma efetivar-se. Assim, corroboramos a posição de Decat (2001) e defendemos que a ordem está sujeita a questões de natureza pragmática.

Segundo nossa análise, em certo sentido, pode ser possível uma alteração na ordem das concessivas, visto que geralmente essa alteração gera sequências perfeitamente gramaticais em língua portuguesa. Por outro lado, concordamos com Goldberg (2003), no sentido de que tais transformações, apesar de possíveis sintaticamente, alteram, mesmo que minimamente, a força expressiva dos enunciados. Afinal, alguma razão de ordem cognitiva, funcional e/ou discursiva faz com que o falante opte por uma determinada ordem, e não por outra no momento da produção linguística. Vejamos a ocorrência (06) abaixo:

(06) Costumo dizer, jovem Deputado Fabio Silva, que exercer a democracia é escolher os governantes através do voto. Esta é a arma com a qual o eleitor, [**por mais humilde que seja,**] pode, em um dia, ter o mesmo valor que um milionário; é quando o soldado pode ter o mesmo valor que o coronel. – 12/05/2009

No trecho acima, que é parte do discurso do orador, há uma exposição sobre o valor do voto. Como sabemos, por vias culturais, esse é um dos temas mais caros aos políticos, visto que a eleição desses parlamentares é por meio de eleições diretas. Ao discursar, o deputado estadual traçou uma linha imaginária marcada por dois polos: à esquerda, estariam o mais humilde de todos os eleitores e o soldado; à direita, estariam o milionário e o coronel.

Ao focalizar o eleitor “mais humilde” em um primeiro plano, certamente o orador está sobrelevando uma grande massa de eleitores que se identifica com esse perfil, e não com o dos milionários e coronéis. Assim, um discurso que dispusesse o “milionário” e o “coronel” em um primeiro plano seria bem menos enfático ou carregaria um efeito diferente, se comparado com o que foi efetivamente produzido. Enfim, a ordem, de fato, confere ao discurso inegáveis implicações de ordem pragmática.

Em síntese, quando antepostas, as concessivas geralmente possuem função tópica; quando pospostas, assumem mais a função de adendo. A alteração na ordem faria com que essa força argumentativa fosse muito atenuada e até mesmo anulada.

Considerações finais

A justaposição concessiva, ilustrada pelas concessivas intensivas analisadas neste artigo, somada às concessivas perfiladas por conectivos comprovam a existência de um relativo grau de *variabilidade sintagmática* (cf. LEHMANN, 1988) no campo da concessividade. De fato, essas ocorrências apontam para um grau considerável de abertura da construção (cf. TROUSDALE, 2008a; 2008b).

Croft (2007b) defende a hipótese forte de que “a propagação de variantes reflete a dinâmica da mudança social”. Assim, a mudança linguística ocorre após processos diversificados de variação, para dar conta de novas necessidades comunicativas oriundas da dinâmica social. Essa é uma das motivações para o surgimento de novas construções na língua, como é o caso de *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}*

De acordo com Traugott (2008a, p. 3), somente os fatores sintáticos e semânticos não seriam suficientes para explicar a mudança linguística. Ocorre, em grande escala, uma exploração, por parte dos falantes, de implicaturas conversacionais, que convidam o leitor/ouvinte a inferir significados diversos.

O surgimento de novas estratégias para a concessividade, assim como ocorre em outros campos da gramática, também pode ser explicado pelos cha-

madros processos de subjetivização e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso. A tensão naturalmente existente entre necessidades comunicativas aparentemente opostas leva os falantes à intenção de serem cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical. Esse processo, que não possui poucos pontos em comum com a hipótese da gramática emergente, conduz a um verdadeiro reforço de informatividade (cf. CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 169), baseado em um processo metonímico de caráter inferencial.

Em se tratando de discursos políticos, a força da subjetivização atua ainda em maior medida, visto que há um forte apelo por graus cada vez maiores de expressividade. Essa necessidade discursiva pode funcionar como um verdadeiro motor para o aparecimento de novas construções, como a que exploramos neste artigo.

A subjetivização tem como base negociações em um chão comum (*common ground*), é de natureza profundamente dialógica, contestativa e refutativa. Como vemos, há forte identidade entre os conceitos de subjetividade e concessividade. Para Traugott (no prelo, p. 6), a concessividade é uma das expressões linguísticas da língua que naturalmente sempre veiculam algum grau de dialogicidade e, portanto, de subjetividade.

Por outro lado, para sermos mais precisos, em se tratando da relação entre concessividade e expressividade, é mais acertado falarmos em intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso (cf. OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Com base nessas asserções, chegamos à conclusão de que as concessivas intensivas são mesoconstruções justapostas de forte caráter intersubjetivo, que amalgamam as ideias de concessividade e intensidade. Surgem na língua com o objetivo de expressar novos matizes semânticos em um enquadramento pragmático peculiar. Trata-se de construções ainda não totalmente cristalizadas, com relativo grau de abertura. Por fim, acrescentamos que a construção *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}* está fora do esquema *stricto sensu* da concessividade (formado por conectivos concessivos consagrados no cânone gramatical), e é utilizada normalmente de forma anteposta.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Tese de Cátedra. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- _____. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CROFT, William. *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University Press. Final Draft, September 2007.
- _____. *Toward a social cognitive linguistics*. *New directions in cognitive linguistics*, ed. Vyvyan Evans and Stéphanie Pourcel, 395-420. Amsterdam: John Benjamins, 2009.
- CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel Lingüística S.A., 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DECAT, Maria Beatriz N. *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- FREITAS, Gaspar de. *Gramática Portuguesa*. Francisco Alves, 1960.
- FRIED, Mirjan. *Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution*. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and language change*, 47-79. Mouton de Gruyter, 2008.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe*. DELTA, volume 15, n.1 São Paulo Fev/Julho 1999.
- GARCÍA, Ángel López. *Relaciones paratáticas e hipotáticas*. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2004a.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions: a new theoretical approach to language*. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(5), 219-224. 2003

- _____ ; CASENHISER, Devin. *English Constructions*. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~adele/English%20Constructions.rtf>>. Acesso em maio/2010
- _____ ; JACKENDOFF, Ray. *The English resultative as a family of constructions*. *Language* 80. (2004): 532-567.
- GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HARRIS, Martin. Concessive clauses in English and Romance. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2003.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- _____ ; TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- IZUTSU, Mitsuko Narita. Contrast, concessive, and corrective: Toward a comprehensive study of opposition relations. *Journal of Pragmatics*, n. 40, p. 646-675, 2008.
- JIMÉNEZ, Antonio Narbona. *Las subordinadas adverbiales impropias en español: bases para su estudio*. Málaga: Librería Ágora S.A., 1989.
- KÖNIG, Ekkehard; AUWERA, Johan van der. Clause integration in German and Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- LIMA, Mário Pereira de Souza. *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

- MARGARIDO, Renata. *Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- QUIRK, Randolph et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. [S.l.]: Longman, 1985.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Salvador: Progresso, [1890].
- RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Expressão da concessividade em construções do português do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SALGADO, Érica. Alguns aspectos da concessão com *se bem que*. *Revista Letra Magna*, vol. 4. 1º sem. 2006.
- SCHÖNEFELD, Doris. *Constructions*. Disponível em: http://www.constructions-online.de/articles/specvol11/667/Schoenefeld_Constructions.pdf. Acesso em maio/2010

- THOMPSON, Sandra A.; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. *The clause as a locus of grammar and interaction*. Discourse Studies. 2005, vol 7(4-5):481-505. Disponível em: <http://dis.sagepub.com>.
- _____; LONGACRE, Robert E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, Timothy (Ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. v. II. Cambridge: Cambridge University, 1985.
- TORRES, Almeida. *Moderna Gramática Expositiva*. Fundo de Cultura, 1973.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Constructionalization, grammaticalization and lexicalization again*. Some issues in frequency. Course on Gzn and C x G. Dec 18th 2007.
- _____. 'All he endeavoured to prove was...': constructional emergence from the perspective of grammaticalization. 2008a. (Texto digitado).
- _____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhardt Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008b, p. 219-250.
- _____. Revisiting Subjectification and Intersubjectification. Forthcoming in Hubert Cuyckens, Kristin Davidse and Lieven Vandelanotte, eds., *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics.) Berlin and New York: Mouton de Gruyter. (no prelo)
- TROUSDALE, Graeme. *Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English*. 2008a.
- _____. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan M.; MINKOVA, Donka (Eds.). *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.

Recebido em 30 de junho de 2014.

Aceito em 24 de agosto de 2014.

MANCHETES DE JORNAIS *ON LINE*: GRAU DE TRANSITIVIDADE E
EMPREGO DO PRESENTE DO INDICATIVO EM REFERÊNCIA
AO PASSADO RECENTE

Jussara Abraçado

Universidade Federal Fluminense
almeidamja@globo.com

Caroline Soares da Silva

Universidade Federal Fluminense
caroline.soares@gmail.com

RESUMO:

Neste artigo, analisamos, sob a perspectiva teórica da Linguística Funcional e, mais especificamente, sob o viés da transitividade, nos moldes de Hopper e Thompson (1980), manchetes de jornais *online*, em que se observe o emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente. Com base nos resultados da análise, demonstramos que alguns indicadores de transitividade precisam ser interpretados com cuidado, considerando-se a natureza do *corpus* analisado. No caso das manchetes de jornais *online*, percebemos ser mais relevantes ou chamativas aquelas em que não se verificam algumas das características prototípicas de sentenças altamente transitivas.

PALAVRAS-CHAVE: transitividade; emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente; manchetes de jornais *online*;

ABSTRACT:

In This paper, we analyze, based on the parameters of transitivity of Hopper and Thompson (1980), newspaper headlines online, in which the use of the present tense is observed in reference to recent past. Based on the results of the analysis, we conclude that some indicators of transitivity need to be interpreted cautiously, considering the nature of the data. In the case of newspaper headlines online, we have found to be most

relevant or attractive those which do not have some of the prototypical characteristics of highly transitive sentences.

KEYWORDS: transitivity; use of the present tense in reference to the recent past; newspaper headlines online.

Introdução

A Internet, com suas novas ferramentas e tecnologias, tem provocado algumas transformações no modo de transmitir a notícia, ao buscar publicar os fatos quase que instantaneamente. Nesse contexto, um dos recursos utilizados, para enfatizar a velocidade com que são transmitidas as notícias *online* e conferir-lhes um estatuto de novidade, é o emprego, em manchetes de jornais *online*, do presente do indicativo em referência ao passando recente, conforme ilustra o exemplo a seguir:

(1) Dilma *convida* o deputado Brizola Neto para assumir o Ministério do Trabalho (O Globo, 30/04/12).

Charaudeau (2007) chama a atenção para a obsessão do presente e a ausência de perspectiva na mídia, que tem de informar os acontecimentos numa “co-temporalidade enunciativa”. Assim sendo, segundo o autor, há uma tentativa de aproximar dois momentos opostos em uma cadeia temporal: “instante do surgimento do acontecimento > instante da produção midiática > instante da saída do produto midiático > instante do consumo da notícia. No caso do jornalismo *online*, os momentos do surgimento do acontecimento e do seu consumo pelo leitor devem ser quase instantâneos. Em função disso, o emprego do presente do indicativo constitui um importante recurso, uma vez que confere à notícia um estatuto de co-temporalidade enunciativa.

Neste texto, temos como proposta analisar, sob a perspectiva teórica da Linguística Funcional e, mais especificamente, sob o viés da transitividade, nos moldes postulados por Hopper e Thompson (1980), manchetes de jornais *online* (*O Globo*, *Jornal do Brasil* (JB), *O Dia* e *O Extra*), em que se observe o emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente.

Nosso interesse pelas manchetes em que constem o tempo presente referindo-se ao passado recente relaciona-se à sua recorrência nas primeiras páginas de jornais *online* e ao fato de tal uso do presente do indicativo não ser

considerado por muitos gramáticos¹, embora tenhamos encontrado, em algumas obras, breves referências a esse tipo de emprego. Damos destaque aqui a Said Ali (1964) cuja explicação se encaixa perfeitamente ao uso do presente do indicativo que observamos nas manchetes de jornais *online*. Segundo o autor, o uso do presente para se referir ao passado é um recurso utilizado para atrair a atenção dos nossos interlocutores. Sendo assim, atos pertencentes ao domínio do passado, que deveriam naturalmente ter como forma de expressão o verbo no pretérito, aparecem por meio do verbo no presente, por serem as imagens remotas apagadas, em relação às atuais, e, desse modo, quando lançamos mão do tempo presente, a impressão é a de que os fatos se tornam mais vivos para o ouvinte.

Pretendemos, com base em peculiaridades observadas na análise das manchetes de jornais *online* e, em especial, no tipo de uso do presente do indicativo referido, demonstrar que os indicadores de transitividade precisam ser interpretados com cuidado, considerando-se a natureza do *corpus* analisado, pois, em alguns casos, como será aqui demonstrado, menos pode valer mais.

A organização deste trabalho é a seguinte: primeiramente, discorreremos sobre os conceitos de tempo; em seguida, teceremos explicações sobre a orientação teórica e metodológica da pesquisa para, na sequência, nos dedicarmos à análise dos dados. Por fim, apresentaremos as conclusões e os comentários referentes aos resultados encontrados.

1. Definições de tempo

A definição de tempo já intrigou diversos filósofos e linguistas e, geralmente, a divisão mais encontrada em estudos linguísticos compreende o tempo cronológico, o tempo psicológico e o tempo gramatical. Corôa (2005), em seu livro *O Tempo nos verbos do português*, apresenta algumas definições de estudiosos sobre o tema e explica que a divisão tripartida de tempo, organizada por Santos (1974), é a mais comumente aceita:

(...) O primeiro – tempo cronológico – é caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme, irreversível. O segundo – psicológico – não tem duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do

1 Conferir em SILVA (2013), o tratamento dispensado ao presente do indicativo em diversos compêndios gramaticais.

indivíduo: pode parar, retroceder, acelerar-se etc. O terceiro – gramatical – é aquele caracterizado em português por um radical acrescido dos morfemas típicos (SANTOS, 1974, *apud* CORÔA, 2005, p. 24).

Segundo Corôa (2005), Reichenbach (1948) foi o primeiro a dar uma interpretação temporal às línguas naturais, a partir da lógica, e a reconhecer que a teoria da relatividade afetou não só os conceitos da física, mas também as verdades filosóficas.

Para entender melhor as três teorias que envolvem a questão do tempo, Corôa (2005) discorre sobre três visões diferentes do mundo relacionadas ao tempo absoluto, ao tempo relacional e ao tempo relativo.

A primeira teoria fundamenta-se em Newton e Galileu e considera que o tempo possui existência ontológica:

Os momentos são posições temporais e não dependem de eventos para existir. Eventos são ontologicamente separados dos momentos, mas se dão necessariamente neles. Assim, as relações temporais entre eventos são derivadas dos momentos em que ocorrem (CORÔA, 2005, p. 26).

A segunda teoria é definida a partir de Aristóteles, sendo o tempo considerado o número de movimentos relativamente a ‘antes’ e ‘depois’ (2005, p. 26). Sob tal perspectiva, o tempo é constituído a partir dos eventos e suas relações, portanto, os momentos são estabelecidos com base nos eventos.

A terceira e última teoria, que causou uma revolução nos estudos sobre o tempo, modificando o esquema newtoniano, é a Teoria da Relatividade Especial (TRE), formulada inicialmente por Albert Einstein. A teoria de Einstein apresenta uma nova visão sobre a relatividade na percepção do evento, ou seja, os seus exemplos clássicos trazem uma reflexão de que as relações temporais entre percepções de eventos não se assemelham diretamente às relações temporais entre os eventos, propriamente ditos. Reichenbach (1965, p. 2) explica que a TRE “despiu o tempo de seu caráter de processo irreversível e mostrou que existem eventos cuja sucessão temporal pode ser considerada na direção oposta”.

Uma interessante contribuição desta teoria é a de relacionar o tempo à perspectiva do observador. Assim sendo, a simultaneidade e a sucessividade dos eventos dependem da posição do observador, e o caráter unidirecional do tempo e sua irreversibilidade dependem do seu referencial. O observador será,

então, “um sistema fixo de referência dentro do qual o conjunto temporal se encontra” (CORÔA, 2005, p. 30).

Reichenbach (1948) baseia-se na Teoria da Relatividade Especial (TRE) para o estudo dos *tempora* verbais construídos em torno de três pontos temporais: momento do evento, momento da fala e sistema de referência. Para entendermos melhor sua proposta, vejamos a representação criada pelo autor. No esquema apresentado, E, R e S, do inglês *event*, *reference* e *speech*, correspondem, respectivamente, a momento do evento, ponto de referência e momento da fala; os traços significam precedência ou anterioridade temporal; e as vírgulas, simultaneidade.

<i>Structure</i>	<i>New name</i>	<i>Traditional name</i>
E – R – S	Anterior past	Past perfect
E, R – S	Simple past	Simple past
R – E – S		
R – S, E	Posterior past	
R – S – E		
E – S, R	Anterior present	Present perfect
S, R, E	Simple present	Present
S, R – E	Posterior present	Simple future
S – E – R		
S, E – R	Anterior future	Future perfect
E – S – R		
S – R, E	Simple future	Simple future
S – R – E	Posterior future	

Quadro1: Representação de Reichenbach

Fonte: REICHENBACH (1948: 297, *apud* Corôa, 2005, p. 35).

Corôa (2005, p. 38) explica que o momento do evento é aquele que se manifesta de forma mais concreta e consegue captar objetivamente o intervalo de tempo em que ocorre o processo, evento, ação, ou estado. O momento da fala está mais relacionado ao ato comunicativo e à pessoa do discurso, e o momento de referência é o mais complexo dos construtos, já que sua natureza é estritamente teórica e, por este motivo, está mais afastado do ato de comunicação do que o momento da fala.

A autora apresenta ainda alguns exemplos no tempo presente *_ Em 1914 eclode a Primeira Guerra; Em 1939 eclode a Segunda Guerra; Em 2005 o Brasil vota sobre a venda de armas _* e explica que os três usos do presente

exemplificados são distintos. De acordo com Corôa (2005), compreendemos tal distinção, devido à indicação do momento de referência, ou seja, o ano em que ocorrem os fatos. Assim sendo, a cronologia entre as sentenças é percebida por essa medida de tempo, e a relação entre os usos do presente se mantém dentro de um sistema referencial.

Jerpersen (1954, *apud* Corôa, 2005, p. 41) afirma que o presente pode ser visto como “ponto sem duração (limite entre passado e futuro) que se move continuamente para a direita e cuja extensão varia com as circunstâncias”. Jerpersen se refere ainda a três momentos:

Momento do Evento (ME): é o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.

Momento da Fala (MF): é o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.

Momento de Referência (MR): é o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME (JESPERSEN, 1954, *apud* CORÔA, 2005, p. 41).

Para Corôa (2005), o presente histórico ou dramático não deve ser considerado uma exceção, mas sim um tempo psicológico, no qual o falante narra os eventos a partir de uma perspectiva que vai além do tempo da enunciação. Dessa forma, um mesmo evento pode ser visto de diferentes perspectivas, ou seja, no momento em que o evento ocorre (ME), o momento de referência (MR) pode ser anterior, posterior ou simultâneo ao momento da fala (MF). Do mesmo modo, o momento do evento (ME) pode ser anterior, posterior ou coincidir com o momento de referência (MR).

Fiorin (2010), em seu livro *As astúcias da enunciação*, também tece comentários importantes acerca do tempo. Para o autor, o tempo pode ser subdividido nas seguintes categorias: o tempo dominado, o tempo demarcado, o tempo sistematizado, o tempo transformado, o tempo harmonizado, o tempo subvertido e, por último, o tempo desdobrado.

Conforme relata Fiorin, o tempo sempre foi uma preocupação que intrigou a humanidade, desde a mitologia grega com o mito de Mnemosyne, a memória que preside à função poética, que juntamente com Lethe, o Esquecimento, forma um par de forças religiosas. O autor também descreve o desenvolvimento de uma mitologia de Chronos, o Tempo: “Chronos está na origem do cosmo, pois

gera o ovo cósmico que, ao se partir, dá origem ao céu e à terra e faz surgir Phanes, divindade hermafrodita, que concilia a oposição macho-fêmea (cf. Vernant, 1973, p. 88-89)” (FIORIN, 2010, p. 128).

Baseando-se em Vernant, Fiorin explica que a divinização do tempo está ligada a uma incompatibilidade de um domínio da experiência temporal, o da existência humana, com a concepção de um devir cíclico. No período arcaico, o tempo da existência integrava-se ao tempo cíclico do cosmo, mas depois este tempo tornou-se destrutivo.

Para falar sobre como o tempo foi analisado na filosofia, o autor escolhe dois filósofos: Aristóteles e Santo Agostinho. A obra *Poética* de Aristóteles concebe o tempo como um fenômeno físico, por isso vai abordá-lo efetivamente em outra obra, a *Física* (IV, 10, 218^a a 220b). O filósofo nega que o tempo seja movimento, mas admite que ele não existe sem a mudança nem sem o movimento, e conclui que ele é a medida do movimento segundo o anterior e o posterior.

Santo Agostinho (1989) elabora uma teoria sobre o tempo em seu livro XI das *Confissões* e sua reflexão busca auxílio na meditação das relações entre o tempo e a eternidade e parte das aporias de Aristóteles: o ser e o não ser do tempo e a medida do que não é. Agostinho observa que o passado não tem ser, porque não é mais, o futuro, porque ainda não é, e o presente, porque não permanece (XIV, 17). Sobre o presente, especificamente, Santo Agostinho explica que é importante compará-lo com a eternidade: “Com efeito, se o presente fosse sempre presente e não transitasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade (XIV, 17)” (FIORIN, 2010, p. 129).

A partir desse pensamento, Santo Agostinho questiona como podemos medir o tempo em longo ou curto, se ele não existe? Faz também uma reflexão sobre o presente e conclui que este é o tempo que não permanece e que não tem extensão.

Se se concebe um ponto no tempo que não possa ser dividido em parcelas de tempo, por pequenas que sejam, é somente esse ponto que pode ser chamado presente e esse ponto é levado tão rapidamente do futuro para o passado que não tem nenhuma extensão, dividir-se-ia em passado e futuro: o presente não tem nenhuma extensão (XV, 20) (FIORIN, 2010, p. 129).

Para o filósofo, o tempo é medido enquanto passa, pois o passado e o futuro não são mensuráveis, mas seu ser está ligado à linguagem, por isso, pode-se predizer o futuro e narrar o passado. A memória e a espera fazem parte de um

presente alargado e estão relacionadas a uma imagem que já existe, que precede o acontecimento, que ainda não existe na realidade.

Santo Agostinho então critica a classificação de tempo em passado, presente e futuro, e chega à conclusão de que existem três modalidades de presente: o passado (a memória), o presente (o olhar, a visão), e o futuro, (a espera). Para ele, o que sempre permite medir o tempo é a linguagem, o tempo não tem suporte cosmológico, e é na estrutura do triplo presente que se estabelece o fundamento da extensão e da medida do tempo. Outra observação importante é a de que o tempo não está relacionado ao movimento exterior, mas é a impressão causada no espírito pelas coisas que passam. Santo Agostinho, então, abandona o tempo físico e se interessa pelo tempo linguístico, já que a linguagem é a que propicia ao homem a experiência temporal. Há também, em sua obra, uma distinção entre temporalização e aspectualização do tempo, a primeira está relacionada à aplicação de uma categoria topológica *concomitância vs não-concomitância* (anterioridade vs posterioridade) a um dado momento de referência, a segunda, à transformação de ações em processos.

Fiorin (2010) explica que a temporalização e a aspectualização são categorias gramaticais diferentes, mas estão relacionadas, pois o processo, mesmo sendo temporal, só pode ser apreendido em sua aspectualidade. A temporalização se materializa na linguagem, na narração, em que se apresentam as mudanças, as sucessões dos acontecimentos, as antecipações, as memórias, pois a narrativa é uma transformação.

Por último, Fiorin (2010) nos apresenta o argumento agostiniano de que ao criar o mundo, Deus cria o tempo, o espaço e os seres; as categorias da enunciação existem a partir do momento em que são enunciadas. Assim, o homem também cria tempos, espaços e pessoas na enunciação. A diferença para Santo Agostinho é a de que o *Verbum* divino é eterno, enquanto o *uerba* humanos está submetido ao tempo. Fiorin observa que há em Santo Agostinho um embrião de uma teoria linguística do tempo ou uma teoria discursiva da temporalização, e conclui que o tempo é realmente uma categoria da linguagem manifestada diferentemente por cada língua.

Na parte sobre o tempo demarcado, Fiorin (2010) recorre à Benveniste (1989), para quem a temporalidade é produzida na e pela enunciação e, a partir dela, é que se instaura a categoria do presente, responsável pelo nascimento da categoria do tempo. Para Benveniste, situar um acontecimento no tempo crônico é diferente de inseri-lo no tempo da língua, já que o tempo linguístico não se restringe ao tempo crônico, pois há um tempo específico da língua. O discurso é o ponto de partida para a instauração de um *agora*, momento da

enunciação. E o tempo presente é definido como a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração. A análise de Benveniste mostra que o presente não pode ser localizado em divisões do tempo crônico, pois ele admite todas e não exige nenhuma.

Esse *agora* gerado pela linguagem torna-se um eixo que ordena a categoria topológica da *concomitância vs não-concomitância*, que se articula em *anterioridade vs posterioridade*. A anterioridade e posterioridade são, portanto, pontos de vista relacionados ao momento do fazer enunciativo, o eixo ordenador do tempo.

Para Fiorin (2010), há dois sistemas temporais: um relacionado ao momento da enunciação (sistema enunciativo) e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado (sistema enuncivo). No momento da enunciação, é aplicada a categoria topológica *concomitância vs não-concomitância* e, então, há três momentos de referência: concomitante, anterior ou posterior ao momento da enunciação. Há também dois momentos de referência explicitados: o pretérito (anterior à enunciação) e o futuro (posterior à enunciação). Estes ordenam dois subsistemas temporais enuncivos. Há ainda três momentos importantes na constituição do sistema temporal: momento da enunciação (ME), momento de referência (MR) e o momento do acontecimento (MA).

Para nós, interessam os sistemas do presente e do pretérito descritos a seguir:

O sistema do presente possui três tempos: presente (concomitância em relação ao agora); pretérito perfeito 1 (anterioridade em relação ao agora); futuro do presente (posterioridade em relação ao agora). O sistema do pretérito tem os seguintes tempos: pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito (concomitância em relação a um marco temporal pretérito: o perfeito indica uma ação acabada e o imperfeito, uma ação inacabada, em transcurso); pretérito mais-que-perfeito (anterioridade em relação a um marco temporal pretérito); futuro do pretérito (posterioridade em relação a um marco temporal pretérito) (FIORIN, 2009, p. 61).

O autor faz mais algumas observações importantes a respeito do tempo presente como, por exemplo, a de que o presente marca uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. Para ele deve existir uma tripla coincidência: $MA = MR = ME$, mas afirma que é necessário precisar esta coincidência mencionada, pois nem sempre é possível delimitar o momento da enunciação.

Fiorin (2010, p. 149) descreve três casos de relações entre o momento de referência e momento da enunciação com exemplos. O primeiro é o presente pontual, em que há coincidência entre MR e ME: “Um pássaro de plumagem azul *risca* o quadro num rápido vôo diagonal e *fere* como um dardo a fronde da acácia. (...) (VGP, p. 180)”. Neste caso, os acontecimentos ocorrem no momento de referência presente, por isso há coincidência com o momento da enunciação.

O segundo é o do presente durativo, quando o momento de referência se estende mais do que o momento da enunciação. Aqui ele faz uma ressalva sobre a duração que pode ser descontínua (presente iterativo) ou contínua (presente de continuidade). “Última aula. *Faço* uma recapitulação de toda a matéria dada durante o semestre”. No exemplo apresentado, o momento de referência é a duração da aula, que se prolonga mais do que o momento de enunciação.

O terceiro e último caso é o do presente omnitemporal ou gnômico, em que o momento de referência e o do acontecimento são ilimitados. Este tempo é muito utilizado nos provérbios, nas definições, nas descrições de estados imutáveis. “O homem é um animal racional”.

Observamos que nenhum desses tipos de presente categorizados pelo autor corresponde ao uso do presente do indicativo nas manchetes de jornais *online*. Entretanto, vemos com bastante interesse sua explanação sobre o tempo subvertido cuja explicação se baseia nos conceitos de *debreament* (projeção para fora da instância da enunciação dos tempos que constituem o enunciado) e de *embreament* temporal (o retorno à instância da enunciação). Segundo o autor, a *debreament* produz uma enunciação enunciada, em que os tempos do enunciado simulam os tempos da enunciação (tempos do ato de dizer), ou um enunciado enunciado, em que o efeito é o da ilusão de estarmos diante da temporalidade dos acontecimentos (tempo dos eventos), uma temporalidade não-linguística.

Fiorin (2010) ainda faz referência à neutralização das categorias do tempo, em que demonstra que o tempo é uma construção do enunciador, que pode presentificar o passado, transformar o futuro em presente, o que torna os fatos mais próximos do ouvinte ou leitor.

Por fim, o autor esclarece que os tempos no discurso não seguem as regras rígidas do sistema, eles se articulam e criam efeitos de sentido, mas obedecem a coerções semânticas.

2. Orientação teórico-metodológica

Ganharam notoriedade, nos anos de 1970, pesquisas de linguistas como Gillian Sankoff, Penelope Brown, Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy

Givón. Os achados de tais pesquisas determinaram a ascensão de uma forte tendência identificada com a reivindicação de uma linguística baseada no uso:

O texto que é considerado o pioneiro no desenvolvimento das ideias da escola funcionalista norte-americana foi *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976. Neste trabalho, as autoras fornecem evidências das motivações discursivas geradoras das estruturas sintáticas de relativização do Tok Pisin, língua de origem pidgin de Papua- Nova Guiné, ilha ao Norte da Austrália. (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 22)

Nos trabalhos desses linguistas, pode-se observar a concepção funcionalista de gramática, que serviu de base a trabalhos posteriores: a gramática sendo entendida como um conjunto de regularidades decorrentes de pressões relacionadas a aspectos de natureza cognitiva e discursivo-pragmática.

Um dos estudos empreendidos de acordo com essa concepção e que se tornou um marco nos estudos linguísticos foi o de Hopper e Thompson (1980) acerca da transitividade.

2.1 A propriedade escalar da Transitividade segundo Hopper e Thompson (1980)

De acordo com Abraçado (2014), apesar de Hopper e Thompson (1980) se inspirarem no entendimento tradicional de transitividade (segundo o qual, uma atividade é transferida de um agente para um paciente), a abordagem proposta pelos autores difere do tratamento dispensado à transitividade tradicionalmente, uma vez que, neste caso, em geral, a transitividade é associada unicamente aos verbos que, por sua vez, são classificados como transitivos (os que “precisam” de complemento(s)) e intransitivos (os que dispensam ou não “precisam” de complementação).

Para Abraçado (2014), ao adotarem a visão de que a transitividade se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, portanto, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença, Hopper e Thompson (1980) assumem ser a transitividade uma propriedade escalar sujeita a condicionamentos de fatores sintáticos, semânticos e discursivos.

Os traços componentes da Transitividade segundo Hopper e Thompson (1980) podem ser conferidos no Quadro 2:

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	2 ou mais: Agente (A) e Objeto (O)	Um
Cinese	Ação	Não ação (estado)
Aspecto	Télico	Atélico
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Volitividade	Volitivo	Não volitivo
Polaridade	Afirmativa	Negativa
Modalidade	Realis	Irrealis
Agentividade	A de alta potência	A de potência fraca
Afetamento de O	O totalmente afetado	O não afetado
Individualização de O	O individuado	O não individuado

Quadro 2: Traços componentes da transitividade

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

Considerando o quadro 2, apresentamos, a seguir, uma breve explicação dos traços componentes da transitividade, tomando como base Hopper e Thompson (1980) e Abraçado (2014):

Participantes: uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes: A e O (*João acariciou a namorada VS. João viajou*).

Cinese: ações podem ser transferidas de um participante para outro, estados não podem (*João beliscou Maria VS. João aparenta felicidade*).

Aspecto: uma ação vista de seu ponto final (completa) é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em seu desenvolvimento (*João comprou um apartamento VS. João está comprando um apartamento*).

Punctualidade: ações finalizadas sem uma fase transicional óbvia entre início e fim têm um efeito marcadamente maior do que ações que são inerentemente contínuas (*João procurou sua carteira o dia inteiro VS. João encontrou sua carteira embaixo da cama*).

Volitividade: quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida de A (*João comprou um chaveiro na banca de jornal VS. João esqueceu o chaveiro na banca de jornal*).

Polaridade: refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*João quis ofendê-la VS João não quis ofendê-la*).

Modalidade: uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma ação ocorrida ou do que uma ação que corresponde a um evento no plano real (*João pediu empréstimo ao banco para comprar um imóvel VS. Talvez João peça empréstimo ao banco para comprar um imóvel*).

Agentividade: participantes mais agentivos, potencialmente, podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes menos agentivos, potencialmente (*O ladrão me feriu VS. Suas palavras me feriram*).

Afetamento do objeto: a transferência de uma ação ocorre em um grau maior se o paciente for totalmente afetado (*João provou a comida VS. João devorou a comida*).

Individualização do objeto: uma ação é mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado (*João adora a mãe VS João adora vinho*).

Conforme detalhamento apresentado no quadro 3, este último traço se desdobra em outros seis traços:

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Quadro 3: Individualização do Objeto

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

O interessante nessa proposta de análise é que a marcação positiva ou negativa de algum dos traços componentes em uma dada sentença não determina a classificação da transitividade como um todo. Como os traços são analisados separadamente, a presença, por exemplo, de um objeto direto ou indireto torna-se apenas um indicativo levado em conta na classificação de uma sentença como mais ou menos transitiva.

Furtado da Cunha *et al.* (2003) apresentam alguns exemplos que ilustram a diferença de abordagem da transitividade pela gramática tradicional e por Hopper e Thompson: a) Batman derrubou o pinguim com um soco; b) A Mulher Gato não gostava do Batman; c) Esse rio tem uma forte correnteza e d) Então o pinguim chegou na festa. A explicação dos autores contrasta as duas abordagens, mostrando que, segundo a classificação tradicional, as três primeiras sentenças são consideradas transitivas, pois têm como complemento do verbo um objeto. Mas, se se considera os traços componentes propostos por Hopper e Thompson (1980), a primeira sentença é a que apresenta o maior grau de transitividade por ser marcada positivamente pelos dez traços: dois participantes (Batman e Pinguim), verbo de ação (derrubou), aspecto perfectivo (verbo no pretérito perfectivo), verbo punctual, o sujeito age intencionalmente, a polaridade é afirmativa e o modo é indicativo, o sujeito é agentivo (alguém pratica a ação), afetamento do objeto é total e, por fim, o objeto é individuado. Os autores esclarecem ainda que a última sentença, considerada intransitiva na perspectiva tradicional, ocupa a segunda posição na escala de transitividade nos moldes de Hopper e Thompson (1980), em que são marcados positivamente os seguintes traços: cinese; aspecto perfectivo; pontualidade; volitividade; polaridade afirmativa; modalidade *realis* e sujeito agentivo.

2.2 Outros estudos sobre transitividade

Conforme explica Abraçado (2014), “O texto ‘Transitivity in grammar and discourse’, de Hopper e Thompson (1980), serviu de base para muitos outros estudos em diferentes línguas”. E, na esteira da autora, daremos destaque a alguns “que contribuíram para a reflexão e refinamento da noção de transitividade”.

Um dos importantes estudos citados por Abraçado (2014) foi o de Slobin (1982) e De Lancey (1987). Segundo Abraçado (2014, p.14),

Slobin (1982), por exemplo, constatou que os eventos prototípicos mais salientes correspondem a ações mais transitivas. O autor encontrou evidência empírica da realidade perceptual das ações mais transitivas, “ao constatar que as crianças demonstram perceber mais clara e imediatamente as ações em que um agente animado causa, intencionalmente, uma mudança física e perceptível no estado ou locação de um paciente por meio de um contato físico direto” (ABRAÇADO, 2003).

De Lancey (1987), na mesma direção, demonstra que a interpretação de qualquer enunciado baseia-se no contexto do mundo real, sendo

mais fácil explicar o fenômeno discursivo através de um modelo semântico prototípico do que explicar os fatos semânticos por intermédio de uma teoria discursiva da transitividade. O autor entende que os traços componentes da transitividade codificam aspectos de um protótipo semântico, que é reflexo de um esquema cognitivo subjacente. Assim, a associação estabelecida entre transitividade e figura no discurso, segundo o autor, deve-se ao fato de que a primeira reflete a saliência cognitiva do evento codificado.

Abraçado (2003, *apud* McCLEARY, 1982), também relaciona a transitividade a uma função cognitiva associada à forma de percepção de um evento:

[...] o aspecto mais relevante para nós do trabalho de McCleary é aquele em que ele distingue duas funções no discurso: (a) função comunicativa (responsável pela organização interna do discurso); e (b) função cognitiva (responsável pela organização e interpretação do mundo exterior). Através dessa distinção, diferentemente de Hopper & Thompson, que consideram a transitividade como uma propriedade determinada pelo discurso, McCleary desloca transitividade do domínio discursivo para o domínio cognitivo, associando-a a traços da situação percebida como evento causal prototípico (p. 68-70). Sob essa perspectiva, a transitividade assume uma função cognitiva associada à forma de percepção de um evento e, em segundo plano, vê-se refletida na organização do discurso através de traços sintático-semânticos que se manifestam na codificação do evento percebido (ABRAÇADO, 2003, p. 32).

Em outra frente, conforme destaca Abraçado (2014, p15),

Silveira (1990) alega que o conceito de transitividade precisa ser redefinido e que a transitividade deve ser entendida como “uma propriedade discursiva relacionada à efetividade de realização de uma situação” (SILVEIRA, 1990, p. 113). A autora propõe ainda uma reestruturação no caráter binário da pontuação adotado por Hopper e Thompson (1980) para os componentes da transitividade. Com base em análise de *corpus* de narrativas orais, Silveira (1990) considera que as dimensões sejam eneárias, e não, binárias, e define que as escalas devam comportar a amplitude de zero a cinco.

Assim sendo, Silveira (1990) propõe a seguinte reestruturação: (i) o desmembramento dos traços pontualidade e modalidade em três níveis (0, 2.5 e

5), enquanto o aspecto continua com marcação binária (0 e 5); (ii) a eliminação do traço polaridade, com base em Martelotta (1986), para quem a negação de uma situação corresponde à afirmação de uma outra; (iii) a fusão, em um único traço, dos traços agentividade e individuação do objeto, com a alegação de ser difícil a identificação da atividade do sujeito como sendo baixa ou alta, uma vez que, para a autora, tanto o Agente quanto o Objeto têm participação igual e a relação entre eles explicita melhor a efetividade da realização de uma ação.

Pezatti (1994), contudo, com base em Dixon (1979), reclama da “interpretação errônea de Silveira (1990)”, no que concerne aos símbolos A e O, usados por Hopper e Thompson (1980), em referência aos dois participantes de uma cláusula de dois argumentos. Para Pezzatti (1994), a interpretação de que A e O correspondem a Agente e Objeto é equivocada:

Se A fosse entendido necessariamente como agente, não haveria necessidade do parâmetro agentividade. Devemos lembrar que, para Dixon, A e O são categorias sintáticas respectivamente de sujeito e objeto de verbo transitivo, e não papéis semânticos de agente e paciente. (PEZATTI, 1994, p. 47).

Abraçado (2014), por sua vez, referindo-se à polaridade, argumenta que o traço é apresentado sumariamente por Hopper e Thompson (1980) e da mesma forma descartado por outros autores. Apresenta alguns exemplos que demonstram a importância de se refletir sobre a complexidade de tal traço, em vez de simplesmente desconsiderá-lo. Os exemplos apresentados pela autora são os seguintes: João não visitou a mãe doente; João não deixou de visitar a mãe doente um dia sequer; João sequer visitou a mãe doente.

Em nossa análise, consideramos os dez traços componentes da transitividade postulados por Hopper e Thompson, que foram apresentados no Quadro 2. Cumpre-nos, no entanto, destacar que não encontramos um caso sequer de manchete com polaridade negativa.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à relação entre o grau de transitividade e o relevo discursivo que, por sua vez, se relaciona ao modo de organização do discurso pelo falante. No caso das manchetes de jornais *online*, nota-se a prevalência de um agente animado que pratica a ação de forma intencional, havendo, por implicação, um objeto afetado. Entendemos, portanto, haver relação entre o grau de transitividade das manchetes de jornais *online* e a posição de destaque que ocupam, ou seja, a primeira página.

No que se refere ao modo de organização do discurso, é preciso se considerar que, em vez de falante e ouvinte, participantes próprios da linguagem oral, esta-

mos lidando com jornais *online*, de um lado, e com leitores de outro. Falaremos sobre as peculiaridades da linguagem do jornalismo *online* na seção seguinte.

3. Linguagem do jornalismo online

A linguagem do jornalismo possui características bem específicas e um modo de organização do discurso que pressupõe um contrato de comunicação midiática com o leitor. Charaudeau (2007, p. 129) explica bem essa questão do contrato entre autor e leitor que impõe certas restrições relacionadas à “dupla finalidade de credibilidade e captação”. Segundo ele, “as restrições relativas à posição das instâncias de comunicação e à captura do acontecimento dão instruções e impõem um modo de organização do discurso e um ordenamento temático”.

O jornalista então está preso a essas restrições e deve considerá-las na elaboração de cada notícia, mas o autor esclarece que o sujeito informante pode jogar com os componentes da situação de comunicação e estabelecer uma maneira própria de apresentar suas estratégias para prender a atenção do leitor. E também acrescenta que a notícia é construída dessa forma, e a informação é apresentada de acordo com certos modos discursivos. O jornalismo *online* possui suas próprias características, e a manchete expõe da forma mais direta e resumida a informação considerando o acontecimento em tempo real, por isso a linguagem adotada deve refletir a atualização constante da notícia.

Em um capítulo sobre a construção da notícia, Charaudeau (2007) discute a questão de que um acontecimento só existe a partir do momento em que o nomeamos e o consideramos em um discurso. Devemos, portanto, levar em conta as manchetes, suas peculiaridades, o seu contexto de uso, o veículo que as transmite e as pressões estabelecidas nesse tipo de comunicação entre autor e leitor.

Com relação ao tempo, o autor apresenta uma análise sobre a obsessão do presente e a ausência de perspectiva na mídia, que precisa informar os acontecimentos numa “co-temporalidade enunciática”, ou seja, há uma tentativa de aproximar dois momentos opostos em uma cadeia temporal: “instante do surgimento do acontecimento > instante da produção midiática > instante da saída do produto midiático > instante do consumo da notícia (CHARAUDEAU, 2007, p. 133).

No caso do jornalismo *online*, a informação é transmitida de forma imediata, sendo tal aproximação intensificada. O instante do surgimento da notícia e seu consumo pelo leitor devem ser quase instantâneos, o que justifica o uso do verbo no presente do indicativo cuja função é a de conferir o estatuto de instantaneidade e novidade à notícia veiculada.

A noção de atualidade para Charaudeau é de suma importância no contrato midiático entre autor e leitor e guia as escolhas temáticas. Podemos perceber isso nas manchetes de primeira página. Os temas selecionados para destaque em caixa alta são assuntos de influência e interesses gerais.

Para Charaudeau, há duas características essenciais do discurso midiático: sua efemeridade e sua a-historicidade. A primeira está relacionada ao presente da atualidade como ponto de referência absoluto no discurso; a segunda ao seu caráter a-histórico por conta da dificuldade em dar conta do passado e projetar o futuro. A notícia é efêmera, já que é atualizada a todo o momento, e para se renovar deve trazer um elemento novo, algo inesperado. Assim sendo, quando uma notícia é retomada, porque tem uma continuidade no presente e uma duração maior, deve oferecer novas informações que a tornem novamente atual.

Alguns critérios de importância na hierarquia dos acontecimentos são divididos pelo autor em duas categorias: critérios externos e internos. O primeiro classifica os acontecimentos em três tipos:

O acontecimento surge em sua factualidade, com um caráter inesperado, porque não podia ser previsto pelos sistemas de expectativa da vida social. É o acontecimento-acidente, o exemplo tipo sendo as chamadas catástrofes naturais (tremores de terra, tsunamis, inundações, furacões, etc.).

O acontecimento é programado pela existência de um calendário que pontua a organização e o desenvolvimento da vida social. Trata-se, aqui, de um advento, isto é, da aparição de algo conhecido ou anunciado antecipadamente, logo, esperado, como as manifestações esportivas (...), culturais (...) e os rituais da vida política institucional (...)

O acontecimento é suscitado porque é esperado e provocado por tal ou qual setor institucional – particularmente o setor do poder político – que faz pressão junto às mídias com fins estratégicos (CHARAUDEAU, 2007, p. 138).

Já os critérios internos estão relacionados às escolhas feitas pelas instâncias midiáticas, que estão subordinadas à maneira como as mídias criam suas representações para prender a atenção e o interesse do leitor.

Na parte sobre os *Modos de Organização do Discurso de Informação*, Charaudeau descreve os três critérios que regem o acontecimento midiático:

de atualidade, pois a informação midiática deve dar conta do que ocorre numa temporalidade co-extensiva à do sujeito-informador-

-informado (princípio de modificação); de expectativa, pois a informação midiática deve captar o interesse-atenção do sujeito alvo, logo deve jogar com seu sistema de expectativa, de previsão e de imprevisão (princípio de saliência); de socialidade, pois a informação midiática deve tratar daquilo que surge no espaço público, cujo compartilhamento e visibilidade devem ser assegurados (princípio de pregnância) (CHARAUDEAU, 2007, p. 150).

Ainda sobre o universo midiático, o autor explica que esse é um universo construído e que não corresponde ao reflexo do que acontece no espaço público, uma vez que o acontecimento não é apresentado em estado bruto, mas sofre intervenções, como os critérios de seleção dos fatos e atores, a maneira de apresentar os acontecimentos e impor ao leitor uma visão de mundo articulada pelo veículo de comunicação.

Francisco Alves Filho (2011) aborda a questão do tempo na notícia em seu livro sobre Gêneros Jornalísticos e expõe que a concepção do tempo recente faz parte da construção da notícia. Para ele, o surgimento da internet encurtou o tempo de validade das informações por conta de sua atualização minuto a minuto. O autor discute as consequências desse tipo de abordagem, como o desinteresse dos internautas pelos telejornais e jornais impressos que são considerados por muitos uma mídia ultrapassada.

Outra questão é o condicionamento dos usuários a uma atualização constante da notícia, que, segundo ele, exige que o critério de relevância passe a ser relativizado, uma vez que o internauta deve se interessar por uma variedade de fatos, o que talvez crie uma dependência desse formato, e a dificuldade de filtrar o que é realmente importante.

O que notamos em todas as análises sobre a linguagem midiática é o poder da tecnologia que proporciona novas formas de produção e recepção de conteúdos diversos. A informação mediada via computador atrai o leitor por oferecer um conteúdo diversificado, interativo, em uma linguagem mais direta e acessível, quase que instantaneamente.

4. Análise dos dados

A análise das manchetes selecionadas dos jornais *online*, como já salientamos, tem como alicerce os traços componentes da transitividade, segundo Hopper e Thompson (1980). Entendermos que a abrangência de tais traços possibilita a análise também abrangente dos elementos constitutivos das man-

chetes em questão, além de estabelecer relação entre o grau de transitividade e o relevo discursivo. Em outras palavras, se as sentenças em análise são manchetes e ocupam a primeira página de jornais *online*, por implicação, devem ser altamente transitivas.

Para a compreensão da natureza das manchetes e de suas peculiaridades, vamos analisar cada um dos traços componentes, começando pelo número de participantes.

4.1 Participantes

A quantidade de participantes é um fator fundamental para que se efetue a transferência da ação. Como explica Hopper e Thompson (1980), a transferência só é possível se houver, pelo menos, dois participantes: o sujeito e o objeto.

No caso específico das manchetes do Jornal *O Globo*, destaca-se a massiva presença de dois participantes (92% dos casos), com exceção de apenas quatro manchetes. Os sujeitos são, em sua maioria, abstratos e acompanhados de objetos diretos. Observemos amostras desses casos:

- (2) EUA *cancelam* contrato de compra de aviões Super Tucano da Embraer (28/02/12).
- (3) Dilma *justifica* nomeação de Crivella com necessidade de coalizão para governar (02/03/12).
- (4) ANP *anuncia* vazamento da Petrobrás a 500 metros de derramamento da Chevron (09/04/12).
- (5) Bandidos *param* camburão na Linha Vermelha e libertam menores infratores (24/05/12).

Nos outros jornais percebemos um número maior de ocorrências de manchetes com apenas um participante, mas, ainda assim, predominam as manchetes com dois participantes. Na sequência, apresentamos alguns exemplos de manchetes com apenas um participante, seguidos da Tabela 1 com os totais de ocorrência e os respectivos percentuais.

- (6) Greve de ônibus *chega* à Baixada e ao Sul Fluminense e atinge 20 municípios (O Globo, 30/03/12).
- (7) Bovespa *recua* e dólar tem forte alta em dia movimentado (JB, 12/03/12).

- (8) *Motociclista morre* após tentar furar blitz da polícia (O Dia, 05/04/12).
 (9) Ricardo Gomes *vai* a treino pela primeira vez após AVC (O Extra, 29/06/12).

Tabela 1: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Participante.

Participantes	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
1	4/8%	5/11,6%	8/21,1%	7/28,6%	24
2	46/92%	38 /88,4%	30/78,9%	28/71,4%	142
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

A supremacia da presença de mais de um participante nas manchetes analisadas se justifica pelo fato de tais manchetes veicularem fatos como decisões políticas, mudanças na economia, crimes e resultados de jogo de futebol, isto é, acontecimentos marcados pela dinamicidade.

4.2 Cinese

Verificamos, em nosso *corpus*, um alto índice de manchetes com verbos de ação, o que, de certo, se relaciona com o já observado índice elevado de mais de um participante nas manchetes analisadas.

Na sequência, apresentamos exemplos e tabela com resultados referentes ao parâmetro *Cinese*:

- (10) Operadores de MP e Polícias *fecham* casas de prostituição na Zona Sul do Rio (O Globo, 15/06/12).
 (11) Ministro do STF *determina* quebra do sigilo de Demóstenes (JB, 29/03/12).
 (12) Idoso *reage* a assalto e agride criminosos na rua (O Dia, 11/05/12).
 (13) Botafogo *vence* Vasco por 3 a 1 e conquista a Taça Rio (O Extra, 30/04/12).

Tabela 2: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Cinese.

Cinese	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
Cinético	48/96%	40/93%	38/100%	35/100%	161
Não-cinético	2/4%	3/7%	0/0%	0/0%	5
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

Considerando-se o pressuposto teórico de que sentenças mais transitivas correspondem a eventos mais salientes, o predomínio dos verbos de ação e de mais de um participante indicam que as manchetes dos jornais *online* são bastante transitivas.

4.3 Aspecto verbal

Em todas as manchetes coletadas e analisadas observa-se o aspecto atético (ou imperfeito), que se refere a ações não finalizadas. Logicamente, isso decorre do fato de, em todas as manchetes selecionadas, verificar-se o emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente. Destacamos, no entanto, dois pontos que demonstram a importância e a particularidade do aspecto verbal no que diz respeito às manchetes de jornais *online*: (1) as ações expressas no presente do indicativo, nas manchetes analisadas, embora não estejam concluídas, são vistas pelo leitor como se referindo a acontecimentos já ocorridos; (2) seguindo o pensamento de Hopper e Thompson (1980), ações expressas por verbos téticos são mais eficazmente transferidas de um participante para outro, contudo, num contraponto, em relação às características de sentenças mais transitivas e, portanto, mais salientes, o aspecto tético (ou perfectivo), nas manchetes de jornais *online*, funcionaria de modo contrário, já que indicaria tratar-se de eventos do passado, não atuais e, por isso, desinteressantes.

Seguem exemplos que ilustram o emprego do aspecto atético nas referidas manchetes:

- (14) PF *abre* inquéritos para investigar corrupção e fraudes em hospitais (O Globo, 19/03/12).
- (15) Parlamentares *apoiam* posição de Dilma sobre os royalties (JB, 16/05/12).
- (16) Cet-Rio *pede* que motoristas tenham paciência (O Dia, 19/06/12).
- (17) Jogadores do Flamengo *driblam* imprensa e torcida no aeroporto (O Extra, 05/04/12).

4.4 Pontualidade

O traço pontualidade está relacionado à duração das ações. Assim sendo, são pontuais as ações em que não há uma fase de transição entre seu início e fim. Quanto mais pontual for a ação, mais efetiva será sua transferência de um participante para outro e, conseqüentemente, mais transitiva será a sentença.

Entretanto, conforme esclarece Laroca (2014, p. 74),

[...] em uma língua que distingue formas imperfectivas para indicar referência à estrutura interna de uma situação, a aspectualidade imperfectiva e a pontualidade são incompatíveis. Daí se infere que a Pontualidade ocorre em predicacões perfectivas, que é o aspecto

pelo qual o usuário vê o evento como um todo único, apesar de nem todo perfectivo ser pontual.

Como em todas as nossas manchetes verifica-se o aspecto atélico (ou imperfectivo), em todas elas também prevalece o caráter não pontual.

Estando a pontualidade relacionada à efetividade das ações (as ações que se realizam sem uma fase de transição são consideradas pontuais e mais efetivas), concluímos, considerados os resultados obtidos, que as manchetes de jornais *online* tendem a veicular ações menos pontuais e, portanto, menos efetivas.

4.5 Agentividade

Em relação à *agentividade*, encontramos outra peculiaridade das manchetes analisadas. Embora se verifique a presença de sujeito com características de agente, ou seja, capazes de efetuar a transferência de ações, notamos que os sujeitos em questão são em sua maioria abstratos, ou seja, agentes não prototípicos. Vejamos alguns exemplos de nosso *corpus* e a tabela com os resultados encontrados:

(18) PM *detém* 13 pessoas em operação contra o tráfico de drogas em Niterói e Maricá (O Globo, 08/03/12).

(19) Sindicato médico *critica* “política de saúde genocida” no Rio (JB, 25/02/12).

(20) Conselho *aprova* abertura de processo contra Demóstenes (JB, 08/05/12).

(21) Polícia *prende* acusado de violentar professora em curso de inglês (O Dia, 28/02/12).

(22) Eike *contrata* ex-ministro para defender filho (O Dia, 21/03/12).

Tabela 3: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Agentividade.

Agentividade	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
Agentivo	41/82%	28/65,1%	32/84,2%	31/88,6%	132
Não-agentivo	9/18%	15/34,9%	6/15,8%	4/11,4%	34
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

De qualquer forma, o que se observa nos números exibidos nesta tabela é a predominância de sujeitos agentivos, o que influi positivamente para a elevação do grau de transitividade das manchetes.

4.6 Volitividade do sujeito

Apesar de não serem agentes prototípicos, como acabamos de demonstrar, os sujeitos das manchetes *online* são em grande parte volitivos, isto é, agem intencionalmente, conforme ilustram os exemplos seguintes:

(23) Maioria dos ministros do STF *vota* a favor das cotas raciais na universidade (O Globo, 26/04/12).

(24) CPI: STF *autoriza* acesso ao inquérito contra Demóstenes (JB, 27/04/12).

(25) INSS *alerta* sobre carta falsa para os aposentados (O Dia, 13/03/12).

(26) Mano *convoca* Jefferson, Nem e Rômulo para a seleção brasileira (O Extra, 11/05/12).

Os verbos *votar*, *autorizar*, *alertar* e *convocar* expressam medidas em que a volitividade é inerente. Nas manchetes analisadas, os sujeitos controladores da ação representam setores políticos, sociais e jurídicos. Poucos são os casos como o exemplificado em (26).

Vejamos exemplos de manchetes em que não há o controle por parte dos sujeitos:

(27) Além de Niterói e Maricá, onda de violência *assusta* moradores de Cabo Frio (O Globo, 09/03/12).

(28) Com adesão do Cefet-Rj, greve *atinge* 51 universidades federais (JB, 05/06/12).

(29) Chuva *atinge* diversos bairros da cidade do Rio (O Dia, 28/03/12).

(30) Rio *registra* temperatura mais baixa do ano (O Extra, 01/05/12).

Nessas manchetes percebemos que não há volitividade por parte de um agente, visto que há a presença de sujeitos causativos, como a onda de violência, resultado do crescimento de atos violentos, a greve que atinge as universidades e a chuva que desvasta diversos bairros. Na última sentença, o registro da temperatura na cidade também não é um ato controlado. Os resultados referentes à volitividade do sujeito encontram-se na tabela que se segue:

Tabela 4: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Volitividade.

Volitividade	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
Volitivo	42/84%	29/67,4%	26/68,4%	29/82,8%	126
Não volitivo	8/16%	14/32,6%	12/31,6%	6/17,2%	40
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

4.7 Modalidade e polaridade

Como nosso *corpus* é constituído de manchetes que abordam assuntos que supostamente aconteceram, todas as sentenças são eventos reais que fazem parte de nosso cotidiano. De acordo com Hopper e Thomson (1980), eventos que ocorrem em um mundo real são mais eficazes do que ações hipotéticas. Visto que todas as sentenças estão no modo indicativo (100%), que corresponde ao modo real, e apresentam a polaridade afirmativa (100%), esses dois traços categoricamente contribuem para elevar o grau de transitividade das manchetes em análise.

4.8 Afetamento do objeto

Outro traço que contribui para a elevação do grau de transitividade das manchetes *online* é o *afetamento do objeto*, uma vez que, na maioria delas, verifica-se a presença de objetos afetados, como demonstram os exemplos e a tabela a seguir:

- (31) Depois da Argentina, Bolívia também *nacionaliza* uma empresa espanhola (O Globo, 01/05/12).
- (32) Região serrana: MPF *processa* secretários por irregularidades (JB, 27/06/12).
- (33) Civil *divulga* foto do suspeito de matar médico (O Dia, 16/04/12).
- (34) Mudança na caderneta *prejudica* poupadores (O Extra, 04/05/12).

Tabela 5: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Afetamento.

Afetamento	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
Afetado	42/84%	33/76,7%	26/68,4%	23/65,7%	124
Não-afetado	8/16%	10/23,3%	12/31,6%	12/34,3%	42
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

4.9 Individualização do objeto

Em relação à individualização do objeto, nota-se um baixo índice de objetos individuados, visto que, nas manchetes analisadas, predominam objetos comuns, inanimados, abstratos, que estão no plural, incontáveis e não determinados.

Nos exemplos que se seguem, ilustramos em (35) um caso de objeto individuado (*próprio, humano, animado, concreto, contável, singular, referencial, definido*) e em (36) de um objeto não individuado (*comum, não humano, inanimado, abstrato, incontável, não referencial e indefinido*):

(35) Dilma *manda* Ideli afastar assessor ministerial que teria ligação com Cachoeira (O Globo, 10/04/12).

(36) Dilma *prega* integração e defende “parceria entre iguais” (Jornal do Brasil, 14/04/12).

Na tabela seguinte, apresentamos os resultados relativos à individuação do objeto:

Tabela 6: Totais de ocorrência e as porcentagens do traço Individuação.

Individuação	O Globo	JB	O Dia	O Extra	Total
Individuado	9/18%	2/4,6%	4/10,5%	8/22,8%	23
Não-individuado	41/82%	41/94%	34/89,5%	27/77,2%	143
Total	50/100%	43/100%	38/100%	35/100%	166

Os resultados apresentados nesta e na tabela anterior demonstram que os objetos das manchetes *online*, embora afetados em sua grande parte, não apresentam as características que, segundo Hopper e Thompson (1980), são próprias de objetos de cláusulas mais transitivas.

Na tabela seguinte está o resultado geral de todos os traços analisados. Julgamos importante ressaltar que os traços *aspecto*, *pontualidade*, *modalidade* e *polaridade* não fazem parte da tabela, em função do que já expusemos anteriormente: em todas as manchetes o aspecto é atético, as sentenças não são pontuais, pertencem ao modo indicativo e, no que diz respeito à polaridade, todas são afirmativas.

Tabela 7: Totais de porcentagens de cada traço dos jornais online.

Parâmetros	O Globo	JB	O Dia	O Extra
Participantes	92%	88,4%	78,9%	71,4%
Cinese	96%	93%	100%	100%
Volitividade	84%	67,4%	68,4%	82,8%
Agentividade	82%	65,1%	84,2%	88,6%
Afetamento	84%	76,7%	68,4%	65,7%
Individuação	18%	4,6%	10,5%	22,8%

Conforme se pode observar, em todos os jornais *online*, predominam manchetes que correspondem a sentenças com alto grau de transitividade, uma vez que fica comprovada a prevalência de mais de um participante, de verbos cinéticos, de agentes volitivos e de objetos afetados. Podemos ainda acrescentar

a modalidade e a polaridade à lista de traços favorecedores da elevação do grau de transitividade das manchetes analisadas.

Conclusão

Neste texto, propomo-nos a analisar, sob o viés da transitividade, nos moldes postulados por Hopper e Thompson (1980), manchetes de jornais *online* (*O Globo, Jornal do Brasil, O Dia e O Extra*), em que ocorre o emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente.

Na análise dos dados, visando à compreensão da natureza das manchetes dos jornais *online*, analisamos as manchetes que compõem nosso *corpus*, observando aspectos referentes a cada um dos traços componentes da transitividade. Os resultados que encontramos demonstram haver predominância de manchetes altamente transitivas.

Observamos, entretanto algumas peculiaridades, como: (i) a presença massiva de sujeitos abstratos, embora volitivos e com características de agente, ou seja, capazes de efetuar a transferência de ações; (ii) a exemplo do observado com o sujeito, também, em relação ao objeto, notamos que, ainda que sejam, em sua maioria, afetados pela transferência da ação verbal, não são individuados, ou melhor, não possuem as características que, segundo Hopper e Thompson (1980), são próprias de objetos de cláusulas mais transitivas; (iii) como as manchetes abordam assuntos que supostamente aconteceram, em todas elas se verificam o modo indicativo e a polaridade afirmativa.

Por fim, destacamos, relativamente ao aspecto verbal que, em todas as manchetes coletadas e analisadas, observa-se o aspecto atético, que se refere a ações não finalizadas, em virtude do fato de termos selecionado manchetes em que se verifica o emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente. No entanto, algumas considerações importantes concernentes ao aspecto e, por decorrência, à pontualidade, precisam ser feitas.

Em consonância com Charaudeau (2007), entendemos que tal emprego é uma maneira de aproximar dois momentos opostos em uma cadeia temporal: o instante do surgimento do acontecimento e o instante do consumo da notícia pelo leitor. Considerando que, no caso do jornalismo *online*, o instante do surgimento do acontecimento e do consumo da notícia pelo leitor devem ser quase instantâneos, o emprego do presente do indicativo constitui um recurso para conferir à notícia um estatuto de co-temporalidade enunciática.

Também chamamos a atenção para o fato de que as ações expressas no presente do indicativo, nas manchetes analisadas, por não estarem concluídas (e, por conseguinte no perfectivo), também não são pontuais. Mas a ausência de pontualidade, quando relacionada ao aspecto, também remete à co-temporalidade enunciática².

Acrescentamos ainda que, diferentemente do postulado por Hopper e Thompson (1980) _ de que ações expressas por verbos em aspecto télico são mais eficazmente transferidas de um participante para outro e, por implicação, sentenças com tais características são mais transitivas e mais salientes _ no caso particular das manchetes de jornais *online*, o aspecto télico indicaria que as notícias veiculadas estariam relacionadas a eventos já terminados, pertencentes ao passado, ou seja, não atuais, o que poderia torná-las desinteressantes para o leitor. Assim sendo, concluímos que, no que diz respeito às manchetes de jornais *online*, o modo atélico e a não pontualidade provenientes do emprego do presente do indicativo em referência ao passado recente, por conferirem às referidas manchetes um estatuto de novidade e de instantaneidade, conferem-lhes também maior relevância e posição de destaque.

Por fim, entendemos que essas e outras peculiaridades observadas na análise das manchetes de jornais *online* confirmam a importância, no estudo da transitividade, de se ir além da marcação binária de cada traço. Em outras palavras, os indicadores de transitividade precisam ser interpretados com cuidado, considerando-se a natureza do *corpus* em análise, pois, como ficou aqui constatado, em alguns casos, o menos vale mais!

Referências

- ABRAÇADO, Jussara. *Por que transitividade traço a traço?* In: ABRAÇADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. *Transitividade traço a traço*. Niterói: Eduff, 2014, p.9-22.
- _____. *Ordem de palavras: da linguagem infantil ao português coloquial*. Niterói: EDUFF, 2003.
- ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENVENISTE, E. *Da subjetividade da linguagem*. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988.

2 Conforme assinalado anteriormente, nem toda ação no modo télico, finalizada, é pontual (Exemplos: *João correu atrás da bola* (não pontual) VS. *João chutou a bola* ao gol (pontual)).

- _____. *O aparelho formal da enunciação*. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- DE LANCEY, Scot. *Transitivity in Grammar and Cognition*. In: TOMLIN, Russel S. (Ed.), *Discourse Relations and Cognitive Units*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 53-68.
- DIXON, Robert. M. W. *Ergativity*. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 59-138, 1979.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- _____. *Elementos de análise do discurso*. 14. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto: 2009.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de Oliveira; HOPPER, P.; THOMPSONS. *Transitivity in grammar and discourse*, *Language*, v. 56, p. 251-299, 1980.
- KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. *A visão funcionalista da linguagem no século XX*. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003.
- LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Pontualidade*. In: ABRACADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. *Transitividade traço a traço*. Niterói: Eduff, 2014, p. 73-100.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) *Gêneros Textuais e Ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *O Presente do Indicativo no Discurso: implicações semânticas e gramaticais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- MCCLEARY, L. E. *Transitivity in a Czech folk tale*. In: P. HOPPER & S. THOMPSON (ed.), 1982.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- SAIDALI, Manoel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 3. ed. Editora Universidade de Brasília, 1964.
- _____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Editora Universidade de Brasília, 1964.
- SILVA, Caroline Soares da. *O tempo presente em manchetes online: o uso do presente do indicativo para referência ao passado recente*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2013.
- SANKOFF, Gillian; BROWN, Penelope. *The origins of syntax in discourse*. In: *Language*, v.52, n.3, p.631-666, 1976.
- SANTOS, Josecleide Elioterio dos; SILVA, Eliuse Sousa. *A manchete de jornal e a construção de sentidos: um estudo semântico-enunciativo*. In: Anais do VII Congresso Internacional de Abralín, Curitiba, 2011.
- SILVEIRA, Elisabeth Santos da. *Relevância em Narrativas Oraís*. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1990.

Sites dos jornais e revistas

- JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <www.jb.com.br>. Acesso em: fevereiro-julho de 2012.
- JORNAL O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: fevereiro-julho de 2012.
- JORNAL O DIA. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/>>. Acesso em: fevereiro-julho de 2012.
- JORNAL O EXTRA. Disponível em: <<http://extra.globo.com/>>. Acesso em: fevereiro-julho de 2012.

Recebido em 7 de junho de 2014.

Aceito em 2 de setembro de 2014.

O PAPEL DO REVISOR DE TEXTOS JORNALÍSTICOS OPINATIVOS E AS ESTRUTURAS DESGARRADAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Geisa Pelissari Silvério
Universidade Estadual de Maringá
geisa_pelissari@hotmail.com

Mário F. I. Viggiano
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
marioviggiano@uol.com.br

RESUMO:

O funcionalismo insere, ao analisar a língua em uso, o conceito pragmático, não se restringindo apenas às circunstâncias apregoadas pela gramática normativa. Pretende-se, neste trabalho, por meio da corrente funcionalista, avaliar as orações adjetivas explicativas e adverbiais, denominadas como dependentes pela gramática normativa, mas que se manifestam de modo desgarrado, como conceituado por Decat (2001). Serão avaliados exemplos presentes nos gêneros artigo de opinião e editorial, demonstrando um grau maior de argumentatividade e focalização expressos na opinião do autor ao desgarrar certas orações, e se esses exemplos poderiam ou não ser modificados sem alteração do sentido pelo profissional da revisão de textos, evidenciando o papel do revisor jornalístico impresso.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de textos; jornalismo impresso; funcionalismo; desgarramento.

ABSTRACT:

Functionalism inserts, when analyzing the language in use, the pragmatic concept, not restricted to circumstances touted by normative grammar. It is intended, in this work, through the current functionalist, evaluate relative and adverbial clauses, known as dependents by normative grammar, but which manifest themselves in “desgarrado” manner, as conceptualized by Decat (2001). Present examples will be evaluated in the genres of editorial and article, trying to demonstrate a greater degree of argumentation

and focalization expressed in the author's opinion to unlinked certain clauses, and if these examples could or could not be modified without changing the meaning by professional review of texts, highlighting the role of the printed newspaper reviewer.

KEYWORDS: Texts review; print journalism; functionalism; “desgarramento”.

Introdução

É fato que o estudo e a correta aplicação da gramática normativa da Língua Portuguesa se fazem necessários para que o emissor se comunique de modo adequado na maioria dos gêneros discursivos. Essa mesma gramática, entretanto, impõe determinadas regras que ora deixaram de ser utilizadas, devido às evoluções históricas que permeiam qualquer língua, ora passaram a ser empregadas de modo nem sempre igual aos preconizados pelas regras tradicionais.

Diante disso, para entender certas ocorrências que não são justificadas pela gramática tradicional, buscam-se teorias que possam auxiliar nessa compreensão. A corrente que se pretende estudar neste trabalho é a funcionalista, que promove uma análise linguística além da estabelecida pela gramática normativa, pois abrange outros aspectos não considerados por ela.

Procurando ampliar as discussões sobre os diferentes usos, este trabalho tem por intuito averiguar aquilo que é mencionado pelos estudos normativos e funcionalistas no que diz respeito às conceituações e aplicações das orações tradicionalmente denominadas subordinadas adjetivas explicativas e adverbiais.

Portanto, expõe-se, no uso escrito da Língua Portuguesa, a existência de cláusulas desconectadas de suas orações núcleo ou de seus sintagmas nominais, intituladas de desgarradas (DECAT, 2011), nos gêneros textuais artigo de opinião e editorial, enfatizando o poder argumentativo que esse desgarramento proporciona à cláusula em relação ao contexto discursivo no qual aparece e à intenção do interlocutor.

Ademais e especificamente, pretende-se verificar o papel do profissional de revisão de textos da área jornalística, uma vez que, ao “corrigir” tradicionalmente os textos opinativos/argumentativos dos dois gêneros acima apresentados, poderá ele ou não alterar a intencionalidade e a focalização argumentativa pretendida pelo produtor do texto. Selecionou-se, para isso, três revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época e Isto É.

Portanto, constata-se que o presente trabalho possui relevância acadêmica e social, visto que, por meio da descrição linguística, é possível visualizar dife-

rentes modos da língua em uso, suas considerações e possíveis características, além de aplicá-las nos textos veiculados no meio social, evitando equívocos, distorções e até possíveis ambiguidades no discurso do outro.

1. O papel do revisor de textos jornalísticos opinativos

Para compreender a função exercida pelo profissional da revisão de textos, é indispensável compreender em que momento histórico se deu a sua aparição e como ocorreu a evolução da atividade durante o tempo até chegar a função social que exerce hoje.

A figura do revisor de textos surge na França, no momento em que:

As constantes divergências de crenças religiosas e a falsa interpretação dos textos sacros deram lugar a discussões e controvérsias. Daí a necessidade de formarem um corpo de revisão, entre os homens de maior fama intelectual e erudição comprovada, para fazerem a correção ou revisão dos manuscritos antigos, dando-lhes nova forma, alterando-lhes os períodos de modo que as subseqüentes edições saíssem isentas daqueles senões. (AREZIO, 1925, *apud* COELHO NETO, 2008, p. 26)

Na época, muitos copistas se revoltaram com a instituição dos precursores dos atuais revisores de textos. Conseguiram, com o auxílio do parlamento francês, a condenação dos impressores e colaboradores, uma vez que, de acordo com a religião, os novos métodos eram considerados obra do demônio. Porém, mesmo os copistas continuando o seu trabalho – os quais não davam conta da procura – e os impressores trabalhando na clandestinidade – e sendo acusados de modificar o conteúdo dos textos –, os erros continuaram sendo frequentes.

Sendo assim, como afirma Coelho Neto (2008), “os tipógrafos mais inteligentes e mais eruditos” ganham espaço com o incremento da indústria tipográfica e a prática de corrigir a partir de provas de prelo. Isso porque os erros da primeira edição dos livros, por exemplo, eram corrigidos a pena, e a ideia de errata – indicação de um erro em livro ou qualquer impresso – surge somente em 1478, na edição do *Juvenal*, impresso em Veneza.

Hodiernamente, a figura do revisor de textos está em um momento de revisão da própria função, já que, como observado no retrocesso histórico acima, era – e ainda é – vista como aquela pessoa com a competência de corrigir erros gramaticais da língua. Essa visão, no entanto, vem sendo questionada e repensada por diversos estudiosos da língua.

Heurley (2006), citado por Carinhas (2012, p.14), afirma que é possível agrupar os diferentes vieses da revisão textual em três: “(i) a revisão entendida como uma alteração efetiva, porque visível, no texto; (ii) a revisão como uma componente do processo de escrita cujo objetivo é o de tentar melhorar o texto já escrito; e (iii) a revisão como um componente de controle da produção escrita”. Para o autor, os múltiplos conceitos do termo “revisão” devem-se ao fato de esse trabalho ainda ser visto como um controle da produção escrita, e não como parte significativa da produção textual.

O profissional da revisão de textos deve sim deter o domínio sobre a norma padrão culta da língua, uma vez que ela é necessária para a padronização de publicações e consenso de leitura. A língua, entretanto, vive em constante mutação, procurando adequar-se às transformações histórico-sociais, e, em muitas situações, deixando em desuso termos e expressões consideradas então como arcaicas.

Nesse contexto, o estudo permanente e o domínio de novos saberes são fundamentais para que a figura do revisor seja vista com outros olhos. Diferentes correntes linguísticas e gramaticais podem evidenciar caminhos às vezes ocultos à tradição gramatical, permitindo ao produtor do texto expressar-se de modo a atingir grupos sociais distintos ao mesmo tempo, de maneira mais persuasiva, ou ainda, de forma a selecionar o leitor. Essa modificação na linguagem também é permitida pelo gênero discursivo a que pertence o texto produzido, além da intencionalidade do escritor.

No tratamento revisional de textos escritos da área jornalística, toda essa possível alteração, fugindo às regras gramaticais que mantêm o texto, por vezes, “fechado” às novas fronteiras, é mais que evidente. Isso porque cada jornal ou revista delimita seu público-alvo, o que resulta na restrição ou não da linguagem a ser utilizada.

Isso tudo evidencia que o processo de escrita não é uma tarefa de fácil elaboração, visto que são muitos os aspectos que devem ser valorados pelo produtor do texto para que a leitura se torne compreensível a todos. Entretanto nem sempre esse texto chega ao público como o autor gostaria, já que, após a escrita, ele passa por diferentes etapas, como editoração, preparação, revisão, entre outros.

Novamente enfocando nos textos jornalísticos escritos de modo geral, tem-se ainda um outro agravante: o tempo para publicação. Por vezes – ou quem sabe quase sempre – as notícias, reportagens, propagandas, artigos, editoriais, e outros gêneros do meio, precisam ser elaboradas e publicadas de modo quase

que instantâneo, o que facilita a divulgação de textos com diferentes níveis de equívocos e inadequações.

Constata-se, então, que a figura do revisor de textos é de fundamental importância para que casos como esse não se tornem frequentes. Porém muitas redações de revistas/portais *online* e agências de publicidade, especialmente as menores ou as que trabalham com conteúdo majoritariamente digital concentram essa função de revisar em outra, como o editor ou o preparador, dispensando os revisores com o intuito de economizar. Além disso, com relação às publicações periódicas *online* dispõe-se da possibilidade de alterações após a publicação do texto, o que torna para muitos, mais uma vez, o papel do revisor “dispensável”, mesmo que os que se tornam responsáveis pela revisão não possuam domínio linguístico suficiente.

No que diz respeito especificamente às revistas – veículo de comunicação neste trabalho utilizado –, dois quesitos importantes devem ser analisados: a periodicidade e a segmentação do veículo de comunicação em questão. Isso porque, além de possuírem um público-alvo para suas publicações, delimitando um leitor específico, o tempo de publicação (semanal, mensal, trimestral, entre outros) determinará o tempo de revisão dos textos a serem divulgados, o qual tende a ser um pouco mais amplo que os outros meios jornalísticos escritos. As revistas, então, terão uma “permissão” ao uso do sentido figurado, linguagem leve, clara, simples e concisa, evidenciando também um ponto de vista mais claro, devido justamente à linha editorial, ou seja, da vertente social, política e econômica seguida pela revista.

Logo, tem-se que o papel do revisor deve ser cauteloso e observador, visto que, ao apresentar sua opinião, o autor, provavelmente, também se refira à opinião da linha editorial. Desse maneira, ao alterar um vocábulo no texto por outro sinônimo, a crítica transmitida pode tornar-se mais suave ou agressiva, podendo alterar o real objetivo do escritor. Além disso, marcações textuais, sinais gráficos e possíveis erros de sintaxe devem ser observados atentamente, uma vez que podem apresentar uma ironia, metáfora ou brincadeira do produtor do texto.

Sendo assim, demonstra-se que, a fim de revisar textos com qualidade, é necessário que o profissional assumo o papel de coautor do texto, fazendo as alterações precisas para melhor compreensão por parte do leitor do produto final, ainda que isso resulte na alteração do texto, mas sem a modificação das intenções do produtor. Com isso, a figura do revisor de textos passa a ter substancial valor, deixando de ser contemplado como um rígido corretor gramatical.

1.1 A gramática tradicional: os conceitos de subordinação e de dependência

A gramática tradicional, ao denominar as relações estabelecidas entre diferentes cláusulas – ou como ela mesma classifica entre diferentes “orações” –, delimita normativamente essas associações como o estudo do período composto. De acordo com Almeida (2009), ele compõe-se de duas ou mais orações, ou seja, pela presença de dois ou mais verbos. Segundo Azeredo (2011, p.290), trata-se de uma “unidade construída em torno de um núcleo verbal”.

Separada em coordenada e subordinada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a divisão do período composto é assim designada porque a gramática normativa considera, como critérios relevantes para a classificação, apenas os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, entretanto, nem sempre de maneira uniforme, isto é, nem todos consideram todos esses critérios. Desse modo, diversos autores utilizam-se das expressões “dependentes” e “independentes” para nomeá-las, como se constata a seguir:

Oração coordenada é aquela que é independente sintaticamente, isto é, não exerce nenhuma função sintática em relação a outra oração. Período composto por subordinação é aquele formado por uma oração principal e uma ou mais subordinadas. (FARACO; MOURA, 2004, p. 321 e 327)

O período é composto por coordenação quando contém apenas orações coordenadas, ou seja, orações de funções equivalentes. Todo período que traz orações subordinadas, ou seja, dependentes umas das outras, é composto por subordinação. (SACCONI, 2008, p. 262 e 264)

Por coordenação – as orações são sintaticamente independentes, ou seja, não exercem função sintática em relação a verbos, nomes ou pronomes de outra oração.

Por subordinação – as orações são sintaticamente dependentes, ou seja, uma exerce função sintática em relação a um verbo, nome ou pronome de uma outra oração. (ALMEIDA, 2009, p. 301)

Coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe) são, portanto, dois processos de construção: a coordenação une partes do texto – palavras, sintagmas ou orações – formal e funcionalmente

equivalentes; a subordinação une partes formal e funcionalmente distintas. A chave desta distinção é a noção de ‘hierarquia’. Com isto estamos dizendo que ao se combinarem numa construção, as unidades gramaticais – palavras, sintagmas, orações – se associam por dois modos básicos distintos: ou elas se situam no mesmo nível de modo que a presença de uma independe da presença da outra (coordenação ou parataxe), ou elas se situam em níveis distintos, imediatos ou não, de modo que uma delas é a base e a outra serve de complemento ou de termo adjacente (hipotaxe ou subordinação). A unidade subordinada sempre vem contida numa unidade maior, que lhe é superior na hierarquia gramatical interna da oração. (AZEREDO, 2011, p. 294)

Além da ideia de dependência presente em todos os autores, observa-se, em Faraco e Moura (2004), a existência, para o período subordinado, de uma oração intitulada de principal. Esse conceito é enfatizado por Azeredo (2011), o qual assevera que, nessa relação de subordinação, sempre haverá um nível hierárquico entre as cláusulas, de modo que a oração subordinada sempre será de grau inferior à unidade “maior” com a qual interage.

No período composto por subordinação, as orações segmentam-se em três: substantivas, adjetivas e adverbiais. As primeiras cláusulas podem ser conectadas por uma conjunção integrante e exercem uma função sintática; por isso, não podem aparecer desconexas. Já as segundas introduzidas por um pronome relativo (pronomes que retomam um termo já expresso na oração anterior) e subdividem-se em restritivas e explicativas. Por fim, no que diz respeito às cláusulas denominadas como subordinadas adverbiais, estas são vistas como orações que exibem um menor grau de dependência em relação à oração a que se referem, realizando uma modificação de circunstância temporal, causal, final, condicional, entre outras, do mesmo modo como o advérbio opera nas orações.

Trabalhar com as definições da gramática normativa pode ser plausível e viável quando se estudam estruturas tradicionais do uso da Língua Portuguesa. No entanto, esse mesmo uso também inova e faz surgirem novos modos de aplicação do português (falado ou escrito), para os quais são necessários estudos e teorias que deem conta de sua análise. Sendo assim, a corrente funcionalista, por considerar aspectos que não são verificados pelos estudos normativos, será aqui utilizada, sempre em cotejo com o que prescreve a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual tem por objetivo as terminologias utilizadas no ensino da gramática brasileira.

1.2 A corrente funcionalista e o conceito de orações desgarradas

O Funcionalismo é uma corrente linguística que busca estabelecer uma relação entre a estrutura gramatical da língua e as diferentes circunstâncias de comunicação. Sendo assim, os estudiosos da área consideram, em sua análise, os interlocutores, os intuítos e a situação discursiva.

Isso significa dizer que a corrente funcionalista objetiva explicar como os falantes utilizam a língua e comunicam-se com êxito e, para tanto, insere, ao analisar a língua em uso, o conceito pragmático, não se restringindo apenas aos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, como faz a gramática normativa. Cunha (2012, p. 158) enfatiza essa ideia, afirmando que “o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.”

Nesse viés, as pesquisas a respeito das estruturas sintáticas apresentam a abordagem elaborada por Hopper e Traugott (1993), as quais reconfiguram as definições, tipicamente consagradas na gramática tradicional, como coordenação e subordinação. Para os autores, as relações entre cláusulas podem se manifestar com diferentes graus de dependência e de encaixamento (ser constituinte ou não da cláusula à qual se refere, nomeada como cláusula núcleo). Portanto, intitulam essas relações como parataxe, hipotaxe e subordinação, definindo-as no quadro que segue:

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+ encaixada

Quadro1 – Relações entre cláusulas.

Fonte: HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170.

Lehmann (1988) também assevera que as cláusulas subordinadas podem ocorrer de modo somente associado, sem relações hierárquicas, ou seja, paratáticas, até a presença de um nível evidente de hierarquia entre elas, isto é, subordinadas, representando uma relação de encaixamento – *embedding*. O autor define essa ideia como um “contínuo de rebaixamento”, no qual, de maneira gradual, apareceriam relações subordinadas rebaixadas.

As orações adjetivas explicativas e as adverbiais estariam inseridas, de acordo com essa divisão, no grupo da hipotaxe, já que apresentam determinado grau de dependência em relação à cláusula matriz, mas, ao mesmo tempo,

não são necessariamente elementos sintáticos dessa oração, como seriam as subordinadas substantivas. Por isso, possuem um menor grau de encaixamento, como retratado no quadro acima.

Em contrapartida, no contexto dos estudos funcionalistas brasileiros, Decat (2011) propõe que, ao contrário do que é normatizado pela gramática, as orações adjetivas explicativas e as adverbiais podem ser empregadas, dependendo da situação comunicativa, desvinculadas da cláusula a que “teoricamente” pertenceriam. Em decorrência disso, a autora as nomeia como estruturas “desgarradas”.

Lima (2004) enfatiza a ideia acima apresentada, pois em seus estudos concluiu que:

Apesar de a GT não cogitar a possibilidade de uma “oração subordinada” ocorrer e funcionar no discurso sem a correspondente oração matriz, são mais frequentes do que se supõe ocorrências de adverbiais isoladas, constituindo, sozinhas, enunciados completos. E mais: ocorrências desse tipo não se restringem a enunciados presentes em textos orais apenas, como se fossem característicos da fala. Também em textos escritos a oração adverbial desatrelada de uma matriz representa uma possibilidade de configuração que modifica seu estatuto de “subordinada”, tendo, por isso mesmo, grande relevância interacional. (LIMA, 2004, p. 56)

Para essa compreensão, Decat (2011) embasou-se nas teorias de Chafe (1980), que reconhece a existência de cláusulas que transmitem a informação por completo, como um fluxo linguístico, compondo contornos entonacionais separados. Esse fluxo se compõe de uma unidade informacional, ou, conforme por ele determinado, a concepção de “*idea unit*”.

Essa característica de cláusula única corrobora com as teses de Bally:

Quando esse autor trata das relações entre orações, no nível da segmentação, no qual inclui orações (ou expressões) adverbiais ‘deslocadas’ e estruturas parentéticas. A segmentação é por ele vista como uma noção de ordem semântica, e refere-se a estruturas cuja soldadura não se realiza por completo. (Bally, 1944, apud DECAT, 2011, p. 71)

Os dados a seguir apresentados demonstram, de maneira evidente, como as orações adjetivas explicativas e adverbiais podem aparecer desgarradas, produzindo uma unidade de informação a parte. Ademais, também se constata

que elas efetuam diferentes tipos de relações e aparecem em múltiplos gêneros textuais do âmbito escrito.

O texto abaixo foi veiculado na Revista *Isto É* pela editora da própria revista (Editora Três) como destaque ao aniversário de 40 anos da empresa. Por se tratar de um texto mais extenso, selecionaram-se aqui os trechos de maior importância para a análise, sem interferir na compreensão da informação a ser transmitida.

(1) *Propaganda*

Visão não é só a capacidade de enxergar. É entender o que está vendo. E, para isso, não bastam olhos saudáveis ou óculos de grau. É preciso informação. Mas não qualquer informação. Não aquela mastigada de forma tendenciosa. Ela necessita ser independente, precisa, imparcial. Aparada antes de noticiada e, por isso, carregada de credibilidade. Há 40 anos, nós, da Editora Três, rezamos essa cartilha. (...) Sem deixar, também, de manifestar nossa opinião. E seguindo sempre o princípio da pluralidade. Pluralidade de assuntos, de informações, de opiniões. **Que dá a você, leitor, não apenas a capacidade de enxergar o nosso ponto de vista.** Mas de desenvolver o seu.

Saber ouvir é uma arte. **Que nem todo mundo domina.** (...) Há 40 anos, nós, da Editora Três, falamos para quem sabe ouvir. Oferecendo, sempre, um conteúdo plural. **Que, em vez de definir um caminho, abre muitos.** Bom de papo não é quem fala muito. É quem tem o que falar. (...) Porque, antes de ser um bom conversador, o bom de papo é um ótimo leitor. **Que sabe o que quer ler. Que sabe onde encontrar informação isenta, correta, imparcial. Que sabe a diferença entre informação e opinião.**

(EDITORA TRÊS, 2012, grifo nosso)

No exemplo acima, tem-se a presença de seis orações desgarradas, introduzidas pelo pronome relativo “que”, que introduz orações adjetivas. Verifica-se maior intensidade da ideia veiculada, uma vez que a independência dessas cláusulas faz o leitor tornar-se coautor do texto. Isso porque existe a necessidade da leitura compreensiva do conteúdo que figura anteriormente às orações por parte do leitor. Além disso, o leitor deve possuir conhecimento de mundo sobre as revistas que discutem política e como essas revistas podem induzir a opinião do próprio leitor ou de qualquer outra pessoa. Ademais, as três ocorrências finais realizam um desgarramento de modo enumerado que,

com pausas marcadas pela vírgula, não dariam o mesmo enfoque persuasivo que assim invocam.

Outro exemplo de oração adjetiva desgarrada oferece um olhar diferente dos acima apresentados. Isso porque, além do desgarramento, tem-se uma mudança no posicionamento da oração.

(2) Propaganda

Onde o objetivo encontra a facilidade.

Marriot.

Aproveite mais nos hotéis Marriot.

Estamos aqui para garantir que suas viagens sejam tudo o que você imaginou – e muito mais (MARRIOTT, 2011, grifo nosso).

Tem-se, nesse excerto, a ocorrência do desgarramento em posição inicial, uma vez que a informação com a qual se relaciona somente virá na sequência, em forma de sintagma nominal. Isso evidencia que o poder de argumentatividade não diz respeito à hierarquia (coordenada ou subordinada), nem à sequência como aparecem em um texto, mas, sim, ao objetivo do autor do texto, que buscará artifícios linguísticos que levem ao melhor convencimento e, até mesmo, à cooperação do seu interlocutor.

A próxima relação observada diz respeito às orações adverbiais causais, que abrangem ideias de motivo, explicação, justificativa, e percebe-se que assim aparecem devido ao alto poder argumentativo que impõem, marcando a intencionalidade do autor.

(3) Propaganda

Petrobras Premmia está trazendo uma promoção incrível.

Porque o nosso foco é você (POSTOS PETROBRAS, 2012).

(4) Reportagem

Tomates no Tombini.

A postura hesitante do presidente do Banco Central pode colocar tudo a perder na bem-sucedida política de queda de juros. **Só porque choveu na lavoura do tomate** (MOURA, 2013b, grifo nosso).

Da mesma maneira como Neves (2000), Decat (2011) e Lima (2004) também se encontram exemplos da ocorrência independente de cláusulas adverbiais finais, as quais introduzem a ideia de finalidade ao contexto. É essencial destacar que o exemplo (5), apesar de parecer retratar o que Decat (2011, p.74)

denomina como “sintagma nominal solto”, aqui será considerado como oração final desgarrada, porque, implicitamente, para a compreensão do texto, o leitor ativa o conhecimento de mundo, inserindo na ideia uma ação como “Para se ter uma pele saudável e protegida” ou “A fim de conseguir uma pele saudável e protegida”, entre outras possibilidades. Isso significa dizer que esse “vazio oracional” é preenchido inconscientemente pelo leitor, o que também expõe a intencionalidade do autor do texto ao tornar seu receptor coautor da produção.

(5) *Propaganda*

Escolha a proteção com sensação hidratante.

Enriquecida com vitamina E, cria uma barreira protetora e deixa a pele da sua família com sensação hidratante.

Para uma pele saudável e protegida (PROTEX, 2012, grifo nosso).

(6) *Reportagem*

Para pagar contas com o celular.

Cerca de 6 milhões de brasileiros consultam saldos, fazem transferências e pagam contas com a ajuda de smartphones. Saiba como aproveitar o serviço e se proteger dos riscos virtuais (PEREZ, 2013c, grifo nosso).

Por fim, um último exemplo significativo é a aparição de cláusula temporal desgarrada. Nela, pode-se destacar a nuance condicional factual, constatada por Neves (2000), que a conjunção temporal “quando” exprime para a ideia analisada. Isso porque se tem uma relação de possibilidade temporal, ou seja, elencar os momentos – tempo – que seriam possíveis e adequados – condição – para efetuar a ação mencionada no enunciado (“antecipar a restituição do IR”).

(7) *Reportagem*

Quando vale antecipar a restituição do IR.

Antecipar a devolução do Imposto de Renda para pagar dívidas a juros mais altos pode ser uma opção para equilibrar o orçamento. (MOURA, 2013a, grifo nosso)

Na sequência, após a conceituação e exemplificação do desgarramento de orações adjetivas explicativas e adverbiais acima apresentadas, serão analisados textos retirados dos gêneros opinativos artigo de opinião e editorial, promovendo-se uma revisão destes como profissional da área, sem que a argumentatividade e a intencionalidade dos autores sejam modificadas.

2. Metodologia

O trabalho foi realizado a partir do levantamento de um pequeno *corpus* de textos do gênero artigo de opinião e editorial, publicados em revistas ou jornais, já que, nesses meios, os escritores procuram persuadir os leitores por meio da opinião, a fim de convencê-lo a seguir um posicionamento sobre determinado assunto.

No que diz respeito à etapa de identificação das relações que apresentam tais estruturas adjetivas e adverbiais encontradas no *corpus*, esta só pôde ser realizada após a leitura dos textos e livros que tratam das estruturas desgarradas da língua portuguesa, assim como a observação do nível de focalização e argumentatividade que apresentam.

Com base no que foi encontrado na revisão bibliográfica, buscaram-se exemplos de cláusulas desgarradas que pudessem compor um *corpus* para este trabalho. Para tanto, foram escolhidas revistas de grande circulação nacional, que apresentassem também divulgação online, já que se tornam acessíveis a todos os âmbitos sociais por tentarem, com um linguajar formal mas leve, atingirem um maior número de leitores possível. Optou-se, sendo assim, por um levantamento de modelos nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 nas revistas Carta Capital, Época e Isto É com publicações que datassem do período de 2013/2014.

Desse modo, foram identificados, no *corpus*, os tipos das orações que apareceram, ou seja, qual o valor semântico que elas exprimem em cada ocorrência e quais destas possuem mais ocorrências nos gêneros selecionados.

Depois disso, relacionou-se teoria e prática (análise), pois aqui foi observada a intencionalidade do produtor do texto, assim como a argumentatividade apresentada pelos tipos de construções encontradas. Levou-se em consideração, também, os aspectos sintáticos de pontuação e posicionamento da cláusula desgarrada.

A partir dos dados verificados e analisados acima, realizou-se a verificação das sentenças que poderiam ser modificadas pelo profissional da revisão, presente no âmbito de produção desses gêneros, sem prejuízo para o sentido recebido pelo leitor do texto ou para a intenção do produtor.

3. Análises, resultados e discussões

Ao se produzir um texto opinativo, o autor, buscando convencer o leitor daquilo que acredita ser verdade, apresenta, além do domínio sobre o conteúdo descrito, instrumentos linguísticos que deem realce e destaque àquilo que este

produtor tem como intuito transmitir. Isso é algo que se constata de maneira efetiva nos gêneros artigo de opinião e editorial escolhidos para este trabalho. Sendo assim, a fim de compreender as teorias aqui evidenciadas, é necessário a exposição do *corpus* da pesquisa, deixando claro como aparecem as orações caracterizadas como desgarradas no âmbito jornalístico.

No que diz respeito às orações adverbiais, estas costumam aparecer em posição final, trazendo uma informação fundamental para compreensão daquilo que é dito na cláusula núcleo. Por isso, muitos autores (CHAFE, 1984; DECAT, 2011; LIMA, 2004) visualizam uma função textual-discursiva de “fundo” para essas orações adverbiais, ou ainda como “moldura”.

Entretanto, como aqui se está analisando o desgarramento dessas proposições, a função primeira, que se observa em todos os exemplos que serão apresentados, é de “foco”, isto é, de ênfase e realce naquilo que o produtor do texto quer que seja destacado. Nesse sentido, Antunes (2003) lembra que nas situações comunicativas o autor do texto escolhe o que considera relevante dizer, sabendo que não fará falta para a correta assimilação da mensagem por parte de seu interlocutor. A decisão, portanto, de se destacar algo ou deixar implícito será do produtor do texto, além de outras implicações, como o gênero textual selecionado e o contexto comunicacional.

Lima (2004) assevera ainda que:

Se “o que é relevante é aquilo que não pode deixar de ser dito”, as ocorrências de subordinação adverbial sem matriz ratificam que o rótulo “principal” não pode designar ‘relevância informativa’. Nesses casos, ao contrário do que indica o termo ‘principal’, o que é principal é o conteúdo expresso na “subordinada”. (p. 58, grifos da autora)

Por isso, com o desgarramento das orações adjetivas explicativas e adverbiais, o poder argumentativo compreendido na ideia transmitida é destacado, ou melhor, focalizado, favorecendo a intencionalidade do autor do texto.

Isso pode ser comprovado nos exemplos que seguem abaixo:

(1)

Nesses breves momentos, que jamais serão eternos, a vida nos parece simples e sublime. **Como a de um bicho deitado ao sol. Como a de um anjo**, embora anjos não existam (MARTINS, 2014b, grifo nosso).

(2)

Melhor recusar o convite para conhecer o novo apartamento do querido que deixa você daquele jeito. Sobretudo **quando se está feliz com alguém** (MARTINS, 2014a, grifo nosso).

(3)

E em nome dessa promessa, desejam a eternidade. **Como todos nós** (CLEMENTE, 2014, grifo nosso).

Nos exemplos (1) e (3), o desgarramento comparativo promove uma função de “ponte” entre aquilo que foi dito e o que será posteriormente dito. Isso significa dizer que a cláusula apresenta, ao mesmo tempo, uma relação anafórica e catafórica, com “função de coesão discursiva”, de acordo com Decat (2011). A desgarrada comparativa do exemplo 2 demonstra essa função claramente, já que, ao se dizer “Como a de um bicho deitado ao sol. Como a de um anjo”, as orações retomam a ideia precedente de “vida simples e sublime” e introduzem a informação subsequente, na qual se observa uma concessão à última ideia exposta e, conseqüentemente, a toda ideia de vida mencionada anteriormente.

Outra função importante que aqui é destacada pelo exemplo temporal (3) é a ideia de “avaliação” que essa proposição adverbial desgarrada possui em posição final e por ser acompanhada de um termo que denota esse julgamento. O produtor do texto, ao trazer o tempo da situação mostrada anteriormente de maneira desgarrada, dá ênfase ao motivo apresentado, além de delimitar uma relação de inclusão de ideia expressa pelo termo “sobretudo” em “sobretudo quando”, determinando no contexto que o tempo apresentado é uma inferência do articulista do texto.

Além das funções acima descritas, tem-se no exemplo (4) uma oração adjetiva explicativa desgarrada em função que pode ser denominada como “adendo”, na qual a informação trazida completa e adiciona algo à ideia núcleo, também enfatizando aquilo que se objetiva dizer. Já se sabe pelas informações dadas anteriormente que houve a insistência de classificar Mandela como terrorista. Mas repete-se essa informação, de modo reformulado, portanto, novo, adicionando uma convicção ao texto “Que atingiu o cúmulo do ridículo com argumentos em blogs, jornais ou na tevê”. É válido evidenciar que, para que isso ocorra, a posição dessa oração desgarrada deve ser final. Além disso, esse foi o único desgarramento de cláusula adjetiva encontrado no *corpus*, o que demonstra que há esse uso, mas não é algo frequente com o pronome relativo.

(4)

Falsificações como a da revista *Veja*, uma editora com 30% de capital do grupo sul-africano Naspers, que defendeu o *apartheid* até o último suspiro, chamá-lo de “Guerreiro da Paz” na capa, enquanto seus blogueiros insistiam em classificá-lo de terrorista, são parte da tentativa de cooptar uma vida revolucionária para fins conservadores.

Que atingiu o cúmulo do ridículo com argumentos em blogs, jornais ou na tevê que Mandela seria contra as cotas raciais “petistas”: “Aos negros seria conveniente mirar-se nos exemplos de igualdade e jamais lutar por cotas”, atreveu-se a escrever um néscio no *Diário da Manhã*, de Goiânia, num artigo de opinião intitulado “O Legado de Mandela” (COSTA, 2014, grifo nosso).

O posicionamento dos exemplos (5), (6), (7) e (8) expressam uma função altamente focalizadora, uma vez que as cláusulas adverbiais desgarradas final e temporal encontram-se antepostas à oração matriz. Depreende-se que esse uso parece ser comum em artigos de opinião – também denominados como “colunas” nos jornais e revistas – que apresentam a tipologia injuntiva em sua produção, isto é, dar a opinião para instruir sobre algo, como se pode visualizar abaixo.

(5)

Para escolher o melhor MBA.

Profissionais que se dedicam a um curso de negócios podem engordar os rendimentos (PEREZ, 2013b, grifo nosso).

(6)

Para correr atrás dos seus direitos.

Alto número de reclamações faz empresas ficarem atentas às redes sociais e ouvidorias. Descubra o melhor caminho para resolver seu problema (PEREZ, 2013a, grifo nosso).

(7)

Para queimar a “gordurinha” localizada (ATALLA, 2014, grifo nosso).

(8)

Quando contratar um plano de saúde.

Cresce o número de consumidores que procuram esse tipo de proteção – mas as queixas aumentam na mesma velocidade (PEREZ, 2013d, grifo nosso).

Ademais, ao assim aparecerem, demonstram também a função de “tópico” que, de acordo com Decat (2011):

“Ocorrendo à esquerda do núcleo a que se refere, por força da própria função lógico-discursiva de tópico, a oração adverbial, nesse caso, constitui o **ponto de partida para a estruturação da informação**, caracterizando-se, pois, como uma opção organizacional do discurso.” (p. 143, grifos da autora)

Assim, ao se dizer “Para escolher o melhor MBA” ou “Quando contratar um plano de saúde”, o produtor do texto tem por objetivo, além de chamar a atenção de seu interlocutor, iniciar a situação comunicativa, introduzindo um tópico, isto é, um assunto a ser tratado, e, ao mesmo tempo, permitindo que o leitor se torne coprodutor de seu texto. Caso o revisor opte por alterar a ordem das orações em (6) para “Alto número de reclamações faz empresas ficarem atentas às redes sociais e ouvidorias. Descubra o melhor caminho para resolver seu problema, para correr atrás dos seus direitos”, a ideia de finalidade deixa de ter tanta importância, pois o foco agora é a atitude das empresas diante do alto número de reclamações. No exemplo (7), tem-se, ainda, um exemplo de desgarramento subentendido, pois não é necessário que o produtor do texto insira mais informações para compreender a finalidade a ser transmitida. Logo, o leitor subentende que haverá na continuação do texto informações que levem a essa finalidade.

As funções aqui expostas levam à constatação de que o intuito dos autores desses textos, conforme já foi dito, é persuadir, procurar convencer os interlocutores de que aquilo que dizem, além de verdade, é o correto de se pensar. Isso se torna notório ao perceber que os gêneros textuais em que foram encontrados os exemplos apresentados nesse trabalho pertencem à tipologia argumentar/opinar, como artigo de opinião e editorial, sendo que eles demonstram a corrente política e ideológica do meio de comunicação do qual fazem parte.

Após verificar os exemplos e interpretações obtidas, torna-se inadmissível que um revisor de texto modifique os textos aqui apresentados. Não poderia ele, por exemplo, retirar o ponto final dos exemplos (1), (2), (3) e (4) e substituir por vírgulas e, até mesmo, inserir o conectivo “e”, com suas devidas adequações sintática. Isso modificaria a função textual-semântica marcada pelo produtor do texto, diminuindo o poder argumentativo dado pela informação desgarrada.

Além disso, também não poderia em sua função de revisão alterar o posicionamento das situações (5), (6), (7) e (8), uma vez que é justamente a

antecipação dessas cláusulas que transmite o destaque, ou seja, a focalização intencionada pelo autor do texto, evidenciando o tópico para o qual ele deseja que o seu leitor dê atenção no conteúdo transmitido.

Conclusão

Acreditar que a língua portuguesa é um conjunto de normas fechadas e inalteradas fará certos usos de seus falantes não serem considerados, já que fogem ao que é determinado como regra. Diante disso, os diferentes estudos gramaticais e, neste caso o funcionalista, procuram dar tratamento além daquilo que é limitado pela gramática tradicional.

Sendo assim, este artigo, ao buscar trabalhar com os usos, que se tornam cada vez mais frequentes na língua, expôs as orações adjetivas explicativas e adverbiais desgarradas, denominadas pela gramática normativa como sempre dependentes sintaticamente da cláusula núcleo com a qual se relacionam.

Para tanto, expôs-se o papel do profissional da revisão de textos e seu processo histórico, além de como sua função é vista nos textos jornalísticos, em especial nas revistas, veículo de comunicação selecionado para este trabalho. Também apresentou-se os conceitos determinados pela gramática normativa sobre orações subordinadas, e como estes mesmos períodos são compreendidos pelo funcionalismo.

Os dados apresentados mostraram que essas proposições são comuns em meios de comunicação escrito, como revistas, os quais atingem diferentes níveis de leitores. Visualizou-se a recorrente possibilidade de desgarramento, já defendida por muitos autores da corrente funcionalista, em orações que estabelecem relações comparativas, temporais e finais. Já as estruturas desgarradas com pronome relativo aqui demonstradas permitem, quem sabe, procurar por um estudo que proponha um levantamento maior ou não de suas aparições nos gêneros selecionados, ampliando as discussões sobre o tema.

Ademais, constatou-se um maior grau de argumentatividade quando essas cláusulas são empregadas de forma desgarrada, afirmação legitimada quando se constata que são justamente essas cláusulas que possuem a informação de destaque. Isso porque a função textual-discursiva presente em todos exemplos diz respeito à focalização que essas orações propõem para o contexto em que estão inseridas. Também, ao lado dessa função, outras atribuições foram reveladas para as estruturas desgarradas, como tópica, de adendo, avaliativa e ponte.

Com isso, percebe-se que o emissor demonstra, por meio de estratégias linguísticas, uma maneira diferente e até mesmo mais persuasiva de dar enfo-

que ao seu discurso, uma vez que a intencionalidade do autor, nos textos aqui presentes, era argumentar a seu favor, procurando convencer seus interlocutores e tornando-os coparticipadores do texto.

Por fim, constata-se que, ao atuar como profissional da revisão de textos, é de suma importância que este tenha domínio tanto da gramática normativa quanto dos usos que vão se tornando comuns, e que são estudados pelo âmbito acadêmico. Isso porque ele precisa ter ciência que revisar vai além da função de “correção”, feita por muitos, e que é preciso dar total relevância as intenções argumentativas dos produtores dos diversos textos revisados, sem procurar alterá-las.

Referências

- ALMEIDA, Nelson T. de. *Gramática da Língua Portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANTUNES, Irlandé. A explicitude dos discursos: os vazios naturais do texto e sua coerência. *Portal do São Francisco. Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco*, ano II, n.2, p. 145-155, dezembro de 2003.
- ATALLA, Marcio. Para queimar a “gordurinha” localizada. *Época*. 14 março 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/marcio-atalla/noticia/2014/03/para-queimar-bgordurinha-localizadab.html>> Acesso em: 26 de março de 2014.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houssais da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- CARINHAS, Raquel. *O processo de revisão da escrita em português língua estrangeira: propostas didáticas para o tratamento do erro*. 2º Ciclo de Estudos em Português Língua Segunda/ Língua Estrangeira. U.Porto, 2012.
- CARVALHO, Cristina. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. In: *Veredas- Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004.
- CASTILHO, Ataliba. T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAFE, Wallace L. How people use adverbial clauses. *The Proceedings of the tenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley Linguistics Society, p. 437-449, 1984.

- _____. The deployment of consciousness in the production of a narrative. IN: CHAFE, Wallace L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.
- CLEMENTE, Isabel. A geração de pais-avôs. *Época*. 2 março 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/isabel-clemente/noticia/2014/03/geracao-de-bpais-avosb.htm>>. Acesso em: 26 de março de 2014.
- COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 2. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.
- COSTA, Antonio Luiz M. C. Nelson Mandela de corpo inteiro. *Carta capital*. 2 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/779/nelson-mandela-de-corpo-inteiro-8130.html>>. Acesso em: 24 março 2014.
- CUNHA, Angelica F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DECAT, Maria Beatriz N. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- EDITORA TRÊS. Propaganda. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 36, n° 2236, p. 56-61, 19 set. 2012.
- FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco M. *Gramática Nova*. São Paulo: Ática, 2004.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In.: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
- LIMA, Ana. Funções textual-discursivas das ‘orações adverbiais’ sem matriz. In: *Veredas - Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.53-62, jan./dez. 2004.
- MARRIOTT, Hotels and Resorts. Propaganda. *Época Negócios*. São Paulo: Editora Globo, ano 4, n° 56, p. 20 e 21, out. 2011.
- MARTINS, Ivan. Amigas são para sempre. *Época*. 5março 2014a. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/03/bamigasb-sao-para-sempre.html>>. Acesso em: 26 de março de 2014.

- _____. O ingrediente secreto. *Época*. 22 jan. 2014b. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/01/o-bingredienteb-secreto.html>>. Acesso em: 26 de março de 2014.
- MOURA, Pedro M. de. Quando antecipar a restituição do IR. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2264, p. 92, 10 abril 2013a.
- _____. Tomates no Trombini. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2264, p. 90, 10 abril 2013b.
- NEVES, Maria Helena M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREZ, Fabíola. Para correr atrás de seus direitos. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2278, p. 72, 17 jul. 2013a.
- _____. Para escolher o melhor MBA. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2294, p. 77, 6 nov. 2013b.
- _____. Para pagar contas com celular. *Isto É*. São Paulo: Editora Três, ano 37, n° 2267, p. 86, 1° mai. 2013c.
- _____. Quando contratar um plano de saúde coletivo. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2277, p. 7, 810 jul. 2013d.
- POSTOS PETROBRAS. Propaganda. *Duas Rodas*. São Paulo, Editora Sisal, n° 445, p. 11, out. 2012.
- PROTEX. Propaganda. *Pense Leve*. São Paulo, Grupo 1 Editora, ano 20, n° 239, p.5. jun. 2012.

Recebido em 25 de junho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.

DISTINÇÕES ENTRE MODALIDADE DEÔNTICA OBJETIVA E SUBJETIVA NO PORTUGUÊS FALADO: O CASO DO VERBO *DEVER*

Sandra Denise Gasparini-Bastos
Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto
sandradg@ibilce.unesp.br

RESUMO:

As distinções modais propostas por Hengeveld (2004), retomadas em Hengeveld e Mackenzie (2008) dentro da Gramática Discursivo-Funcional, consideram a existência de cinco tipos de modalidade: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. Observando-se especialmente a modalidade deôntica, há evidências de que essa modalidade pode ser subdividida em objetiva e subjetiva, como já analisado por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) em construções auxiliares do espanhol falado. O presente trabalho tem por objetivo investigar os elementos contextuais que favorecem a interpretação dos dois valores quando expressos por meio do verbo auxiliar modal *dever* em dados do português falado.

PALAVRAS-CHAVE: modalidade deôntica, modalidade objetiva, modalidade subjetiva, Gramática Discursivo-Funcional, verbo *dever*.

ABSTRACT:

The modal distinctions proposed by Hengeveld (2004), reexamined by Hengeveld and Mackenzie (2008) within the Functional Discourse Grammar (FDG), consider the existence of five types of modality: facultative, deontic, volitive, epistemic and evidential. Taking into special account the deontic modality, there are evidences that it can be subdivided into objective and subjective, as analyzed by Olbertz and Gasparini-Bastos (2013) in auxiliary constructions of spoken Spanish. This work aims to investigate the contextual elements that favor the interpretation of these two values when they are expressed by the modal auxiliary verb “dever” (*must*) in spoken Portuguese data.

KEYWORDS: deontic modality, objective modality, subjective modality, Functional Discourse Grammar, verb “dever”.

Introdução

Este trabalho tem como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), teoria funcionalista de linha holandesa, que prevê a existência de quatro níveis de análise: Interpessoal (Pragmático), Representacional (Semântico), Morfossintático e Fonológico, distribuídos em um esquema *top down*, que parte da intenção do falante para a articulação das formas linguísticas. Todos os níveis têm uma organização hierárquica que consiste de várias camadas. A arquitetura geral da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) bem como a interação entre os níveis pode ser visualizada na figura a seguir, adaptada de Hengeveld e Mackenzie (2008):

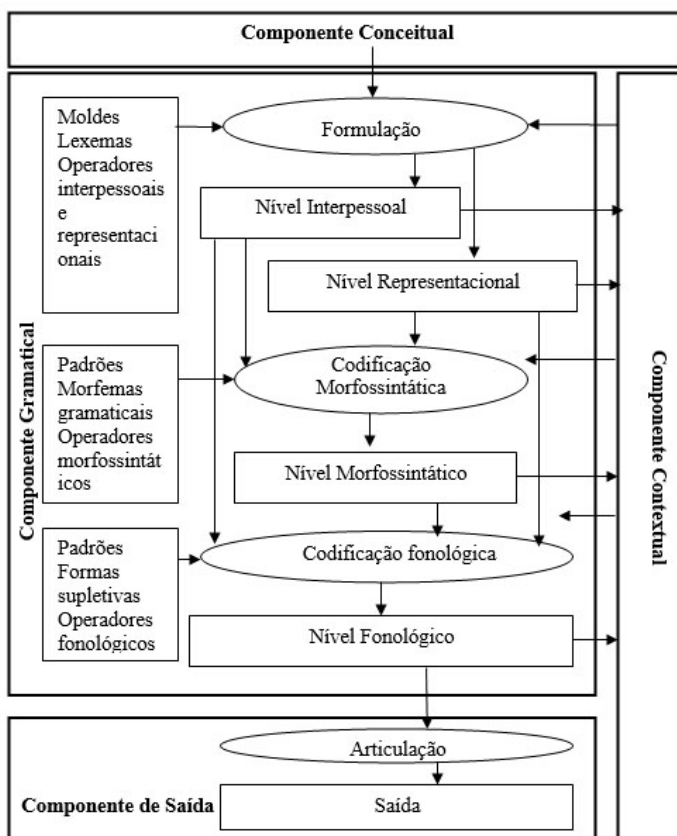


Figura 1: Arquitetura geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

Dentro do aparato teórico da GDF, as distinções modais são tratadas no Nível Representacional, que está basicamente relacionado com os aspectos semânticos da Formulação. Nesse nível, as unidades são descritas em termos da categoria semântica que designam, as quais podem ser de diferentes tipos: Conteúdos Proposicionais (p), Episódios (ep), Estados-de-Coisas (e) e Propriedades (f).¹

O tratamento dado às modalidades dentro da GDF está basicamente ancorado na categorização de modalidades proposta por Hengeveld (2004), que considera dois parâmetros: o alvo da avaliação modal, ou seja, a parte do enunciado que é modalizada, e o domínio semântico da avaliação, isto é, o tipo de avaliação modal que se faz.

Com base no primeiro parâmetro, alvo da avaliação, as modalidades podem ser orientadas para o participante, para o evento ou para a proposição. Conforme descrito por Hengeveld (2004), a modalidade orientada para o participante afeta a parte relacional do enunciado quando expressa por um predicado e diz respeito à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento. A modalidade orientada para o evento afeta a descrição do evento contida dentro do enunciado, isto é, a parte descritiva de um enunciado e diz respeito à asseveração objetiva do *status* de realização do evento. Por fim, a modalidade orientada para a proposição afeta o Conteúdo Proposicional de um enunciado, isto é, a parte do enunciado que representa as visões e crenças do falante e diz respeito à especificação do grau de comprometimento do falante com relação à proposição que ele apresenta.

Com base no segundo parâmetro, domínio semântico, as modalidades subdividem-se em cinco tipos: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. A modalidade facultativa, que pode ser considerada como equivalente à modalidade dinâmica proposta por Palmer (1979, 1986), está relacionada às habilidades intrínsecas ou adquiridas. A modalidade deôntica está relacionada com aquilo que é legalmente, socialmente ou moralmente permitido e, conforme aponta Neves (1996, p. 172), está condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]), implicando “que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo.”

A modalidade volitiva está relacionada com aquilo que é desejável. Desde Palmer (1979, 1986), a existência de uma modalidade volitiva entre as categorias modais é questionada, mas sua permanência deve-se ao fato de que tal modalidade é bastante representada por auxiliares modais, o que a aproxima das outras modalidades em geral.

1 As Propriedades têm sido denominadas atualmente de Conceitos Situacionais.

Já a modalidade epistêmica está relacionada ao grau de certeza ou de dúvida que o falante tem (ou diz ter) dos Estados-de-Coisas relacionados em seu enunciado. Por fim, a modalidade evidencial está relacionada com a fonte da informação contida na sentença.

Embora essa classificação careça de alguns ajustes (por exemplo, a evidencialidade tem sido tratada nos estudos atuais como uma categoria fora dos subtipos modais²), ela se mostra perfeitamente adequada para a descrição das modalidades aqui empreendida.

Observando-se especialmente a modalidade deôntica, há evidências de que essa modalidade pode ser codificada duas vezes, com diferentes valores. Ao discutirem essa diferença com base na análise de dados do espanhol falado, Olbertz e Gasparini Bastos (2013) argumentam que essa distinção consiste em uma forma de modalidade deôntica subjetiva incidindo sobre uma forma de modalidade deôntica objetiva, como mostra o exemplo sugerido pelas autoras:

(01) A Polícia **deveria poder** armar ciladas! (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 280)

Nesse exemplo, conforme discutido em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), um modal deôntico de necessidade (representado pela forma verbal *deveria*) toma por escopo um modal deôntico de possibilidade (representado pela forma verbal *poder*), ou ainda, uma forma de expressão de modalidade deôntica subjetiva incide sobre uma forma de expressão de modalidade deôntica objetiva.

Considerando que essa mesma diferença pode ser verificada em português, no presente trabalho analisamos ocorrências do verbo modal *dever* em dados do português falado a fim de verificar quais são os valores modais expressos por esse verbo e, especificamente no caso de seus empregos deônticos, observar como esses valores interagem com outras distinções modais dentro do Nível Representacional.

Os dados que embasam a pesquisa pertencem ao Banco de Dados Iboruna, desenvolvido dentro do Projeto ALIP, coordenado por Gonçalves (2007) e disponível em <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Foram selecionadas 60 entrevistas da Amostra Censo (AC), que se configuram como entrevistas entre informante e documentador, coletadas no noroeste do estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de São José do Rio Preto.

2 A esse respeito, ver Hengeveld (2011) e Hengeveld e Dall'Aglio-Hattner (no prelo).

Para realizar a análise proposta, este trabalho configura-se da seguinte maneira: na seção 1, apresentamos os valores modais expressos pelo verbo *dever*, na condição de auxiliar em português, considerando o valor semântico e a orientação da modalidade; na seção 2, estabelecemos as distinções entre modalidade subjetiva e objetiva para, na seção 3, descrevermos os elementos contextuais que favorecem a distinção entre modalidade deôntica subjetiva e objetiva aqui defendida, tomando como referência as ocorrências com *dever* deôntico identificadas no *cópus*. Nas considerações finais, apontamos passos futuros que poderão oferecer mais evidências para corroborar os resultados aqui apresentados.

1. Os valores semânticos expressos pelo verbo modal *dever*

Foram identificadas, no *cópus* de análise, 145 ocorrências do verbo *dever* na condição de auxiliar modal. Os valores modais identificados são ilustrados na tabela a seguir:

Tabela 1: Valores modais do verbo *dever* no *cópus*

TIPO DE MODALIDADE	OCORRÊNCIAS	%
Modalidade deôntica	85	58,6
Modalidade epistêmica	56	38,6
Modalidade volitiva	1	0,7
Casos ambíguos	3	2,1
Total	145	100

Conforme é possível observar, o verbo *dever* pode servir, em português, à expressão das modalidades deôntica, epistêmica e ainda volitiva, como será descrito na sequência.

A modalidade deôntica, relacionada aos valores de obrigação e proibição, quando expressa pelo verbo *dever* pode ser orientada para o participante ou para o evento, conforme ilustram os exemplos (02) e (03), respectivamente:

(02) eu acho que os pais são erRADos eles **deveriam** entendê(r) acho que o marido dela fez certinho (AC-066)³

(03) então a aula que eu gostei bastante foi de prime(i)ro emprego... como que você **deve se portá::(r)**... no:: seu prime(i)ro emprego... tipo:: não/... í(r) com o cabelo cur::to... unhas corta::das... que mais?... (AC-039)

3 A sigla que segue cada exemplo representa o tipo de Amostra (AC = Amostra Censo) seguido do número da entrevista selecionada.

A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante que se encontra sob uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado. No exemplo (02), o participante, nesse caso equivalente a um sujeito de terceira pessoa do plural (*os pais*), apresenta os traços [+humano] (referente a pessoa), [+animado] e com controle para executar a ação descrita no predicado (*entender*, nesse contexto interpretado como *compreender*).

No exemplo (03), de modalidade deôntica orientada para o evento, o falante discorre sobre regras gerais que devem ser cumpridas num primeiro emprego. O evento “se portar no primeiro emprego” é caracterizado em termos do que é obrigatório dentro de um sistema de convenções, no caso, uma instituição trabalhista. Em contraste com a modalidade deôntica orientada para o participante, a obrigação expressa por meio da modalidade deôntica orientada para o evento não recai sobre um participante particular, mas representa regras de conduta geral (o uso de *você*, nesse caso, é impessoal).

A modalidade epistêmica, relacionada à expressão da dúvida ou da certeza, pode, de acordo com Hengeveld (2004), ser orientada para o evento ou para a proposição. Todas as ocorrências de *dever* epistêmico identificadas no corpus estão orientadas para o evento, como mostra o exemplo:

(04) ontem à noite:... **devia sê(r)** um nove horas... mais ou menos... minha mãe chegô(u) em casa né?... (AC-053)

No caso do exemplo (04), coloca-se em dúvida o horário em que o evento descrito aconteceu (chegada da mãe em casa), sendo tal evento caracterizado em termos da incerteza de sua ocorrência.

Não foram identificadas no corpus ocorrências do verbo *dever* orientadas para a proposição, muito provavelmente porque Conteúdos Proposicionais, unidades mais altas do Nível Representacional, não são comumente encontrados sob o escopo de verbos auxiliares modais.

Além dos valores deôntico e epistêmico descritos, que são os mais comuns referentes ao verbo *dever*, consideramos que esse auxiliar modal pode apresentar também um valor volitivo em português, com base na proposta de Olbertz (1998), que analisou dados do espanhol. Embora a autora admita a estreita relação entre modalidade deôntica e modalidade volitiva, já que ambas estão relacionadas ao desejo de que algum evento se cumpra, considera a possibilidade de uma leitura volitiva quando a leitura deôntica é excluída.

A modalidade volitiva, relacionada com aquilo que é desejável, pode ser orientada para o participante ou para o evento. Embora a classificação de Hengeveld (2004) mencione a possibilidade de se encontrar, nas línguas naturais, uma modalidade volitiva orientada para a proposição, ela é descartada em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) argumentam que embora seja difícil separar a modalidade deôntica da modalidade volitiva nos casos expressos pelo verbo *dever* em espanhol, a interpretação volitiva é favorecida quando a realização de um evento vai além do controle humano, o que quase sempre é marcado por um tempo verbal que expressa irrealidade. A dificuldade de interpretar determinados casos como expressão de uma obrigação é agravada quando o Estado-de-Coisas é irrealizável, fortalecendo, assim, a leitura volitiva e não mais a deôntica.

Em todos os dados que analisamos, identificamos uma ocorrência no corpus do português que consideramos possível de classificar como um caso de modalidade volitiva:

(05) droga é TUdo... e que:: – “ah me dá um (inint.) que num sei quê::... e no::ssa no momento é muito bom:: num sei quê” – mas num pensa nas consequência que vai causá(r) depo::is... e **acho** que num **deveria existí(r)** isso... porque assim porque (inint.) coisa da nature::za sabe? acho que:: (tem que vê(r) o) melhor tem que sê(r) uma coisa pra::... pra nossa saúde assim uma coisa pra trazê(r) saúde que de(i)xe a gente feliz mas não só por um mome::nto que de(i)xe feliz pro resto da vida sabe? (AC-016)

Nesse exemplo, que analisamos como um caso de modalidade volitiva orientada para o evento, não há o traço [+controle] relacionado ao sujeito, assim como há referência a um Estado-de-Coisas impossível de acontecer (a não existência de algo que já existe). Nesse caso, a paráfrase mais adequada parece ser “é desejável que as drogas não existam” ou ainda “eu gostaria que as drogas não existissem”. Sendo assim, a leitura deôntica cede lugar a uma leitura volitiva, reforçada pelo uso do futuro do pretérito do verbo *dever* (*deveria*), que expressa algo não realizado. Não se trata apenas da ausência do traço [+controle], mas da associação desse traço a um evento impossível de se realizar ou de realização irreversível.

Focando especialmente na modalidade deôntica, nosso objeto de estudo, faremos, na sequência, uma descrição mais detalhada da dicotomia objetiva-subjetiva que estamos defendendo para essa modalidade, procurando compro-

var que a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva proposta por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para as construções modais *deber* e *tener que* em espanhol também se aplica ao português, ao menos no que se refere ao verbo modal *dever*.

2. Distinções entre modalidade deôntica subjetiva e objetiva no português

A distinção entre modalidade objetiva e subjetiva já havia aparecido em Lyons (1977), que propôs uma distinção entre modalidade epistêmica objetiva e subjetiva e também entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva.

De acordo com Lyons (1977), a modalidade epistêmica subjetiva está relacionada a uma marca explícita de opinião do enunciador e corresponde à avaliação desse enunciador baseada nas suas crenças e intuições, ou seja, no seu conhecimento. A modalidade epistêmica objetiva consiste na afirmação de um fato ou na verificabilidade objetiva à luz do conhecimento. O clássico exemplo do autor

(06) **Certamente** ele **pode** ter esquecido (Lyons, 1977, p. 808)⁴

mostra que, por meio do advérbio modal *certamente*, orientado para a proposição, o falante se compromete com a verdade da proposição, que por sua vez contém um verbo modal epistêmico (*pode*) orientado para o evento (*ter esquecido*).

Não há contradições entre as duas ocorrências epistêmicas, uma vez que os dois julgamentos pertencem a níveis diferentes: o falante expressa sua certeza subjetiva (por meio do advérbio *certamente*) sobre a existência de uma possibilidade objetiva (por meio do verbo *poder*). Por esta razão, a modalidade epistêmica orientada para a proposição pode ser chamada de subjetiva e a orientada para o evento de objetiva. A divisão entre modalidade epistêmica subjetiva e objetiva foi também proposta por Hengeveld (1989) e Dik (1997), e rediscutida em Hengeveld (2004).

Ainda de acordo com Lyons (1977), a modalidade deôntica subjetiva consiste na deseabilidade de ocorrência de um evento, enquanto a modalidade deôntica objetiva está relacionada a afirmações sobre a existência de obrigações.

4 *Certainly he may have forgotten.* (Lyons, 1977, p. 808)

Verstraete (2001) também discute a divisão entre modalidade subjetiva e objetiva. Embora questione a subdivisão da modalidade epistêmica por considerá-la sempre subjetiva, já que em todos os contextos envolve avaliação do enunciador, o autor considera que a modalidade deôntica pode apresentar uma vertente subjetiva, quando envolve uma atitude do enunciador frente à necessidade ou permissividade para uma determinada ação, ou uma vertente objetiva, quando apenas descreve a existência de uma necessidade sem envolvimento de atitude do enunciador.

A distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva mantém estreita relação com a distinção no domínio epistêmico discutida em Lyons (1977), Hengeveld (1989), Dik (1997) e Hengeveld (2004). Assim como Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), consideramos que, em ambos os casos, a diferença crucial entre modalidade objetiva e subjetiva é a fonte da modalidade: enquanto na modalidade objetiva a fonte da modalidade ou da avaliação é externa, isto é, não relacionada unicamente ao falante, no caso da modalidade subjetiva a fonte da avaliação é o próprio falante.

Em geral, as fontes da modalidade deôntica são regras como leis, instruções e normas de conduta. Embora seja difícil distinguir o que seria objetivo e o que seria subjetivo, Vásquez Laslop (2001) afirma que a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva depende crucialmente do comprometimento ou não comprometimento do falante com o desejo do evento em questão. Sendo assim, todos os casos em que o falante se abstém de estabelecer uma distância entre seu ponto de vista e a norma estabelecida são tratados como deônticos subjetivos. Os demais, como deônticos objetivos.

3. Análise das ocorrências com *dever* deôntico

Na sequência, nos detemos na análise das 85 ocorrências de *dever* com valor deôntico, a fim de discutirmos o que caracteriza a modalidade deôntica subjetiva e a modalidade deôntica objetiva.

A modalidade deôntica subjetiva foi mais frequente nos dados, aparecendo em 78 ocorrências (91,76% do total) contra 7 ocorrências da modalidade deôntica objetiva (8,24%). Como exemplo do que estamos tratando como modalidade deôntica subjetiva, temos:

(07) ele vinha descen(d)o na rua... e o C. vinha subin(d)o daí o C. viu... chegô(u) nem conversô(u) com ele já chegô(u) e deu um tapa no meio da cara dele...
!¹[Doc.: no::ssa] !¹[ele pegô(u)] já subiu na casa dele buscá(r) o cano lá::... e (a)

cabô(u) briga::n(d)o lá teve a maior con/ confusão:: chama atenção tam(b)ém de polícia né? ali no bairro... [Doc.: uhum] e já::... por isso que **num deve né? ro(u)bá(r)**... foi ro(u)bá(r) aí o que aconteceu (AC-031)

No exemplo (07), o falante narra uma situação de briga entre vizinhos ocasionada por uma ocorrência anterior de roubo. Ao expressar seu ponto de vista sobre a proibição de se roubar (*por isso que num deve roubar*), ele próprio se configura como a fonte da avaliação modal deôntica.

Entretanto, quando o falante de algum modo se distancia das normas que menciona, o enunciado em questão pode ser identificado como um caso de modalidade deôntica objetiva, como mostra o exemplo (08):

(08) tem um... uma coisa que eu aprendi num curso com uma nutricionista... de como **se deve lavar** uma louça... a gente não pode chegá(r) na pi::a e colocá(r) tudo de qualqué(r) jeito... (AC-024)

No exemplo (08), a fonte da regra é identificada como uma norma externa, nesse contexto, um curso que ensina como se deve lavar louça. Trata-se de um caso de modalidade deôntica objetiva, pois o falante parece aderir à norma.

Considerando que as distinções temporais podem mostrar-se relevantes para a distinção entre modalidade objetiva e subjetiva, conforme já previsto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), analisamos o tempo verbal das ocorrências com valor deôntico. No caso da modalidade deôntica subjetiva, o tempo verbal mais frequente é o futuro do pretérito, que aparece em 41 das 78 ocorrências, seguido do pretérito imperfeito do indicativo (34 ocorrências) e do presente do indicativo (13 ocorrências). Vejamos os exemplos:

(09) Inf.: bom... na minha escola... eu acho que ela é muito boa né?... não precisa de mudança... meus professores... alguns... deveriam tê(r) mais::... éh::... **deveriam ouví(r) MAIS** a gente... (AC-013)

(10) eu acho que tem que arrumá(r) algum::... um o(u)tro modo de pegá(r) esses aluno... eu num:: eu num sei mas num rola eu acho que **devia arrumá(r)** o(u)tro modo... acho que câmera no banhe(i)ro acho que num dá certo não... (AC-015)

(11) em Minha opinião a saúde é a mais importante... para... para nós e nós **devemos cuidá(r)** muito BEM delas... (AC-008)

O futuro do pretérito, exemplificado em (09), está fortemente associado com o valor subjetivo, pois apresenta um valor hipotético, relacionado a uma necessidade tratada como desejável pelo falante. O mesmo valor é identificado no exemplo (10), em que o pretérito imperfeito (*devia*) aparece como uma forma alternativa de *deveria*. O presente do indicativo em (11), menos marcado do ponto de vista da subjetividade, não exclui o valor subjetivo da modalidade deôntica, pois o próprio contexto mostra que se trata da opinião do falante, explicitada no início do enunciado pela expressão “em minha opinião.”

Nas ocorrências de modalidade deôntica objetiva, o uso do presente do indicativo, exemplificado em (12), é categórico, mostrando um distanciamento do falante e permitindo que o valor de regra ou instrução fique mais evidente:

(12) porque (o la/) o manual tem muitos assuntos então é pa gente estudá(r) pa conhecê(r) ficá(r) conhecen(d)o mais sobre o manual... o que que ele qué(r) passá(r)... pra gente né? como legionários... que ele é:: um manual mesmo né? como que nós devemos... éh::... como os legionários **devem atuar** ¹⁰[na] ¹⁰[Doc.: uhm] sociedade né?... (AC-023)

Considerando especialmente a modalidade deôntica subjetiva, os dados do córpus mostram que ela é favorecida (em 44 das 78 ocorrências) por contextos em que a construção formada por *dever* + infinitivo aparece como complemento de orações matrizes cujo verbo principal expressa avaliação ou conhecimento do falante, ou seja, são verbos epistêmicos que acabam por reforçar a avaliação modal, conforme mostram os exemplos (13) e (14):

(13) Doc.: e:: do tamanho da tua escola... cê acha ela do tamanho bom::?
Inf.: É:: eu acho... só eu **acho que deveria aumentá(r)** um po(u)quinho o tamanho da sala (AC-013)

(14) eu acho que tem que arrumá(r) algum::... um o(u)tro modo de pegá(r) esses aluno... eu num:: eu num sei mas num rola eu **acho que devia arrumá(r)** o(u)tro modo... acho que câmara no banhe(i)ro acho que num dá certo não... (AC-015)

Em ambos os exemplos, a avaliação deôntica subjetiva é precedida pelo verbo *achar* em primeira pessoa, o que evidencia a manifestação da opinião do falante.

Ainda como forma de reforçar a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva, Vásquez Laslop (2001) considera a existência de uma di-

cotomia - que a autora chama de prescritiva-avaliativa - como uma propriedade que auxilia na distinção entre ambas as distinções modais.

Como a modalidade objetiva se refere a normas e regras gerais, seria prescritiva em todos os casos, isto é, refere-se a eventos que podem ser assumidos acontecer ou no momento da fala ou num momento posterior, como o já citado exemplo (08), repetido aqui por conveniência:

(15) tem um... uma coisa que eu aprendi num curso com uma nutricionista... de como **se deve lavar** uma louça... a gente não pode chegá(r) na pi::a e colocá(r) tudo de qualqué(r) jeito... (AC-024)

A modalidade deôntica subjetiva, por sua vez, pode ser tanto prescritiva, como o exemplo (07) aqui retomado em (16), como avaliativa, isto é, pode modalizar eventos que ocorreram antes do momento da fala, como o exemplo (17):

(16) ele vinha descen(d)o na rua... e o C. vinha subin(d)o daí o C. viu... chegô(u) nem conversô(u) com ele já chegô(u) e deu um tapa no meio da cara dele...
¹[Doc.: no::ssa] ¹[ele pegô(u)] já subiu na casa dele buscá(r) o cano lá:... e (a) cabô(u) briga::n(d)o lá teve a maior con/ confusão:: chama atenção tam(b)ém de polícia né? ali no bairro... [Doc.: uhum] e já:... por isso que **num deve né? ro(u)bá(r)**... foi ro(u)bá(r) aí o que aconteceu (AC-031)

(17) bom... eu acho que é o... NÃO É que ele é violento... mas é que o TRÂNsito dele... os motoristas não:: respeita aqui... deveria colocá(r) algum farol... tipo na rua aqui de cima... não precisava e eles colocaram... **deveria tê(r) colocado AQUI** no::/ na Pedro Amaral né?... (AC-013)

O exemplo (16) pode ser considerado um caso de modalidade deôntica subjetiva prescritiva, já que a recomendação de não roubar, atribuída à informante, deve ser seguida em todos os casos. O exemplo (17), por sua vez, representa um caso de modalidade deôntica subjetiva avaliativa, já que por meio do verbo *dever* (*deveria*), a falante avalia um evento que já aconteceu, ou seja, a colocação de um semáforo em seu bairro que, em sua opinião, deveria ter sido colocado em outra rua.

Esse exemplo apresenta características interessantes, já que parece se encontrar num limiar entre o necessário e o desejável.⁵ Se considerarmos a necessidade de se colocar um semáforo no local mencionado como uma necessidade, isto é, que não expressa apenas o desejo de um indivíduo, teremos um caso de modalidade deôntica subjetiva avaliativa, como já explicado. Entretanto, se tomarmos como certo o fato de que não será colocado outro semáforo no local desejado, a ordem expressa pela forma *deveria* (futuro do pretérito) representa apenas um desejo (“seria desejável que colocassem um semáforo na Rua Pedro Amaral, mas isso não aconteceu, nem vai acontecer”), já que seu cumprimento parece ser tratado como impossível. Nesse caso, o verbo *dever* poderia ser classificado como um caso de modalidade volitiva, representando, assim, uma possível ambiguidade, a depender da interpretação do contexto.

Enunciados com o verbo *dever* empregado com valor volitivo não podem ter nenhuma fonte deôntica geral, pois expressam apenas o desejo de um indivíduo, isto é, o falante. Neste sentido, modalidade deôntica subjetiva e modalidade volitiva são similares, ambas baseadas no falante e no desejo de que um Estado-de-Coisas se cumpra, como proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). Exemplos ambíguos mostram a necessidade de um refinamento da caracterização entre modalidade deôntica subjetiva e modalidade volitiva, conforme já havia apontado Olbertz (no prelo).

No que concerne às relações de escopo entre modalidade deôntica objetiva e modalidade deôntica subjetiva, não apareceram em nossos dados exemplos de modalidade deôntica subjetiva tomando por escopo a modalidade deôntica objetiva, conforme proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para o espanhol, mas tais ocorrências são claramente possíveis em português, como mostra o exemplo a seguir, retirado da internet:

(18) Não adianta querer justificar dizendo que é preciso regulamentar quem pode investigar. **TODO MUNDO DEVERIA PODER INVESTIGAR.** (http://www.teckler.com/pt/MJ_Motier/TODO-MUNDO-DEVERIA-PODER-INVISTIGAR-79864)

O verbo deôntico *deveria*, que expressa modalidade deôntica subjetiva, toma por escopo o verbo deôntico *poder*, que expressa modalidade deôntica objetiva.

5 Nos dados gerais, essa ocorrência foi computada entre os casos ambíguos, por apresentar elementos que favorecem tanto uma leitura deôntica como uma leitura volitiva.

Considerações finais

Consideramos, partindo da proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que as distinções modais entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva também são identificáveis em português, como mostram as ocorrências do verbo modal *dever* em dados do português falado. Ambas as distinções se situam dentro do Nível Representacional da GDF.

A modalidade deôntica subjetiva, muito mais frequente, é favorecida por elementos contextuais que de alguma maneira explicitam a avaliação do falante, tais como a alta frequência do futuro do pretérito, relacionado a algo hipotético, e de verbos que expressam uma avaliação epistêmica, como *achar*. A modalidade deôntica objetiva, bastante rara, aparece comumente com o verbo no presente do indicativo, reforçando o caráter de norma ou instrução. Em ambos os casos, a orientação é para o evento.

Considerando a distinção entre modalidade prescritiva e avaliativa proposta por Vásquez Laslop (2001), verificamos que também no português, ao menos para o verbo *dever*, a modalidade deôntica objetiva é prescritiva em todos os casos, dado seu caráter normativo. A modalidade deôntica subjetiva, por sua vez, pode ser tanto prescritiva como avaliativa.

Avaliando-se as unidades que integram o Nível Representacional na GDF, a reordenação da modalidade deôntica implica um número de predições relacionadas às relações de escopo com respeito a tempo, aspecto e outras distinções modais nesse nível, que ainda precisam ser investigadas em português.

Referências

- DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2.ed. Dordrecht: Foris, 1997 [1989].
- GONÇALVES, S. C. L. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista, 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em 12 de jul. 2013.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of linguistics*, n. 25, 1989, p. 127-157.
- _____. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.) *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1190-1201.

- _____. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.) *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 580-594.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.
- HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. No prelo.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado IV*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996, p. 163-199.
- OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.
- _____. Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish – a semantic description. No prelo.
- OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) *Casebook in Functional Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013, p. 277-300.
- PALMER, F. R. *Modality and the English modals*. New York: Longman, 1979.
- _____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- VÁSQUEZ LASLOP, M. E. *La arquitectura lingüística del compromiso*. Las oraciones de *deber ser*. México: Colegio de México, 2001.
- VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: interpersonal and ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of pragmatics*, n. 33, 2001, p. 1505-1528.

Recebido em 13 de julho de 2014.

Aceito em 6 de setembro de 2014.

QUESTÕES DE SUBJETIVIDADE EM ENUNCIADOS LEXICOGRÁFICOS: CONTRASTANDO DICIONÁRIOS HISPÂNICOS¹

Angela Marina Chaves Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
angmarina@globocom.com, anmarina@uerj.br

Cleci Regina Bevilacqua

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cleci.bevilacqua@ufrgs.br

RESUMO:

Este texto trata de aspectos ideológicos presentes nas definições de dois prestigiosos dicionários de língua espanhola, enfocando a questão da subjetividade. Selecionamos para análise o *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE, 2001) e o *Diccionario del Español de México* (DEM, 2010). Analisamos um verbete dessas obras buscando identificar marcas ideológicas. Ancoramos nossas análises em teorias lexicográficas contemporâneas, tomadas de Haensch (1992), Lara (1990, 1996), entre outros. A análise permitiu identificar a presença de *sujeitos lexicógrafos*, entendidos como os responsáveis pela elaboração das definições dos verbetes, e de posturas ideológicas relacionadas ao fazer lexicográfico desses *sujeitos*.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia hispânica, dicionários hispânicos, aspectos ideológicos, subjetividade.

ABSTRACT:

This text deals with ideology aspects present in the definition of two prestigious hispanic language dictionaries focusing the question of subjectivity. We selected for analysis the *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE, 2001) and the *Diccionario del Español de México* (DEM, 2010). We analysed one entry in each work searching to identify ideological marks. We anchored our analysis in contemporary lexicographic

¹ Pesquisa realizada em conjunto pelas autoras, desenvolvida no âmbito do pós-doutoramento realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

theories among which Haensch (1992), Lara (1990, 2004). The analysis allowed us to identify the presence of lexicographic subjects – understood as the ones responsible for the entry definition making – as well as of the ideological positions related to the lexicographic making of these subjects.

KEYWORDS: Hispanic lexicographic, hispanic dictionaries, ideological marks, subjectivity.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a subjetividade na construção de sentidos de definições lexicográficas no Dicionário de Espanhol do México (DEM) e no Dicionário da Real Academia Espanhola (DRAE). A investigação está baseada em estudos que incidem sobre a organização constituinte de lemas relacionados a aspectos ideológicos que fazem parte da microestrutura de dicionários monolíngues de circulação em países de língua espanhola. Para atingir nossos propósitos, focamos a pesquisa na microestrutura dos dicionários referidos. Analisamos os enunciados do verbete *iglesia* para identificar possíveis marcas ideológicas presentes em cada uma das obras.

Nossa fundamentação teórica baseia-se em teorias lexicográficas contemporâneas para tratar de características de um dicionário monolíngue, da organização das definições lexicográficas e da forma de elaboração desses dicionários. Assim, nos apoiamos em Josette Rey-Debove (1984), Günther Haensch (1992), Luis Fernando Lara (1990, 1996, 2004) e José-Álvaro Porto Dapena (2002), autores relacionados à Lexicografia, cujas propostas nos permitem analisar dicionários em geral e refletir sobre a organização das obras analisadas.

Os dados coletados nos possibilitam discutir a presença e a ausência de *sujeitos lexicógrafos* (FERREIRA, 2014), entendidos como os responsáveis pela organização dos textos lexicográficos nos verbetes, assim como as posturas ideológicas que podem marcar o fazer lexicográfico desses *sujeitos*. Para dar crédito a esta investigação, partimos da constatação de uma carência de estudos relativos aos aspectos ideológicos representados nos dicionários hispânicos. Estamos pautados no entendimento da importância da análise do papel ideológico que o dicionário representa na sociedade, através de descrições que se propõem objetivas e que assumem socialmente caráter de introdutoras de verdades. Para dar conta do objetivo aqui proposto, em primeiro lugar, descrevemos traços do dicionário monolíngue que darão suporte às análises realizadas bem como

apresentamos questões relativas aos enunciados lexicográficos e ao sujeito. Em seguida, apresentamos as obras analisadas e as etapas metodológicas seguidas. Finalmente apresentamos a análise e as conclusões a que chegamos.

1. Aspectos do dicionário monolíngue

De acordo com visões tomadas a partir de Lara (1996), o dicionário de língua monolíngue se constrói a partir de alguns ângulos. Nesse sentido, se apresenta como:

- (1) depósito da memória social, do qual deriva a veracidade dos enunciados lexicográficos;
- (2) construção elaborada de *toda* a sociedade, interpretada e formalizada pelo lexicógrafo como agente linguístico;
- (3) resultado do cultivo da língua, que se orienta pelas histórias da comunidade linguística, constituindo produto cultural;
- (4) representação de um fenômeno linguístico.

Conforme esse entendimento, o dicionário monolíngue é um “produto linguístico” (Bühler apud Lara, 1990, p. 108) elaborado a partir de necessidades de informação de uma comunidade para abarcar sua memória social do léxico, transmitida por atos verbais de pergunta e resposta sobre o significado das palavras. Como resultado de infinidade desses atos verbais constitui-se como um produto linguístico. Nesse sentido, pode ser visto “como objeto cultural, construção histórica, fruto de reflexão sobre a língua, que está orientada à conservação da memória de experiências de sentido significativas para toda a comunidade” (LARA, *ibid*, 17).

Complementado as proposições anteriores, entendemos que a veracidade produzida pelos enunciados lexicográficos (também *definições lexicográficas* ou somente *definições*) não deriva apenas da memória social, mas também de um caráter inerente à composição dos verbetes, qual seja, a busca por uma perspectiva científica na construção desse enunciado. Dessa forma, quanto às perspectivas sobre os enunciados lexicográficos, constituintes da microestrutura dos dicionários, assumimos que se apresentam em vertente dupla: memória social e construção de caráter científico. De acordo com essa perspectiva, entendemos que se trata de textos que incorporam a “descrição” (REY-DEBOVE, 1984) na construção textual, mas também registram a “memória social” (LARA, 1996). Ambas as vertentes atribuem veracidade às definições.

2. Enunciados lexicográficos e sujeitos

Tratando especificamente dos enunciados lexicográficos e de suas relações com um sujeito lexicógrafo, fundamentamos nossa pesquisa em estudiosos da área de Lexicografia. Assim, segundo Porto Dapena:

[...] é conveniente mencionar aqui a ideia muito generalizada e compartilhada de que dois redatores não fariam nunca exatamente igual um mesmo artigo, o que equivale a aceitar que na redação lexicográfica ocorre sempre uma boa dose de subjetividade. [...] a margem de subjetividade ficará reduzida ao de qualquer obra científica realizada em colaboração de vários autores. (PORTO DAPENA, 2002, p. 88, tradução nossa)

Além disso, tomando propostas apresentadas por Lara (1996), entende-se que a não manifestação do sujeito concreto dos enunciados dos verbetes do dicionário monolíngue faz com que esses verbetes se apresentem anônimos. Esse afastamento leva a que esse sujeito se torne a voz da própria sociedade, a manifestação da memória social do léxico, orientada por e para o entendimento. Apontamos, ademais, que o verbete – formado, entre outros elementos, por enunciados lexicográficos – é um *gênero textual* (DIONISIO, 2005) que tem características organizacionais próprias, construindo-se a partir de informações que buscam um distanciamento do *sujeito lexicógrafo*.

A partir desses aspectos, consideramos o enunciado lexicográfico uma construção que reflete a voz da sociedade à qual se destina o dicionário, por ser ato verbal de resposta a uma pergunta que resulta em inteligibilidade e reconhecimento de significado pelo seu público alvo (LARA, *ibid*). No entanto, necessita que a *voz* do sujeito lexicógrafo se oculte para que os aspectos de inteligibilidade e identificação de significado deem caráter de veracidade à definição. Essa veracidade é aqui entendida, como já foi exposto, como um discurso que se pretende científico (baseado nas ciências da linguagem e que se organiza muitas vezes através de descrições). Deve conter, portanto, informações claras, sucintas, objetivas, que propiciem entendimento ao usuário. Nesse sentido, vemos marcas de um discurso de intenção científica na busca da veracidade e na necessidade de descrever.

Destacamos, seguindo Lara (*ibid*), que os elementos do verbete são tomados como elementos proposicionais que contribuem para expressar o conjunto sobre afirmações que realiza o ato verbal de pergunta e resposta. Também atuam como indicadores da força ilocutiva do ato, uma vez que determinam

sua orientação e propósito, estendendo a caracterização ilocutiva a todo o dicionário. Esses indicadores estabelecem a distinção entre os dois tipos de ato verbal de pergunta e resposta subjacente ao verbete: (1) *estativo* (relacionado à pragmática) e (2) *normativo* (indicador de valores de correção). Entretanto, pesem tais aspectos subjacentes, “a orientação dos dicionários monolíngues contemporâneos busca ser mais descritiva de uma situação real estudada de modo empírico do léxico de uma língua” (ibid, p. 261). Desse modo, a força ilocutiva do ato verbal que constitui os dicionários monolíngues se dirige a informar veridicamente sobre significados de consenso social. Sob essa ótica, o ato ilocutivo da definição é um fenômeno cultural (LARA, ibid).

Ainda seguindo pressupostos de Lara, o dicionário normativo aproveita a base estativa que possui para cumprir suas condições de validade, mas lhe impõe suas próprias pretensões de validação como se fossem condições naturais do ato verbal de responder a uma pergunta sobre determinado significado. Daí decorre a capacidade de, embora idealmente descritivo, impor ideologia política ou linguística. É nessa direção que passamos a propor a análise sobre a presença dos sujeitos lexicográficos, possivelmente marcados por posturas ideológicas, nas definições do verbete analisado (*iglesia*), coletado do DEM e do DRAE.

3. Dicionários analisados e etapas metodológicas

Conforme já referimos, selecionamos para análise o *Diccionario de la Lengua Española*, mais conhecido por *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE), em sua vigésima segunda e última edição, de 2001², e o *Diccionario del Español de México* (DEM), de 2010, editado por El Colegio de México (COLMEX)³.

O Dicionário da Língua Espanhola (DRAE) tem por características ser monolíngue, elaborado na Espanha pela equipe de lexicógrafos da Real Academia Espanhola da Língua (RAE), com contribuições das demais academias de língua dos países que têm o espanhol como língua materna. Está destinado a todos os países de língua espanhola. Por sua vez, o Dicionário do Espanhol do México (DEM) é mexicano, monolíngue, elaborado pela equipe de lexicógrafos do Colégio do México (COLMEX), dirigidos por Luis Fernando Lara. São obras de diferentes propostas lexicográficas. O DRAE é classificado como

2 A Real Academia Espanhola da Língua prevê uma nova edição para outubro de 2014, de acordo com sua página web; o DRAE está disponível em <<http://www.rae.es>>

3 Disponível em <<http://www.colmex.mx>>

um dicionário *comum* (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1995), destinado a todos os 22 países de língua espanhola, enquanto o DEM se apresenta como *integral*, *original* e *nacional* (LARA, 1990), e se propõe um dicionário geral dirigido especialmente aos mexicanos.

Para a análise, realizamos, primeiramente, uma leitura dos textos introdutórios (*prefácio*, *prólogo*, *apresentação*, entre outras referências) a fim de identificar os vestígios do sujeito lexicógrafo que se manifesta para informar sobre objetivos, organização e público das obras.

Nessas páginas introdutórias, com maior índice de frequência, identificamos no DEM um sujeito que busca a objetividade e se propõe somente a apresentar o dicionário. A título de exemplificação, recolhemos o fragmento abaixo da apresentação:

El *Diccionario del español de México* es un diccionario integral del español en su variedad mexicana, elaborado sobre la base de un amplio estudio del *Corpus del español mexicano contemporáneo (1921-1974)* y un conjunto de datos posteriores a esa última fecha hasta el presente. Se trata de una obra original, de carácter descriptivo, hecha con criterios exclusivamente lingüísticos. Todo el vocabulario que incluye ha sido usado o se usa en México, al menos desde 1921. (DEM, 2010)

É possível observar que os recursos empregados envolvem basicamente o emprego da terceira pessoa do singular assim como o da terceira impessoal para descrever os aspectos constituintes do dicionário. O efeito de sentido produzido esvazia a subjetividade desse modo.

Na maior parte das páginas introdutórias analisadas das 22 edições do DRAE reconhecemos um possível distanciamento através do emprego da terceira pessoa do singular com referência à Academia Espanhola de Língua. Nesse movimento, os recursos usados se materializam em fragmentos dessas obras, como se observa a seguir.

Como la ACADEMIA trabaja siempre en dar al suyo [diccionario] toda la perfección y aumento que puede, nunca cesa de recoger voces con que enriquecerle, aun de aquellas letras que se han publicado ya. (DRAE, 1780)

As edições mais recentes procuram abandonar a voz muito marcada da Academia, recorrente nas primeiras edições, como se apresenta no fragmento

do DRAE de 1780 que usamos com amostra. Entretanto, segue a utilização da terceira pessoa do singular, como se pode constatar neste fragmento.

La primera tarea que se impuso en 1713 la recién creada Real Academia Española fue la de redactar un diccionario de nuestra lengua. Resultado de ese esfuerzo fue el que hoy se conoce como *Diccionario de autoridades* por incluir, tras la definición, citas reales de diversos autores que ilustran su empleo. Se publica, en seis volúmenes, entre 1726 y 1739. En 1780 se edita una nueva versión de ese primer diccionario académico, con el título de *Diccionario de la lengua castellana reducido a un tomo para su más fácil uso*, ya sin las citas de los autores. Será la primera edición de lo que hoy conocemos como el *Diccionario de la lengua española* o *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE). Comienza así la serie de diccionarios usuales que llega hasta la actualidad. (DRAE, 2001)

O recurso empregado nas páginas introdutórias para esvaziar o sujeito é usar a forma “a Academia”, como exemplificamos. Nesse movimento, o sujeito se oculta e toma a forma e a voz da própria instituição. Há, ainda, o recurso à impessoalidade através de “se edita” (linha 6), que produz um distanciamento mais efetivo. Na análise realizada em trabalho anterior (FERREIRA, 2009), constata-se que o “nós” é referência de pouca frequência nessas páginas, enquanto o “ela”, referente à Real Academia Espanhola, é dominante.

A partir da obtenção desses dados iniciais, identificamos, em ambos os dicionários, verbetes *conceituais* (LARA, 1996). Tais verbetes são entendidos como os que se referem a significantes não *sensíveis* que constituem significados abstratos (REY-DEBOVE, 1984), e que apresentam algum aspecto possivelmente ideológico. Procuramos identificar os traços ideológicos, para recuperar a presença do *sujeito lexicógrafo* através de marcas linguísticas sinalizadoras tais como: dêiticos, termos pejorativos ou laudatórios, *vozes* particulares. Analisamos, então, semelhanças e diferenças encontradas nos verbetes de ambos os dicionários. Para fins do presente texto, ilustramos esses procedimentos com o verbe *iglesia*.

Cabe esclarecer que, na análise aqui apresentada, destacam-se somente as acepções, excluindo-se as expressões de uso e locuções pertinentes à cabeça de verbe. Nossa observação parte do que Lara (ibid) nomeia *significado principal*, ou seja, a primeira acepção do verbe que contém a resposta imediata ao ato verbal de indagação sobre o significado de determinada palavra. Isso leva a estabelecer o sentido mais frequente que a sociedade atribui a uma palavra

específica, a partir de sua própria memória. Apresentamos abaixo os enunciados lexicográficos do verbete analisado de modo esquemático. Foram sublinhadas as informações que interessam à análise.

DEM	DRAE
<p>iglesia s f</p> <p>1 Conjunto de las personas que profesan <u>una</u> religión, <u>particularmente</u> la <u>cris</u>tiana: <i>iglesia católica, iglesia protestante, iglesia griega, iglesia primitiva</i></p> <p>2 (Se escribe con mayúscula) Institución formada por los sacerdotes de una religión: “Las relaciones entre la <i>Iglesia</i> y el Estado...”, <i>los intereses de la Iglesia</i></p> <p>3 Edificio destinado al culto de una religión, <u>especialmente de la católica</u>: “Los domingos vamos a la <i>iglesia</i>”</p>	<p>iglesia. (Del lat. <i>ecclesiā</i>, y este del gr. ἐκκλησία, asamblea).</p> <p>1. f. Congregación de los fieles <u>cris</u>tianos en virtud del bautismo.</p> <p>2. f. Conjunto del clero y pueblo de un país donde el <u>cris</u>tianismo tiene adeptos. <i>Iglesia latina, griega.</i></p> <p>3. f. Estado eclesiástico, que comprende a todos los ordenados.</p> <p>4. f. Gobierno eclesiástico general del <u>Sumo Pontífice, concilios y prelad</u>os.</p> <p>ORTOGR. Escr. con may. inicial.</p> <p>5. f. Cabildo de las catedrales o colegiadas.</p> <p>6. f. Diócesis, territorio y lugares de la jurisdicción de los prelados.</p> <p>7. f. Conjunto de sus súbditos.</p> <p>8. f. Cada una de las comunidades <u>cris</u>tianas que se definen como iglesia. <i>Iglesia luterana, anglicana, presbiteriana.</i></p> <p>9. f. Templo <u>cris</u>tiano.</p> <p>10. f. Inmunidad del que se acoge a <u>sagrado</u>.</p>

Quadro 1 – Definições do verbete *Iglesia*

Fonte: DEM, 2010 e DRAE, 2001.

A partir da análise das definições propostas para as diferentes acepções, destacamos, no quadro abaixo, alguns aspectos que se esquematizam em forma de tópicos. Estão organizados contrastivamente e de maneira temática, do modo que passamos a expor: (a) significado principal dos verbetes na primeira linha do quadro; (b) quantidade de informações apresentadas nas acepções na linha 2; (3) tema condutor das acepções, entendido como aquele que direciona marcadamente as definições. As linhas sucessivas destacam aspectos que buscam identificar as marcas do sujeito lexicógrafo e se referem às informações contidas nas diferentes acepções.

DEM	DRAE
Aceção 1 (significado principal): indica formação da igreja por conjunto de pessoas de igual religião	Aceção 1 (significado principal): indica a congregação de fiéis, mas prevê tal entrada na comunidade pelo batismo
Verbetes curtos: constam 3 acepções	Verbetes longos: conta com 10 acepções mais locuções e expressões (excluídas aqui)
Tema condutor das acepções: igreja cristã	Tema condutor das acepções: igreja cristã e católica
Relativização de informações: “igreja particularmente a cristã”	Priorização de informações: aponta para igreja cristã nas acepções 1, 2, 8 e 9. Constrói acepções próprias para a igreja católica
Conhecimento social restrito reconhecível: há direcionamento menos flagrante nas acepções	Conhecimento social estabelecido: sintagma “Sumo Pontífice”, acepção 4
Assinalamento amplo: “Conjunto de las personas que profesan una religión, particularmente la cristiana: <i>iglesia católica, iglesia protestante, iglesia griega, iglesia primitiva</i> ”	Assinalamento restrito: aponta as comunidades que “se definen” como igreja: “protestante, grega, primitiva”, acepção 8
Definição de objeto físico: “edifício”, 3ª acepção	Definição de objeto físico: “edifício”, 9ª acepção
Isenção: menos <i>subjetividade</i> em relação a um sujeito marcado pela religião	Isenção: a voz do <i>sujeito</i> cristão e católico é mais reconhecível

Quadro 2 - Contraste das definições do DEM e do DRAE. Fonte: as autoras.

Passamos a explicar de forma mais detalhada as informações apresentadas no quadro. Na primeira acepção do verbo *iglesia* do DEM, se informa que a instituição referida se compõe por um conjunto de pessoas que professam *uma* religião, que pode ser *a católica, a protestante, a grega, a primitiva*. Observa-se que o artigo indefinido *uma* (em *una religión*) é generalizante, em outras palavras, há variadas possibilidades de objeto de referência. Nesse sentido, a enumeração realizada (*católica, protestante, grega, primitiva*) produz o efeito de sentido de não limitar a informação a somente uma religião. Desse modo, relativiza-se a informação ao destacar que seria *particularmente a cristã*, não estando descartadas as demais religiões. O advérbio matizador *particularmente* aponta para uma não exclusão de outra forma de constituir igreja, embora o foco do significado do lema esteja referenciado ao cristianismo.

A segunda acepção trata do significado do lema quando grafado com maiúscula. Informa sobre seu caráter institucional e apresenta dois exemplos de uso, um mais específico, indicando relações entre *Igreja e Estado* e outro, mais genérico, direcionado a *interesses da Igreja*. É praticamente impossível não ver aí uma referência à Igreja Católica – entendemos que esse seria o significado

atribuído pelo usuário mexicano da língua tomando sua memória social. Cremos que esse usuário se reportará de imediato à Igreja, com maiúscula, católica, pela própria contextualização apresentada, “relações entre Igreja e Estado” e “interesses da Igreja”. Não há possibilidades aí de que seja reconhecida, por exemplo, a “igreja primitiva” ou a “luterana”.

A terceira e última acepção se refere ao prédio, ao objeto físico, enfim, à construção do edifício em que se celebram cultos religiosos, exemplificada através de “los domingos vamos a la iglesia”. A partir desse exemplo, podemos entender que, embora o domingo seja o “Dia do Senhor” na tradição católica, há uma generalização que pode incluir outras religiões que guardam o domingo como um dia dedicado ao Senhor, a Deus.

É importante destacar também que, nessa acepção, o DEM informa que o edifício igreja não acolhe, necessariamente, fiéis cristãos, embora haja indicativo explícito referencial relativizado em “especialmente a católica”.

Assim, em relação ao verbete do DEM, podemos concluir pela detecção de um sujeito lexicógrafo cristão matizado e mexicano, compatível com a origem do dicionário. Historicamente, o México sofreu a influência do colonizador espanhol no que respeita à imposição da religião católica e, por conseguinte, esse aspecto faz parte da memória social registrada pelo dicionário.

Desse modo, as acepções relativas à *iglesia* foram elaboradas no DEM por um sujeito lexicógrafo que, aparentemente, procura distanciar-se da influência religiosa marcada, que faz parte da memória social, e responde ao ato verbal de significado sobre a cabeça de verbete *iglesia*. Traz as informações necessárias e indispensáveis ao consulente do dicionário, usuário da língua, para que esse reconheça o significado da palavra dentro do seu grupo social.

Por sua vez, no verbete *iglesia* do DRAE, a primeira acepção, ou *significado principal*, indica que “igreja é congregação cristã” de fiéis pelo “batismo”. Apesar da existência do ato batismal em outras religiões, o próprio DRAE considera na acepção 1 do seu verbete “bautismo”: “primero de los sacramentos del cristianismo, con el cual se da el ser de gracia y el carácter cristiano”. A partir da informação principal do enunciado lexicográfico, se conclui que há referência inegável a um universo específico, o cristianismo. Ao prosseguir na leitura das definições do verbete *bautismo*, a acepção 2 indica “bautismo”: “en diversas religiones, rito de purificación”. Para complementar a postura que assumimos de que se trata de um universo marcado pela visão de mundo cristã, destacamos que o verbete *iglesia* aponta para outras religiões, mas não como uma espécie de certificação de *entrada* nelas, como ocorre no *significado prin-*

cipal, mas como um “rito de purificação”. Entendemos que a definição a partir de *rito* tem um caráter bastante mais amplo se comparada à primeira acepção de *bautismo*, associada ao primeiro dos sacramentos cristãos.

O verbete segue com as referências cristãs nas acepções seguintes (3 e 4). Destaca-se na acepção 4 a referência a “Sumo Pontífice”, denominação específica do chefe da Igreja Católica.

Todas as acepções seguintes se referem a uma *Igreja* especificada pela inicial maiúscula. Nesse universo, se incluem palavras que remetem a aspectos referenciais majoritariamente empregados com relação a cristãos, tais como *cabildo*, *catedrales*, *colegiadas*, *diócesis*, *prelados*, *comunidades cristianas*. Merece destaque a relativização existente em “comunidades cristãs que se definem como igreja” (oitava acepção), sinalizando que existem outras igrejas que se *autodefinem igrejas*: luterana, anglicana, presbiteriana. Reconhecemos aí a voz do sujeito lexicógrafo: a definição “provém” dos luteranos, presbiterianos e anglicanos, não da comunidade hispânica a quem se dirige e que forja o dicionário.

A acepção 9 indica o espaço físico: *igreja* é um edifício concreto, perceptível visualmente. Observa-se na definição, bastante sucinta, que é um “templo cristão” somente, e o enunciado se constrói através de uma palavra de sentido geral, *templo*, que designa um lugar, uma edificação reservada a cultos.

Na última acepção do verbete, igreja é definida como *imunidade* do que se “acoge a sagrado”. O enunciado indica que igreja é a pessoa que se refugia no sagrado, em virtude de recolhimento espiritual. Assim, igreja é “imunidade daquele que se recolhe ao sagrado”, pelo que se pode depreender.

O sujeito lexicógrafo do DRAE é, segundo o que mostramos aqui, marcadamente cristão e, principalmente, católico, conclusão a que se chega pelas remissões frequentes nesse dicionário a tais conceitos. Sob nossa ótica, o sujeito lexicógrafo espanhol marcado pela religião dominante está presente de forma inegável no verbete analisado.

Comparando numericamente os dicionários mexicano e espanhol, temos duas referências explícitas a cristão e católico nas três acepções do verbete do DEM e quatro nas dez acepções do DRAE. Embora o verbete do DRAE seja mais longo que o do DEM, a estatística de frequência que propomos aqui não se invalida, uma vez que é possível concluir que o sujeito lexicógrafo do DRAE faz mais referências à religião católica, levando em conta o campo semântico (*cabildo*, *diócesis*, *Sumo Pontífice* etc) anteriormente apresentado.

Conclusões

O lugar do dicionário monolíngue, legitimado pela sociedade, é o de “fornecedor” de verdades incontestáveis. Assume, dessa forma, o caráter de obra que transcende os limites de simples decodificador de significados, de recurso para verificar a ortografia e de suporte para saber a origem das entradas ou quais as classes gramaticais pertinentes.

A autoridade dessas verdades se estabelece a partir de duas vertentes que perpassam o dicionário monolíngue: (1) seu próprio discurso, que acolhe aspectos científicos, como a descrição contida nos enunciados, e também a discussão dos problemas teóricos e linguísticos que envolvem a Lexicografia (REY-DEBOVE, 1984; HAENSCH, 1982); (2) o fato de ser memória social de uma comunidade. Nesse sentido último, o dicionário é discurso da sociedade, não de um grupo (LARA, 1996).

Observa-se, por conseguinte, que na obra lexicográfica estão refletidas visões de mundo e ideologias. Desse modo, a contribuição da sociedade é visível para legitimar os significados apresentados como verdade, assim como a necessidade de rigor da descrição remete ao discurso científico. Ambos se pautam na *condição de sinceridade* (LARA, 1996) que deve fazer parte dos enunciados lexicográficos para que sejam inteligíveis e legítimos na comunidade.

Tomando a orientação canônica lexicográfica, destacamos que essa prevê definir e descrever sem deixar marcas, mas encontramos verbetes nos dicionários monolíngues analisados onde se reconhece de quem, de onde, e como partem as informações, conforme foi demonstrado. Com base nessas premissas, identificamos um *sujeito lexicógrafo* marcado ideologicamente pelo *cristianismo* e pelo *catolicismo* no dicionário espanhol (DRAE) e um sujeito mexicano (DEM) que, embora assinalado pelo cristianismo, procura distanciar-se dessas marcas através da relativização de conceitos e respostas apresentados nos enunciados lexicográficos.

Além disso, ambos os verbetes refletem a memória social da comunidade à qual se destinam e apresentam tratamento de intenção científica dos enunciados lexicográficos. Entendemos que esses aspectos se revelam na medida em que as definições buscam distanciamento das marcas do *sujeito lexicógrafo*, embora sem êxito integral em determinadas acepções de lemas conceituais, como foi aqui sinalizado.

Referências bibliográficas

- DIONISIO, A. P. “Verbetes: um gênero além do dicionário”. In: _____; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org). *Gêneros Textuais & Ensino*. 3ª ed. RJ: Lucerna, 2005, p. 125-137.
- FERREIRA, A. M.C. *Discursos e meta-discursos nos dicionários da Real Academia Espanhola: continuidades descontinuidades*. 2009. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas)- UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. Sujeitos lexicógrafos: assinalamento em dicionários de língua. In: *Revista FSA*, 2014. Disponível em <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa>>
- HAENSCH, G., WOLF, L., ETTINGER, S., WERNER, R., *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- LARA RAMOS, L.F. (org.). *Diccionario del español de México*. México: Colmex. Disponível em <<http://dem.colmex.mx>>. Acesso em: abril e maio de 2014.
- LARA RAMOS, L. F. *Dimensiones de la Lexicografía: a propósito del ‘Diccionario de Español de México’*. El Colegio de México, 1990.
- _____. *Teoría del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México, 1996.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, J. *Diccionario de Lexicografía Práctica*. Barcelona: Biblograf, 1995.
- PORTO DAPENA, J-A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Madrid. Disponível em <<http://www.rae.es>>. Acesso em: abril e maio de 2014.
- REY-DEBOVE, J. “Léxico e Dicionário”. Trad de Clóvis Morais. In: *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.), p. 45-69, 1984.

Recebido em 15 de julho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.

ANÁLISE COMPARADA DOS MODELOS DE MICROESTRUTURA DE TRÊS DICIONÁRIOS ESCOLARES

Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves

Universidade Federal de Goiás - Catalão

sheilacpgoncalves@yahoo.com.br

RESUMO:

Microestrutura é aqui concebida como o modo de organização dos dados presentes no verbete. O estudo tem como objetivo comparar e analisar a microestrutura de três dicionários escolares monolíngues de Língua Portuguesa. Para empreender a análise, tomo por base o estudo de Haensch (1982), Medina Guerra (2003), Welker (2004), entre outros. O material de análise é formado pelos seguintes dicionários: *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo*, Caldas Aulete, editora Nova Fronteira, 2011, *Dicionário Ilustrado de Português* de Maria Tereza Camargo Biderman, editora Ática, 2012, *Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado*, editora Saraiva Júnior, 2009.

PALAVRAS-CHAVE: Microestrutura; metalexicografia escolar; dicionários escolares.

ABSTRACT:

Microstructure is here conceived as the way of organizing data in the entry. The study aims to compare and analyze the microstructure of three monolingual school Portuguese dictionaries. In order to undertake the analysis, I consider the study of Haensch (1982), Medina Guerra (2003), Welker (2004), among others. The corpus comes from the following dictionaries: *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo*, Caldas Aulete, publisher Nova Fronteira, 2011, *Dicionário Ilustrado de Português* by Maria Tereza Camargo Biderman, publisher Ática, 2012, *Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado*, publisher Saraiva Júnior, 2009.

KEYWORDS: Microstructure; school meta-lexicography; school dictionaries.

Introdução

Segundo Landau (1984, p.13), “os dicionários escolares são tão antigos quanto a Lexicografia; o propósito pedagógico foi o original, e propósitos mais amplos se desenvolveram a partir dele.” Entretanto, apesar de reconhecido o seu caráter pedagógico, sabemos que, no contexto escolar, muitas vezes, o aluno se sente frustrado em suas consultas ao dicionário, pois não foi levado a (re) conhecer e aprender a manusear este tipo de obra.

Decerto, o dicionário possui características que lhe são peculiares. Pontes (2012, p. 94), por exemplo, afirma que ele é um “texto que tem estruturas retóricas próprias, com características particulares, o que significa ser preciso instrumentalizar o aluno com estratégias específicas e habilidades particulares para o seu manuseio e para a sua compreensão.” Nesse sentido, podemos afirmar que, para compreendermos o dicionário em sua completude, necessitamos também compreender esse conjunto de regras específicas. E é certamente, a Lexicografia, mais precisamente a Lexicografia escolar, que auxiliará o (futuro) professor a desenvolver as habilidades necessárias para um melhor aproveitamento desse importante recurso didático.

Outra questão que merece destaque, quando o assunto é dicionário escolar, é a inclusão dessas obras, no ano de 2000, no Programa Nacional do livro didático do Ministério da Educação e Cultura, doravante PNLD-MEC. Na ocasião, com a participação de universidades públicas, o PNLD-MEC passou a selecionar obras que atendessem aos projetos pedagógicos das escolas que, por sua vez, foram adquiridas e distribuídas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

O PNLD-MEC passou por várias reformulações. A última ocorreu em 2012, ocasião em que o referido programa aumentou a sua área de atuação e incluiu os dicionários especialmente destinados ao ensino Médio, com o objetivo de “equipar as escolas com um número significativo de diferentes tipos e títulos de dicionários” (GUIA PNLD-MEC 2012-Dicionários, p. 19).

A seguinte divisão foi proposta:

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de tipo 1	1º ano do ensino Fundamental	Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes; Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.

Dicionários de tipo 2	2° ao 5° ano do ensino Fundamental	Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de tipo 3	6° ao 9° ano do ensino Fundamental	Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino Fundamental.
Dicionários de tipo 4	1° ao 3° ano do ensino Médio	Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; Proposta lexicográfica própria de dicionário padrão de uso escolar, porém adequada às demandas escolares do ensino Médio, inclusive o profissionalizante.

Quadro 1: Distribuição dos acervos propostos pelo PNLD-MEC 2012

A partir do exposto, é possível percebermos uma divisão de dicionários em tipos agrupados em grupos: de um lado, as obras do tipo 1 e 2; de outro, as obras do tipo 3 e 4, considerando-se, ainda, o critério da quantidade de entradas e do público alvo a que a obra se destina.

O objetivo principal desse estudo é realizar uma análise comparada da microestrutura de três dicionários escolares monolíngues de Língua Portuguesa do tipo 2 com o objetivo de refletir sobre a adequação ou não dessas obras ao público-alvo a que se destinam. Não pretendemos apontar uma construção em detrimento de outra, tampouco aquela que seja a mais adequada, mas sim levantar os critérios propostos pelos autores e examinar as principais informações presentes, considerando-se que se tratam de obras destinadas ao mesmo público.

Nosso *corpus* consta de três dicionários do tipo 2, a saber: *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo*, Caldas Aulete, editora Globo, 2011, *Dicionário Ilustrado de Português de Maria Tereza Camargo Biderman*, editora Ática, 2012, *Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado*, editora Saraiva Júnior, 2009.

1. Microestrutura: discussões conceituais

Iniciaremos nossas discussões apresentando diferentes propostas conceituais sobre microestrutura, pois acreditamos que esse apanhado nos permitirá

apontar aquele que melhor nos satisfaça e complete nossas discussões no âmbito deste trabalho.

De acordo com Haensch et al. (1982)

Considera-se que o verbete é a unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário. É formado pelo lema, que é a unidade léxica tratada e pelas informações fornecidas sobre essa unidade. Entende-se como microestrutura a ordenação dos elementos que compõem o verbete lexicográfico. (HAENSCH et al., 1982, p. 41)¹

A definição de microestrutura proposta por Medina Guerra (2003, p. 105) também considera o verbete como a unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário, formado pelo lema, que é a unidade léxica descrita, e pelas informações sobre essa unidade². Medina Guerra retoma Haensch et al. para esclarecer o que se entende por microestrutura, ou seja, “a ordenação dos elementos que compõem o verbete (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105). A autora acrescenta que as informações presentes em cada dicionário variam em função de diversos propósitos, entre eles, quais serão os usuários. Desse modo, segundo Medina Guerra (2003, p. 105)³, um dicionário pode conter informações relativas à etimologia, ortografia, pronúncia, restrições de uso e tantas outras, de acordo com a natureza da obra.

Welker (2004, p. 107-108) cita diversos autores, tais como Baldinger, Rey-Debove, Haussmann, Wiegand em sua concepção de microestrutura, entretanto o autor não assume uma postura própria em relação a esse conceito.

Welker (2004, p. 107) chama a atenção para o fato de Rey-Debove considerar que a microestrutura deve ser organizada de forma “constante, padronizada”, ao mesmo tempo que admite “grau zero de informação”, uma vez que “não existem os mesmos tipos de informação para todos os lemas”.

Haussmann e Wiegand (1989), segundo Welker (2004), discutem amplamente o conceito de microestrutura proposto por Rey. Para esses autores,

1 se considera que el artículo lexicográfico es la unidad mínima autónoma en que se organiza el diccionario. Está formado por el lema, que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad. Se entiende como microestructura la ordenación de los elementos que componen el artículo lexicográfico. (HAENSCH et.al, 1982, p. 41)

2 Artículo lexicográfico es la unidad mínima autónoma en que se organiza el diccionario. Está formado por el lema, que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad. (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105)

3 Microestructura la ordenación de los elementos que componen el artículo lexicográfico. (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105)

o lema e todo o conjunto de informações que estão ligadas ao lema formam o verbete do dicionário. A estrutura da informação dentro do verbete é denominada *microestrutura*. Na concepção de Rey-Debove, o lema não pertence a ela.

Partindo dessas concepções, necessário se faz tomarmos nossa posição acerca da definição de microestrutura, que será entendida no âmbito deste estudo, segundo Barros (2002, p. 150), como sendo “a organização dos dados contidos no verbete, ou melhor, o programa de informações sobre a entrada disposto no verbete.”

Por outro lado, em se tratando da organização sistemática das informações constantes no verbete, citamos Bugueño Miranda e Farias (2006, p. 116), que afirmam que as informações presentes na microestrutura em dicionários semasiológicos monolíngues poderiam ser representadas pelos tópicos a seguir:

a) o artigo léxico deve apresentar um conjunto de informações ordenadas (cf. Haensch et al., 1982: 462); também Martínez de Souza (1995, s.v. *microestructura*)⁴; b) no artigo léxico deve ser fundamental reconhecer um programa (constante) de informações (cf. Jackson (2002: 81); c) o artigo léxico apresenta dois segmentos básicos: comentário de forma e comentário semântico, respectivamente (cf. Wiegand 1989a: 434); d) as informações mais procuradas na microestrutura são a significação e a indicação ortográfica (cf. Landau (2001). (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2006, p. 116)

Segundo Bugueño Miranda e Farias (2006, p. 117):

a) toda informação dentro do artigo léxico (seja na forma de um indicador estrutural, seja na forma de uma informação sobre a língua propriamente dita) deveria ter um valor efetivamente funcional, isto é, servir, de fato, ao consulente, e b) deve haver correspondência entre o programa de informações do artigo e o tipo de dicionário. Dito em outros termos, o fundamental na estruturação do artigo léxico é que cada segmento seja estratégico, isto é, efetivamente informativo. (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2006, p. 117)

Bugueño Miranda e Farias (2006, p. 117) propõem o conceito de *informações discretas e discriminantes*. A primeira representa aquela “informação que é relativamente relevante para o consulente”, por exemplo, o plural das palavras

4 A esse respeito Hartmann e James (2001, s.v. *microstructure*) salientam que se trata do “internal design of a reference unit.”

terminadas em –ão, em Língua Portuguesa, enquanto a segunda é aquela que “permite ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou conhecimento da língua”.

Em relação a essas informações, os autores afirmam

Para poder estabelecer o valor discreto e discriminante de uma informação dentro do artigo léxico é fundamental considerar as seguintes questões: a) a necessidade ou pertinência real de considerar um tipo específico de informação no artigo léxico. b) o lugar que um tipo de informação pode (ou deve) ocupar dentro do artigo léxico. c) as necessidades do usuário. d) o tipo de dicionário. (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2006, p. 121)

Para Welker (2004, p. 109), desde que se estabeleça um padrão, o lexicógrafo pode elaborar qualquer tipo de microestrutura, caso contrário, a leitura dos verbetes se torna uma árdua tarefa. Acrescentaríamos a essa afirmação a necessidade de se adequar essa estrutura ao tipo de dicionário produzido e ao consulente a quem a obra irá ser dirigida, a fim de se ajustar a informação que se oferece no verbete com a informação que esse consulente procurará.

Welker (2004, p. 109), tomando por base Hausmann e Wiegand (1989), apresenta quatro tipos de microestruturas: a microestrutura integrada, que consiste na apresentação das informações sintagmáticas em cada acepção; a não integrada, que difere da integrada, pois as informações aparecem ao final do verbete; a semi-integrada, que apresenta organização semelhante à não integrada, entretanto a informação sintagmática recebe uma identificação referente a qual acepção pertence; e a microestrutura parcialmente integrada, que se parece com a integrada, porém alguma informação sintagmática é colocada no final, em um parágrafo ou bloco à parte, pois é difícil verificar a que acepção pertence tal informação.

Barros (2002, p. 150) aponta que, em relação à distribuição dos dados na microestrutura, três elementos devem ser levados em consideração: “a) o número de informações transmitidas pelo enunciado lexicográfico/terminográfico; b) a constância do programa de informações em todos os verbetes dentro de uma mesma obra; c) a ordem de sequência dessas informações.”

A autora (BARROS, 2002, p. 150) acrescenta que “o tipo e o número de dados veiculados pelo enunciado lexicográfico ou terminográfico variam de uma obra para outra, dependem do tipo de repertório e da natureza linguística da unidade lexical ou terminológica descrita (entrada)”. Concordamos com a autora e complementamos com o que afirma Medina Guerra (2003, p. 105):

As informações recolhidas por cada dicionário podem variar em função do propósito do dicionário, de seus usuários ou outros fatores. Assim, os dicionários podem coletar informações sobre a etimologia, a pronúncia e a ortografia, a categoria gramatical e o número, as restrições de uso (que indicam se a unidade da língua tem plena vigência na língua, se se utiliza em uma determinada área geográfica, se é própria de uma determinada profissão ou atividade ou se está restrita a um determinado nível ou registro linguístico etc) os sinônimos e antônimos, as combinações léxicas em que aparecem, os aspectos sintáticos relevantes (como se constroem as preposições, as limitações combinatórias etc), as irregularidades morfológicas (plurais irregulares, participios passados, conjugações verbais etc) e, claro, as definições das diversas acepções com seus exemplos de uso. (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105)⁵

Por fim, entendemos que a microestrutura de um dicionário escolar pode conter diversas informações, tais como a definição do lema, os exemplos e/ou abonações, a divisão silábica, marcação da sílaba tônica, pronúncia ou ortoépia, etimologia, sinônimos, antônimos, aumentativos, diminutivos, marcas de uso etc. Entendemos que o lexicógrafo deve selecioná-las, considerando-se o público-alvo e o objetivo da obra.

Para nós, independentemente do tipo de microestrutura que se decida empregar, é conveniente o estabelecimento de critérios claros e definidos, ou seja, as informações na microestrutura devem obedecer a um programa constante e sistemático de informações, pois essa padronização pode facilitar a consulta do usuário e deve estar de acordo com o tipo de obra que se pretende produzir. Ademais, enfatizamos que a adoção desses critérios produzirá uma microestrutura homogênea e coerente. A seguir, nossas análises.

5 las informaciones recogidas por cada diccionario pueden variar en función del propósito del diccionario, de sus usuarios y destinatarios o de otros factores. Así, los diccionarios pueden recoger información sobre la etimología, la pronunciación y la ortografía, la categoría gramatical y el número, las restricciones de uso (que señalan si esa unidad tiene plena vigencia en la lengua, si se utiliza en una determinada área geográfica, si es propia de una determinada profesión o actividad, o si está restringida a un determinado nivel o registro lingüístico etc) los sinónimos y antónimos, las combinaciones léxicas en que aparece, los aspectos sintáticos relevantes (las preposiciones con que se construye, las limitaciones combinatórias, etc), las irregularidades morfológicas (plurales irregulares, participios de pasado, conjugaciones verbales, etc), y, por supuesto, las definiciones de las diversas acepciones, con sus ejemplos de uso. (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105)

2. Análise do material

Inicialmente, apresento as diversas informações que podem ser encontradas nos verbetes das obras selecionadas. Logo após, a análise comparada dos modelos de microestrutura dos três dicionários analisados. Por fim, teço comentários sobre algumas dessas informações e passo as considerações finais.

2.1 Dicionário escolar da língua portuguesa ilustrado com a turma do Sítio do Pica-pau Amarelo

Importante citar que, na construção da microestrutura do Dicionário escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo, o autor esclarece em um texto denominado “*Como usar este dicionário*” diversas informações, entre elas:

a entrada é registrada na cor azul, letra minúscula e em negrito. Quando antecedida por um sinal (⊖), será um estrangeirismo; o ponto entre as sílabas indica o local onde elas devem se separar e os dois pontos indicam aquelas palavras que não permitem definir exatamente onde se separam as sílabas, como por exemplo, dicionário; os números em negrito servem para marcar as diversas acepções de uma palavra e as definições, sempre que necessário, aparecerão contextualizadas, ou seja, será informado ao consulente em que tipo de uso ela tem aquele significado. Exemplo: Valeu: gíria.; a indicação de contexto será registrada de três maneiras diferentes: regionalismo, exemplo: bombachas Sul; nível de linguagem: gíria, popular, depreciativo, exemplo: camelo: gíria e área de conhecimento, quando a palavra tem determinado significado em determinada área de conhecimento ou disciplina, exemplo: subtração: matemática; dentro de uma acepção pode haver exemplos, sinônimos e colchetes com informações adicionais, como por exemplo, o plural, aumentativo, diminutivo, antônimos etc; posição da regência dos verbos pode variar e dependerá se todas as acepções têm a mesma regência ou não e todos terão sua conjugação indicada a partir de quadros apresentados no início da obra; As locuções e expressões idiomáticas são grupos de palavras com sentido especial, em que a palavra principal é tratada no verbe. Essas são registradas após um sinal (∞) e começam com maiúscula; as derivadas, ou seja, palavras formadas com base na unidade lexical que é a entrada do verbe, por exemplo, *corpo: corporal*, serão marcadas por um sinal (⊖), assim como as subentradas; quando a palavra com sentido próprio é uma variação de uma palavra tratada em verbe; a

barra de abreviações é colocada ao final de cada página e as mudanças de classe são registradas. (CALDAS AULETE, 2011, p. 10)

As informações que podem ser encontradas nos verbetes do *Dicionário escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo*, Caldas Aulete, podem ser assim esquematizadas:

ENTRADA = divisão silábica + sílaba tônica + pronúncia ou ortoépia + categoria gramatical + gênero + transitividade + definição + exemplo + locuções e expressões idiomáticas + indicação de contexto + sinônimos + informações adicionais + palavras derivadas + mudança de classe + subentrada + índice

2.2 Dicionário Ilustrado de Português de Maria Tereza Camargo Biderman

As informações que podem ser encontradas nos verbetes do *Dicionário Ilustrado de Português* de Biderman podem ser assim esquematizadas:

ENTRADA = categoria gramatical + gênero + divisão silábica + sílaba tônica + pronúncia ou ortoépia + definição + exemplo + palavras compostas + expressões idiomáticas + sinônimos + antônimos + plural irregular + mudança da categoria gramatical + remissão + observações

Sobre essa organização, a autora, também no texto “*Como usar este dicionário*”, esclarece:

as entradas são grafadas na cor azul, as que se encontrarem em itálico, serão estrangeirismos; a frase do exemplo mostra como a palavra é usada e ajuda na compreensão do significado, as palavras compostas, ou seja, a entrada quando usada com outras formando um único sentido, por exemplo, *acento* e *acento circunflexo*, serão indicadas por um sinal: •, a separação silábica não está presente em palavras formadas por uma única sílaba e nos estrangeirismos, são registrados os sinônimos, antônimos, masculino e feminino e os plurais das formas irregulares, inclusive das formas compostas, quando uma forma pertencer a duas categorias distintas (exemplo: dependente- substantivo e adjetivo), optou-se por dar como entrada a categoria mais frequente, completando a informação em uma observação. Pode haver o registro de remissão para outra entrada ou ainda a remissão para outra figura, as expressões idiomáticas são

registradas por meio de um sinal (*), as observações adicionais dizem respeito ao registro da mudança da categoria gramatical, se a palavra é escrita de maneiras diferentes, a pronúncia das palavras de origem estrangeira ou aquelas que mudam a sílaba tônica do (o) fechado para o (o) aberto. (BIDERMAN, 2012, p. 6-7)

2.3 *Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado, Saraiva Júnior*

As informações que podem ser encontradas nos verbetes do *Dicionário Ilustrado de Português*, de Saraiva Júnior, podem ser assim esquematizadas:

ENTRADA = divisão silábica + sílaba tônica + pronúncia ou ortoépia + categoria gramatical + gênero + transitividade + definição + exemplo + expressões idiomáticas + plural irregular + superlativo absoluto sintético + antônimos + conjugação verbal + marcas de uso + sinônimos + antônimos + aumentativo + remissão.

Sobre essas informações, a obra, também no texto “*Como consultar este dicionário da Língua Portuguesa*”, informa:

as entradas são em destaque colorido; os monossílabos são repetidos e não apresentam divisão silábica; os antônimos são registrados ao final do verbo ou ao final de determinada acepção, dependendo, evidentemente, a que se referem; a pronúncia culta tem seu registro, em casos de dúvidas; os exemplos servem para auxiliar na compreensão; os superlativos absolutos sintéticos, quando irregulares ou duvidosos, são registrados; as expressões idiomáticas mais comuns no dia a dia aparecem em destaque colorido; a indicação da área do conhecimento a que pertence a entrada é registrada após a categoria gramatical; também são registrados os substantivos de dois gêneros, epicenos, sobrecomuns, aumentativos e plurais irregulares e femininos duvidosos; os empréstimos recentes ou não aparecem em itálico seguidos da indicação da língua de origem, da pronúncia e a separação silábica; as locuções, que são formadas por mais de uma palavra, representam uma única unidade semântica são registradas em destaque colorido; há o registro dos diferentes níveis de formalidade/expressividade (gíria, linguagem popular figurada, familiar ou chula e também de regionalismos). (SARAIVA JÚNIOR, 2009, p. 5)

2.4 Análise comparada dos modelos de microestrutura dos três dicionários analisados

Após o registro das informações que podem estar presentes na microestrutura dos dicionários analisados, vale ressaltar a seguir, as informações comuns e divergentes registradas. São elas:

- a. **Comuns:** divisão silábica, sílaba tônica, categoria gramatical, flexão de gênero, definição, exemplo, pronúncia ou ortoépia, expressões idiomáticas, sinônimos, antônimos, plural irregular.
- b. **Divergentes:** regência ou transitividade dos verbos, marcas de uso, aumentativos e diminutivos irregulares, superlativos absolutos sintéticos, feminino irregular, palavras derivadas, mudança de classe gramatical, subentrada, observações, palavras compostas, flexão verbal, remissão.

Como é possível observar, além da definição e do exemplo, são nove informações comuns e treze informações divergentes nas três obras. Acrescentamos que informações sobre etimologia, por exemplo, não foram registradas em nenhum dos três dicionários.

Reitero que as obras são destinadas ao mesmo público, ou seja, alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário. Sem dúvida, a diversidade de construção da microestrutura dos três dicionários é aspecto relevante e todas as informações tratadas têm importância. Por outro lado, é possível perceber a falta de homogeneidade de critérios lexicográficos especialmente destinados ao público em questão.

A seguir, teceremos comentários sobre algumas das informações que se encontram na microestrutura dos dicionários do tipo 2.

2.5 Informações microestruturais: divisão silábica, sílaba tônica, categoria gramatical, flexão de gênero, locuções e expressões idiomáticas, sinônimos, antônimos, plural irregular, regência, transitividade dos verbos, etimologia e pronúncia.

Todos os dicionários analisados trazem suas entradas em cores diferentes. A indicação da divisão silábica, marcação da sílaba tônica, flexão de gênero e categoria gramatical são informações que aparecem nas três obras selecionadas.

Existem apenas duas diferenças, a primeira diz respeito à ordem em que

elas aparecem e a segunda reside no fato de que, em uma das três obras (*Dicionário Ilustrado de Biderman*), ela aparece em forma menos abreviada (*adj.*; *s.masc.*; *s.fem.*), enquanto nas outras duas, o registro se faz assim: *sm.*; *sf.*; *v.*

Acreditamos e defendemos que as abreviaturas representam um obstáculo para esse público-alvo e que o trabalho de consulta se tornaria menos laborioso ao consulente, se a obra pudesse ter o registro da sua categoria gramatical descrito sem abreviações.

Registramos também que, ao final dos verbetes, os dicionários registraram os sinônimos, antônimos, plurais irregulares, locuções e expressões idiomáticas, ou em forma de abreviaturas ou antecidos por símbolos.

Em se tratando de sinônimos e antônimos, Caldas (2011) informa apenas que eles serão registrados; Biderman (2012, p. 10) esclarece que este registro se dará “sempre que pertinente, permitindo ao consulente perceber as relações de semelhança e diferença entre os significados apontados” e Saraiva Jr (2009), apesar de registrá-los, não faz referência aos sinônimos, já sobre os antônimos, comenta apenas sobre a sua posição no interior do verbe.

Acerca dos plurais irregulares, Caldas Aulete (2011, p. 11) apenas diz que essa informação estará presente; para Biderman (2012, p. 7), sempre que não aparecer a indicação de plural é porque se tratam apenas de casos em que se acrescenta o “s”, os demais terão o seu registro. A autora esclarece que, inclusive as formas compostas terão a indicação de plural e Saraiva Jr (2009, p. 5) afirma que esses plurais virão acompanhados de indicação de pronúncia.

Caldas Aulete (2011, p. 10) não faz diferença entre locuções e expressões idiomáticas e também não comenta o critério adotado na seleção. Já Saraiva (2009, p. 4) explica que registrará as expressões idiomáticas “mais comuns no dia a dia.” Biderman (2012, p. 7) menciona que registrará aquelas formadas com base na palavra-entrada. Observamos que, em muitos casos, elas não coincidem nas três obras. Vejamos:

Banana *ba.na.na sf 1.* É o fruto da bananeira, nutritivo, de formato curvo e alongado, que se agrupa em cachos. (CALDAS AULETE, 2011, p. 68)

Banana *s.fem. ba-na-na. 1.* Fruta comprida e arredondada, de casca amarela, que pode ser descascada facilmente. *Mariana ganhou um cacho de bananas, bem maduras.* 2. Pessoa que é mole e boba. *Ele nunca se arrepende; é um banana.*a preço de banana:* muito barato. (BIDERMAN, 2012, p. 40).

Banana (ba.na.na) sf 1. Fruto comprido, com casca fácil de ser retirada, que dá em cachos e tem polpa nutritiva e saborosa; adj 2. Fig. Pessoa sem coragem: (O pai de Bebel é um banana; não chama a atenção da filha nem quando ela grita com ele.) **Banana de dinamite**: objeto explosivo usado para remover pedras e para demolir construções. (SARAIVA JR., 2009, p. 23)

Em relação à regência ou transitividade dos verbos, bem como se dá a sua conjugação, a seguinte situação foi encontrada: no dicionário de Biderman (2012), a autora prefere não incluir informações sobre a transitividade verbal, pois, para ela, são conceitos de difícil apreensão para essa faixa etária. Segundo Biderman (2012, p. 10), o mais importante é que o leitor “aprenda a reconhecer as funções básicas de um verbo na oração e no texto, capturando a sua distinção em relação às outras formas gramaticais e ampliando o domínio da linguagem escrita.”

Nos outros dois dicionários, Saraiva Jr (2009) e Caldas Aulete (2011) encontramos o registro da transitividade dos verbos; este apresenta, além da transitividade, a conjugação verbal de todos os verbos, inclusive, são apontadas as flexões irregulares, enquanto aquele apresenta as irregulares de flexão e, quando determinado verbo serve de referência à conjugação de outro, tal referência é indicada.

As obras não registram o étimo das entradas, aliás, registro esse que julgamos pertinente, em se tratando de obras destinadas a crianças em fase de consolidação do domínio da escrita.

A pronúncia é informação comum nos três dicionários analisados. Julgamos que ela deva fazer parte da microestrutura de dicionários escolares nos casos em que há a ocorrência de abertura e fechamento de vogais ou nos casos de registro da pronúncia de palavras estrangeiras.

Selecionamos aleatoriamente alguns exemplos. Vejamos como se deu a indicação da pronúncia:

	<i>Dicionário escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo</i> Caldas Aulete	<i>Dicionário Ilustrado de Português de Maria Tereza Camargo Biderman</i>	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado</i> Saraiva Júnior
Forma	Registra duas entradas para forma, não numeradas. Na primeira, após a entrada, aparece a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica (ó) . Na segunda entrada, da mesma forma, após a divisão silábica com indicação da sílaba tônica, a indicação de fechamento da vogal tônica.(ô)	Registra, após a entrada, a categoria gramatical, seguida da divisão silábica e marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica [ó]. Essa obra não registra forma com indicação de fechamento da vogal.	Registra duas entradas para forma não numeradas. Na primeira, após a entrada, aparece a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica (ó). Ao final do verbete, registra Cf. forma (ô) Na segunda entrada, da mesma forma, após a divisão silábica com indicação da sílaba tônica, a indicação de fechamento da vogal tônica.(ô). Ao final do verbete, registra Cf. forma (ó)
Colher	Registra duas entradas para colher, não numeradas. Na primeira, após a entrada, aparece a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica (é) . Na segunda entrada, da mesma forma, após a divisão silábica com a marcação da sílaba tônica, a indicação de fechamento da vogal tônica.(ê)	Registra duas entradas numeradas para colher. Na primeira (colher ¹), após a entrada, aparece a categoria gramatical seguida da divisão silábica com indicação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica [é] . Na segunda entrada (colher ²), da mesma forma, após a divisão silábica com marcação da sílaba tônica, a indicação de fechamento da vogal tônica.[ê]	Registra duas entradas para forma não numeradas. Na primeira, após a entrada, aparece a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica (é). Na segunda entrada, da mesma forma, após a divisão silábica com indicação da sílaba tônica, a indicação de fechamento da vogal tônica.(ê).

Seca	Não há registro	Registra, após a entrada, a indicação da categoria gramatical, a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de fechamento da vogal tônica [ê]	Registra, após a entrada, a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de fechamento da vogal tônica (ê). Ao final do verbete, registra a indicação de plural seguida da indicação do fechamento da vogal; Cf. seca (ê) e secas (é), do v.secar.
Olho	Registra, após a entrada, a divisão silábica e a indicação da sílaba tônica, seguida da indicação de fechamento da vogal (ô). Ao final do verbete, indica o plural, seguido da indicação de abertura da vogal (ó).	Registra, após a entrada, a indicação da categoria gramatical, a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de fechamento da vogal tônica [ô]. Ao final do verbete, a indicação de plural seguida de indicação de abertura da sílaba tônica [ô].	Registra, após a entrada, a divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de fechamento da sílaba tônica (ô). Ao final do verbete, registra o plural olhos (ô).
Byte	Não há registro	Registra, após a entrada, a categoria gramatical seguida da definição e, ao final do verbete: “ver bit” e “obs.”: palavra inglesa incorporada ao vocabulário da Língua Portuguesa e que é pronunciada báiti.	Não há registro
Mega-byte	Não há registro	Registra após a entrada, a categoria gramatical seguida da definição e, ao final do verbete, “Obs. Palavra inglesa incorporada ao vocabulário da Língua Portuguesa e que é pronunciada megabáite.” b) é abreviado como Mb.	Não há registro

Show	Registra, após a entrada, a indicação que se trata de um lexema pertencente à língua Inglesa, seguido da indicação da pronúncia.	Registra após a entrada, a categoria gramatical seguida da definição e, ao final: “Obs. Palavra inglesa incorporada ao vocabulário da Língua Portuguesa e que é pronunciada xou.”	Registra, após a entrada, entre parênteses, novamente a palavra show, seguida, também, entre parênteses da transcrição fonética (xôu).
Shopping-center	Registra, após a entrada, a indicação que se trata de um lexema pertencente à língua Inglesa, seguido da indicação da pronúncia.	Registra “shopping”, após a entrada, a categoria gramatical seguida da definição e, ao final: “Obs. Palavra inglesa incorporada ao vocabulário da Língua Portuguesa e que é pronunciada xópin”	Registra “shopping”, após a entrada, a divisão silábica e a transcrição fonética (xópin) com marcação da sílaba tônica.

Quadro 2: Indicação de pronúncia nas obras selecionadas

A partir desse levantamento, podemos concluir que o tratamento dado à pronúncia difere de obra para obra. Encontramos tratamentos diferenciados até dentro da mesma obra, como é o caso do *dicionário Ilustrado de Português* de Biderman que registra, por exemplo, a entrada *forma*, seguida da categoria gramatical, divisão silábica com marcação da sílaba tônica e a indicação de abertura da vogal tônica (ô), mas não registra a entrada com indicação de fechamento da vogal, ou seja, forma no sentido de “peça oca usada como molde”.

No caso de *colher*, a autora registra duas entradas, considerando-as homônimos pertencentes a classes gramaticais distintas. Na primeira, aparece o significado de talher e, na segunda, o verbo.

No caso de *seca*, a autora registra o substantivo com indicação da sílaba tônica e registro de fechamento da vogal, mas não informa que há a forma seca (é) do verbo secar. Já no caso de *olho*, a autora registra a indicação de fechamento da vogal tônica no início do verbete, logo após a divisão silábica. Ao final do verbete, depois da abreviatura *obs.*, a autora registra o plural *olhos*, seguido da indicação de abertura da vogal.

No tratamento dado à pronúncia dos estrangeirismos, o dicionário de Biderman registra no prefácio que foram incluídos alguns estrangeirismos, sobretudo no campo da informática e que eles estariam devidamente contextualizados quanto a sua origem e o seu uso. Além disso, ela informa que “o dicionário traz a indicação de como as palavras estrangeiras são pronunciadas” (BIDERMAN,

2012, p.7). Fomos verificar e concluímos que a autora registra a indicação da pronúncia dos estrangeirismos ao final do verbete, em forma de observações.

O tratamento dado à pronúncia no *Dicionário escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a turma do Sítio do pica-pau amarelo*, Caldas Aulete (2011) se deu do seguinte modo: a obra optou por registrar duas entradas não numeradas seguidas da divisão silábica e indicação de abertura e/ou fechamento da vogal tônica, como é o caso de *forma* e *colher*. No caso de *olho*, a obra registra a indicação da sílaba tônica depois da divisão silábica e, ao final do verbete, informa o plural e a mudança da sílaba tônica.

Quanto ao registro dos estrangeirismos, das quatro opções apresentadas, o Caldas Aulete, registra apenas duas (*show* e *shopping-center*). Nesses casos, o dicionário registra, depois da entrada, a indicação de que se trata de um lema pertencente à língua Inglesa. Logo após essa informação, a obra registra a pronúncia.

Já o dicionário Saraiva Júnior (2009) registra a seguinte situação: duas entradas para *forma* não numeradas. Nos dois registros, após a entrada, aparece a divisão silábica com marcação da sílaba tônica, seguida da indicação de abertura/fechamento da vogal e, ao final do verbete, a indicação de *confronte*, *compare* com *forma* (ó) e *forma* (ó).

No caso de *colher*, o autor registra também duas entradas não numeradas, seguidas da divisão silábica com marcação da sílaba tônica, mas não indica a informação *confronte*, *compare*.

No caso de *seca* e *olho*, Saraiva Júnior registrou a indicação da sílaba tônica depois da divisão silábica e, ao final do verbete, o plural seguido da indicação da sílaba tônica e as indicações de *Cf seca* (é) e *secas* (é) do v. *secar* e Pl. *olhos* (ó).

No caso do registro da pronúncia dos estrangeirismos, Saraiva Júnior oferece o mesmo tratamento aos dois estrangeirismos encontrados (*show* e *shopping-center*): registra a entrada seguida da divisão silábica e a indicação da pronúncia. A seguir, nossas considerações finais.

Considerações finais

A análise das informações presentes na microestrutura de dicionários escolares teve como ponto de partida a lista de obras proposta pelo PNLD-MEC 2012, que fez chegar às escolas de ensino Fundamental e Médio da rede pública quatro acervos de dicionários classificados em tipos: 1, 2, 3 e 4. Obras

que, como afirmamos, possuem um número específico de verbetes e foram destinadas a etapas de ensino também específicas.

O contraponto proposto neste artigo foi realizar uma análise comparada da microestrutura de três dicionários escolares monolíngues de Língua Portuguesa do tipo 2, ou seja, obras que possuem um número mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes e proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário. Reafirmamos que essas diferentes obras lexicográficas configuram-se pelas diferentes necessidades de seus consulentes.

Retomando microestrutura concebida, no âmbito deste trabalho, como o modo de organização dos dados presentes no verbete, a pesquisa revelou a falta de critérios, bem como o tratamento dado às informações presentes nos verbetes.

Creemos que uma organização fundamentada em parâmetros claros e definidos se justifica e nos parece indispensável, especialmente porque é a partir deles que podemos descrever as principais características, propriedades, semelhanças e diferenças entre as obras, além de oferecer ao lexicógrafo subsídios para o desenvolvimento de obras mais coerentes e mais acessíveis ao público-alvo.

É certo que a inclusão dos dicionários no PNLD-MEC 2000 representa um avanço para a Lexicografia escolar e fez surgir um produto específico, que está direcionado a um público-alvo determinado e com uma estrutura própria voltada para esse fim. Todavia, apesar da reformulação da proposta feita pelo PNLD-MEC 2012, (considerar o número de entradas, o público-alvo a que a obra se destina e o nível de escolaridade do aluno), ainda assim ela se torna insuficiente para resolver a problemática do dicionário escolar, pois sabemos que ainda temos muito a refletir. No entanto, não podemos deixar de acrescentar que, discutir essa problemática é uma possibilidade que dá início à construção do perfil dos dicionários escolares.

Ademais, para avaliarmos as possibilidades pedagógicas dos dicionários escolares, além de uma divisão em tipos, julgamos que há outros questionamentos também importantes e, certamente, dentre eles estão os critérios adotados pelos lexicógrafos na confecção da microestrutura dessas obras, considerando-se as reais necessidades dos usuários.

Outra questão que merece destaque é o papel da Lexicografia escolar. Para Gomes (2007, p. 77) os trabalhos nessa área no Brasil são “praticamente inexistentes; o que leva a crer que se faz urgente a sistematização dos conhecimentos lexicográficos e metalexográficos voltados para o público escolar

e infantil”. É certo que o manuseio do dicionário requer muito mais do que simples decodificação. Ele exige do consulente um conhecimento específico, um pré-aprendizado, ou seja, é preciso que ele seja levado a conhecer o dicionário, aprenda a manuseá-lo, possa se tornar “íntimo” dele e, dessa forma, tirar o máximo de proveito. Ademais, faz-se necessário a conscientização de (futuros) professores sobre o importante papel da Lexicografia escolar em sua formação profissional.

Referências bibliográficas

- BARROS, Lídia Almeida. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2002.
- BRASIL. SEF/MEC. *Guia de livros didáticos do PNLD 2004 - Dicionários*. Brasília: SEF/MEC, 2012.
- BUGUENO MIRANDA Félix Valentín; FARIAS, Virgínia Sita. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução. Florianópolis*, v.18, 2006, p.115- 135.
- GOMES, P.V.N. *O processo de aquisição lexical na infância e a metalexigrafia do dicionário escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, tese de doutorado em Linguística, 2007, 327 pp.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la linguística teorica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- LANDAU, S.I. *Dictionaries. The Art and craft of lexicography*. New York: The Scribner Press, 1984.
- MEDINA GUERRA, Antonia A. *Lexicografía española*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2003.
- PONTES, Antônio Luciano. Exemplos de uso em dicionários escolares brasileiros para a leitura e a produção textual. *Revista de Letras*. Ceará: UFC, n.31, v. 1/2 jan./dez., 2012, p. 93-101.
- WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

Dicionários

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário ilustrado de português*. São Paulo: Ática; 2012.

CALDAS AULETE. *Dicionário escolar da língua portuguesa ilustrado com a Turma do Sítio do pica-pau amarelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SARAIVA JÚNIOR. *Dicionário da língua portuguesa ilustrado*. São Paulo: Saraiva. 2009.

Recebido em 15 de julho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.

HETEROGENEIDADE E DINAMISMO DO LÉXICO: IMPACTOS SOBRE A LEXICOGRAFIA

Maria da Graça Krieger
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
kriegermg@gmail.com

RESUMO:

O artigo situa-se nos domínios da lexicografia e da terminologia, entendidas como ciências do léxico. Define e distingue as duas áreas e as fronteiras entre palavra e termo. Explica a heterogeneidade e dinamismo do componente léxico sob o foco de seus aspectos constitutivos. Mostra a relação entre léxico e dicionário de língua. Faz também observações sobre a circulação de termos técnicos das redes sociais. Conclui com observações sobre a natureza do léxico e os impactos que a lexicografia sofre atualmente com a expansão do léxico relacionada ao mundo virtual.

PALAVRAS-CHAVE: léxico. dicionário de língua. Lexicografia. terminologia

ABSTRACT:

The article lies on the grounds of lexicography and terminology, known as lexicon sciences. It defines and differentiates both areas and the borders between word and term. It explains the lexical component dynamism and heterogeneity focusing on its constitutive aspects. It shows the relation between lexicon and language dictionary. It also makes observations about the use of technical terms on social networks. It concludes with observations about the nature of the lexicon and the impacts that lexicography experiences nowadays due to the enlargement of the lexicon and its relation to the virtual world.

KEYWORDS: lexicon. language dictionary. Lexicography. terminology

O léxico é testemunho dos acontecimentos, da mitologia e da ideologia de uma civilização: ele constitui o material mesmo da etnologia e da história. (REY-DEBOVE, 1966 p. 184).

1. Léxico e dicionários: uma relação indissociável

Desenvolver um estudo sobre o componente léxico de um idioma exige sempre privilegiar um determinado enfoque teórico e epistemológico, bem como direcionar a investigação para algum aspecto desse componente basilar de todo e qualquer sistema linguístico. O direcionamento justifica-se em razão do conceito de léxico variar conforme a teoria adotada, ou pelo privilégio atribuído a alguma das inúmeras faces e/ou modos de realização das unidades lexicais de um idioma: as palavras. Dessa forma, pode-se seguir por uma teoria da gramática para dar conta dos modos de funcionamento de uma língua ou para descrever a constituição formal das unidades lexicais; trilhando pela morfologia, pela morfossintaxe, ao identificar classes de palavras, sua natureza e funcionalidade, aspectos que levam, inclusive, ao contraponto entre palavras lexicais e palavras gramaticais. Junto, portanto, do preponderante papel de nomear que o léxico cumpre, sobretudo através de nomes e verbos, chega-se ao reconhecimento da funcionalidade gramatical ou dêitica das classes gramaticais. Ainda quando a significação está no horizonte, compreende-se a interrelação dos estudos de léxico com outras áreas como a semântica e teorias de texto e de discurso. Estas últimas por ele se interessam porque as unidades lexicais são fortemente reveladoras de culturas, ideologias e subjetividade.

Diferentemente desses caminhos possíveis, e que se entrelaçam, os estudos específicos de léxico abrem os campos da lexicologia, da lexicografia e da terminologia: um trio que compõe as ciências do léxico, concepção consolidada no meio dos estudos linguísticos do Brasil. É por esses terrenos, em especial no que tange à lexicografia que passamos a transitar com o intuito de abordar certos aspectos constitutivos do componente léxico e de modos de funcionamento das unidades que o compõem. Buscamos avançar no conhecimento do léxico à luz de sua relação com dicionários de língua. Agregamos também observações sobre a circulação de termos técnicos na mídia e nas redes sociais, observando o impacto provocado sobre os registros em dicionários de língua. Por esse caminho, pretendemos ainda explicar a tensão entre a estabilidade e a instabilidade que caracterizam o componente léxico das línguas, compreendido na tradição de conjunto de palavras de uma língua.

Tradicionalmente, o léxico é qualificado como um componente heterogêneo, dinâmico e mesmo idiossincrático. É, portanto, não ordenado, se observado em contraponto à gramática. O plano das irregularidades lexicais delinea-se pelo dinamismo determinante do acolhimento de novas palavras e expressões e pelo desuso que muitas delas sofrem. A par das mudanças, a heterogeneida-

de constitutiva do léxico deve-se à presença de termos técnico-científicos, de regionalismos, de gírias, entre outras formas que integram as necessidades de nomear e de fazer significar das comunidades linguísticas.

A multiplicidade de facetas do léxico é indicativa de que esse componente não é um bloco monolítico, mas compõe-se do velho e do novo, do geral e do específico, do uso abrangente em termos territoriais ou do regional entre outros aspectos. Com essa abrangência, nomeia, designa, faz significar, expressa subjetividades e ideologias. Por tudo isso, o léxico funciona como o pulmão das línguas vivas de cultura, evidenciando que é um conjunto aberto que se renova, em especial, pelo seu papel de nomear o que surge de novo, o que a ciência descobre e os artefatos que a tecnologia produz. Igualmente, a renovação lexical atende às condições necessárias de comunicação verbal de diferentes gerações, das especialidades profissionais, de grupos sociais distintos entre tantas outras possibilidades. Toda essa diversidade constitutiva está, pois, relacionada a aspectos diacrônicos, diatópicos, de estratos sociais, de níveis de fala. Decorre daí a ideia de instabilidade, da falta de organicidade do componente léxico e, em consequência, dos julgamentos negativos a respeito de um pilar essencial e intrínseco à existência e à prática das línguas.

A despeito de toda a maleabilidade que o caracteriza, o léxico é também um lugar de reiterações e como tal, é compartilhado, traduzindo a memória coletiva dos itens lexicais de uma comunidade linguística, conforme sempre enfatiza Luis Fernando Lara:

O léxico se manifesta em primeira instância como um fenômeno da memória de cada indivíduo. Mas enquanto vai se alojando ao longo da vida, de maneira ilimitada, como parte da língua que cada um recebe de sua comunidade linguística, não é um léxico privado, mas aquela parte do grande acervo da língua histórica que se recebe durante o aprendizado da língua e sua consequente educação. (LARA, 2006. p. 143)

Tal pensamento melhor se explica quando relacionado à compreensão de que o léxico, em primeiro lugar, tem existência na medida em que existem palavras, unidades verbais que os falantes de uma língua relacionam a outras e as guardam na memória. Mais ainda, elas se alojam na memória “como parte da língua que cada um recebe de sua comunidade linguística” (LARA, 2006.p. 143) e, em conjunto, conformam o léxico comum, ou seja, aquele que deixa de ser privado, tornando-se compartilhado no plano do uso e no dos sentidos,

enquanto significado recorrente. O uso compartilhado de um item lexical não quer dizer obrigatoriamente um sentido único, apenas reiterado. A reiteração semântica das unidades lexicais é uma condição essencial de comunicação e um fator de consistência do componente lexical das línguas. Essa condição primeira não elimina toda a complexidade que envolve a problemática de determinação de sentidos, dos jogos polissêmicos, do papel dos contextos, das relações de referência, da discursividade, além de tantos outros fatores aí implicados.

Sem desconhecer tudo o que envolve a determinação dos sentidos, retomamos o destacado pensamento de Lara (2006) que traz na base a compreensão das condições de reconhecimento de uma palavra como unidade do léxico de um idioma. A palavra, compartilhada, fixada na memória coletiva, é também a palavra a ser dicionarizada. Reside aí o critério de frequência de uso, fundamento maior do registro das palavras em dicionários. A estabilidade do léxico de um idioma está associada, de modo particular, a esses componentes: a memória coletiva e a frequência de uso, fatores que respondem pela representatividade da palavra da língua. Delineia-se, dessa forma, o princípio dos registros lexicais dos dicionários gerais de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas.

Por sua vez, a representatividade de um item lexical está também associada à legitimidade de palavra da língua ao ser dicionarizada. De fato, são os dicionários que conferem essa legitimidade, funcionando nas sociedades como “um cartório de registro de palavras, e como tal concede-lhes a certidão de nascimento”. (KRIEGER, 2012) Consequentemente, a relação entre dicionário e léxico, enquanto conjunto de palavras de uma língua é indissociável.

Mesmo sendo uma relação de parceria, léxico e dicionário são termos que não se recobrem. Antes de tudo, suas finalidades se distinguem: um é componente basilar das línguas em seu pleno funcionamento, junto com a gramática; e o outro, a obra que o registra. Mais ainda, o registro lexicográfico, embora possa ser abrangente, dificilmente espelha o léxico no seu todo. O dinamismo lexical dificulta sua consignação plena na lexicografia. A expansão do léxico, com a criação constante de neologismos formais e semânticos, bem como o fato de algumas palavras caírem em desuso são exemplos de uma incompletude que é natural ao fazer lexicográfico. Nesse contexto, que não é de críticas, justifica-se a compreensão de que o “dicionário limita-se a nos dar uma imagem do léxico” (REY, 1970).

A despeito de algumas lacunas na composição de sua nomenclatura, um dicionário de língua é um tipo de obra que, numa milenar tradição, assumiu a missão de registrar os itens lexicais e de também oferecer uma série de infor-

mações como, sentidos, classe gramatical, usos, origem de palavras simples ou compostas entre outros aspectos. Ao criar um universo de informações sistematizadas sobre as unidades lexicais passou a desempenhar o grande papel de referência dos dizeres de uma comunidade linguística. Nessa medida, tem desempenhado o papel de um código normativo, instância de autoridade, reguladora das regras de um dizer naturalizado.

Desde o surgimento dos dicionários baseados em usos, altera-se um paradigma prescritivo do dizer correto, para o dizer praticado e assim naturalizado.

2. Lexicografia e terminografia: entre palavras e termos

O reconhecimento da relação inevitável e indissociável entre léxico e dicionários de língua nos permite ver e rever determinados aspectos relacionados ao registro e tratamento de itens lexicais, mais especificamente no plano dos termos técnico-científicos. Ambos, palavra e termo são igualmente itens lexicais que integram o componente léxico. Sua maior diferença é funcional, considerando-se que os termos são sempre relacionados a universos de saber especializado, sendo nódulos cognitivos essenciais das linguagens profissionais. Diante disso, o termo, em primeiro plano, estabelece um conceito de um campo profissional. Em contraponto, a palavra integra o chamado léxico geral da língua e seu sentido pode, em princípio, variar conforme o contexto. Nessa medida, é não marcada em relação a uma área específica de conhecimento.

A compreensão de que palavra e termo distinguem-se por sua dimensão conceitual e não por seu plano significante, ganha relevância, tendo em vista que o grande crescimento do universo das ciências, das técnicas e das tecnologias do mundo contemporâneo acabou por determinar uma alteração no paradigma de constituição formal das terminologias. As ciências clássicas, de caráter taxonômico, cunharam seus termos na tradição das nomenclaturas técnico-científicas. Logo, encontram-se termos com formantes gregos e latinos, integrantes de seus respectivos campos de saber, caso da botânica, da medicina, da geologia. Dessa forma, foi construída uma terminologia formalmente marcada a exemplo de itens como *nefropatia*, *hidrofobia*, *aquífero*.

Diferentemente, outros campos de conhecimento como as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas circunscrevem sua terminologia com itens que já integram o léxico geral de uma língua. Tal é o exemplo da unidade lexical *casa*, que em sentido geral equivale à *habitação*, *residência*. Entretanto, na concepção das leis, é um “bem inviolável” e, na da engenharia e arquitetura

denomina um determinado tipo de habitação. Na astrologia, há também um significado específico, correspondente a cada uma das 12 partes em que os astrólogos dividiam o céu, constituindo os signos do zodíaco.

Outras domínios de conhecimentos especializados também instituem termos que correspondem a palavras. Por esse viés, dimensiona-se a face polivalente de inúmeros itens lexicais, não importando agora considerar se essa face é da ordem dos fenômenos de ativação semântica ou da discursivização que se molda em diferentes contextos comunicacionais. Na realidade, é o dinamismo do léxico que esmaece a fronteira entre léxico geral e especializado e com isso redobra o trabalho de elaboração de dicionários gerais de língua.

Por sua vez, no âmbito das ciências do léxico, a lexicografia e a terminologia, entendidas como ramos da linguística aplicada, diferenciam-se por seus respectivos objetos de investigação e de aplicações. A primeira ocupa-se do léxico geral da língua na perspectiva de sua dicionarização; enquanto a segunda volta-se ao universo dos termos técnico-científicos, correspondente ao léxico especializado. Isto ocorre tanto sob o plano teórico, quanto aplicado. Neste último caso, a terminologia define-se como terminografia, já que responde pela produção de glossários, dicionários e mesmo pela organização de bancos de dados de termos técnicos e científicos. Embora essas não sejam as únicas possibilidades de aplicações terminológicas, elas contextualizam uma forma de fazer dicionarístico, cuja maior peculiaridade é restringir-se ao registro do universo das terminologias.

Lexicografia e terminografia distinguem-se também por princípios teóricos-metodológicos de composição de suas respectivas obras dicionarísticas. À luz do critério de frequência, a lexicografia define-se como onomasiológica, já que importa o registro da palavra dita, repetida, compartilhada. Só depois desse reconhecimento, o lexicógrafo vai se ocupar da semântica da palavra, construindo a definição.

Distintamente, na terminografia, o comando é onomasiológico, tendo em vista que o ponto de partida para o registro é o conceito que o termo expressa e sua pertinência semântica à área de especialidade que está sendo repertoriada. Entende-se, desse modo, que um termo é, em princípio, um nódulo conceitual integrante de uma área científica, técnica, tecnológica. A frequência não deixa de contribuir para a identificação do termo, no entanto, é o plano conceitual que determina o estatuto terminológico de uma unidade lexical. Com este critério maior, equaciona-se o léxico especializado ou temático como, por vezes, é denominado. Tais distinções alicerçam a linha divisória entre léxico geral e

especializado, além de reforçarem a fronteira metodológica entre as práticas da lexicografia e da terminografia.

Sem a preocupação de avançar na igualdade e nos contrapontos entre Terminologia e seu objeto termo e a Lexicografia, e seu objeto palavra, situar essa relação opositiva, ao mesmo tempo funcional e necessária, contribui para evidenciar o calidoscópio que caracteriza o acervo lexical de um idioma que, em larga medida, é composto por termos técnico-científicos. Estes, em geral, não integram a nomenclatura dos dicionários; logo, não constituem objeto de verbetes próprios em dicionários gerais de língua a exemplo de termos médicos como: *litíase* e *acidente vascular cerebral*.

Em contrapartida, as unidades lexicais que funcionam duplamente como palavras e termos, têm os sentidos das áreas de especialidade assinalados na sua rede de acepções. Formalmente, os sentidos terminológicos estão assinalados como marcas de uso e relacionadas aos campos de especialidade. São exemplos dessa dualidade os registros dos verbetes, *costado* e *cavidade*, ambos tomados ao Dicionário Houaiss (2001). No primeiro, além da definição *parte lateral, flanco*, consta *Mar. Lado aparente do casco da embarcação, com o devido registro da área da Marinha*. No segundo, além de *cavidade* ser definida inicialmente como *espaço cavado ou vazio de um corpo sólido*, constam conceitos da área de anatomia.

Por outro lado, é bastante comum que determinadas unidades lexicais passem a circular na comunicação geral, fazendo com que sua natureza terminológica deixe de ser percebida como o caso de *micro-ondas*. Embora seja um termo da física, significando um sistema de aquecimento, passou a significar *forno*, ou seja, um tipo de *forno* no léxico geral. Os itens lexicais ao serem compreendidos também como palavras, em geral, constituem verbetes próprios. No entanto, a definição primeira que é conferida a esse item lexical espelha seu conceito científico como se lê no verbete a seguir:

Elefante

[Do gr. *eléphas*, *antos*, pelo lat. *elephante*.]

Substantivo masculino.

1. Mamífero proboscídeo, elefanteídeo, de grande porte, do qual há três espécies no mundo atual, duas africanas e uma asiática:

“O rusgoso elefante pousa as patas cuidadoso nas pedras” (Cecília Meireles, *Obra Poética*, p. 720).

2.Bras. **No jogo do bicho (q. v.), o 12º grupo (14), que abrange as dezenas 45, 46, 47 e 48, e corresponde ao número 12.**

3.Bras. Pej. **Pessoa muito gorda.** [Fem.: *elefanta*. Não é correto o fem. *elefoa*.]

Elefante africano. 1. Zool. Elefante (*Loxodonta africana*) que atinge 3,50m até o nível da cernelha; orelhas de abano, defesas maciças e pesadas, com cerca de 70kg cada uma. É raramente domesticável.

Elefante asiático. 1. Zool. Elefante (*Elephas maximus*) que atinge 3m até a cernelha; orelhas pequenas e defesas um tanto leves. Facilmente domesticável, é us. em trabalhos florestais.

Elefante branco. 1. Presente que, não sendo mau, dá muito trabalho, muita importunação. 2. Coisa de pouca ou nenhuma importância prática. (www.dicionario do Aurelio Online.com)

Na realidade, palavras e termos coexistem, convivem, e por vezes, se superpõem em sua forma e também em sentidos. Vale observar que significados da língua geral não são obrigatoriamente distintos dos conceitos dos campos de especialidade, como seguidamente é suposto. A diferença costuma residir no aprofundamento de conhecimentos profissionais que o público leigo não alcança. O dicionário ajuda a constatar esses limites pelas informações oferecidas nos verbetes. Mais ainda, a lexicografia tem por objetivo definir palavras e a diversidade de sentidos que adquirem em jogos polissêmicos. Seu norte é, pois, considerar os usos e os respectivos sentidos que as palavras assumem na comunicação humana. Diferentemente, a terminografia tem por missão dar conta de conceitos de modo pormenorizado, configurando a essência e a profundidade das ciências, do conhecimento técnico, além das tecnologias.

Todos esses aspectos relacionam-se, de um lado, com a heterogeneidade constitutiva do componente lexical; e de outro, com a funcionalidade das unidades que o compõem. Esta maleabilidade é mais um dos traços do dinamismo do léxico e que produz impactos sobre a tarefa lexicográfica, já que exige uma ampla descrição do funcionamento dos itens lexicais como ilustra o verbe *elemento*:

Elemento

[Do lat. *elementu*.]

Substantivo masculino.

1. Na ciência antiga, a terra, o ar, a água e o fogo.
2. Essas mesmas substâncias consideradas como forças da natureza ou como a própria natureza:
Era a tempestade, os elementos em fúria.
3. Tudo que entra na composição de alguma coisa:
Os elementos da decoração eram de evidente bom gosto.
4. Cada parte de um todo:
os elementos de um aparelho.
5. Meio ou grupo social; meio, ambiente, círculo:
Via-se que o rapaz estava fora de seu elemento.
6. Pessoa, indivíduo, considerado como parte de um todo social ou de um grupo, de um conjunto qualquer:
Não se meta com ele: é mau elemento; É tido por bom elemento na sua repartição; Para o trabalho de lexicografia, Laura é um elemento de primeira ordem. [Costuma, como nos exemplos dados, vir acompanhado de palavra ou expressão depreciativa ou apreciativa.]
7. Meio, recurso ou informação:
Não sei que elementos tem ele para afirmar semelhante coisa; Com que elementos contou para alcançar os seus fins?
8. Geom. V. **elemento geométrico.**
9. Fís.-Quím. **Pilha eletroquímica que faz parte de uma bateria.**
10. E. Ling. **Parte de um todo lingüístico (palavra, frase, som, etc.) que se pode separar ou conceber separada dele, mediante análise.** [Numa palavra, p. ex., o *morfema*, o *semantema*, o *fonema*, o *acento*, etc., são elementos que se podem separar.]
11. Mús. Concr. **Um ou cada um dos componentes de um objeto sonoro (ataque, extinção, retalho do corpo de uma nota complexa, p. ex.), que se consegue isolar quando se analisa o objeto.**
12. Quím. **Substância que não pode ser decomposta, mediante os processos químicos ordinários, em outras substâncias mais simples; substância constituída por átomos com a mesma carga nuclear. ~ V. *elementos*.** (www.dicionario do Aurelio Online.com)

Ainda, um outro e último verbete, confirma o detalhamento descritivo e o alcance analítico realizados pela lexicografia:

(cha.to)

a.

1. Que tem a superfície plana; que tem pouca profundidade ou pouca elevação (prato chato; pé chato)
2. Sem relevo, sem reentrâncias e/ou saliências, sem acidentes (terreno chato)
3. Fam. Sem atrativos, desinteressante, monótono; que chateia ou entedia (conversa chata; orador chato); MAÇANTE; ENTEDIANTE
4. Fam. Que causa aborrecimento, irritação ou constrangimento: *Foi muito chataa-quela briga no fim da reunião*
sm.
5. Fam. Pessoa chata (3), importuna
6. Fam. Aquilo que é chato (3 e 4): *O chato é ter de esperar tanto para falar com o diretor*
7. Pop. Zool. Inseto parasita (*Pthirus pubis*), da família dos firiídeos, que se instala na região pubiana e que provoca coceira intensa
[F.: Do lat.vulg. **plattus*, a, um ‘plano’ e este, do adj. gr. *platús, eía, ú* ‘plano, amplo’.
Hom./Par.: *chatô* (sm.).] (<http://www.aulete.com.br/>)

3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de constatar a amplitude de informações que a lexicografia oferece em seus verbetes, observamos que a coexistência de palavras e termos é reveladora de um tipo de dinamismo que se refere ao funcionamento interno do léxico. Este distingue-se do dinamismo externo, que decorre da frequência de uso de itens lexicais sem importar a que domínio específico pertence. No entanto, a lexicografia que procura construir um acervo lexical real, baseado no uso, procura identificar as esferas de comunicação e o surgimento de novos termos e novos significados que se justapõem a outros já consagrados na realização semântica de uma mesma palavra.

Atualmente, as “novas palavras” que os dicionários estão registrando em todo o mundo são aquelas vinculadas na mídia e nas redes sociais. A linguagem escrita e falada, sobretudo em rádio e televisão, veicula palavras e termos próprios de diversos assuntos que logo passam a ser compartilhados e reiterados em uso. Há também novos modos de um agir social, relacionados aos produtos tecnológicos, cujas denominações difundiram-se de tal forma que foram dicionarizadas. Assim, *selfie*, significando fotografar a si mesmo, foi

escolhida a palavra do ano, em 2013, pelo dicionário inglês Oxford e admitida em sua versão online. O Oxford definiu “selfie” como “uma imagem de si próprio, tirada por si próprio, usando uma câmera digital especialmente para postar em redes sociais”.

O Dicionário Merriam-Webster, o de maior venda nos Estados Unidos, também a incluiu, tendo definido “selfie” como “uma imagem de si próprio, tirada por si próprio, usando uma câmera digital especialmente para postar em redes sociais”.

Entre as palavras mais usadas na internet está *hashtag*, que pode ser entendida como palavra-chave em português. Isto porque pontua temáticas dos textos e reportagens que circulam na comunicação virtual. De algum modo, é um termo específico das redes sociais que são meios de comunicação de tal alcance na atualidade que influem decisivamente na frequência de uso de determinados itens léxicos. Não é, portanto, apenas a denominação dos produtos tecnológicos que passa a ser conhecida e merece ser dicionarizada por si só. Na atualidade, tecnologia e comunicação estão associadas, fazendo com que o léxico das redes sociais e o das tecnologias andem juntos na frequência de uso. E consequentemente estão produzindo impactos sobre a lexicografia de todo mundo.

O surgimento de um grande número de novos itens lexicais relacionados, sobretudo, ao universo das ciências, das técnicas e dos produtos tecnológicos atesta o dinamismo do léxico e de seu funcionamento como o pulmão das línguas. Isso sem deixar de guardar a memória dos dizeres, mas abrindo-se a novas denominações de modo a permitir a comunicação entre os membros de uma mesma comunidade linguística. Mais ainda, na ampliação da comunicação sem fronteiras como a virtualidade permite.

De igual modo, respeitando a memória dos dizeres e simultaneamente abrindo-se à inovação lexical, os dicionários continuam a escrever sua longa história, reafirmando seu importante papel de legitimação do conjunto das palavras de uma língua. Não por acaso, a etimologia do próprio termo *dictionarium* traduz a ideia de ser o lugar em que se guardam as palavras.

Por tudo que representam, as obras lexicográficas monolíngues consistem em pilares essenciais à análise da identidade das sociedades, das culturas e das ideologias que os léxicos recortam e projetam. E o fazem no seu modo dinâmico, heterogêneo e particular de denominar o que o homem conceitua, identifica, descobre, cria e quer dizer.

Referências bibliográficas

- AULETE DIGITAL. Disponível em <<http://www.aulete.com.br>> Editora Lexikon Digital. Acesso em 3 de julho, 2014.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Dicionário do Aurélio Online**. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.dicionário.doAurélio.com>> Acesso em 15 de maio 2013.
- INSTITUTO, Antonio Houaiss. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRIEGER, Maria da Graça. **Dicionário em sala de aula**: guia de estudos e exercícios. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- LARA, Luis Fernando. **Curso de lexicologia**. México, D.F. El Colegio de Mexico, 2006.
- REY, Alain. **La lexicologie**; lectures. Paris: Klincksieck, 1970.
- REY, Alain. **Le lexique**: images et modèles. Paris: Armand Colin, 1977.
- REY-DEBOVE, Josette. **La définition lexicographique**: recherches sur l'équation sémique: Cahiers de Lexicologie. Paris, Didier-Larousse, 8(1): 71-94, 1966.

Recebido em 16 de julho de 2014.

Aceito em 5 de setembro de 2014.

VARIAÇÃO SOCIAL E VITALIDADE DE ALGUNS REGIONALISMOS MADEIRENSES NO PORTUGUÊS FALADO NA CIDADE DO FUNCHAL

Naidea Nunes
Universidade da Madeira
naidea@uma.pt

RESUMO:

Este trabalho, na área da geosociolinguística, pretende estudar a variação social e, conseqüentemente, a vitalidade de alguns regionalismos madeirenses, no Português falado na cidade do Funchal, ilha da Madeira (Portugal). Seleccionámos cinquenta palavras do glossário de Ana Cristina Figueiredo, *Palavras d'aquintrodia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses*, com o objetivo de observar fenómenos de variação linguística interna (lexical e semântica) e externa, a influência dos fatores extralinguísticos ou variáveis socioculturais: sexo, idade e escolaridade (associada ao nível socioeconómico), assim como a influência da origem rural ou do contacto com áreas rurais dos informantes, no conhecimento e uso dos regionalismos testados, verificando a sua vitalidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia, Sociolinguística, Variação, Léxico, Regionalismos madeirenses.

ABSTRACT:

This work in the geo-sociolinguistic field pretends to study the social variation and consequently the vitality of some Madeira regionalisms, in the spoken Portuguese of Funchal city (Portugal). We selected fifty words of the Ana Cristina Figueiredo vocabulary, *Palavras d'aquintrodia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses*, with the aim to observe phenomena of linguistic internal variation (lexical and semantic) and external variation, the influence of the extra-linguistic factors or socio-cultural variables: gender, age and education (associated to the socio-economical

level), as well as the rural origin or contact with rural areas of the informants, in the knowledge and use of the tested regionalisms, verifying its actual vitality.

KEYWORDS: Dialectology, Sociolinguistics, Variation, Lexicon, Regionalisms of Madeira Island.

Introdução

O património lexical de uma língua é dinâmico porque está sujeito à variação no tempo, no espaço e na sociedade, devido a fatores históricos e sociais e à própria natureza heterogénea da língua. O estudo do léxico regional do Arquipélago da Madeira, ou seja, dos regionalismos madeirenses tem suscitado grande interesse, principalmente ao longo do século XX. Surgiram listagens de palavras e a elaboração de estudos de cariz linguístico-etnográfico e de vocabulários da linguagem popular e regional, sobretudo da ilha da Madeira, publicados a nível nacional e regional em periódicos e em livros. Também foram realizadas várias dissertações de licenciatura sobre a variedade insular madeirense na área da Dialectologia, com orientação científica de Paiva Boléo e de Lindley Cintra, respetivamente nas Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e de Lisboa. Com a criação e o desenvolvimento da Universidade da Madeira, nomeadamente dos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em Letras, foram produzidos, recentemente, vários estudos sobre esta temática. Atualmente, são vários os estudos e artigos sobre o património linguístico madeirense apresentados em congressos nacionais e internacionais e em revistas da área de especialidade e de temas culturais.

O termo regionalismo, como o próprio nome indica, é definido no Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa como “Vocábulo, aceção, expressão própria de uma região”, sendo utilizado geralmente apenas para unidades lexicais. Trata-se de palavras características de um dialeto, região ou variedade diatópica, sendo unidades lexicais que não existem na norma padrão: arcaísmos que caíram em desuso, embora muitas vezes não estejam registados no *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (DRA)* de Leite de Vasconcelos, ou inovações lexicais que surgiram na Madeira, nomeadamente através do contacto com outras línguas. Por outro lado, temos os regionalismos semânticos ou de significado, ou seja, palavras que existem na norma padrão, mas que, numa determinada região, apresentam um significado específico, geralmente por especialização ou generalização de sentido ou por analogia, através de um

sentido figurado. O conceito de regionalismo nem sempre é consensual, pois pode ser um vocábulo ou expressão próprios de uma região ou comum a mais do que uma área geográfica. Embora existam cada vez mais vocabulários de variedades regionais da Língua Portuguesa (Trás-os-Montes, Minho, Alentejo, Açores, Madeira, etc.), ainda faltam estudos exaustivos e comparativos das diferentes áreas geográficas para podermos determinar a exclusividade ou não de um regionalismo como pertencente apenas a uma região. Neste trabalho, não é nossa intenção discutir a questão dos regionalismos madeirenses, através do seu confronto com os dicionários da Língua Portuguesa e com os vocabulários regionais existentes e a sua exclusividade regional. O nosso propósito é testar a vitalidade de alguns destes regionalismos, na comunidade de fala da cidade do Funchal, capital do Arquipélago da Madeira, observando a variação social no seu uso. Dado que já existem muitos vocabulários e estudos que fazem levantamentos de regionalismos madeirenses, mas ainda são poucos os que testam a sua vitalidade numa comunidade de fala (REBELO, 2005-2006; SILVA, 2008; SANTOS, 2013) e nenhum deles se centra na cidade do Funchal.

Posto isto, partimos do estudo da dissertação de mestrado de Ana Cristina Figueiredo, *Palavras d'aquintrodia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses*, apresentada à Universidade da Madeira em 2004, onde a autora estuda 322 vocábulos, confrontando-os com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001), o *Dicionário de Cândido de Figueiredo* (edição de 1996), o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2002/2003) e o *Dicionário de Morais Silva* (edição de 1999), confirmando tratar-se de regionalismos pelo facto de não existirem ou apresentarem aceção diferente nestes dicionários, indicando quando o termo está dicionarizado também como regionalismo, geralmente dos Açores e da Madeira. Para aferir a atestação do vocábulo como regional e a sua definição, a autora consulta vários vocabulários regionais, publicados entre 1929 e 1993. Procura estudar regionalismos característicos da ilha da Madeira, embora alguns deles possam ser comuns a outras regiões, como é o caso de *lapinha*, que, segundo o Houaiss, existe no Nordeste brasileiro com o mesmo significado e, segundo Soares de Barcelos (2008), existe também nos Açores com significado idêntico. Ana Cristina Figueiredo tem também a preocupação de distinguir os regionalismos das corruptelas populares, que são alterações ou variantes fonéticas de palavras do Português padrão, por exemplo: *prantar* por *plantar* e *alembiar* por *lembrar*, tratando-se de formas muito antigas de transmissão oral comum a várias regiões do país, ocorrendo na fala dos indivíduos menos escolarizados, logo não sujeitos à imposição da norma da escola.

Pretendemos observar até que ponto, na cidade do Funchal, alguns regionalismos, retirados do glossário denominado *Palavras d'aquintrodia*, ainda são (re)conhecidos e usados e com que significados, verificando se apresentam variação interna ou linguística (fonética, lexical, semântica, morfológica), mas sobretudo variação externa ou sociolinguística, tendo em conta os fatores de variação social: sexo, idade e escolaridade, bem como a variável geográfica (naturalidade rural ou urbana dos falantes), dado que muitos dos atuais residentes no Funchal são oriundos ou mantêm contactos linguísticos próximos com áreas rurais. Propomo-nos aferir a influência dos fatores extralinguísticos, ou seja, observar a existência de variação sociocultural no uso de alguns regionalismos madeirenses na cidade do Funchal. Assim, procuraremos testar se falantes com origem rural ou com contactos linguísticos com zonas rurais têm maior conhecimento e usam mais os regionalismos madeirenses do que os falantes nascidos na cidade do Funchal sem contactos com a linguagem rural; se falantes com maior escolaridade usam menos os regionalismos estudados do que os falantes com menor escolaridade; se os falantes da faixa etária mais velha usam mais os regionalismos do que os mais jovens e, ainda, se as mulheres usam mais regionalismos do que os homens.

Como se trata de um estudo lexical, as hipóteses formuladas são essencialmente de natureza extralinguística, logo a validação ou confirmação destas hipóteses será feita com base no controle das variáveis externas ou variáveis independentes referidas. A variação está presente em múltiplos aspetos da língua inclusivamente no léxico, embora os aspetos lexicais e semânticos ou semântico-lexicais sejam menos sistematizáveis do que os fonético-fonológicos, morfológicos ou sintáticos, visto que estes últimos são condicionados por fatores internos, enquanto os lexicais estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos de carácter social e cultural, sobretudo etnográficos e históricos, incluindo a origem ou naturalidade rural ou urbana dos falantes. Pois, no caso dos regionalismos, como se trata de uma marca sobretudo da linguagem oral, regional e popular, a observação da variável rural vs. urbano é importante.

1. Enquadramento teórico

As maiores contribuições para o estudo da diversidade e/ou variação lexical têm sido de estudos geolinguísticos de diferentes regiões. A abordagem da Dialetoлогия ou Geolinguística tradicional já tinha em conta, nas diferenciações linguísticas, a preocupação com os fatores sociais, que sempre estiveram presentes nos estudos dialetológicos, tais como: região geográfica, classe socioe-

conómica, grau de escolaridade, sexo e idade. Assim, a Dialectologia foca-se sobretudo no estudo da fala das populações rurais com alto grau de isolamento e baixa escolaridade, ou seja, estuda a variação diatópica associada à população rural, idosa e analfabeta ou pouco escolarizada. A Sociolinguística, ao centrar-se sobretudo no estudo da fala urbana, tendo em conta o género, várias faixas etárias e níveis de escolaridade, vem complementar a abordagem da Dialectologia. Deste modo, os estudos linguísticos passam a integrar uma abordagem mais abrangente: além de se focar na variável geográfica integra as variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade, associada ao nível socioeconómico e profissão dos falantes), bem como a oposição entre variedade rural e urbana, relacionando estas variáveis extralinguísticas com os fatores linguísticos ou estruturais. Surge, assim, a chamada Geolinguística pluridimensional ou Geosociolinguística, muito desenvolvida no Brasil. Esta abordagem multidimensional da realidade linguística de uma comunidade de fala permite observar a variação linguística, mas também possíveis mudanças em curso, através do comportamento ou uso linguístico dos falantes. Trata-se de estudos que unem a metodologia da Geolinguística e da Sociolinguística, sobretudo para dar conta da diversidade lexical e semântica de diferentes áreas geográficas, mas também de fenómenos fonológicos e morfossintáticos em variação.

O nosso estudo da variação social dos regionalismos madeirenses na comunidade de fala do Funchal enquadra-se nesta abordagem multidimensional, ou seja, simultaneamente geográfica e sociocultural, em que a variação da língua está associada não só à origem dialetal dos falantes, mas também ao seu nível sociocultural, sobretudo ao sexo, idade e escolaridade. Dos poucos estudos sobre a variação sociolinguística que existem para o Português Europeu, destacamos o estudo de Andrade (1990) por ser sobre algumas particularidades do Português falado no Funchal. O autor trata o fenómeno da palatalização do /l/, característico da ilha da Madeira, demonstrando a influência de fatores extralinguísticos, em que as mulheres palatalizam mais do que os homens, usando uma forma ou variante fonética não-padrão. Este facto poderá dever-se ao maior isolamento ou menos contactos sociais das mulheres na sociedade madeirense, que até bem recentemente era predominantemente uma sociedade rural, caracterizada por grande isolamento das mulheres, inclusive nas zonas periféricas do Funchal. No que se refere à variação morfossintática, assinalamos o trabalho resultante do *Corpus Madeira*, coordenado por Aline Bazenga da Universidade da Madeira, sobretudo no que se refere à concordância verbal no Português falado na cidade do Funchal. No âmbito deste projeto de investigação, Vieira & Bazenga (2013) expõem alguns factos históricos, geográficos e

sociais para explicar a especificidade de algumas particularidades linguísticas encontradas na fala do Funchal, nomeadamente o contacto entre línguas, devido à presença de escravos (guanches, mouros e africanos) e estrangeiros (genoveses, florentinos, franceses, espanhóis, ingleses), na ilha da Madeira, desde o início do povoamento, sobretudo devido ao desenvolvimento da produção açucareira e à sua comercialização. A cidade do Funchal foi um espaço geográfico que sempre estabeleceu contactos linguísticos com pessoas de variadas proveniências, ao longo de toda a sua história: trocas culturais com outros países, com outras regiões (imigrantes de várias partes de Portugal que participaram no povoamento da ilha a partir do século XV), e com a metrópole (Lisboa), através das embarcações das rotas marítimas que passavam no Funchal para se abastecerem de mantimentos para as longas viagens, no “ciclo de expansão da língua” (Castro, 2006). No ano de comemoração dos 500 anos da Diocese do Funchal, temos de lembrar também que esta incluía todas as possessões ultramarinas portuguesas em África, Brasil e Ásia.

Vieira & Bazenga (2013) também referem que a cidade do Funchal tem sido palco de migrações internas, para onde convergem populações rurais, concentrando-se na periferia da cidade. Trata-se de fatores histórico-sociais que determinam a constituição ou composição deste espaço urbano, isto é, da sua geografia humana. Ao contrário dos resultados dos estudos de Labov (1990, p. 205), em que as mulheres tendem a ser mais conservadoras, devido à preferência pelas variantes padrão em detrimento das estigmatizadas (não-padrão), as autoras verificaram que na comunidade de falantes com baixo grau de educação, as mulheres demonstram comportamentos linguísticos marginais, liderando o uso de variantes não-padrão. As autoras explicitam ainda que esta diferença depende do papel sócio-histórico específico da mulher na comunidade, inclusive nas comunidades rurais periféricas das cidades, como é o caso do Funchal, em que os homens estão melhor colocados no mercado de trabalho, ou seja, apresentam melhor integração na comunidade de fala urbana, assimilando melhor as variantes urbanas com prestígio social, podendo abandonar o uso das formas desviantes da linguagem rural e popular.

Isquierdo (1996, p. 93) afirma que o léxico de uma língua apresenta uma relação bastante forte com a história cultural da comunidade, visto que regista as mudanças que ocorreram na sociedade, reservatório de memória da sua cultura através do tempo. Isquierdo escreve:

o conjunto de vocábulos que integra o universo lexical de uma língua, por reproduzir a visão do mundo, o património cultural dos

falantes e por testemunhar a vida, a história e a cultura de um grupo em diferentes fases de sua história, fornece marcas da identidade desse grupo. A forma de usar a língua, particularmente a de escolher as palavras, revela aspetos da maneira de pensar e de agir de um indivíduo ou grupo, além de fornecer índices da origem geográfica e da classe social do falante. (2003, p. 178)

Como fenómeno social, a língua é heterogénea e plural. O pressuposto básico da teoria da variação linguística é o de que a heterogeneidade ou variação é inerente a qualquer sistema linguístico, não sendo aleatório, mas ordenado por restrições linguísticas e condicionantes extralinguísticas. Posto isto, existem regras variáveis que favorecem ou desfavorecem o uso de certas variantes linguísticas, formas variáveis ou formas em variação, por diferentes falantes e em diferentes contextos sociais. Logo, toda a variação é motivada, isto é, determinada por fatores linguísticos e extralinguísticos, sendo portanto a heterogeneidade ou variação sistemática e previsível. Nos estudos da variação linguística, segundo Labov (1972, 1994), Weinrich, Labov e Herzog, *Fundamental empirical foundations for a theory of language change* (1968), podemos observar a difusão de uma determinada variante por diversos segmentos sociais e a reação dos falantes perante os valores da variável observada, de modo a definir a tendência de mudança e observar como a suposta mudança em curso chegaria a ser consumada. A questão da mudança linguística está diretamente associada à variável social faixa etária, ou seja, a idade do falante pode ser um indicador da vitalidade ou da caída em desuso de um regionalismo. Geralmente, o uso de variantes não-padrão, por informantes com idade superior a 55 anos, constitui forte traço de “regionalidade”, de geração e/ou de classe social popular ou rural, dado que os madeirenses têm fortes raízes agrícolas, ou seja, rurais e populares. Assim, a mudança pode ser atestada na comparação entre as diferentes faixas etárias, por exemplo ao compararmos a fala de um informante idoso com a fala de um jovem: se o vocábulo só é usado pelos informantes mais velhos, podemos ver uma mudança em curso. Santos (2013), na sua dissertação de mestrado intitulada *À luz das palavras quase esquecidas. Contributo para o estudo dos regionalismos na Ponta do Sol*, estudou a variação diageracional no uso de regionalismos, nas diferentes localidades do concelho da Ponta do Sol, através da realização de inquéritos aplicados a diferentes faixas etárias da população, verificando que as crianças até ao 6º ano de escolaridade (que vivem em áreas rurais e em contacto com os avós) usam muitos regionalismos, mas tendem a perder o seu uso, nomeadamente no 10º ano de escolaridade (pela

imposição da norma da escola), à medida que se vão tornando mais sensíveis à questão do prestígio linguístico e social.

A cidade, em geral, usa uma linguagem mais de acordo com a variedade padrão. Por isso, procurámos conhecer a variação social e a vitalidade de alguns regionalismos madeirenses na fala da cidade do Funchal, onde há o encontro de falantes de diferentes proveniências geográficas da ilha da Madeira, formando a chamada zona “rurbana”, zona de transição entre o rural e o urbano. O conceito de “rurban” áreas, ou seja, a noção de contínuo rural-urbano proposta por Bortoni-Ricardo (2004) pretende compreender a variação linguística, evitando o risco de determinar fronteiras muito rígidas entre as variedades rural e urbana. A autora caracteriza da seguinte forma a área rurbana:

Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela mídia seja pela absorção da tecnologia agropecuária. (2004, p. 52)

Segundo a autora, nesses falantes reconhecem-se os chamados traços graduais, que se caracterizam por terem uma distribuição descontínua nas áreas urbanas. Poderíamos neles reconhecer mesmo uma gradação, isto é, a presença desde construções muito estigmatizadas até outras consideradas padrão.

Bortoni-Ricardo (2005) refere que, geralmente, encontramos grandes diferenças entre o comportamento linguístico nas áreas rurais e urbanas. Na oposição rural vs. urbano, estas diferenças revelam um *continuum* linguístico de maior ou menor uso de variantes linguísticas não-padrão ou de variantes de prestígio social em comunidades com características mais rurais e em comunidades com menor nível de escolaridade. Nestas, há maior uso de variantes não-padrão do que em falantes de origem urbana ou mesmo de “rurban” áreas. (Vieira & Bazenga, 2013). Deste modo, o uso de regionalismos, característico das variedades rurais e das populações menos escolarizadas e analfabetas, também ocorre nas zonas periféricas das grandes cidades, que são zonas de transição entre o rural e o urbano, tratando-se, muitas vezes, de imigração interna do meio rural para o urbano. Lesley Milroy (1987), sociolinguista americana que se interessa por aspetos dialetológicos de variedades urbanas e rurais, dá ênfase à noção de “redes sociais”. Segundo a autora, “redes sociais” são redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida quotidiana, sendo

constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo graus de parentesco, amizade e ocupação. A autora mostra que redes de alta densidade e multiplexas tendem a manter o seu dialeto e a se mostrar resistentes à influência de valores externos, dados os fortes laços de solidariedade existentes entre os indivíduos, e a identificação dos mesmos com os valores sociais do grupo. Assim, as redes sociais densas são vistas como fatores conservadores fortes, travando a mudança linguística. O contrário ocorre com as redes sociais fracas, como é o caso da integração de indivíduos provindos de áreas rurais numa zona urbana, tendendo a perder traços muitas vezes sentidos como ruralismos, populismos ou arcaísmos. Pois, numa cidade, procura-se a aproximação do uso da língua à norma-padrão. A autora associa a ideia de rede social também aos conceitos de localismo e mobilidade. O localismo tem a ver com o sentimento do indivíduo em relação ao local em que vive: se ele o valoriza socialmente e demonstra um sentimento de pertença ao lugar, reforçando valores culturais e linguísticos da sua comunidade de fala, mesmo quando deslocado. Já a mobilidade diz respeito ao grau de deslocamento dos indivíduos, a partir do seu local de origem. Quanto maior for a mobilidade mais os indivíduos estarão sujeitos a adotar valores de outros grupos. O conhecimento da mobilidade e das redes sociais de familiares e contactos linguísticos com o meio rural possibilita o estudo de pequenos grupos sociais, linguístico-culturais, como é o caso de populações rurais deslocadas para a cidade, favorecendo a identificação de dinâmicas sociais que motivam a conservação ou a mudança linguística.

A mobilidade populacional dentro da ilha da Madeira é reduzida e limitada pela pequena área geográfica insular. Atualmente, com a grande mobilidade comunicacional (resultante do grande desenvolvimento das vias de comunicação), notamos cada vez mais que a distância entre áreas urbanas e rurais está a ser muito atenuada, tal como os estereótipos linguísticos. Na realidade, atualmente, no Arquipélago da Madeira, constatamos que o chamado regional e/ou popular faz cada vez mais parte integrante da identidade e da cultura madeirense, não só através da valorização da cultura popular e regional, genuína da ilha da Madeira, pela Secretaria Regional da Cultura e Turismo, através de eventos, atividades para os turistas nas ruas da cidade do Funchal; na publicidade, a promoção dos produtos regionais, usando muitas vezes o chamado “vilão”, figura do madeirense popular e/ou rural; a integração da música popular em festivais e eventos turísticos, nos hotéis e mesmo em cafés e bares (incluindo ambientes citadinos noturnos); lojas turísticas de venda de produtos regionais com nomes como *A Charola*, regionalismo madeirense que significa “armação de arame coberta de frutos e legumes, que o povo oferece à igreja, para leilão,

pelas festas religiosas” (Sousa, 1950, p. 50); festas religiosas e arraiais, sobretudo nas áreas rurais, com comidas e bebidas populares ou tradicionais, como a *poncha* (bebida madeirense, feita de aguardente, limão e mel), com grande adesão dos jovens, que também está na moda na diversão noturna na cidade do Funchal; assim como a crise económica muito acentuada na região, com a perda de muitos empregos e a necessidade de regresso à agricultura como meio económico e de subsistência, valorizando o trabalho e a cultura rural.

Deste modo, observamos cada vez maior proximidade, conhecimento e valorização das áreas rurais em relação à área citadina, logo maior mobilidade lexical dos regionalismos entre o meio rural e o urbano e maior aceitação e integração destes como sinal de pertença e afirmação da “regionalidade”, já não havendo tanto estigma ou estereótipo social da fala do “vilão” ou “campónio”. O nosso informante mais jovem referiu que há dez anos sentiu esse preconceito linguístico, quando veio viver e estudar para o Funchal. Hoje, notamos que os regionalismos são usados naturalmente, muitos são utilizados em contextos informais, com amigos e no registo familiar (variação estilística ou diafásica). Outros são usados a brincar ou em tom de brincadeira pelos jovens, com pendor regionalista conscientemente expressado. O informante 6, jovem que confessou ter sentido necessidade de se integrar na variedade urbana da cidade do Funchal, deixando de usar muitos regionalismos, a propósito do uso do vocábulo *atremar*, diz que já não usa tanto, “mas na brincadeira com os meus colegas eu uso: tu atremaste, assim naquela...”. Esta atitude revela que, apesar de ter deixado de usar o vocábulo madeirense no momento em que sentiu necessidade de integração na norma urbana, hoje já o utiliza na cidade, em tom de brincadeira com os amigos, sendo que alguns regionalismos são mesmo correntes ou comuns, o que revela o prestígio linguístico e social adquirido por eles. Estes perdem a marca de ruralidade, já não sendo estigmatizados na cidade do Funchal e passando a ser um marcador de identidade regional, linguística e cultural, dos falantes madeirenses, como é o caso do regionalismo *semilha*, que tem atualmente uma grande divulgação e aceitação social. O informante mais jovem, deslocado de uma área rural para a zona urbana da cidade do Funchal, a propósito da palavra *semilha*, declara: “semente que os madeirenses tão belamente puseram no vocabulário”. A informante adulta do sexo feminino refere que, quando esteve nos Açores, num evento desportivo, os madeirenses eram conhecidos e denominados de forma afetiva por *semilhinhas*. Assim, os regionalismos podem ser utilizados com valor afetivo num grupo de amigos ou entre grupos, como é o caso do encontro de grupos desportivos de várias regiões do país, onde há o uso de variantes regionais, ou seja, trocas linguísticas e culturais.

2. Metodologia de trabalho

Selecionámos cinquenta regionalismos relacionados com várias áreas temáticas do já referido glossário da dissertação de mestrado *Palavras d'aquintrodia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses* (a partir de agora denominado glossário) de Ana Cristina Figueiredo e elaborámos uma lista de palavras, constituída por esses vocábulos por ordem alfabética, que serviu de base ao nosso inquérito. Este continha um cabeçalho para recolha dos dados socioculturais dos inquiridos, variáveis externas ou independentes controladas (idade, sexo, escolaridade, naturalidade, residência e migração ou mobilidade), para posterior interpretação e discussão dos resultados obtidos. Procedemos à aplicação do inquérito, fornecendo os vocábulos e solicitando aos inquiridos para indicarem o(s) significado(s) e o uso ou desuso de cada um deles. Os falantes, muitas vezes, ao fornecerem os significados dos regionalismos testados dão-nos exemplos de uso que atestam a sua vitalidade, bem como uma grande riqueza lexical de formas derivadas, sinónimos e expressões relacionadas.

Na descrição dos materiais linguísticos recolhidos, para confirmar a regionalidade de algumas palavras e expressões, recorremos ao *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, que regista muitos regionalismos identificados geograficamente como fazendo parte da variedade madeirense. Utilizámos a análise qualitativa (interpretação dos dados através da correlação entre a variação lexical e as variáveis sociais), mas também a análise quantitativa (percentagens dos regionalismos conhecidos e usados pelos informantes). Sabemos que não há como englobar todos os falantes de uma comunidade linguística, mas é muito importante que os informantes, selecionados aleatoriamente, sejam representativos da comunidade de fala a que pertencem. As pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que não há necessidade de amostras muito grandes para se analisar fenómenos variáveis, embora seja fundamental a constituição de uma amostra com estratificação social dos informantes por células sociais (cada uma composta por indivíduos com as mesmas características socioculturais). Dada a limitação de espaço do presente trabalho, analisámos as respostas ao inquérito de seis informantes (3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), distribuídos por 3 faixas etárias e por 3 níveis de escolaridade, residentes no Funchal, dos quais 3 nascidos no Funchal (2 com contactos linguísticos próximos com áreas rurais) e os outros três nascidos na ilha da Madeira (Machico, Santa Cruz e Estreito de Câmara de Lobos), correspondendo a 1 informante por tipo: um homem e uma mulher por cada faixa etária (dos 18 aos 35 anos, dos 36 aos 55 anos e dos 56 aos 75 anos), contemplando os diferentes níveis de escolaridade (escolarização básica, ensino secundário e ensino superior).

Assim, constituímos uma pequena amostra do universo da comunidade de fala do Funchal. Apesar da necessidade de alargar este estudo a mais informantes para confirmar os resultados obtidos, estes parecem ser representativos da realidade linguística e social atual da cidade escolhida para este estudo. Trata-se da capital do Arquipélago da Madeira, daí o interesse em testar a vitalidade dos regionalismos madeirenses junto da sua população. Como se trata de um local que reúne grande afluência de pessoas e diversidade de locais de origem dos seus habitantes, muitas vezes deslocados de áreas rurais para a área urbana, mantendo contactos linguísticos próximos com familiares (principalmente pais e avós) nos meios rurais, é relevante controlar a variável geográfica, ou seja, a origem rural ou os contactos linguísticos dos informantes com áreas rurais, além das variáveis sociais (sexo ou género, faixa etária e escolaridade).

Informante	Sexo e idade	Escolaridade	Localidade		Profissão e contactos linguísticos com áreas rurais
			Origem	Residência e local de trabalho	
1	F 65	4.ª Classe	Funchal	Funchal	Doméstica Alguns
2	M 69	4.ª Classe	Machico	Funchal (há 46 anos)	Mecânico Muitos com família em Machico
3	F 43	12.º Ano	Funchal	Funchal	Escriturária Muitos com família em Machico
4	M 42	12.º Ano	Santa Cruz	Funchal (há 20 anos)	Bombeiro Muitos com família em Santa Cruz
5	F 31	Licenciatura	Funchal	Funchal	Desempregada Nenhuns
6	M 22	Licenciatura	Estreito de Câmara de Lobos	Funchal (há 10 anos)	Estudante Muitos com família no Estreito de Cª de Lobos

Quadro 1 – Perfil dos informantes

3. Descrição e interpretação dos dados

Após a recolha dos materiais linguísticos reunidos no *corpus*, constituído pelas respostas dos seis inquiridos, e para facilitar a apresentação e comparação dos dados, sistematizámos numa tabela as definições ou significados apresentados para cada um dos vocábulos, colocando entre parênteses os números identificativos dos informantes. Seguidamente, procedemos ao seu estudo, através da comparação das definições dadas no glossário com as respostas dos inquiridos.

Regionalismos	Definições dadas pelos informantes	Outros significados / Significado Padrão / Não conhece
Abrasar	Queimar o dinheiro (1, 2 e 3), gastar, espatifar o dinheiro todo (4)	Significado padrão: ficar quente, queimar (5 e 6)
Atremar	Compreender, entender, ouvir, perceber escutar (1, 2, 3, 4 e 6)	Não conhece (5)
Azoigar / Azougar	Morrer (animais) e depreciativo para pessoas (1-6), <i>azagar</i> (4)	
Bábeda	Bexiga (1, 3,4,5 e 6), caroço na pele (2), borbulha (3), ferrúnculo, inchaço (4)	
Baboseira	Pessoa babosa, quer atenção, mimada (1, 3, 4 e 6), dar baboseira, muita atenção (2 e 5), um cão baboso ou meigo, meiguice (3)	
Babujinha/ Babujinha	Babujinha de água em qualquer lugar (1), estar no cascalho, perto da água (5)	Servir-se dos outros aproveitar-se (2), tá sempre na <i>babujinha</i> , andas na <i>babuja</i> , a <i>babujar</i> , não te mexes, viver à sopa, à custa dos outros, preguiçoso (4), à beirinha de qualquer coisa (3), <i>babujar</i> , meter água na boca (6)
Balamento	Brincar ao balamento na Páscoa, jogo pela Semana Santa, brincadeira da Páscoa (1, 2, 3 e 6)	Jogo das escondidas (4) / Não conhece (5)
Bilhardeiro/a	Pessoa que se mete na vida dos outros (1), falar da vida dos outros (2, 5 e 6), vida alheia, pessoa que gosta de saber e falar da vida alheia, fazer bilhardice (3), fofoqueira (4)	
Busico/ Buzico	Menino pequenino, pequeno, criança pequena (1, 2 e 5), criança ou animal pequeno (3 e 4)	Pessoa fraca (4), pequeno com sentido pejorativo (6)
Canjirão/ Cagirão	Chávena (1), canecas de folha (2), recipiente de folha de meio litro (3), cagirão para beber água, de metal, também para medir o leite (4), canecas de alumínio, jarro de alumínio ou de latão (6)	Não conhece (5)

Cangorra	Coisas mal arrumadas, que vão ou podem cair (2)	Carroça, gangorra, vem de canga (4) / Não conhece (1, 3, 5 e 6)
Catamulho	Inchaço (1, 3 e 4), uma pancada (2), um montículo, algo que está acima da superfície (6)	Coisas mais altas, pedras no chão (2), saliência de roupa ou de outra coisa (3), <i>molheilha</i> feita de saco no pescoço para transportar carga (4) / Conhece mas não sabe o significado (5)
Charnota	Pessoa de Câmara de Lobos (1 e 2)	Miúda bem vestidinha, bem arrajadinha, bonitinha (2), pessoa bem vestida, vaidosa (3), cagarela, cagado, cheio de medo e pessoa mal vestida (4) / Não conhece (5); conhece mas não sabe o significado (6)
Cramar	Queixar-se, lamentar-se (1, 3, 5 e 6), uma pessoa que tá sempre reclamando (2)	Pessoa que se queixa com dores, sofrimento (4)
Demitado	De propósito (1, 2, 3, 4), estar obrigado a ir ou fazer (6)	Não conhece (5)
Demoina		Pessoa que está sempre aborrecendo os outros (4) / Significado padrão: demónio ou demónia, mulher má, malvado, diabo (1, 2, 3, 4, 5 e 6)
Dentinho	Petisco, aperitivo, entrada (1-6)	Um dentinho de alho (1)
Desterrar	Gastar muito dinheiro (1-6), “Ela é muito <i>desterradeira</i> ” (4)	
Embeijado	Pessoa sem dinheiro (1-4), “estar espetado” (4)	Significado padrão: apaixonado, que se apaixona muito, estar ou ficar enamorado facilmente (5 e 6)
Escadinha		Família com muitos filhos com a diferença de um ano (4); banquinho (4) / Significado padrão: escada pequena (1-6)
Escafiar	“Pessoa que não para de limpar” (1), “pôr a roupa bem engomada ou sapatos bem limpos” (2) “limpar” (3 e 4), “pessoa escafiada, asseada” (4)	Mexer, masturbar-se (4) / Não conhece (5 e 6)
Fertuadela	É um repuxar na pele, não é bem dor (1), dor numa parte do corpo (2)	Não conhece (3-6)
Festa	Natal (1-4 e 6)	Todas as festas (1-6)
Grade / Grádia	Cão (2 e 6), vadio, sem destino (6)	Significado padrão: vedação ou grade de cerveja (1-5)

Grima		Pequeno ladrão, <i>grimar</i> é roubar (2) / Não conhece (1, 3, 4, 5, 6)
Impliquento	Implicar constantemente, implicar com tudo (1-6), sempre a chatear (5)	
Lagaceira	Deitar muita água no chão (1-4 e 6)	Conhece mas não sabe o significado (5)
Lapinha	Presépio (1-6)	Árvore de Natal ou pinheiro (4)
Malcriação		Significado padrão: má-educação ou má-criação (1-6)
Mamolhão / Mamulhão	Inchaço (de pancada), edema, hematoma (1, 3, 4), Caroço quando alguém se magoa (2), galo na cabeça (6)	Não conhece (5)
Matracada	Barulho (1, 3, 4), matraca, uma mulher que está sempre a falar, pessoa que não consegue ficar calada (2 e 4)	Bater (5), falar muito ou assunto repetido várias vezes (6)
Modilho	Fazer gestos por trás de uma pessoa (1, 5 e 6), gestos malcriados (2), gesto provocatório (3 e 4)	
Nojência	Pessoa suja, sujidade, nojento, que mete nojo (1, 2, 3, 4), <i>nojentice</i> (3 e 6)	Mau cheiro (4) / Não conhece (5)
Ontrodia	Anteontem (1), coisas que se passaram há tempos, a semana passada, aquintrodia (2 e 6), há dias (3 e 4)	Não conhece (5)
Pancume	Porrada (1-4 e 6)	Não conhece (5)
Patinhar	Pisar, apatanhar, pôr o pé em cima (1-6)	
Rebendita	Rebenditar, estar sempre a fazer coisas más que outra pessoa não goste (1), fazer de propósito uma maldade” (2 e 3), fazer alguma coisa com intenção de vingança (4, 5 e 6), <i>arrabendita</i> (4)	
Refundiar	Mexer nas gavetas (1), mexer dentro dos bolsos (2), procurar, vasculhar, remexer (3 e 4), pessoa que mexe em tudo, “Aquilo é uma <i>refundiadeira</i> ” (3)	Mexer num lugar que não lhe diz respeito, tentar descobrir coisas (5) / Não conhece (6)
Relinga	Discutir, não é bem brigar (1 e 2), briga, quezília (3 e 4)	<i>Relingar</i> , <i>relingão</i> , pessoa que critica tudo, pessoa peganhenta, sempre a relingar, a pegar com tudo, <i>impliquento</i> , que implica e complica (4), sempre a lamentar-se, a <i>cramar</i> , pessoa irritante (6) / Não conhece (5)
Resondar / Rezondar	Brigar acerca de <i>bilhardices</i> (1, 2 e 5), maltratar, criticar alguém (3), dar uma <i>resonda</i> , repreensão (4)	Praguejar e dizer mal de tudo, dizer coisas feias (6)

Revéspera	É a revéspera de Natal, o dia 23 de dezembro (1), revéspera de qualquer festa (2), antevéspera, antes da véspera (3 e 4)	Não conhece (4 e 5)
Semilha	Batata (1-6), os madeirenses são conhecidos por semilhinhas (3), alimento que se assemelha à batata-doce, daí semilha por ser semelhante (4)	
Soquete	Tirar uma coisa a alguém com um empurrão (2), puxão, por exemplo para arrancar um dente (3), esticão repentino, puxão rápido ou inesperado, vem de socar, de soco, agressão (4)	Significado padrão: soco (1 e 5) / Não conhece (6)
Stefan	O pneu de reserva (2) ou <i>sobesseleante</i> (4)	Não conhece (1, 3, 5 e 6)
Tarraço	Bêbado, pessoa bêbada, pessoa que bebe muito (1-6), que <i>desterra</i> o dinheiro todo na bebida (4)	Pessoa suja, perdida (3)
Trapiche	Casa dos loucos (1, 3, 4 e 5), louco (2 e 6), confusão, discussão (3 e 4), desarrumação, desorganização: “Esta casa é um trapiche”; <i>trapicheiro</i> e <i>trapicheira</i> , pessoa que vive no meio da desarrumação, desorganização (3), <i>trapichento</i> (4)	
Tratuário	Passeio (1-5), nome de pedra que se põe na berma da faixa de rodagem (4)	Não conhece (6)
Vaginha	Feijão-verde (1-6), feijão <i>tenlro</i> (4)	
Vestuário	Armário de pôr a roupa (1-6)	
Zaralho	Pessoa mal-arranjada (1-3)	Pessoa perdida, que anda às voltas, a <i>zaralhar</i> , que não sabe o que fazer ou o que está fazendo (4) / Não conhece (5 e 6)

Quadro 2 – Regionalismos e respetivos significados

“**Abrasar** (de *a* + *brasa* + sufixo *-ar*). Gastar sem proveito. Desterrar dinheiro ou outros bens materiais em excesso, sem necessidade. Esbanjar.”: os informantes 1 e 2, os mais idosos, apresentaram dois significados, o regional e o do Português padrão. Os informantes adultos (3 e 4) indicam apenas o significado regional solicitado, enquanto os informantes 5 e 6, por serem os mais jovens, não conhecem a palavra como regionalismo semântico, dando, por isso, o significado padrão. Estes são os únicos que não usam a palavra com a aceção regional.

“**Atremar** (Por met. de pref. *a-* + *termo* + sufixo *-ar*). 1. Captar e reconhecer sons através do aparelho auditivo. Ouvir. 2. Perceber o que significa, aprender alguma coisa intelectualmente. Compreender.”: só a informante 5, jovem nas-

cida no Funchal sem contactos linguísticos com as áreas rurais, não conhece este vocábulo. Todos os outros conhecem o seu significado, mas dizem não usar a palavra.

“**Azoigar / azougar** (de *azougue* + sufixo *-ar*). 1. Deixar de viver, tratando-se de animais. 2. depreciativo. Perder a vida, tratando-se de humanos. Morrer.”: o informante 4 atesta a variante fonética *azagar*, que resulta da transmissão oral desta forma linguística. Todos os informantes conhecem este regionalismo, mas apenas os informantes 2 e 6 dizem usar a palavra.

“**Bábeda** (talvez de *pápula*). Dem. Pequena elevação na pele, de aspeto avermelhado e consistência dura, acompanhada, por vezes, de prurido. Borbulha”: apenas o informante 6 diz não usar a palavra, apesar de conhecer bem o seu significado, talvez por ser o mais sensível à pressão social da norma urbana e ao prestígio linguístico das palavras.

“**Baboseira** (de *baboso* + sufixo *-eira*). Carinho ou cuidado, normalmente exagerado, com que se trata alguém. Mimo.”: palavra com grande vitalidade, pois todos os informantes conhecem e usam este regionalismo. A informante 3 dá o significado de *baboso/a*, “pessoa com mimo, meiga, babosa”, exemplificando o uso, “um cão baboso, meigo”, e explicitando o conceito com um dos sinónimos existente na língua padrão “meiguice”.

“**Babuginha / babujinha** (de *babuja* + sufixo *-inha*). O mesmo que *babuja* (de *babugem*). Zona da orla marítima banhada pela água do mar, onde a profundidade é muito reduzida. Estar ou andar à babuja, estar na zona de menor profundidade do mar, junto à costa.”: palavra com oscilação na representação gráfica do som sibilante palatal sonoro que pode ser grafado de duas formas alternativas. Os informantes 1, 3 e 5 mencionaram o mesmo significado que aparece no glossário, por oposição aos informantes do sexo masculino (2 e 4, idoso e adulto), que apresentaram uma interpretação diferente, embora com relação semântica com a primeira aceção, apontando a expressão “andas na babuja” que significa “estar sempre à beira dos outros para aproveitar-se deles”. Barcelos (2014, p. 71) regista a expressão “andar à babuginha” com o significado de ‘andar na boa vida, sem nada fazer’, expressão figurada de “andar à babuja”, ‘andar à tona de água’, muitas vezes falando-se de peixes. Assim, esta palavra apresenta variantes semânticas em competição, pois além do significado registado no glossário “à beira da água do mar”, significa “viver se aproveitando dos outros” e “preguiçoso”, com a forma verbal *babujar*, “(tás sempre) a *babujar*”, ou seja, “não te mexes”, enquanto na norma padrão significa “sujar de baba” e “adular” (sentido figurado). A explicação para esta diferença pode estar no facto de os dois primeiros inquiridos terem nascido no

centro do Funchal, que fica à beira-mar, e os informantes 2 e 4 terem nascido, respetivamente em localidades de Machico e de Santa Cruz, longe do mar. Por este motivo, este vocábulo pode ter sofrido uma variação semântica nas zonas da Madeira que se localizam longe do mar. Confirmando esta análise, observamos que o informante 6, jovem oriundo do Estreito de Câmara de Lobos (longe do mar), não a conhece, apesar de apresentar um conceito que tem a ver com água, “babujar, meter água na boca”, que, possivelmente, poderá ser um outro significado regional, uma vez que não aparece nos dicionários da Língua Portuguesa. Apenas os informantes 3 e 6 dizem não usar a palavra.

“**Balamento** (de *belamente*). O mesmo que *belamente* (talvez de *bela* + *mente*). Jogo que decorre durante as semanas da Quaresma, terminando no Sábado de Aleluia. É jogado normalmente entre duas pessoas que tentam surpreender-se mutuamente, em determinadas partes do dia, previamente combinadas, tentando cada uma ser a primeira a dizer à outra a palavra que dá nome ao jogo. O jogador que ganhar mais vezes recebe do outro como prémio as amêndoas da Páscoa.”: esta palavra, embora seja reconhecida pela maior parte dos informantes, já não é usada por eles.

“**Bilhardeiro**, -a (de *bilhardar* + sufixo *-eiro*). 1. Que é muito falador. Conversador. 2. Que conversa acerca de assuntos que não lhe dizem respeito, comentando a vida alheia e revelando, por vezes, pormenores sigilosos. Bilhardeiro.”: palavra que apresenta grande vitalidade, sendo usada por todos os informantes. Figueiredo (2004) regista também a palavra *bilhardice* (de *bilhardar* + sufixo *-ice*), mencionada pela informante 3 e que também ocorre na noção de *resondar* dada pelo informante 2, “brigar acerca de *bilhardices*”. O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* regista estas duas formas como regionalismos, sem referência à região da Madeira, indicando a origem de *bilhardar*, o mesmo que “bisbilhotar”, “bisbilhotice”.

“**Busico**, -a / **buzico**, -a (Etim. de orig. obs.). Que não cresceu ou não se desenvolveu; criança ou animal pequeno.”: palavra que apresenta variação gráfica na representação do som sibilante alveodental sonoro. O informante 4 acrescenta a aceção de “pessoa fraca”, variante semântica por analogia ou sentido figurado. Curiosamente, apenas os informantes 4, 5 e 6, o adulto do sexo masculino e os mais jovens, dizem usar a palavra.

“**Cagirão / canjirão** (Etim. Orig. controv.: para Nasc. de um der. do lat. *congius*, *ii* ‘medida de capacidade para líquidos (vinho)’; segundo Nei Lopes, do quicg. *Kangilu* ‘tacho’). Pequena vasilha de barro, de folha ou de outro material, normalmente com uma ou duas asas.”: palavra que apresenta variação fonética e gráfica. Apesar de reconhecida pela maior parte dos informantes,

esta palavra já não é usada por nenhum deles porque o referente desapareceu quase completamente.

“**Cangorra** (Etim. Orig. obsc.) Pilha de objetos ou móveis, sobrepostos sem segurança.”: o informante 2, idoso e natural de Machico, foi o único que forneceu um conceito para esta palavra, correspondendo ao do glossário, sendo o único que diz usá-la, enquanto o informante adulto masculino, natural de Santa Cruz, deu um significado diferente, “carroça, gangorra, vem de canga”, provavelmente por confusão ou associação a canga (carro de bois). Os outros inquiridos não conhecem a palavra.

“**Catamulho** (Prov. de *mamulho*). Aumento de volume de alguma parte do corpo, que adquire, normalmente, uma cor negra ou azulada. Excrecência, inchaço, mamulho.”: além do significado registado no glossário, o informante 2 define como “coisas mais altas, pedras no chão”, enquanto a informante 3 designa como “saliência de roupa ou de outra coisa” e o informante 4 deu como definição um sinónimo, *molheilha*, que corresponde a uma outra aceção, “saco no pescoço para transportar carga”. Este termo já se encontra registado como regionalismo madeirense, nomeadamente no *Vocabulário Popular da Madeira* (1950) e no glossário denominado “Vocabulário e expressões do Norte da ilha” de Marques da Silva, onde é definido como “chumaço usado para tornar menos duro o contacto da carga com o ombro; capuz de saca colocado por trás do pescoço.” (1985, p. 205). Apenas a informante 1 não usa a palavra *catamulho* e a informante 5 não conhece o seu significado.

“**Charnota** (Etim. Orig. obsc.) Gent. Deprec. Que é natural ou habitante de Câmara de Lobos. Câmaralobense, Deprec. chavelha, pesquito.”: este vocábulo apenas foi identificado com o conceito do glossário pelos dois informantes idosos. O informante 2 confundiu a palavra com *janota*, o que também parece acontecer com a informante 3 (tendo em comum contactos linguísticos com a área rural de Machico). O informante 4 dá um significado completamente diferente e precisamente oposto a *janota*, cuja motivação por analogia poderá estar relacionada com o significado original, pelo facto de como habitante de Câmara de Lobos já ter um valor depreciativo, daí o significado de pessoas “mal vestidas” e talvez também o valor figurado de “cagarela, cagado, cheio de medo”. Esta variação semântica ou polissemia ocorre quando os informantes, além do significado registado no glossário, acrescentam novos significados, geralmente por analogia (sentido figurado) ou mesmo por confusão com uma palavra semelhante foneticamente, como parece acontecer no caso das variantes semânticas de *charnota*. O informante 6, jovem do Estreito de Câmara de Lobos, conhece a palavra mas não sabe o seu significado. O vocábulo parece

estar em desuso, pois nenhum dos informantes diz usá-lo, talvez porque existem outras palavras com o mesmo significado que são mais correntes, como *chavelha* e *pesquito*.

“**Cramar** (de *clamar*). Lamentar a sua situação ou a sua sorte diante de outras pessoas. Queixar-se, lastimar-se, reclamar.” (a autora acrescenta que este vocábulo também é utilizado nos Açores): palavra que apresenta grande vitalidade, pois é usada por todos os informantes. O informante 4 acrescenta um novo significado, “dor, sofrimento”.

“**Demitado** (De *limitado*). Que tem a intenção exclusiva de concretizar determinado objetivo. Determinado. Expressamente, propositadamente.”: só a informante 5, jovem natural do Funchal, sem contactos linguísticos com áreas rurais, não conhece a palavra. Todos os outros dizem usá-la.

“**Demoína** (de *demónia*, fem. de *demónio*). 1. Mulher de mau carácter e que pratica o mal. Demónia. 2. Estado de agastamento normalmente provocado por alguma contrariedade. Cólera, irritação, zanga.”: trata-se de uma corruptela ou variante popular de *demónio*, mas é um regionalismo semântico, pois além do significado do léxico padrão, “pessoa ruim ou travessa”, significa também “cólera, irritação, zanga”, embora nenhum dos informantes tenha dado esta aceção regional, indicando apenas a aceção padrão, dado que desconhecem a aceção regional. Todos dizem não usar esta palavra.

“**Dentinho** (de *dente* + sufixo *-inho*). O mesmo que *dente*. Petisco (azeitonas, salgadinhos, tremoços), servido habitualmente para acompanhar a bebida. Acepipe, aperitivo, isca.”: este vocábulo apresenta grande vitalidade, sendo usado por todos. A informante 1 diz usar também como “dentinho de alho”.

“**Desterrar** (de pref. *des-* + *terra* + sufixo *-ar*). Gastar excessivamente, sem necessidade. Desbaratar, esbanjar, malbaratar.” (a autora do glossário regista também as formas *desterradeiro*, *-a*; *desterrador* e *desterro*): o informante 4 exemplificou o uso deste regionalismo com a forma derivada por sufixação *desterradeira*, na frase “Ela é muito *desterradeira*.”, designando uma mulher que desterra o dinheiro todo indevidamente ou sem necessidade. Esta palavra apresenta grande vitalidade, sendo usada por todos.

“**Embeçado** (do part. pas. do v. *embeçar*). Que anda sem dinheiro. Teso.”: os informantes mais idosos e os adultos (1, 2, 3 e 4) deram uma definição que corresponde à do glossário, mas dizem não usar a palavra. O informante 4 indicou a expressão “estar espetado”, como sinónimo de “embeçado” ou “teso”. Por sua vez, os informantes 5 e 6, os mais jovens, expuseram uma aceção diferente, mas que coincide com o significado padrão de embeçado, “enamorado, que se apaixona muito”, registado nos dicionários da Língua Portuguesa.

“**Escadinha** (de *escada* + suf. *-inha*). Presépio típico da Madeira, que apresenta a forma de uma pequena escada, geralmente com três ou cinco degraus, encimada por uma imagem do Menino Jesus, em pé, com um vestido branco, em cima de um pequeno trono e rodeada por um arco de flores de papel e outro maior de alegre-campo, ladeado por duas jarras com junquinhos. Nos degraus colocam-se os melhores frutos que a terra produziu, as searinhas e, nas beiras, ouriços de castanha, para inibir as crianças de mexer.”: para este regionalismo nenhum dos informantes referiu a aceção do glossário, talvez pelo facto de o vocábulo estar descontextualizado, ou seja, sem referência ao Natal, mas também por este tipo de presépio ser cada vez menos frequente na Madeira. Apenas a informante 1, a mulher mais velha, a propósito de *lapinha* refere a palavra *escadinha* com o significado regional. Por se tratar de um regionalismo semântico, todos os informantes transmitiram o significado padrão ou, no caso do informante 4, uma variante semântica, por analogia, “conjunto de filhos com a diferença de um ano que formam uma escadinha”, significado comum ao Brasil (segundo o *Dicionário Priberam*), acrescentando ainda a aceção de “banquinho”.

“**Escafiar** (Etim. orig. obsc.) Eliminar a sujidade, com esmero e em pormenor. Limpar.”: dos informantes que conhecem a palavra, apenas a informante 1 diz usá-la. O *Dicionário Priberam*, além do significado padrão (informal) “usar ou gastar muito, estragar”, regista este vocábulo como regionalismo da Madeira, com o significado de “limpar ou esfregar muito bem”. O informante 4 (masculino e adulto) define a palavra dando o significado de *escafiado*, “pessoa escafiada, asseada”, ou seja, muito limpa. Este informante indica ainda uma outra aceção ou variante semântica, “mexer, masturbar-se”. O *Dicionário Priberam* não regista o termo *escafiado* com o sentido regional.

“**Fertuadela** (de *furtadela*). Dor forte, repentina e passageira. Picada.”: com a variante fonética *fortuadela*, segundo Barcelos (2014, p. 273), que nos informa que este vocábulo também é usado nos Açores (em S. Miguel) com o mesmo significado. Cabral do Nascimento em “Existem palavras e locuções Madeirenses?”, a propósito da publicação do vocabulário de Luís de Sousa, *Dizeres da ilha da Madeira*, diz que este vocábulo e muitos outros não são particulares da Madeira, sendo também usados no Norte e/ou Sul do país. No entanto, a palavra pode já ter caído em desuso nas outras regiões do território português, tal como parece estar a acontecer na Madeira. Apenas os dois informantes idosos conhecem este vocábulo, apresentando uma definição coincidente com a do glossário, e dizem usá-lo.

“**Festa** (Do lat. *festā*, pl. de *festum*). Celebração, entre os cristãos, do nascimento de Jesus Cristo, a 25 de dezembro. Natal.”: todos os informantes referiram o Natal, com exceção da informante 5, a jovem do Funchal, que referiu o significado da palavra apenas como “uma festa qualquer”. Todos dizem usar a palavra para todas as festas (significado padrão). Trata-se de um regionalismo semântico com especialização na Madeira, designando o Natal, sobretudo nos meios rurais, por ser um dos únicos momentos do ano em que se comia e se bebia com fartura, muito graças à morte do porco.

“**Grade / grádia** (do lat. *crates*, is ‘caniço, grade de canas ou caniços entrelaçados, cerca’). 1. Animal mamífero doméstico, da família dos canídeos. Cão. 2. Termo insultuoso dirigido normalmente às pessoas ociosas, que passam muito tempo na rua sem fazer nada. Vadio.” (a autora indica que a variante gráfica e fonética *grádia* é mais frequente na oralidade): os informantes 2 e 6, curiosamente o mais velho e o mais jovem, originários de localidades fora do Funchal, definem *grade* tal como o glossário de regionalismos, “cão” e “vadio”, e dizem usar a palavra. Ao contrário dos outros informantes, que conhecem o vocábulo apenas com o significado padrão, desconhecendo a aceção regional.

“**Grima** (Etim. Prov. gót. **grimms* ‘horível’). Entidade que personifica o mal. Demo, demónio, diabo, Santanás.”: este regionalismo é, entre os selecionados, o mais controverso. Pois, além de só o informante 2, o mais velho e oriundo de Machico, dizer conhecer a palavra, expõe o significado de “pequeno ladrão”, acrescentando que “*grimar* é roubar” e confessando não usar a palavra. Esta aceção não corresponde à do glossário, sendo uma possível variante semântica. Parece tratar-se de um vocábulo caído em desuso. Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, *grima* significa “antipatia, ódio” e, em Trás-os-Montes, “pavor, terror”.

“**Impliquento** (de *implicar* + suf. *-ento*). Que embirra com as outras pessoas por tudo e por nada. Implicante, implicativo, implicatório.”: todos conhecem a palavra e apenas o informante 6 diz não usar o vocábulo na sua variante regional.

“**Lagaceira** (de *lago* + *-aça* + *-eira*). Grande quantidade de água espalhada pelo chão ou contida em poças. Aguaceira.”: os informantes mais velhos e os adultos conhecem e usam a palavra. Apenas os mais jovens não sabem o significado e/ou não a usam.

“**Lapinha** (de *lapa* ‘rocha, gruta’ + suf. *-inha*). 1. Presépio típico madeirense, feito em forma de escadinha. 2. Qualquer tipo de presépio, escadinha, rochinha ou outro.” (a autora acrescenta que Morais regista a palavra com a mesma aceção sem classificá-la como regionalismo. Indica também que, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, este nome também existe no Nordeste brasileiro

com o mesmo significado): todos os informantes conhecem e usam a palavra. O informante 4, por extensão semântica, definiu a palavra também como “árvore de Natal ou pinheiro”, juntamente com o presépio tradicional madeirense.

“**Malcriação** (de *mal* + *criação*). Atitude que revela falta de educação e desrespeito pelas regras da normal convivência social, em especial por parte das crianças. Birra, má-criação.”: na língua padrão *má-criação* é o comportamento de “quem não respeita as regras de educação ou de vida em sociedade”. Na Madeira, por extensão semântica, significa também “birra”, no entanto os informantes apenas indicaram o uso da palavra com o significado padrão.

“**Mamolhão / mamulhão** (de *mamolho / mamulho* + suf. *-ão*). O mesmo que mamulho. Protuberância resultante de contusão. Excrescência, inchaço.”: a palavra apresenta variação gráfica. Apenas a informante jovem do Funchal não conhece o vocábulo e o informante masculino e idoso diz não o usar, talvez por trabalhar há muitos anos no Funchal e por se ter integrado na variedade urbana, deixando de usar estas formas mais marcadas como rurais e/ou populares.

“**Matracada** (de *matraca* + suf. *-ada*). Som desagradável ao ouvido e incômodo. Barulho, estrépito, ruído.”: os informantes 1, 3 e 4 indicam o conceito de “barulho, ruído”, que corresponde ao do glossário, sendo um regionalismo porque esta forma não está registada no léxico padrão. Os outros informantes indicaram a definição de *matraca*, palavra do léxico padrão, característica da linguagem informal, também derivada de *matracar*, com idêntica motivação semântica, ou seja, por analogia com o “instrumento de pau usado para fazer ruído”, donde “pessoa muito faladora e boca”. A informante 5 associa a palavra a “bater”. Os informantes 2 e 6 dizem não usar a palavra, talvez por serem os dois que sentiram maior necessidade de integração na norma urbana.

“**Modilho** (de *moda* + suf. *-ilho*). Trejeito do rosto, por vezes acompanhado de gestos, feito de forma intencional, a fim de alterar a expressão facial, de forma a provocar o riso. Careta, esgar, momice, fazer modilhos.”: todos os informantes conhecem a palavra, mas apenas os mais velhos dizem usá-la.

“**Nojência** (de *nojo* + suf. *-ência*). Coisa ou atitude que causa repugnância. Nojeira, nojo, porcaria.”: apenas a informante 5 diz não conhecer a palavra e o informante 6, apesar de conhecer, diz não usar, referindo a palavra *nojentice* (nome deadjetival de *nojento* + *-ice*), tal como a informante 3, que parece ser também uma forma regional. Trata-se de variantes morfológicas, ou seja, diferentes formas derivadas em competição.

“**Ontrodia** (Aglut. da loc. adv. *no outro dia*). O mesmo que *aquintrodia*. Expressão que indica uma ideia de passado recente. Aqui há dias, há algum tempo atrás, há tempos.”: apenas a informante 5 não conhece a palavra. Os outros

conhecem, mas só a mulher mais velha diz usá-la, talvez por ser doméstica, conservando o uso da palavra por ter poucos contactos linguísticos.

“**Pancume** (de *panca* + suf. *-ume*). Agressão física repetida e insistente feita a alguém. Pancadaria.”: todos conhecem e usam a palavra menos o informante 5 que diz não a conhecer.

“**Patinhar** (de *pata* + *-inha* + suf. *-ar*). Pôr os pés sobre alguma coisa ou sobre alguma parte do corpo de outra pessoa. Calcar, pisar.”: todos os informantes conhecem e usam a palavra. O *Dicionário Priberam* regista o vocábulo como sendo regionalismo da Madeira, com o significado de “pisar, calcar”.

“**Rebendita** (de pref. *re-* + *bendita*). Ato feito com propósito de represália. Maldade, retaliação, vingança.”: todos os informantes conhecem e usam a palavra. A informante 1, idosa do sexo feminino, refere o verbo *rebenditar* como “estar sempre a fazer coisas más que o outro não goste”, forma não registada no glossário, mas que estará na origem da formação do nome *rebendita*, por derivação regressiva. Poderá ser um arcaísmo caído em desuso e conservado na região, embora não se encontre registado no *DRA* (que vai só até à letra p). O informante 4 usa a variante fonética *arrabendita*.

“**Refundiar** (de pref. *re-* + *fundo* + suf. *-ar*). Procurar alguma coisa em gavetas, armários ou outros locais e deixar tudo desordenado. Desarrumar.”: todos os informantes conhecem e usam a palavra, com exceção do informante 6, que diz não a conhecer. A informante 3 indica a forma derivada por sufixação *refundiadeira* (de *refundiar* + sufixo *-(d)eira*), no exemplo de uso “Aquilo é uma refundiadeira”, “pessoa que mexe em tudo”, vocábulo não registado no glossário.

“**Relinga** (do fr. *ralingue*, do neerl. *ralik*). Pequena discussão, conflito ou desentendimento. Briga, contenda, querela, zanga.” (a autora regista também a forma verbal *relingar*): os informantes mais idosos e os adultos deram um significado idêntico ao do glossário. É importante salientar que o informante 4, adulto do sexo masculino, oriundo do sítio dos Moinhos (zona rural do concelho de Santa Cruz), exemplifica o uso do regionalismo, apresentando na sua resposta também a forma verbal *relingar* e a forma derivada por sufixação *relingão*, dando como sinónimo “pessoa peganhenta” (“sempre a relingar, a pegar com tudo”) e *impliquento*”. O conceito da palavra questionada é dado através de outros regionalismos, formas derivadas e sinónimos. É muito interessante registar a ocorrência da forma derivada *relingão*, não registada no glossário, que atesta a produtividade lexical e, conseqüentemente, alguma vitalidade da palavra *relinga*. O informante mais jovem, oriundo do Estreito de Câmara de Lobos, explicita o conceito “sempre a lamentar-se, a cramar, pessoa irritante”.

A informante 5, mais jovem e nascida no centro do Funchal, não conhece o vocábulo. Apenas os informantes 1, 2 e 4 dizem usar esta palavra.

“**Resondar / rezondar** (de *desonrar*). Censurar alguém, normalmente de uma maneira exaltada, por ter procedido mal. Admoestar, repreender.” (a autora regista também a forma *resonda / rezonda*): todos os informantes conhecem e usam esta palavra. O informante 4 indica também o uso da palavra derivada regressiva *resonda*. Poderá ser um arcaísmo desaparecido da norma padrão, embora não esteja registado no *DRA*.

“**Revéspera** (de pref. *re-* + *véspera*). O dia que precede a véspera de determinado acontecimento. Dia anterior à véspera de Natal.”: os informantes idosos e os adultos deram um conceito idêntico ao do glossário, no entanto verifica-se que os informantes 1, 3 e 4 referem-se apenas à *revéspera* de Natal, enquanto o informante 2 explicitou ser a *revéspera* de qualquer acontecimento. Apenas os informantes mais velhos usam a palavra e os mais jovens não a conhecem.

“**Semilha** (do cast. *semilla*, semente). Tubérculo comestível que se desenvolve debaixo da terra. Batata.” (a autora regista também as formas derivadas por sufixação *semilhal* e *semilheira*): todos os informantes conhecem e usam a palavra. O *Dicionário Priberam* diz ser um regionalismo da Madeira (do espanhol *semilla*, semente). Neste caso, trata-se de uma inovação lexical que surgiu na ilha da Madeira do contacto com outras línguas, nomeadamente com o espanhol.

“**Soquete** (de *soco* + suf. *-ete*). Ato de puxar ou empurrar violentamente alguma coisa ou alguém. Gesto sacudido e brusco. Empurrão, esticção, puxão, repelão.”: os informantes 2, 3 e 4, o mais idoso do sexo masculino e os dois adultos, apresentam uma aceção coincidente com a do glossário. As informantes 1 e 5, naturais do Funchal com poucos ou nenhuns contactos com áreas rurais, apresentaram o sentido usual dos dicionários (‘soco aplicado com pouca força’). O informante 6, o mais jovem, diz não conhecer a palavra.

“**Stefan** (do ingl. *Stepney* ‘roda sobresselente de marca inglesa criada por volta de 1914-18’). Pneu de reserva que existe nos automóveis, destinado a substituir, em caso de necessidade, algum dos que estão a ser usados. Sobresselente.”: os informantes 2 e 4 foram os únicos que deram um significado equivalente ao do glossário e dizem usar o vocábulo, o que possivelmente se deve ao facto de os dois terem conhecimentos mecânicos. Os outros inquiridos desconhecem a palavra.

“**Tarraço, -a** (de *tarro* ‘vasilha, vaso’ + suf. *-aço*). Que está sob o efeito de bebidas alcoólicas. Que se embriaga com muita frequência. Bêbado, embriagado.” (a autora acrescenta que, segundo Higinio Vieira, 1939, é frequente a expressão “bêbado tarraço”, aplicada aos bêbados incorrigíveis): todos os informantes

conhecem e usam a palavra, o que denota grande vitalidade desta, significando “bêbado perdido”, “completamente alcoólico”. A informante 3 indica um novo significado, por extensão semântica do primeiro, “pessoa suja, perdida”. É curioso notar como a expressão “bêbado tarraço” foi reduzida apenas à palavra *tarraço*, com o mesmo significado.

“**Trapiche** (do cast. *trapiche*, alteração moçárabe do lat. *trapetus* ‘moinho de azeite’). 1. Engenho rudimentar constituído por cilindros feitos habitualmente de troncos grossos de til, onde, em tempos antigos, eram moídas as canas-de-açúcar, na Madeira. 2. Top. Nome de um sítio na zona alta de Santo António, no Funchal. 3. Casa de saúde de S. Joao de Deus, para doentes mentais do sexo masculino, situada no sítio do Trapiche, em Santo António, no Funchal. 4. Hospital psiquiátrico. 5. Comportamento perturbado ou demasiado barulhento. 6. Local onde há muita confusão e ninguém se entende.”: todos os inquiridos conhecem e usam a palavra. A informante 3 (adulta do sexo feminino) referiu a forma derivada *trapicheiro/a*, com o sentido de pessoa que vive em meio à desarrumação ou desorganização (na confusão material e psíquica), e o informante 4 (também adulto, do sexo masculino) mencionou a variante morfológica *trapichento*, com o mesmo significado. Esta produtividade lexical indica grande vitalidade da palavra. O *Dicionário Priberam* regista os termos *trapiche* e *trapicheiro*, mas não com o significado atual da Madeira. Barcelos (2014, p. 66) regista a palavra *atrapichado*, definindo-a como “sobrecarregado, com muitos afazeres (part. pass. de *atrapichar*)”, aceção semântica que tanto pode ser motivada pelo facto de, na sua forma primitiva, na Madeira, denominar um moinho de moer cana-de-açúcar, mas sobretudo talvez com a aceção mais recente de “casa de saúde mental”, pois uma pessoa atarefada, com muitos afazeres, fica *trapicheira*, com tendência para a desordem, loucura, pois já não consegue dar conta de tudo, tornando-se uma pessoa *trapichenta*.

“**Tratuário** (do fr. *trottoir*). Faixa existente normalmente na berma das estradas, mais elevada em relação a estas e que é destinada à circulação de peões. Passeio.”: apenas o informante 6 não conhece a palavra, mas só os falantes mais velhos dizem utilizá-la. O *Dicionário Priberam* regista este vocábulo como regionalismo da Madeira.

“**Vaginha** (de *vagem* + suf. *-inha*, do lat. *vagina* ‘estojo que contém grãos, invólucro, casca’). Vagem tenra de feijão, de cor verde, em que as sementes ainda não se desenvolveram e que é usada na alimentação geralmente cozida ou em sopa. Feijão-verde.”: todos os informantes conhecem e usam esta palavra. O *Dicionário Priberam* regista-a como regionalismo da Madeira (de *vagem* + *-inha*).

“**Vestuário** (do lat. med. *vestuarium*, por *vestiarium* ‘traje, roupa’). Armário utilizado para guardar roupas. Guarda-fatos, roupeiro.”: todos os informantes conhecem e usam esta palavra com o significado regional. O *Dicionário Priberam* também regista o significado da palavra como regionalismo da Madeira. “**Zaralho, -a** (der. regress. de *zaralhar*). Pessoa que se apresenta mal, que é desarrumada. Desajeitado, desleixado, desordenado.”: apenas os informantes mais jovens não conhecem nem usam esta palavra. O informante 4 dá uma aceção diferente “pessoa perdida, que anda às voltas” (desorientada), com relação semântica (sentido figurado) com a primeira, indicando a forma verbal *zaralhar*, “que não sabe o que fazer ou o que está fazendo”, também registada no glossário com o mesmo significado, remetendo para o “Vocabulário do dialecto madeirense” de Vieira dos Santos. O *Dicionário Priberam* averba o vocábulo como regionalismo da Madeira, com o significado de “pessoa de aparência desleixada”, registando também como regionalismo madeirense a forma derivada *zaralhice* “qualidade do que é zaralho” e “grande confusão”, mas não inscreve a forma verbal *zaralhar*.

4. Discussão dos resultados

Como podemos verificar no quadro 2, dos cinquenta vocábulos estudados, os regionalismos que são conhecidos por todos os informantes, sem nenhuma hesitação, com um significado idêntico ao do glossário, são: *azougar, bábeda, baboseira, bilhardeiro, busico, cramar, demoína, dentinho, desterrar, impliquento, lapinha, malcriação, modilho, patinhar, rebendita, resondar, semilha, tarraço, trapiche, vaginha* e *vestuário*. Como são identificados por todas as faixas etárias e usados pelos indivíduos dos três níveis de escolaridade e dos dois géneros, sem dúvida que são os regionalismos que apresentam maior vitalidade.

Os regionalismos desconhecidos (ou em que o vocábulo é conhecido, mas o significado é desconhecido) por um dos informantes jovens ou pelos dois, sendo regionalismos que parecem estar a cair em desuso, o que é visível através da diferença entre as faixas etárias (os mais velhos usam enquanto os mais jovens já não usam), são: *atremar, balamento, canjirão, catamulho, demitado, escafiar, lagaceira, mamolhão, nojência, ontrodia, pancume, refundiar, revéspera, tratuário* e *zaralho*.

Os regionalismos desconhecidos também pelos informantes adultos e idosos, sendo os menos conhecidos por terem caído em desuso (mesmo quando reconhecidos não são usados), são: *charnota*, em que apenas os dois informantes idosos conhecem o significado original, sendo que o informante

4 apresenta uma nova aceção, mas não usa a palavra, e *grima*, que apenas o informante 2 reconhece. Nos casos de *cangorra*, apenas o informante idoso do sexo masculino conhece e usa a palavra, enquanto o adulto do sexo masculino indica outro significado e afirma não usar a palavra; *fertuadela* também é um vocábulo conhecido apenas pelos informantes idosos que dizem ainda usar a palavra; *stefan* é reconhecido e usado pelos dois homens mais velhos, o idoso e o adulto.

No quadro 3, podemos ver as percentagens dos regionalismos conhecidos e utilizados, desconhecidos e usados com o significado padrão.

Regionalismos	Inf.1 Nº/%	Inf.2 Nº/%	Inf.3 Nº/%	Inf.4 Nº/%	Inf.5 Nº/%	Inf.6 Nº/%
Conhecidos	42 / 84%	47 / 94%	42 / 84%	44 / 88%	22 / 44%	34 / 68%
Utilizados	32 / 64%	34 / 68%	28 / 56%	32 / 64%	20 / 40%	22 / 44%
Desconhecidos	3 / 6%	0 / 100%	4 / 8%	2 / 4%	19 / 38%	11 / 22%
Significado padrão	5 / 10%	3 / 6%	4 / 8%	4 / 8%	9 / 18%	5 / 10%

Quadro 3 – Percentagem dos regionalismos conhecidos e utilizados pelos informantes

Passamos a apresentar a discussão dos resultados obtidos no que diz respeito à variação externa ou social, ou seja, a influência das variáveis socio-culturais ou variáveis independentes controladas no (re)conhecimento e uso dos regionalismos.

4.1 A variável sexo

Confrontando os dois idosos, o informante do sexo feminino tem uma maior utilização dos regionalismos que conhece, dos 42 (84%) que conhece usa 32 (64%), ou seja, só não usa 10. Provavelmente por ser doméstica, logo com menos contactos sociais e com menor assimilação da variedade urbana, enquanto o idoso masculino dos 47 (94%) que conhece usa 34 (68%), ou seja, não usa 13. No que se refere à mulher adulta, escriturária na cidade do Funchal, dos 42 (84%) regionalismos que conhece apenas usa 28 (55%), ou seja, não usa 14, enquanto o adulto do sexo masculino, natural de Santa Cruz, dos 44 (88%) que conhece usa 32 (64%), ou seja, não usa 12. Embora a informante 3, natural

de uma zona periférica do Funchal que teve e mantém contactos linguísticos com áreas rurais, use menos regionalismos do que o informante 4, conhece e usa muitos regionalismos, tendo em conta o seu grau de integração profissional na variedade urbana, talvez por isso é a mulher que usa menos regionalismos em relação aos que conhece. Provavelmente, os informantes do sexo feminino têm menos preconceito em usar regionalismos, por oposição aos informantes do sexo masculino, o que verificamos sobretudo no caso das mulheres idosa e jovem, informantes 1 e 5, respetivamente doméstica e desempregada, com poucos contactos linguísticos. Assim, o isolamento ou menor integração social das mulheres pode favorecer o uso de formas não-padrão, como é o caso dos regionalismos, que são formas conservadoras. Observamos também que o uso dos regionalismos, nomeadamente pelos informantes 2, 3 e 6, que sentiram maior necessidade de integração social na variedade urbana, depende do prestígio social de cada forma linguística. No entanto, para confirmar esta tendência da variação social no uso dos regionalismos, seria importante alargar o estudo a mais informantes representativos da comunidade de fala da cidade do Funchal.

Um facto interessante é o caso da informante 5 (jovem do sexo feminino) que, apesar de ser a que conhece e usa menos regionalismos, em relação aos restantes informantes, é a que mais usa os regionalismos que conhece, 20 (40%) em 22 (44%) conhecidos, sendo natural do centro do Funchal sem nenhuns contactos linguísticos com áreas rurais. Talvez possamos deduzir que esses regionalismos são os mais usados ou com mais prestígio social, ou seja, estão bem integrados na variedade urbana da cidade do Funchal. O jovem do sexo masculino utiliza menos, 22 (44%) em 34 (68%) conhecidos, o que podemos explicar pela necessidade que sentiu, como ele próprio confessou, de se integrar na variedade urbana do Funchal. Este falante parece ser o mais sensível ao preconceito linguístico ou social, mais do que a jovem do sexo feminino, certamente por ser natural de uma zona rural. Ele próprio afirmou na entrevista que, quando veio viver e estudar para a cidade, deixou de usar muitos regionalismos e outros só usa no meio familiar. Também podemos deduzir que os 22 regionalismos utilizados por este informante não apresentam preconceitos linguísticos no Funchal, daí a sua vitalidade entre os jovens.

4.2 A variável idade

Embora os estudos sociolinguísticos mostrem que os falantes mais velhos usam mais formas regionais e populares, a jovem do Funchal, proporcionalmente ao que conhece, é das que mais usa. Os outros informantes adultos e jovens,

com contactos linguísticos com áreas rurais, usam quase na mesma proporção que os idosos.

Como se pode verificar, o idoso e o jovem do sexo masculino, oriundos de localidades rurais, têm conhecimento das palavras *grade* e *grima*, que os outros informantes não conhecem. No entanto, a informante idosa do sexo feminino, natural do Funchal, pela sua idade, mas também por ter vivido numa zona rural (Porto Moniz) durante 6 anos da sua infância e por estar casada há 46 anos com um falante natural de Machico, tem um grande conhecimento dos regionalismos estudados. Tal como a adulta, pelo facto de o pai ser natural de Machico (Porto da Cruz), onde passou alguns anos da sua infância, também por ser natural de uma zona periférica do Funchal (S. Martinho), que era essencialmente rural, sendo hoje uma zona de transição entre o meio rural e o urbano, ou seja, uma área “rurbana”, e por estar casada há 20 anos com um falante natural de Santa Cruz. Assim, podemos observar que a variável social idade não é tão relevante quanto a variável geográfica (rural vs. urbano). Verificamos também que praticamente todos os informantes, mesmo os nascidos no Funchal, têm proveniência ou tiveram contactos linguísticos com a área rural, à exceção da informante 5 (jovem do sexo feminino, natural do centro do Funchal).

Comparando os dois jovens, a informante natural do Funchal tem muito menos conhecimento dos regionalismos, apesar de conhecer palavras como *babujinha*, *matracada*, *refundiar* e *tratuário*, do que o informante jovem, natural do Estreito de Câmara de Lobos, que não as conhece. Provavelmente, estes são vocábulos muito usados no Funchal, pois as informantes idosa e adulta do sexo feminino também os conhecem. Contudo, os dois informantes mais velhos e os adultos têm maior conhecimento dos regionalismos testados, em comparação com os informantes jovens, mesmo no caso em que um dos jovens é proveniente de uma zona rural. Assim, o fator idade é uma variável importante no conhecimento dos vocábulos regionais, pois os informantes idosos são os que mais regionalismos conhecem e usam. Ainda no que se refere à idade, é curioso verificar que a palavra *busico* é usada apenas pelos informantes jovens, enquanto *fertuadela*, *lagaceira*, *modilho*, *nojência*, *relinga*, *revéspera*, *tratuário* e *zaralho* são utilizados somente pelos informantes adultos e idosos.

Muitas vezes, os informantes mais velhos reconhecem ou lembram-se da palavra, como eles dizem: “eu usava, agora já não uso” (o que revela tendência a comparar o passado com o presente), por isso o conhecimento do regionalismo não quer dizer que ainda seja usado. Pois, os mais jovens ainda reconhecem algumas palavras, mas já não sabem o seu significado.

4.3 A variável escolaridade

Embora o nível de escolaridade seja um dos fatores responsáveis pela apropriação da norma padrão ou norma da escola, isso não se verifica na amostra do uso dos regionalismos inquiridos. Pois, a variável idade parece ser mais relevante do que a escolaridade: os informantes idosos, menos escolarizados, são os que mais conhecem e usam os regionalismos estudados, embora não haja grande diferença em relação aos adultos com ensino secundário. No entanto, os jovens com ensino superior também conhecem e usam muitos regionalismos.

4.4 A variável rural vs. urbano

A variável geográfica da naturalidade rural ou urbana dos informantes revelou-se muito relevante, por ser determinante no conhecimento e uso dos regionalismos na cidade do Funchal, sobretudo no caso dos adultos e do jovem com origem e contactos familiares próximos na área rural. Alguns regionalismos parecem ser menos conhecidos e usados na cidade do Funchal, tais como: *azougar*, *balamento*, *catamulho* e *grade*, reconhecidos apenas pelos informantes naturais de áreas rurais. Assim, verificamos, nestes casos, que alguns regionalismos madeirenses tendem a cair em desuso no Português falado na cidade do Funchal. No entanto, faltam estudos que testem a vitalidade destes vocábulos e outros nas diferentes localidades da região, para confirmar se o mesmo está a acontecer fora do Funchal.

No que se refere à percepção linguística, todos dizem que os regionalismos estudados são sentidos como palavras antigas ou mesmo muito antigas. No entanto, é curioso notar a vitalidade, grande expansão e mesmo produtividade de alguns regionalismos madeirenses que são muito frequentes, podendo ser denominados de comuns ou usuais, aqueles que são conhecidos por todos os informantes, como *azougar*, *baboseira*, *bilhardeira*, *desterrar*, *cramar*, *tarraço*, *trapiche*, *vaginha* e *vestuário*.

Conclusão

A pequena amostra do universo do Português falado na cidade do Funchal permite-nos constatar a variação social existente, tendo em conta a influência dos fatores socioculturais (sexo, idade e escolaridade), mas também a variável geográfica da origem urbana ou rural dos informantes, no uso dos regionalismos

madeirenses e a vitalidade dos mesmos. Observámos que alguns regionalismos semânticos como *abrasar*, *embeçado*, *escadinha*, *festa*, *grade* e *soquete* tendem a ser usados com o significado padrão ou são desconhecidos, como *grima* e *relinga*, sobretudo pelos mais jovens. Outros regionalismos como *baboseira*, *bilhardeiro/a*, *desterrar*, *lapinha*, *patinhar*, *rebendita*, *resondar*, *semilha*, *tarraço*, *trapiche*, *vaginha* e *vestuário* são muito usados, apresentando forma e significado estável, e são bem conhecidos por todos. Os regionalismos menos conhecidos e menos usados são claramente os que estão a perder vitalidade, sendo sentidos já como arcaísmos, por exemplo: *cangorra*, *charnota*, *fertuadela* e *grima*. *Atremar*, *canjirão*, *demoína* e *tratuário*, embora sejam conhecidos pelos informantes mais velhos, já não são muito utilizados. Alguns regionalismos apresentam variação semântica, como é o caso de *babujinha* que, além do significado de “estar à beira da água do mar”, tem a aceção de “aproveitar-se dos outros” (informantes 2 e 4) e *babujar* é “meter água na boca” (informante 6); *escafiar* é “limpar”, mas também “mexer, masturbar-se” (informante 4); *zaralho* é uma “pessoa mal-arranjada” e “pessoa perdida, que não sabe o que fazer” (informante 4); *charnota*, além de habitante de Câmara de Lobos, significa “cagarela, cagado, cheio de medo” e “pessoa mal vestida” (informante 4); *busico* tem a aceção de “pessoa fraca”, além de “criança pequena” (informante 4); *catamulho* também tem o significado de “molheilha” (informante 4). Este informante dá-nos muitas informações sobre os regionalismos, talvez por ter trabalhado na construção civil e na agricultura e atualmente ser bombeiro, tendo tido muitos contactos linguísticos e sociais com áreas rurais. O mesmo informante fornece-nos também variação sinonímica, como é o caso de *molheilha* para *catamulho* e de *cagarela* para *charnota*, que também são regionalismos.

Além da ocorrência de variação interna dos regionalismos, ou seja, formas em variação ou competição, a vários níveis linguísticos (variantes fonéticas, lexicais, semânticas e morfológicas), observámos que os fatores de variação social, sobretudo a idade influencia o conhecimento e o uso dos regionalismos, pois os informantes idosos e adultos manifestaram conhecer e usar mais regionalismos do que os jovens. No entanto, constatámos que a informante jovem com formação universitária, natural do centro do Funchal (freguesia de S. Pedro), com poucos contactos linguísticos e que conhece menos vocábulos regionais em comparação com os outros informantes, é a que mais usa os regionalismos que conhece. Em relação ao jovem do sexo masculino, que também conhece muitos regionalismos, deixou de usá-los quando veio viver e estudar para o Funchal, tal como aconteceu com o informante idoso do sexo

masculino, quando veio viver e trabalhar para a cidade, talvez pelo facto de serem naturais de áreas rurais, tendo sentido e sido vítimas de preconceito linguístico. Daí, provavelmente, estes falantes terem uma menor percentagem de utilização dos regionalismos que conhecem em relação às informantes do sexo feminino, naturais do Funchal, que possivelmente por isso não sentem tanto o preconceito linguístico e social. Deste modo, nas cidades, o uso dos regionalismos, sobretudo pelos falantes naturais de áreas rurais, está muito dependente da dimensão do preconceito linguístico sofrido. Apesar do número reduzido de vocábulos estudados e da pequena amostra de falantes analisada, os fatores de variação social mais relevantes no (re)conhecimento e uso dos regionalismos, na comunidade urbana do Funchal, são a idade, associada aos contactos linguísticos com áreas rurais.

Este estudo é apenas uma pequena contribuição para conhecermos o uso dos regionalismos madeirenses na variedade do Português falado no Funchal, tendo em conta os fatores extralinguísticos ou variáveis sociais controladas (sexo, idade, escolaridade e oposição rural vs. urbano). Também nos mostra a produtividade e a vitalidade lexical e semântica dos regionalismos madeirenses testados. A ocorrência de palavras derivadas por sufixação, como *bilhardice* (de *bilhardar*, a par de *bilhardeiro/a*), *desterradeira* (de *desterrar*), *refundiadeira* (de *refundiar*), *trapicheiro/a* e *trapichento* (pessoa que vive em meio à desarrumação ou desorganização), prova de produtividade lexical de alguns regionalismos madeirenses, atesta a sua vitalidade. Concluimos que *Babujinha*, *bábeda*, *cramar*, *resondar*, *semilha*, *tarraço*, *trapiche*, *vaginha* e *vestuário* são os regionalismos mais conhecidos e usados, inclusivamente pela informante jovem do sexo feminino, natural do centro do Funchal, sem contactos linguísticos com áreas rurais. Embora os dados linguísticos analisados ainda sejam insuficientes para tirar conclusões, indicam que, apesar do preconceito linguístico sofrido anteriormente pelos residentes no Funchal oriundos de áreas rurais, a tendência atual é manter e valorizar o património lexical madeirense.

Os regionalismos madeirenses resultam de elementos históricos, geográficos e sociais, participantes na construção da identidade linguística e cultural da região. Estes permitem conhecer a diversidade linguística, sobretudo lexical e semântica, do Português falado e observar a especificidade de uma comunidade de fala, neste caso a cidade do Funchal. A variação social no uso dos regionalismos revela a relação existente entre história, língua e sociedade, como forma de fortalecer a cultura e a identidade regionais, ou seja, a “regionalidade” ou “madeirensidade”.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, E. Algumas particularidades do português falado no Funchal. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL)*. Lisboa: Colibri, 1990, p. 17-29.
- BARCELOS, J. M. Soares de. *Dicionário de falares dos Açores. Vocabulário regional de todas as ilhas*. Coimbra: Almedina, 2008.
- _____. *Dicionário de falares do Arquipélago da Madeira*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, 2014 (cortesia do autor, no prelo).
- BAYLEY, R.; LUCAS, C. (eds.). *Sociolinguistic variation: theories, methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. S. Paulo: Parábola, 2005.
- CASTELEIRO, J. Malaca (coord.). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- CASTRO, Ivo. *Introdução à história do Português*. Lisboa: Colibri, 2006.
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 18 vols. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2005.
- DICIONÁRIO *Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em 16 de jun. 2014.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. *Palavras d'aquintrodia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses*. Funchal: Universidade da Madeira, dissertação de mestrado em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas, 2004.
- _____. *Palavras d'aquintrodia (estudo sobre regionalismos madeirenses)*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. Araraquara: Faculdade de Letras, Tese de Doutorado em Letras, 1996.
- _____. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de (orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165-181.
- LABOV, William. *The Social stratification of English in New York City*. Washington D. C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

- _____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language variation and change*, 2, 1990, p. 205-254.
- MARQUES, M. E. Ricardo. *Sociolinguística*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- MILROY, Lesley. *Language and social networks*. New York: Basil Blackwell, 1987.
- NASCIMENTO, J. Cabral do. Existem palavras e locuções madeirenses? *Arquivo Histórico da Madeira*. Vol. VIII, 1950, p. 204-211.
- NUNES, Naidea Nunes. A variação social em Areia, Estado da Paraíba, Brasil. *Pensardiverso. Da singularidade à confluência. Revista de Estudos Lusófonos da Universidade da Madeira*. Universidade da Madeira, n. 1, 2010, p. 27-49.
- REBELO, Helena. A caminho do Brasil: a Madeira. Situação atual da língua portuguesa na Ilha da Madeira. *Xarabanda Revista*. n16, 2005-2006, p. 64-73.
- SANTOS, M. F. Silva. *À luz das palavras quase esquecidas: contributo para o estudo dos regionalismos na Ponta do Sol*. Funchal: Universidade da Madeira, dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais, 2013.
- SILVA, António Carvalho da. Novos apontamentos sobre vocabulários madeirenses: as primeiras palavras do Arquipélago da Madeira. *Isleña*. n 42, jan.-jun. 2008, p. 62-78.
- SILVA, A. R. Marques da. Vocabulário e expressões do Norte da ilha. *Minha Gente. Crónica romanceada*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1985, p. 187-213.
- SILVA, Pe. Fernando Augusto da. *Vocabulário Popular da Madeira*. Funchal: Junta Geral do Funchal, 1950.
- SOUSA, Luís de. *Dizeres da Ilha da Madeira. palavras e locuções*. Funchal: Casa Figueira, 1950.
- VASCONCELOS, J. Leite de. *Dicionário de regionalismos e arcaísmos*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://alfclul.clul.ul.pt/clulsite/DRA/resources/DRA.pdf>>. Acesso em 28 de jun. 2014.
- VIEIRA, Manuel Higinio. *Bêbado tarraço* (nótula explicativa). *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VI, 1939, p. 100-102.
- VIEIRA, S.; Bazenga, A. Patterns of third person plural verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*. Lisboa: Edições Colibri, vol. 12, n 2, 2013, p. 7-50.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (orgs). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195.

Recebido em 21 de julho de 2014.

Aceito em 29 de agosto de 2014.

RESENHA

BATISTA, Ronaldo De Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, prefácio de Maria Mercedes Saraiva Hackerott, orelha assinada por Vera Lucia Harabagi Hanna, 2013, 120pp.

Síntese da obra

Esta pequena obra faz o que seu título promete. É uma *introdução* à Historiografia da Linguística. Com um estilo claro, o A. conseguiu um texto que pode ter como público-alvo tanto o aluno de graduação, nos cursos de Letras em que a disciplina passou a ter lugar, como nos cursos de pós-graduação.

A obra é composta de uma Introdução e três capítulos: “Breves reflexões sobre História e Linguística”, “O que é Historiografia da Linguística?” e “Princípios e procedimentos da Historiografia da Linguística”. Essa divisão focaliza aspectos que afetam todos os que se iniciam nessa área. Cada uma das partes da obra é seguida das *Referências*. Há ainda uma “Conclusão” (p.101-107). O livro termina com “Indicações para leitura” (p. 109-120). Esta parte final está subdividida em *Fontes para o estudo da história da linguística, Dicionários e enciclopédias de linguística, Sobre Historiografia da Linguística*. O *Sumário* inclui estas duas últimas partes no Capítulo 3, o que pode ser facilmente corrigido em nova edição.

Análise

Após o *Prefácio* (p. 11-12), a obra apresenta uma *Introdução* (p.13-34), em que o A. discute as implicações que, no Brasil, a escolha por uma denominação para a área assume: *Historiografia da Linguística, Historiografia Linguística, História das Ideias Linguísticas, História da Linguística, História dos Estudos sobre a Linguagem e História do Conhecimento Linguístico*.

Avisando ao leitor de que não distinguirá *Historiografia da Linguística* de *Historiografia Linguística* (distinção que seria interessante ter incluído), o A. indica a delimitação de grupos de pesquisa no País, em fronteiras demarcadas na denominação da área que adotam. Não há neutralidade na inclusão de uma

pesquisa brasileira na área da *Historiografia da Linguística* ou na área *História das Ideias Linguísticas*, mas a indicação de filiação se não institucional, ao menos teórico-metodológica: de um lado, aos trabalhos de E. F. Konrad Koerner, de Pierre Swiggers e ao pioneirismo e liderança de Cristina Altman (Universidade de São Paulo); do outro, aos trabalhos de Sylvain Auroux e ao papel de líder e difusor de Eni Orlandi (Universidade de Campinas). E resume:

De qualquer modo, parece que os estudiosos da história dos estudos sobre línguas e linguagem no Brasil desde os anos 1990 têm se posicionado em dois grupos — articulados ao campo da Historiografia da Linguística ou da História das Ideias Linguísticas —, com propostas teóricas e metodológicas distintas, congregando pesquisadores em diferentes centros de produção e difusão do conhecimento, mesmo que muitas vezes compartilhem de mesmo objeto e cheguem até a semelhantes resultados interpretativos. Se epistemológica ou até metodologicamente se pode apontar uma *falsa questão*, como nos indica Altman [...], na perspectiva institucional e sociológica há de fato a percepção de dois diferentes modos de divulgar o saber construído sobre a história da linguística brasileira. (p. 20-21)

O título do livro, sua dedicatória à Prof. Cristina Altman e o diálogo com a obra desta pesquisadora e professora (e com Koerner, Swiggers ...) situam o A. nesse mapa teórico-metodológico-institucional.

Segue-se, ainda na “Introdução”, um breve histórico do desenvolvimento da pesquisa brasileira acerca dos estudos da linguagem. Nele se toma como marco fundador a obra de Camara Jr., ficando em nota a referência a algumas propostas anteriores, estampadas em obras de carácter não exclusivamente histórico, referência retirada de uma citação de Altman (2012). Torna-se necessário recorrer a este trabalho — não localizável nas referências da Introdução — para recuperar a informação, por exemplo, sobre obras como Scliar-Cabral (1979) ou Brandão (1991). Uma vez que se trata de um texto introdutório, a indicação dos autores e obras deveria ser direta. A extrema brevidade desse histórico deixa de lado, por exemplo, as Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil, de Anthony Naro, que durante algum tempo fez par com a História da Linguística de Camara Jr. nos cursos de Letras.

O Capítulo 1 (p.35-43) é o mais curto e subdivide-se em “O registro da história” em que o A. propõe “algumas reflexões sobre a natureza da observação histórica” (p. 37), e “Teorias e explicações sobre a linguagem: o objeto de análise”. O objeto assume contornos amplos: “descrever, analisar e interpretar

o que foi dito sobre linguagem e línguas ao longo do tempo” (p. 39), o que leva à longa lista de temas que finda o capítulo (p.41-42).

O Capítulo 2 (45-67) subdivide-se em “História, historiografia e o historiógrafo” (p.47--49), “Narrativa e crônica” (p.49-52), “Modelos de reconstrução historiográfica” (p. 53-55), “Dimensões interna e externa na reconstrução historiográfica (p. 55-65). A seção inicial discorre sobre as ferramentas necessárias ao trabalho historiográfico. Segue-se a definição negativa do trabalho historiográfico: “*não é apenas recolher e datar uma série de acontecimentos e publicações a respeito da linguagem e das línguas, característica de um dos gêneros da escrita da história, a crônica*” (p.49-50); “*também não é apenas confecção de listas bibliográficas nem de enciclopédias ou análises sobre a produção dos historiógrafos da Linguística*” (p. 50). E a definição negativa da metodologia no trabalho historiográfico (p. 54-55). A última parte aponta para a tensão entre a visão de uma obra, autor ou escola em si mesma e os diálogos necessários com outras áreas.

O Capítulo 3 (p.69-99) subdivide-se em “A narrativa historiográfica” (p. 71-74), “Parâmetros de análise (p. 74-75), “Princípios da pesquisa historiográfica” (p. 75-77), “Etapas da elaboração da narrativa historiográfica” (p. 77-98). É um guia para qualquer iniciante na área e mesmo para não tão iniciantes.

Introdução à historiografia da linguística é uma obra extremamente bem-vinda ao cenário brasileiro. O interessado na área não apenas tem em mãos um conjunto de pressupostos e discussões sobre metodologia, que demoraria algum tempo para reunir, como ainda é encaminhado para um conjunto de leituras que lhe permitirão desenvolver com mais segurança sua própria pesquisa. Os problemas aqui apontados são facilmente sanáveis e não afetam a coerência entre os capítulos.

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

carlota@ufrj.br

RESENHA

MOURA, Heronides; GABRIEL, Rosângela. *Cognição na linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012, 240pp.

O livro *Cognição na linguagem* (2012) – composto por quatro partes com dois capítulos cada – é fruto das reflexões feitas por linguistas que dedicam seus trabalhos à investigação sobre cognição. Os organizadores dessa publicação são Heronides Moura, que é doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1996), mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor associado desta universidade; já Rosângela Gabriel é doutora (2001) em Letras/Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), professora do Programa de Pós-graduação em Letras e em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

A obra em tela nasce com a proposta de romper as visões tradicionais e reducionistas acerca da cognição além de abordar essa categoria sob diferentes perspectivas ou padrões de uso da linguagem que se articulam com a maneira como assimilamos o mundo cognitivamente. Por meio dessa coletânea de artigos, os organizadores intentaram promover reflexões sobre o tripé linguagem, cognição e cultura, ao elucidar, de forma oportuna, vários estudos de caso. Mesmo não se propondo a ser um manual de leitura para iniciantes em linguística cognitiva, devemos render aplausos à obra por ela apresentar aos leitores, mais aptos à Linguística Cognitiva, uma referência. Por essa razão, algumas ideias abordadas podem não ser imediatamente compreendidas por um público mais abrangente e heterogêneo. O livro faz conhecer conceitos verticalizados na área de linguística cognitiva e convoca o leitor a ter, com essa obra, vastos e intensos momentos de estudo.

A organização da obra se coloca de forma clara para o leitor, e as quatro partes do livro são intituladas: Cognição e estrutura gramatical, Metáfora em contexto, *Frames* e construções e Da interação à cognição. Assim, essa divisão mostra-se didática e engajada com a construção do conhecimento. Além disso, permite que o leitor possa focar, se assim quiser, apenas na parte que lhe parecer mais conveniente. Aliás, o grande destaque dos capítulos é propor uma

estrutura composta por introdução, referencial teórico, metodologia, discussão dos dados e conclusão.

Na primeira parte, é trabalhada a relação entre estrutura gramatical e elementos cognitivos não linguísticos; ela traz dois capítulos: **O rico mundo das causas e seus efeitos na gramática dos verbos** e *Acrobacias cognitivas: ponto de vista e subjetividade em redes condicionais*. No primeiro capítulo, é abordada a causalidade como fator que interfere na transitividade, ou seja, na forma linguística de codificar as causas externas. Para tanto, são evocados conceitos como de antagonista e de agonista, papéis que, na perspectiva cognitiva, só podem ser definidos pelo contexto e por intermédio dele. Esse capítulo, além de elucidar essas importantes noções, traz um ponto positivo, que é a apresentação de exemplo prático para trabalhar conceitos abstratos, por exemplo, o de metáfora – matéria-prima da parte II do livro. O mérito do artigo fica por conta da organização didática que ele apresenta, o que facilita o entendimento por parte do leitor, uma vez que o autor utiliza a estratégia de fazer perguntas para marcar interlocução com o público leitor, bem como para introduzir conceitos.

A discussão proposta no capítulo 2 – *Acrobacias cognitivas: ponto de vista e subjetividade em redes condicionais* – é sobre como o detalhamento dos processos cognitivos associados às estruturas condicionais, à luz da Teoria dos Espaços Mentais, pode revelar subjetividade. Por hora, torna-se condição primeira para a leitura do texto os conhecimentos acerca dos mais relevantes aspectos dessa teoria. Mesmo assim, há de se atentar para o cuidado do autor com a explicação com esquemas sobre a Teoria dos Espaços Mentais¹ como aquela que se ocupa de operações cognitivas associadas à construção de significado por meio de estruturas linguísticas a partir da página 46. O trabalho é um estudo de caso baseado em material videogravado, referente ao *reality show* BBB (Big Brother Brasil), exibido entre janeiro e março de 2010, na rede Globo. A partir desse material, observou-se que as condicionais com estrutura semântica futuro-futuro são incompatíveis com modo-temporal, e comumente eventos futuros apresentam tempos verbais não referentes a futuro. As condicionais com estrutura semântica futuro/futuro, futuro subjuntivo/presente e futuro subjuntivo/pretérito perfeito sinalizam a perspectiva implícita do falante a partir

1 A Teoria dos Espaços Mentais foi cunhada por Fauconnier (1994, 1997; e outros) e diz respeito às estruturas construídas no nível cognitivo à medida que a linguagem vai sendo modelada ou interpretada.

da projeção ascendente de pontos de vista na base comunicativa. Finalmente, conclui-se que a diferença futuro/presente se dá porque o participante não está predizendo o futuro, mas fazendo um raciocínio.

A segunda parte da obra trata da identificação de padrões emergentes de metáfora em contextos interacionais específicos. Os artigos – como assim os definimos – que compõem essa parte são: *A metáfora conceptual na prática discursiva culturalmente específica: um estudo sobre letras do rap e Metáfora e empatia no discurso de vítimas de violência em centros urbanos brasileiros*.

O objetivo do primeiro capítulo dessa seção é analisar como, apesar da globalização do *hip hop*, observa-se a regionalização dessa cultura; para tanto, foram observadas letras brasileiras e alemãs, por meio da metáfora conceptual “A vida é uma guerra”. Conceitos para alguns leitores até então desconhecidos, como glocalização e indigenização, servem para ampliar o conhecimento do leitor. No que concerne à apresentação do quadro teórico que compõe o artigo, Schröder, a partir do conceito de Lakoff e Johnson sobre metáfora como expressão de uma estrutura cognitiva, promove a crítica a esse modelo, evidenciando que fatores linguísticos e conceptuais são dependentes no uso da metáfora. Essa perspectiva do autor é providencial, pois a escolha de análise se faz em relação à linguagem em uso em determinado contexto cultural. Segundo Schröder (2012), “significados e também metáforas não são sempre e não necessariamente conceitos estáveis [...], mas são negociados e renegociados no decorrer da interação social” (SCHRÖDER, 2012, p. 69). Isso corrobora as constatações feitas na conclusão do artigo sobre processo particular de recontextualização cultural e metáforas. A crítica que aqui se faz diz respeito às funções de Hymes, que são associadas às metáforas, tão importantes, mas essas categorias foram pouco exploradas no referencial teórico do artigo. Para o entendimento delas, far-se-ia emergencial o conhecimento prévio do leitor quanto a essa categoria, mesmo havendo uma pequena nota na página 83 que é insuficiente para maiores esclarecimentos.

Já no segundo capítulo dessa parte – *Metáfora e empatia no discurso de vítimas de violência em centros urbanos brasileiros* – há a preocupação em aliar discurso e cognição para analisar material gerado em grupos focais feitos em Belo Horizonte e Fortaleza em que participantes falam sobre violência urbana. A observação é feita a partir da percepção das vítimas sobre o porquê de os agentes de violência agirem como agem. Diferindo da metáfora conceptual, as autoras se valem da visão da metáfora discursiva. Assim, como o artigo de Schröder, as estudiosas apontam lacunas na proposta de Lakoff e Johnson, já

que esses autores enxergam o mapeamento como algo dissociado do contexto de uso. Além disso, sem citar Kövecses, as autoras utilizam a percepção da metáfora no que concerne aos fatores linguísticos, afetivos, corpóreos, culturais e sociais. Outra fonte teórica é a dos sistemas complexos, o que reforça a escolha pela perspectiva da metáfora sistemática. A grande contribuição do trabalho diz respeito à inclusão do grupo focal como metodologia relevante para o estudo da metáfora em uso. O artigo também apresenta o programa Atlas Ti como *software* de apoio para categorizar os dados, o que pode ser útil para outros pesquisadores da área de Linguística.

A terceira parte diz respeito à ligação entre as unidades lexicais e *frames* e construções gramaticais. Os capítulos componentes dessa parte são: *Gramática de construções e simulação mental: construindo sentidos e arquitetando contextos* e *A semântica de Frames e os recursos lexicais computacionais: da teoria à aplicação*.

O início do artigo – Gramática de construções e simulação mental: construindo sentidos e arquitetando contextos – tem a reflexão em torno do princípio da linguística cognitiva sobre a associação entre mente e corpo, o que representou quebra em relação à tradição filosófica ocidental, sobretudo por apresentar a linguística cognitiva como interdisciplinar. A proposta do artigo é evidenciar como a produção de sentido e a construção de contextos socioculturais decorrem principalmente da interação entre tipos particulares de conhecimento de mundo e formas específicas de conhecimento linguístico. Os autores refletem sobre a importância da simulação para o entendimento de experiências externas; por outras palavras, eles afirmam que só é possível um entendimento de uma sentença porque formamos uma imagem mental daquela circunstância. Exemplo disso está na página 121, com a estrutura “o advogado passou o processo para o cliente”. Categorias como esquema imagético (padrões abstratos) e imagem (representação de experiências corporificadas) são apresentadas ao leitor. O artigo mostra-se eficiente quando apresenta os esquemas para justificar a teoria, bem quando se vale de imagens, como uma charge de Lute posta na página 127. Por fim, uma questão importante levantada pela autora é sobre como o conhecimento de mundo, além do linguístico e da estrutura gramatical, interferem na construção de sentido.

Dando continuidade ao capítulo 1, o artigo – *A semântica de Frames e os recursos lexicais computacionais: da teoria à aplicação* – contextualiza o que é *Frame Net* para, em seguida, sinalizar o objetivo do trabalho: apontar a importância do *frame* para a criação do léxico computacional e indicar a

relevância da teoria para o estudo de projetos multilíngues. Do ponto de vista teórico, o trabalho de Chishman e Bertoldi cumpre bem seu papel de apresentar ao leitor dois conceitos básicos, porém necessários para a leitura do texto: o de *cena* e o de *frame*. Essas noções, segundo afirmou Fillmore, na década de 1970, eram tratadas como distintas, mas sofreram reformulação na perspectiva e tornaram-se complementares. Ainda de acordo com Fillmore (1985, p.232) *apud* Chishman e Bertoldi, “um *frame* é evocado pelo texto se alguma forma ou padrão linguístico é convencionalmente associado com o *frame* em questão”. A partir de então, usa-se tal conceito para a aplicação na área computacional.

Por fim, na última parte, são apresentadas as limitações de certas teorias sobre cognição, além de essa parte mostrar que a interação pode ser importante na cognição humana. Os capítulos presentes nessa seção são: O estudo da metaforicidade no campo da neurolinguística: velhas questões, novos desafios (*sic*) e O quebra-cabeça da leitura: leitor, texto, autor.

No primeiro artigo, nossa atenção volta-se para a exposição de um erro grave de revisão no título, pois a palavra deveria ser “desafio” e foi escrita como “desavio”. A autora, infelizmente, não ficou atenta à revisão do artigo. Apesar disso, o texto se destaca por partir das reflexões iniciais de Lakoff e Johnson sobre metáfora como sistema conceptual metafórico para pensar na perspectiva sociocognitiva da linguagem. A originalidade do artigo fica a cargo do estudo da metaforicidade no que diz respeito aos doentes de Alzheimer e da continuidade dada aos já desenvolvidos trabalhos sobre afasia. O grande destaque do artigo é o reconhecimento de certas limitações explicativas do campo baseadas nas dicotomias que norteiam os estudos tradicionais. Além do mais, é apropriada a menção aos trabalhos de investigação sobre os desafios enfrentados por estudos ancorados em perspectivas discursivas e sociocognitivas da metaforicidade com evidência empírica em situações interacionais diversificadas.

O artigo – O quebra-cabeça da leitura: leitor, texto, autor – aborda como os estudos sobre leitura são diversos, sendo difícil, por isso mesmo, definir um panorama. O viés adotado pelo autor volta-se à importância do leitor, do autor e do texto para a compreensão da leitura. A intenção do artigo, desse modo, é mostrar os diversos estudos da psicolinguística que permitem entender como funciona o cérebro do leitor durante a leitura. O quadro teórico apresentado no capítulo traz contribuições da linguística textual, da teoria da enunciação, da semântica argumentativa e da análise do discurso. A excelência desse arcabouço deve-se à tentativa de diálogo entre as linhas de estudo propostas pela autora para se conhecer o processo de leitura. A autora traz à baila um importante aspecto: a compreensão da leitura como ato social.

Após uma apreciação atenta de todo o livro, é visível que o eixo condutor dos debates é o trabalho sobre o contexto e a interação como pontos chave para cognição e para a linguagem. Nada mais justo, já que pensar em linguagem é pensar relações interativas. Por se tratar de um livro que perpassa as relevantes abordagens da teoria cognitiva, acreditamos que o material é essencial para promover o debate sobre a cognição que ganha significado na interação.

Suelen Martins

Faculdade Arnaldo Janssen
suelen-martins@ibest.com.br

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANGELA MARINA CHAVES FERREIRA é doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde obteve o título de mestre na mesma área de estudos. Cumpriu estágio de pós-doutorado em interlocução com o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora adjunta, em regime de dedicação exclusiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BRUNA SOARES POLACHINI é doutoranda no Programa de Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Obteve o título de mestre, em 2013, pelo mesmo programa, e o título de bacharel em Letras (Português e Linguística), em 2010, pela mesma universidade. É também pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo.

CAROLINE SOARES possui graduação em Letras Português / Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialização em Leitura e Produção de Textos e em Língua Portuguesa, e mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisas na área da Linguística, com ênfase em Linguística Funcional e Linguística Cognitiva.

CLECI REGINA BEVILACQUA é doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra. Atua como professora associada do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa Projeto Terminológico Cone Sul.

CRISTINA FIGUEIREDO é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutora em Descrição e Análise Linguística pela Universidade Federal da Bahia. É professora adjunta de Linguística da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: teoria

gerativa, variação e mudança, contato entre línguas, sócio-história da língua portuguesa.

E. F. KONRAD KOERNER notabiliza-se como o mais conceituado historiógrafo da Linguística no cenário acadêmico mundial. Completou em 1971 o seu doutoramento sobre os antecedentes e a evolução do *Cours de linguistique generale*, de Ferdinand de Saussure. Após o doutoramento, deteve cargos como investigador e professor em várias universidades, entre eles o de professor de Linguística Geral na Universidade de Ottawa desde 1976 até à sua aposentação em 2001. Em parceria com o livreiro John L. Benjamins (Amsterdam) lançou em 1973 a revista *Historiographia linguistica*, começando ainda com a atividade editorial em várias séries linguísticas que resultou em mais de 500 livros até 2014.

GEISA PELISSARI SILVÉRIO é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa Descrição Linguística, com graduação em Letras Português/Inglês pela mesma universidade. Especialista em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

HILDO HONÓRIO DO COUTO atua no mestrado e doutorado em Linguística da Universidade de Brasília desde 1980, nas áreas de Fonologia, Criolística e Ecolinguística. Seus livros mais recentes são *Ecolinguística* (2007), *Linguística, ecologia e ecolinguística* (2009) e *O tao da linguagem* (2012). No momento está organizando um livro e uma revista *online* sobre Ecolinguística, além de liderar um grupo de pesquisas ecolinguísticas no eixo Brasília-Goiânia.

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO é mestre e doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense e em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor adjunto de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal fluminense. É vice-líder do grupo Discurso e Gramática, que desenvolve pesquisa na área de Linguística Funcional.

JUSSARA ABRAÇADO é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua, na Universidade Federal Fluminense, como professora associada IV de Linguística, na graduação e Pós-Graduação. Atualmente,

exerce as funções de diretora do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, diretora da Editora LETRAS DA UFF e membro do conselho editorial da revista Gragoatá. Dedicou-se a estudos na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Sociolinguística Cognitiva e Linguística Funcional.

LEONARDO LENNERTZ MARCOTULIO é doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas da mesma instituição. É coordenador de projetos de pesquisa sobre as reorganizações do quadro pronominal na história de línguas ibero-românicas como o português, o galego e o espanhol.

MARIA CARLOTA ROSA é doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia. Desenvolve pesquisa sobre descrição do português e na área da Historiografia da Linguística, com ênfase no estudo da linguística missionária.

MARIA DA GRAÇA KRIEGER é mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo. Concluiu pós-doutoramento em Terminologia na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. É professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora titular aposentada de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do CNPQ (1B) nas áreas de Lexicografia e Terminologia.

MARIA HELENA DE MOURA NEVES é professora emérita e livre-docente em Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista, doutora em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo e professora dos Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade Estadual Paulista -Araraquara. Atua em Teoria e Análise Linguística, com ênfase em texto e gramática, história da gramática, descrição do português e funcionalismo.

MARIA LUCIA MARCONDES CARVALHO VASCONCELOS é pedagoga formada pela Universidade São Paulo, doutora em Educação pela mesma universidade e doutora em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde

trabalha como professora do Programa de Pós-Graduação em Letras. Atua nas áreas de Letras e Educação, com ênfase na formação de professores, discurso pedagógico e educação linguística.

MÁRIO FRANCISCO IANNI VIGGIANO é professor do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes. É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras – Análise de Discurso, mestre em Interações Midiáticas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pós-graduado em Gestão Estratégica em Marketing pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

NAIDEA NUNES é doutora em Linguística Românica pela Universidade da Madeira e professora auxiliar no Centro de Competência de Artes e Humanidades da mesma universidade. É pós-doutorada na área de Ciências da Linguagem e Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona e membro investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, na linha de investigação Diacronia e Dialectologia.

OLGA COELHO é professora do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, onde coordena, com a Prof.^a Cristina Altman, o Centro de Documentação em Historiografia Linguística. Além de atuar na área de investigação desde 1998, foi editora da Revista do GEL (2008-2012), coordenou o GT Historiografia da Linguística Brasileira da ANPoLL (2008-2012), participou da Diretoria do GEL (2012-2013) e atuou como coordenadora do Programa de Pós-graduação em Linguística da USP (2012-2014).

SANDRA DENISE GASPARINI BASTOS é graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto, mestre em Linguística pela Universidade de Campinas e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - Araraquara. Atualmente é docente do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Descrição Funcional de Língua Oral e Escrita.

SHEILA DE CARVALHO PEREIRA GONÇALVES é doutora em Análise Linguística pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora

adjunta da Universidade Federal de Goiás. Atua na área de Lexicologia, Lexicografia, Morfologia e Sintaxe. É coordenadora do projeto de pesquisa *Dicionário escolar: reflexões e possibilidades* e do *Dicionário temático infantil de língua Portuguesa*.

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA é formada em Letras (Português e Espanhol) e mestra em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística da mesma universidade e professora de língua espanhola e portuguesa no Colégio Passionista São Paulo da Cruz.

SUELEN MARTINS é mestre em Estudos de Linguagem pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, especialista em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduada em Letras pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Tem experiência na área de Linguística e, atualmente, é professora de Língua Portuguesa do Colégio Logosófico e professora assistente das Faculdades Arnaldo.

VANISE MEDEIROS é professora adjunta da Universidade Federal Fluminense com pós-doutorado na Universidade de Paris III. É bolsista 2 do CNPq e bolsista do programa Jovem Cientista do Nosso Estado do Rio de Janeiro. Integra e coordena, com a Prof.^a Bethania Mariani, o Laboratório Arquivos do Sujeito da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas.